

**INSTITUTO
HISTÓRICO
da Ilha Terceira**

B O L E T I M



N.ºs 21/22

1963-1964

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

Patrocinado e subsidiado pela Junta Geral do Distrito Autónomo de
Angra do Heroísmo

S É D E

Edifício da Junta Geral do Distrito Autónomo — Angra do Heroísmo

DIRECÇÃO (1962-1963-1964-1965)

Presidente — *Tenente-coronel José Agostinho*

Tesoureiro — *Francisco Coelho Maduro Dias*

Secretário — *Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima*

TODA A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DIRIGIDA
À DIRECÇÃO DO INSTITUTO

A publicação de qualquer trabalho não significa concordância do Instituto com as doutrinas, ideias ou conclusões nele contidas, que são sempre da responsabilidade exclusiva do autor.

(Art. 17.º do Regulamento do Instituto)

Composto e impresso na Tipografia Andrade, Rua Lisboa, 99
Angra do Heroísmo

Boletim
do
Instituto Histórico da Ilha Terceira

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

(31 de Dezembro de 1964)

Presidente honorário: O Ex.^{mo} Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, Dr. Agnelo Ornelas do Rego.

Sócios efectivos:

Dr. Cândido Pamplona Forjaz.
Arquitecto Fernando de Sousa.
Francisco Coelho Maduro Dias, *Tesoureiro*.
Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior.
Tenente-Coronel Frederico Lopes Júnior.
Governador do Castelo de São João Baptista.
Henrique Vieira de Borba.
Padre Inocêncio Enes.
João Dias Afonso.
Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral.
Tenente-Coronel José Agostinho, *Presidente*.
Cónego Dr. José Enes Pereira Cardoso.
Dr. José Leal Armas.
Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, *Secretário*.
D. Maria Francisca Bettencourt.
Dr. Rafael Valadão dos Santos.
Dr. Teotónio Machado Pires.

Sócios honorários:

Sua Ex.^a Rev.^{ma} o Sr. D. José Pedro da Silva, Bispo de Viseu.
Prof. Dr. António de Medeiros Gouveia, Secretário do Instituto para a Alta Cultura.
Dr. Armando Cortes-Rodrigues, Professor do Liceu de Ponta Delgada.
Dr. João Hickling Anglin, Professor e Reitor do Liceu de Ponta Delgada.
Presidente da Casa dos Açores do Rio de Janeiro, Ex.^{mo} Sr. João Soares de Medeiros.
Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral, Escritor e Etnógrafo.
Prof. Dr. Vitorino Nemésio, Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
Prof. Dr. Wilhelm Giese, Catedrático da Universidade de Hamburgo.
Prof. Dr. Aurélio Quintanilha.
Prof. Artur Álvaro dos Santos Correia de Sousa, Professor do Conservatório de Lisboa.
Dr. Walter F. M. Piazza, Presidente da Sub-Comissão Catarinense de Folclore.
Prof. Dr. Dante de Laytano, Director do Museu do Estado do Rio Grande do Sul.
Dr. João Bernardo de Oliveira Rodrigues, Professor do Liceu de Ponta Delgada.

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

BOLETIM



Vol. XXI-XXII

1963-1964

ANGRA DO HEROÍSMO
Tipografia Andrade

MARTIM AFONSO JARDIM CUNHA DA SILVEIRA

DO
CONTRIBUTO FLAMENGO
NOS
AÇORES

Dissertação para a licenciatura em
História, apresentada à Faculdade
de Letras da Universidade de Lisboa

A MEU PAI,

*a quem devo a ideia desta
dissertação e que de perto
me coadjuvou.*

A MINHA MÃE,

com todo o meu carinho.

«L'histoire se fait avec des documents écrits, sans doute. Quand il y en a. Mais elle peut se faire, elle doit se faire avec tout ce que l'ingéniosité de l'historien peut lui permettre d'utiliser. Donc, avec des mots. Des signes. Des paysages et des tuiles. Des formes de champ et de mauvaises herbes. Des éclipses de lune et des colliers d'attelage. Des expertises de pierres par des géologues et des analyses d'épées en métal par des chimistes».

LUCIEN FEBVRE

À Guisa de Prefácio

O problema histórico do contributo flamengo no povoamento das ilhas dos Açores não nasceu somente em mim quando busquei um tema para a dissertação final do Curso de História da Faculdade de Letras de Lisboa.

O assunto era-me, de há muito, familiar.

Criança ainda, ouvira eu muitas referências aos flamengos naquele Arquipélago (que não seriam «alguns milheiros», conforme referiu Martim Behaim, ainda que fossem em número avultado), em particular no que toca à Ilha de São Jorge, donde é oriunda a minha família paterna, que nela se estabeleceu quando do início da sua colonização. E desde essa época foi objecto da minha ternura e admiração o relato, que nos transmitiram os cronistas, da vida e da morte de um desses flamengos, Wilhelm van der Haegen, que foi o tronco dos Silveiras açorianos e que teria chegado ao Arquipélago entre 1465 e 1470.

Tive ocasião, mais tarde, de compulsar uma «árvore genealógica», datada de Novembro de 1680 e estabelecida por um descendente de Guilherme da Silveira (conforme foi conhecido em Portugal o Van der Haegen), de nome Aleixo da Silveira e Ávila. Nela se indica que «foi um dos povoadores desta ilha de S. Jorge e das demais delas, sendo o homem mais rico e respeitado daquele tempo, fidalgo dos primeiros do reino de Alemanha e morreu santamente sacramentado na Vila do Topo, desta Ilha».

Observei nessa mesma época, na Igreja de S. Francisco, da Vila das Velas, um altar de família, de traça seiscentista, de boa talha doirada, da invocação da Virgem de Guadalupe, que foi doado pelos frades ao referido padre Aleixo da Silveira e Ávila e que ele encimou com o seu brasão, no qual no primeiro quartel, é tradição ser o único sítio, nos Açores, onde se encontram as armas dos van der Haegen, que um incêndio na casa de Guilherme da Silveira, na ilha Terceira, destruiu e de que a chancelaria régia não conservou transunto.

Estas circunstâncias despertaram-me a curiosidade de ler, no que respeita àquele povoador flamengo, o que deixaram os primeiros cronistas açoreanos. Todos aludem da mesma forma, elogiosa e admirativa, a Guilherme da Silveira, muito diversa daquela por que descrevem os seus conterrâneos que, também na época, foram da Flandres para as Ilhas.

Gaspar Fructuoso, compondo as *Saudades da Terra e do Céu*, no último quartel do séc. XVI, afirma que Van der Haegen «foi um homem principal, fidalgo naquelas partes e rico também, morador na cidade de Bruges», sendo igualmente «homem muito católico e temente a Deus», «poderoso e neto de Conde, que era», a quem sempre fizeram «muita honra e gazalhado», «de muito bem fazer, sendo a sua casa como estalagem para quantos iam e vinham àquela terra (S. Jorge)». E, ainda segundo Fructuoso, «conhecendo a hora da morte... quatro dias antes da mesma festa (de S. Tomé), andando-se primeiro despedindo de seus filhos, por suas casas, e recebendo primeiro todos os sacramentos, acompanhado de muitos e mui honrados filhos e filhas e netos, e no dia do seu falecimento mandou dizer uma missa em sua casa e quando quizeram alevantar a Deus disse aos filhos que o encostassem em umas almofadas e ali o adorou, e acabando o padre de consumir o Santíssimo Sacramento, deu ele alma no mesmo momento, ao mesmo Senhor que a criou».

De idêntica forma se exprime Frei Diogo das Chagas, no *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, manuscrito que data de fins da primeira metade do séc. XVII, asseverando ser «flamengo de nação e pessoa mui ilustre e titular». De maneira análoga, a Guilherme da Silveira alude o padre António Cordeiro

na *História Insulana das Ilhas a Portugal sujeitas no Oceano Ocidental* (1717), declarando, também, ser «um tão conhecido fidalgo em Flandres que era neto de um Conde, e natural de Bruges, mas a casa dos Vandaragas era em Maastricht», apontando de igual modo ser «por sua grande qualidade e católicos costumes muito seguido e aplaudido».

Mesmo descontado o empolamento da linguagem, aliás próprio do tempo, do que esses cronistas escreveram ficava o suficiente para interessar e prender alguém, naquela fase de transição que precede a passagem à análise crítica da história.

*

* *

Depois, anos decorridos, comecei, naturalmente, a ver o contributo flamengo nos Açores de forma menos circunscrita e sentimental, sob outros ângulos, mais realistas, liberto do fascínio de um personagem, apenas; e procurei examinar a questão nas múltiplas facetas em que se pode decompor, de forma a projectar sobre ela alguma luz.

Assim, depois de algo ter lido sobre a matéria, pareceu-me útil aprofundar os pontos seguintes, entre outros:

- Quais os motivos que teriam levado os flamengos aos Açores, na segunda metade do séc. XV; e qual o papel que nessa migração teria desempenhado a nossa Infanta Isabel, mulher de Filipe o Bom, duquesa de Borgonha e condessa de Flandres?
- Qual o número aproximado de flamengos que teria vindo; e quais as classes mais representadas e regiões donde seriam originários?
- No que respeita aos navios utilizados, qual o seu tipo? E alargando os dados da questão, onde se fixaram os flamengos de preferência; e como se fundiram com os portugueses?

- Onde encontrar a documentação através dos tempos, estrangeira e nacional, com referência aos flamengos nos Açores ; e quais os dados biográficos dos principais povoadores flamengos e sua influência no Arquipélago ? Enfim, quais os índices mais representativos de influência flamenga — na economia, toponímia, cartografia, onomástica, heráldica e genealogias, festividades tradicionais, características físicas e psíquicas, etc. — ?

Tal o conjunto de problemas que nos propusemos tratar, à luz da história documental e crítica, e que constitui o assunto da presente dissertação.

*

* *

Das investigações a que se procedeu, veio a confirmar-se a ideia já assente: que o problema tem sido abordado, pelo menos desde o final do século XV, por muitos, quer no estrangeiro quer em Portugal e mais particularmente nos Açores. Mas pareceu-me faltar um trabalho de conjunto, devidamente ordenado, estruturado e procurando integrar a matéria no seu tempo e no meio ambiente.

Foi o que tentei fazer, embora reconheça que pouco mais consegui do que carrear achegas para a obra definitiva que um dia, com certeza, surgirá; e que, transcendendo os Açores (e, por conseguinte, a história de Portugal), interessará, igualmente, ao país ao qual, na actualidade, pertencem as regiões donde teriam vindo os flamengos para o Arquipélago: a Bélgica.

*

* *

E é, por fim, imperativo que muito gostosamente cumpro — pois aos preciosos ensinamentos se juntou sempre a melhor compreensão e gentileza — agradecer tudo quanto fico a dever

aos Senhores Professor Doutor Manuel Heleno e Doutores Joaquim Veríssimo Serrão e Luis António de Oliveira Ramos, que orientaram e coadjuvaram esta dissertação final do meu Curso de História.

Pelo contributo que deram a esta dissertação, são, em particular, devidos vivos agradecimentos às seguintes pessoas e entidades :

- Tenente-Coronel José Agostinho, Presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira ;
- Visconde do Botelho ;
- Dr. Armando Côrtes-Rodrigues, Secretário do Instituto Cultural de Ponta Delgada ;
- Comandante Jaime do Inso, Director do Museu da Marinha ;
- Dr. Alberto Iria, Director do Arquivo Histórico Ultramarino ;
- Dr. Freitas Pimentel, Governador Civil do Distrito da Horta ;
- Dr. Duarte de Sá, Presidente da Câmara Municipal das Velas (S. Jorge) ;
- Biblioteca Municipal de Santarém.

Do estrangeiro recebemos valiosos informes dos :

- Dr. W. J. Van Balen ;
- J. Van Beylen, Assistente da «Stad Antwerpen» ; e Bibliotecário da «Académie de Marine de Belgique» ;
- Prof. P. Bonenfant, da «Académie Royale de Belgique» ;
- Barão Drion de Chapolis ;
- Louis Michiels, Cônsul de Portugal em Bruxelas ;
- Pierre Quarré, Conservador do Museu de Dijon ;

- Albert Tonneau, Secretário Geral Honorário da «Académie de Marine de Belgique» ;
- Charles Verlinden, Professor da Universidade de Gand e Membro da «Académie Royale Flamande des Sciences» ;
- Académie de Marine de Belgique ;
- Académie Royale de Belgique (Comission Royale d'Histoire) ;
- Bibliothèque Royale de Belgique ;
- Nederlandsch Historisch Scheepvaart Museum ;
- Stad Antwerpen.

Introdução

Como a bruma que, muitas vezes, envolve aquelas ilhas, não está ainda definitivamente esclarecido o problema do descobrimento dos Açores.

A quem, tomada a palavra descobrir no seu sentido literal (achar o que estava oculto), deve pertencer a primazia quanto a esse Arquipélago? Teriam as barcas de povos da Antiguidade abordado alguma vez aquelas terras atlânticas?

Alexandre Humboldt (1769 - 1857) fez-se eco do artigo publicado por Johan Podolyn, em 1778, nas «Memórias da Sociedade de Goeteborg», na Suécia, com o título *Algumas notas sobre as navegações dos Antigos, motivadas pelo achado em 1749 de algumas moedas cartaginesas e cirenaicas em uma das ilhas dos Açores.* (1)

Em vaso de barro, encontrado num convento, na ilha do Corvo, teriam sido achadas muitas moedas, cartaginesas e cirenaicas, das quais algumas, de ouro e cobre, chegaram às mãos do padre Henrique Florez, historiador e numismata espanhol (1701-1773).

(1) — A. Humboldt, *Examen Critique*, T. II, pags. 237-240, ref. in «Arquivo dos Açores» vol. III págs. 111-113.

Sobre a matéria ver, também, J. Agostinho, *Achados Arqueológicos nos Açores*, in «Açoreana», Vol. IV, Fasc. I, Angra 1946, pág. 101.

Não negando a possibilidade de que, por efeito da força dos ventos que chega a vencer a das correntes marítimas, navios fenícios ou cartagineses tenham sido levados até aos Açores, Humboldt aventa a hipótese de que os árabes ou os normandos, ao visitarem o Arquipélago, na Idade Média, poderiam ter levado as moedas das costas da Sicília e de Tunes, onde é de admitir tivessem sido encontradas, embora lhe haja parecido estranho que só essas moedas e não outras, contemporâneas deles, hajam sido abandonadas no Corvo.

Nenhuns esclarecimentos foram alguma vez dados no tocante a quem teria descoberto essas moedas; e não existiu convento na ilha do Corvo, como afirmou Podolyn, se bem que não seja de pôr, inteiramente, de parte que se pudesse tratar de outra ilha dos Açores, talvez as Flores — muito próxima da do Corvo — e que na Cartografia primitiva aparece com a designação de *Corvi marini* ⁽²⁾. E nas gentes daquelas terras também não ficou memória do evento.

Acresce que, na opinião do Tenente-coronel José Agostinho, «não é nada provável que navios tivessem sido arrastados pelos ventos das costas ocidentais de África para os Açores», por razões que fundamenta ⁽³⁾. É igualmente muito improvável que embarcações com o calado e características daquela época, pudessem ter vencido a distância que as separava do Arquipélago e a braveza do mar em tais paragens.

Afirmou Damião de Gois que existiu, no cume de certa serra da ilha do Corvo, «uma estátua de pedra posta sobre uma lage, que era um homem em cima de um cavalo em osso, e o homem vestido de uma capa com bedem, sem barrete, com uma mão na coma do cavalo, e o braço direito estendido, e os dedos da mão encolhidos, salvo o dedo segundo, que os latinos chamavam index, com que apontava contra o poente», estátua pela qual se teria interessado o Rei D. Manuel, que enviara Duarte Darmas fazer-lhe

⁽²⁾ — Manuel de Menezes, *O Problema da descoberta e povoamento dos Açores, em especial da Ilha Terceira*, in «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira», vol. V, 1947, pág. 22.

⁽³⁾ — J. Agostinho, *art. e loc. cit.* pág. 103.

o debuxo e, depois, «um homem engenhoso» tirar e trazer-lhe «aquela antigualha», o que não teve lugar por ter sido no entretanto «desfeita de uma tormenta».

Ainda no parecer de Damião de Gois, teria vindo para Lisboa «a cabeça do homem com o braço direito com a mão, e uma perna, e a cabeça do cavalo, e uma mão que estava dobrada e levantada, e o pedaço de uma perna; o que tudo esteve no guarda-roupa del-rei alguns dias, mas o que depois se fez destas coisas, ou onde se puseram, eu não o pude saber» (4).

Gaspar Fructuoso, primeiro cronista açoriano, nas *Saudades da Terra e do Ceo* — escritas entre 1580 (?) e 1591 — demorou-se neste ponto, havendo glosado o que dissera Damião de Gois, aventando que «a opinião que o dito cronista d' esta antigualha tem é que esta gente que veiu ter a esta Ilha e n' ela deixou esta memória, poderia ser de Noruega, Gothia, Suécia ou Islanda . . .», (5) se bem que noutro passo haja dito que «cartagineses parece . . . acharam algumas destas Ilhas dos Açores . . . » (6).

Referiu-se, em escrito recente, que havendo o seu autor passado alguns dias no Corvo, em 1945, e tendo falado sobre a estátua com diversos habitantes da ilha, lhe disseram «que na ponta do noroeste havia de facto uma pedra, no alto da rocha, com a figura de um cavaleiro. Não tardou que me levassem . . . até um ponto a sudoeste da ilha, donde na realidade pude ver que a figura do cavaleiro era uma realidade»; mas ao fazer em terra o reconhecimento do local, concluiu «que só visto de sudoeste é que o rochedo apresenta aquela configuração de cavaleiro, devida puramente ao acaso. Dos outros ângulos não é mais do que um bloco de basalto que resiste tenazmente à erosão que os vendavais produzem ali e noutros locais expostos desta e doutras ilhas» (7).

(4) — Damião de Gois, *Crónica do Príncipe D. João*, Cap. IX págs. 25-26, Coimbra, 1905.

(5) — L.º I, Cap. XXII, in *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, precedida de um ensaio crítico por M. Monteiro Velho Arruda, Ponta Delgada, 1932, pág. 32.

(6) — Idem, *ibidem*, pág. 28.

(7) — J. Agostinho, *art. e loc. cits.* pág. 98.

Tal explicaria o que foi dito acerca da estátua da ilha do Corvo, não inteiramente invenção, mas obra da Natureza, confundida naqueles recuados tempos com factura de homem.

No entanto, se se não conseguiu até agora a prova de que as moedas e a estátua, de que fizemos menção, existiram, também não é exacto que se haja provado que foram simples invencionices. Ainda nos fins do primeiro quartel deste século, alguém que se debruçou com seriedade sobre o descobrimento e a colonização dos Açores⁽⁸⁾, se insurge contra a argumentação — discutindo-a — que pretende invalidar essas comprovações (?) de que povos da Antiguidade teriam pisado terra açoriana.

De resto, a ideia não é nova, pois já Duarte Pacheco Pereira no seu *Esmeraldo de Situ Orbis*⁽⁹⁾ — 1505 - 1508 ?⁽¹⁰⁾ — ao aludir às ilhas dos Açores afirma que «antigamente Górgonas se chamaram». E no mesmo sentido Isidoro de Sevilha (560-636), menciona as «insulae Fortunatae, Gorgodas e Hesperidum insulae»⁽¹¹⁾.

Mas se, quanto aos povos da Antiguidade, existem dúvidas fundadas, o mesmo parece já se não poder dizer no tocante à Idade Média, em particular ao século XIV.

Com efeito, na cartografia desse século, as Ilhas acham-se representadas, se bem que de forma imprecisa, por exemplo nos Atlas Catalão, de Abrahão Cresques, 1375-77, e Pinelli Walckenaer - 1384 ? — ; e no mapa de Soleri — 1385 — . E, em inícios do século seguinte, em datas anteriores às viagens de Gonçalo Velho Cabral, os Açores se encontram debuxados, com exactidão maior ou menor, de forma mais aproximada da realidade do que na era de Trezentos. É o que sucede também, por exemplo, no Mapa de Maciá de Viladestes — 1413 — , e em 1426 no Portulano

⁽⁸⁾ — A. Ferreira de Serpa, *Dois inéditos acerca das ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo*, in «O Instituto», vol. 65, Coimbra 1918, págs. 503 e segs.

⁽⁹⁾ — Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis* 3.ª ed. Lisboa 1954, introdução e anotações históricas por Damião Peres, pág. 120.

⁽¹⁰⁾ — *Op. cit.* na nota antecedente, Nota II, pág. 214.

⁽¹¹⁾ — Pedro de Azevedo, *As Ilhas Perdidas*, in «Archivo Histórico-Portuguez», vol. II, n.º 2, Lisboa 1904, pág. 55.

de Giacomo Girolidi; e, em datas pouco posteriores àquelas viagens para crívelmente serem por elas influenciadas, no Planisfério de Battista Beccario — 1435 — e, em 1436, na Carta de Andrea Bianco (12).

Lê-se na *História Insulana*, a respeito da forma (aliás pouco verosímil, ao que se julga) de como teria sido descoberta a ilha de S. Miguel, que ao fazerem a comunicação a D. Henrique, este «achou concordar a nova com a notícia dos Mappas antiquíssimos, que o Infante lá consigo tinha» (13).

Contudo, há quem entenda que a inclusão do Arquipélago, de resto representado, de forma mais ou menos fantasista, nos portulanos da época, teria resultado de interpolações posteriores à sua descoberta pelos portugueses.

*

* *

Apenas entrevistas ou mesmo abordadas antes dos portugueses lá chegarem, não há dúvida que a estes pertence legitimamente (com Diogo de Sunis, de Sines, de Sevilha (14) ou de Silves (15) — em 1427 —, conforme figurado na Carta de Valsequa, ou — em 1432 —, com as caravelas de Gonçalo Velho Cabral — incerteza que resulta antes de mais da política de sigilo nos Descobrimentos — (16)) terem trazido as ilhas dos Açores para a sua missão no Mundo.

Missão que pelos tempos fora (além de «arco de ponte» entre o Ocidente e o Oriente (17) se desdobrou em utilidades várias para

(12) — Ref. in *Colecção de documentos, cit.*, págs. XXXIII a LIV.

(13) — António Cordeiro, *História Insulana das Ilhas a Portugal sujeitas no Oceano Ocidental*, vol I, Lisboa, ed. de 1866, pág. 172.

(14) — *Documentos sobre a Expansão Portuguesa* - vol. I, prefácio e notas de Vitorino Magalhães Godinho, Cap. VII, Nota, pág. 208.

(15) — V. Nemésio, *Vida e obra do Infante D. Henrique*. Lisboa 1959, pág. 62; e Damião Peres, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Porto, 1943, págs. 59 a 69.

(16) — J. Cortezão, *A política de sigilo nos Descobrimentos*, Lisboa, 1960, pág. 61.

(17) — Idem, *ibidem*, pág. 62.

o País: logo a seguir ao povoamento, sob o ponto de vista económico, como abastecedoras de trigo do continente do Reino e das partes de África⁽¹⁸⁾; e na qualidade de exportadores de pastel, urzela, vinho e laranja, no decorrer dos séculos, e, hoje, de lacticínios, gado e fruta (ananazes, em particular).

Estratègicamente, e como base de apoio à navegação, nas rotas da Índia e do Brasil, a bem dizer desde inícios do século XVI e até à segunda metade do séc. XVIII; e, nos nossos dias, como porta-aviões gigante, reputado imprescindível à defesa da civilização ocidental. — É curioso notar como voltou, com a Base Aérea das Lajes, a primazia da Terceira, no Arquipélago, que praticamente desaparecera, a partir da segunda metade do séc. XIX em favor de S. Miguel—.

E deve-se acrescentar: missão humana, também, pois os açoreanos não só desbravaram e continuam a fazer progredir as suas terras atlânticas, como têm colaborado e dão o melhor do seu esforço à Nação e a vários outros países, pois libertos de certa influência deprimente do clima, é, muitas vezes, fora das Ilhas que dão o seu pleno rendimento. Muito do progresso das nossas províncias ultramarinas — a povoação de Catofe, em Angola, com a sua indústria de lacticínios em regime cooperativo, feita praticamente por jorgenses, é comprovação suficiente e bem actual —, do Brasil, de certas zonas dos Estados Unidos — a Califórnia é um exemplo —; e, mais recentemente, da Venezuela e do Canadá se deve à gente açoreana.

E, como teremos ainda ocasião de acentuar no presente estudo, é de admitir que para as qualidades positivas dos naturais do Arquipélago — fusão de povoadores vindos de diversas partes do Reino, na altura — tenha contribuído o sangue flamengo, o que nunca impediu, aliás, o lusitanismo dos açoreanos — afirmado tantas vezes no decurso da História de Portugal —.

(18) — Ref. in Helder Lima, *Os Açores na Economia Atlântica*, dissertação para licenciatura, Faculdade de Letras de Lisboa, 1961; e Francisco Carreiro da Costa, *Os Açores e o problema cerealífero português do século XV*, in «Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores», Ano I, n.º 1, Ponta Delgada, 1945, págs. 23 a 28.

*

* *

Após Gonçalo Velho Cabral ter trazido com as suas viagens (a partir de 1432) a certeza da existência dos Açores, tornava-se necessário preparar as Ilhas para receberem aqueles que as haviam de povoar e no intuito de impedir que outras nações as pudessem vir a disputar aos portugueses, evitando-se o que o Infante designou expressivamente por «agressor senhorio» (19).

Assim, em carta de D. Afonso V, de 2 de Julho de 1439 — considerada o mais antigo diploma régio que se conhece sobre os Açores (20) —, escreve-se que «o Infante Dom Anrique meu tio nos ēvyou dizer q̄ el mandara lançar ovelhas nas sette Ilhas dos Açores, e que se nos aprouguese que as mandaria pobrar. E porq̄ a nos dello praz lhe damos lugar e licença q̄ as mande pobrar».

Martim Behaim, nas *Notas que se referem aos Açores*, no «Globo de Nereberga» (1492), alude igualmente à preparação das Ilhas a fim de receberem colonos: «Depois para satisfazer as ordens d'El-Rei de Portugal, mandarão no anno seguinte desaseis navios com toda a especie de animais domesticos, e lançarão huma porção em cada Ilha para multiplicarem» (21).

Pelo seu lado, Valentim Fernandes (como se apelidou em Portugal o alemão conhecido por Valentim da Morávia) afirmou na *Descrição das Ilhas do Atlântico — Ilhas dos Açores* (1507) haver «grande criaçam de vacas e porcos e ovelhas de que fazem muyta carne que levam para portugal e muito sevo»(22).

E, conforme acentuou Gaspar Fructuoso, a fertilidade das terras permitia e convidava ao povoamento do Arquipélago: «são

(19) — Carta da Capitania da Ilha Terceira a Jácome de Bruges (1450), in *Saudades da Terra*, Livro 6.º — Cap. VII, in *Colecção de Documentos cit.*, pág. 80.

(20) — A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V*, L.º 19, fol.º 14.

(21) — «Arquivo dos Açores», vol. I, págs. 442-43; e *Colecção de Documentos*, cit. págs. 12 e 13.

(22) — «Arquivo dos Açores», vol. I, págs. 145 e segs.; e *Colecção de Documentos* cit., pág. 17.

muito temperadas (as ilhas) de inverno e verão, e mui viçosas de fontes e ribeiras de muito boas águas e frutas, especialmente de espinho, de toda a sorte. São tão abundantes de pão que, logo no princípio do seu descobrimento, dava cada moio de terra, semeada de trigo ou cevada, 40, 50, ou 60 moios»⁽²³⁾.

Os primeiros colonos devem ter chegado ao Arquipélago cerca de 1439 ou 1440 ⁽²⁴⁾. E, já em 1449, começaram ao que parece, a vir flamengos para os Açores. Nesse ano, teria desembarcado na Terceira Jácome de Bruges ⁽²⁵⁾ — van Brugge —, a quem o Infante D. Henrique confiou, no ano seguinte, aquela ilha «ao presente erna, e inhabitada . . . e me apras que elle a pouoe de qual quer gente que lhe aprouuer, que seja de fé catholica, e sancta de nosso Senhor Jesus Xpo» ⁽²⁶⁾. — Já nesta altura Portugal dava exemplo de bom acolhimento a povos de origens várias — .

Outros flamengos se lhe seguiram, formando núcleos estáveis, quer na Terceira, quer, sobretudo, em S. Jorge e no Faial.

Sobre eles e a sua influência no Arquipélago nos vamos debruçar no prosseguimento deste trabalho.

⁽²³⁾ — *Saudades da Terra*, 1.º 6, Cap. I, in *Colecção de Documentos*, cit. pág. 62.

⁽²⁴⁾ — *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, cit., vol. I, Cap. VII, pág. 209.

⁽²⁵⁾ — M. de Menezes, *est. e loc. cit.* pág. 54.

⁽²⁶⁾ — Carta do Infante D. Henrique, de 1 de Março do 1450, transcrita nas *Saudades da Terra*, 1.º 6.º — Cap. VII, in *Colecção de Documentos*, cit. pág. 80 e 81.

CAPÍTULO I

Determinantes Genéricas que levaram os Flamengos aos Açores

Quando se procura examinar o contributo flamengo nos Açores, na segunda metade do século XV, por ocasião do seu povoamento, surgem duas interrogações: qual a razão por que teriam vindo, em número apreciável, elementos deste povo — e não de outros, pelo menos com importância e características análogas ⁽²⁷⁾ —; e os motivos que haveriam feito migrar os flamengos até ao Arquipélago.

E ao procurar-se responder a estas perguntas, impõem-se, de seguida, a *constante* das relações entre Portugal e a Flandres; e a circunstância de, precisamente na época em que apareceu nas Ilhas gente daquela origem, ser soberana, em tais partes, Isabel de Portugal, rebento da Íncлита Geração transplantado em terras de Borgonha.

(27) — É de admitir que em S. Miguel um núcleo de franceses, de que não rezam os cronistas, haja existido e deixado vestígios na pronúncia — em particular no U —; e na toponímia — na designação de Bretanha e de Arrifes, povoados daquela ilha —. Ver, por ex. José de Lacerda, *Algumas palavras sobre interesses açoreanos, notas sobre o archipélago dos Açores*, Lisboa, 1902, págs. 100 e segs.

Relações políticas e económicas entre Portugal e a Flandres

Com efeito, desde o início da existência da Nacionalidade, se pode afirmar que flamengos deram a sua cooperação a Portugal.

Não se coaduna com a índole deste estudo desenvolver a matéria; mas parece-nos que esta se entronca nas raízes históricas que uniram Portugal ao Ducado de Borgonha; e, portanto, deve ser aqui aflorada.

Já em 1147, quando da tomada de Lisboa, foi de monta o auxílio do núcleo comandado por Cristiano de Gistell; e, de novo, na conquista de Silves, em 1189, tomaram nela parte activa flamengos, cumulando a qualidade de guerreiros com a de mercadores que não esqueciam esta última profissão ⁽²⁸⁾. No ano de 1200, receberam os flamengos pingues terras de lezíria, entre Santarém e Alenquer, onde fundaram a Vila dos Francos, a actual Azambuja, o que mostra que as concessões de bens imóveis a eles, não começaram, no século XV, nos Açores.

Alianças dinásticas cimentaram igualmente as boas relações entre a Flandres e Portugal: a de D. Teresa, filha de D. Afonso Henriques, que depois se chamou Matilde, com Filipe de Alsácia, conde da Flandres; e a de D. Fernando, filho de D. Sancho I, com D. Joana, condessa da Flandres.

As relações comerciais não tardaram, pois há notícia de, em 1194, ser aguardada em Bruges (onde nunca chegou, por haver sido tragada pelo mar) nave portuguesa, com carregamento de madeira, azeite e melão; e, decorrido um século, D. Diniz (Carta de 1293), sancionou e confirmou uma sorte de bolsa de commercio, que se desejava instituir na Flandres.

Nos séculos seguintes se incrementaram as relações comerciais, exportando-se mel, cera, azeite, passas de figo e de uva, cor-

(28) — Cf. A. Iria, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 2, tomo I — *O Algarve e os Descobrimentos*, Lisboa, 1956, pág. 262.

tiça, grã, peleteria, coiro, vinho, etc.. Da Flandres vinham têxteis : os tão apreciados panos com que se vestia grande parte da Europa do tempo, e, também, tapetes, móveis, cavalos e madeira de carvalho ⁽²⁹⁾.

Como se acentuou em trabalho recente e bem documentado sobre a Feitoria Portuguesa na Flandres, o «incremento das relações polfticas e diplomáticas com a Inglaterra e com a Borgonha vão constituir preocupação constante dos reinados de D. João I (1385-1433), D. Duarte (1433-1438) e D. Afonso V (1438-1481)»⁽³⁰⁾.

A carta de seguro, passada em 1387, pelo 1.º Duque — Filipe o Ousado —, concedia aos mercadores e capitães de navios portugueses a possibilidade de desembarcarem em qualquer local do Ducado de Borgonha e Condado de Flandres, aí levarem as suas mercadorias e transacioná-las; adquirir outras e transportá-las sem impeço. Pelo seu lado, os mercadores flamengos podiam proceder análogamente, em Portugal ⁽³¹⁾.

Nem sempre tudo correu, como é, aliás, natural, sem atritos de parte a parte. Mas, por Carta de 2 de Novembro de 1438, de Filipe o Bom, datada de Bruxelas, reconhece-se que não devem ser feitos ou postos aos portugueses «empeschement ne destourbier en leurs coustumes et vsaiges anchiens» ⁽³²⁾. E, por meados do mesmo século, D. Afonso V, deu razão a queixas apresentadas

⁽²⁹⁾ — A. Braancamp Freire, *Maria Brandoa, a do Crisfal*, Cap. II. *A Feitoria da Flandres* in «Arquivo Histórico Portuguez», vol. VI n.ºs 8 a 11, Lisboa, 1908.

Sobre o assunto ver tambem : Emile Van den Bussehe, *Flandre et Portugal. Mémoires sur les relations qui existèrent autrefois entre les Flamands de Flandre — particulièrement ceux de Bruges — et les Portugais*, in «La Flandre», Tomos IV e V; cit. in Jules Mees, *Histoire de la découverte des îles Açores et de l'origine de leur dénomination d'îles flamandes*, Université de Gand «Travaux de la Faculté de Philosophie et Lettres», fasc. 27, 1901.

⁽³⁰⁾ — Cf. A. H. de Oliveira Marques, *Notas para a História da Feitoria Portuguesa na Flandres, no século XV*, in «Studi in Onoro di Amintero Fanfani», Milão, 1962, pág. 453.

⁽³¹⁾ — Idem, *ibidem*, pág. 454, nota 52.

⁽³²⁾ — A. Braancamp Freire, *Maria Brandoa, est. e loc. cit.*, pág. 425.

por flamengos residentes em Lisboa, acentuando ser o seu despacho favorável «por nos prazér a dita nação em nossos reinos ser bem recebida e tratada» ⁽³³⁾.

Ora, foi na segunda metade do século XV e, com mais exactidão, ao que parece, no seu terceiro quartel, quando as nossas relações com a Flandres atingiram grande incremento, que vemos chegar os flamengos aos Açores. São, com efeito, de 1450 e de 1466, respectivamente, as cartas de Capitães-donatários outorgadas a Jácome de Bruges — *van Brugge* —, quanto à Terceira, e a Jorge de Utra — *van Hurtere* — no que toca ao Faial.

2

A acção de Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha e Condessa de Flandres

Acerca do papel desempenhado por esta nossa Infanta (que foi Duquesa de Borgonha e Condessa de Flandres durante largo período, de Janeiro de 1430 a Dezembro de 1472) no que respeita à vinda dos flamengos para os Açores, existem referências em escritos de estrangeiros, ainda do século XV e de inícios do seguinte; e em crónica sobre aquelas Ilhas, dos meados de Seiscentos, se bem que não com a precisão e o desenvolvimento que seriam para desejar.

Lê-se, com efeito, nas *Notas que se referem aos Açores*, no «Globo de Nuremberga», de Martim Behaim (1492):

«Insule dos Azores vel Catherides. As sobreditas ilhas foram povoadas no ano 1466, quando o rei de Portugal as deu, depois muitas instâncias, à Duquesa de Borgonha, sua irmã, de nome Isabel.

Havia então, em Flandres, grande guerra e extrema miséria; e a dita Duquesa mandou de Flandres, para estas ilhas muita gente, homens e mulheres, de todos os officios, assim como sacerdotes e

(33) — Idem, *ibidem*; pág. 329.

tudo o que pertencia ao culto religioso; como também diversos navios carregados de móveis e de quanto é necessário à cultura das terras e à construção das casas; e deu durante dois anos o que podiam necessitar para subsistir; afim de que, no decorrer do tempo, se pensasse nela. . . .»⁽³⁴⁾.

Quanto a Valentim Fernandes Alemão, na sua *Descrição das ilhas do Atlântico*, datada de 1507, ao tratar do Faial, referiu:

«Fayal ylha ou por outro nomen chamada Ylha dos framengos, porque felipe duque de borgonha casou com a filha delrey don duarte, irmã delrey don affonso o quinto rey de portugal. Em cujo tempo forom achadas estas ylhas. E por rogo da dita senhora os homens que mereciam morte civil mandou que fossem degradados para esta ylha pello qualUtre homem honrado framengo pedia a capitania della e lhe foy outorgada e confirmada em portugal,»⁽³⁵⁾.

Já no século XVII Frei Diogo das Chagas, no *Espelho Cristalino em jardim de várias flores* (1645-1646), cujo manuscrito original pudemos compulsar e fotocopiar naquilo que mais directamente interessava ao nosso trabalho, no Artigo 1.º, *dos Capitaes, que tem tido a Ilha do Faial do prim.º ate os nossos tempos, e de alguãs Couzas mais Dignas de memoria*, alude também a Isabel de Portugal ao referir-se a Jorge de Utra: «. . . . averem tido os Pays e Avós do ditto Capitão, conforme hum papel feito em Flandres a 8 de Fevereiro de 1492, aonde se contem os titulos e nobreza da descendência deste illustre Capitão e de outro mais passado a 4 de Julho de 1467, feito pella Sñra Duqueza Izabella Infanta de Portugal. Consta estar elle em sua caza em seu serviço, no officio

(34) — M. Behaim, *Notas que se referem aos Açores no Globo de Nuremberg* — Ref. in *Colecção de Documentos, cit.*, pág. 13.

Sobre o assunto ver também:

A. Ferreira de Serpa, in «*Revista Portuguesa de Arqueologia*» n.º 1, págs. 23 e 24; e *Martinho de Bohémia*, in «*Sep. do n.º 9 do Bol. da Sociedade de Geographia de Lisboa*», 1904.

(35) — *Descrição das ilhas do Atlântico, Ilhas dos Açores*, in *Colecção de Doc. cit.*, págs. 18 e 19; e Ferreira de Serpa, *Revolta de Flamengos*, sep. do n.º 4, da 22.ª série, do «*Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*», 1904.

de Panadeiro, que he o mesmo que viador e que vindo se p^a Portugal lhe deu Cartas p^a seu sobrinho El Rey Dom João 2^o, recomendando-lhe, e dizendo lhe, quem elle era, e D'el Rey foi bem recebido. . . »⁽³⁶⁾.

Em todos estes escritos se notam erros. Assim, Martim Behaim declara ser Isabel irmã do rei, quando era de facto tia de D. Afonso V; Valentim Fernandes atribui a paternidade da Duquesa a D. Duarte que não passava de seu irmão e insiste em chamar-lhe irmã de D. Afonso V. Pelo seu lado, Frei Diogo das Chagas, ao afirmar que Isabel deu a Jorge de Utra cartas para D. João II, também se deve ter equivocado, pois no ano em que ela faleceu ainda reinava D. Afonso V, que se manteve no trono por mais dez anos; o filho D. João, à data da morte da Duquesa, tinha somente 16 anos. Mas todos afirmam, de algum modo, a actuação de Isabel de Portugal, Condessa de Flandres.

Dos três que ficaram citados, o que mais próximo esteve dos acontecimentos foi Martim Behaim, que nascido ao redor de 1459, viveu anos no Faial e foi aparentado com o primeiro Capitão-donatário dessa ilha, a quem chama, nas *Notas* citadas, do seu «Globo», «meu querido senhor sogro». Nele se deve, por consequente, depositar maior crédito, se bem que nem sempre haja sido muito verdadeiro nos seus escritos. Nas próprias *Notas* memoradas asseverou que «o rei de Portugal as dêo (as Ilhas) depois de muitas instâncias, a Duquesa de Burgonha . . . », afirmativa de que, até hoje, não foi encontrada confirmação. De resto não é de admitir que a Coroa cedesse o Arquipélago a princesa casada com soberano estrangeiro, se bem que nascida Infanta de Portugal.

É contudo de notar, a este respeito, que o Visconde de Santa-rém, inseriu, a título de efemérides, no ano 1466, a seguinte nota: «El Rei D. Affonso fez doação das ilhas dos Açores a sua tia Infanta D. Izabel, Duqueza de Borgonha»⁽³⁷⁾.

O asserto é baseado, segundo nota que inseriu na Obra citada,

⁽³⁶⁾ — Carlos Mesquita, *Notas* ao artigo 3.^o do Capitulo 18.^o do *Espelho Chrystalino*, in «Arquivo dos Açores», vol XIII, 1919, pág. 338.

⁽³⁷⁾ — *Quadro Elementar das Relações Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo*, Paris, 1843, vol. III, pág. 101.

no que disse o Barão de Reiffemberg (1795-1850), nas *Anciennes Relations de la Belgique et du Portugal* ⁽³⁸⁾. Mas este não refere argumentação convincente; e é facto incontroverso, que por cartas de D. Afonso V, de 2 de Setembro e 3 de Dezembro de 1460, haviam sido doadas as ilhas do Arquipélago (embora se não faça menção de todas, ao menos pelos nomes com que ficaram), a seu irmão o infante D. Fernando, filho adoptivo de D. Henrique. E na carta de capitania passada pelo infante D. Fernando a favor de Jorge Dutra, em 1468, em vários passos se acentua, «minha Ilha do Faial», o que não deixa lugar a equívocos ⁽³⁹⁾.

Mas se não foram cedidas as ilhas açoreanas à Duquesa de Borgonha, é de crer que lhe hajam sido outorgadas facilidades com respeito ao seu povoamento por flamengos, seus súbditos; e, nesse sentido, a sua actuação tem de ser posta em destaque.

A influência de Isabel no que respeita à contribuição flamenga tem sido reconhecida pela generalidade dos escritores que da matéria se ocuparam, no século passado e no actual. Em data bastante próxima (1951), Luc Hommel pôs em destaque: «De seu outro irmão, Henrique o Navegador, ela obtem, para os colonos flamengos, a concessão de várias ilhas do Arquipélago açoriano (daí o nome de *Ilhas Flamengas*, que, até ao século XVIII figurará nas cartas geográficas para designar os Açores)» ⁽⁴⁰⁾.

*

* * *

Possuiria, na verdade, Isabel de Portugal as qualidades precisas para se lhe poder atribuir a acção à qual existem alusões mas a que falta comprovação em documentos oficiais ?

Para uma tentativa de resposta, na medida do possível, a tal

⁽³⁸⁾ — pág. 128.

⁽³⁹⁾ — *Colecção do Doc. cit.* págs. 152 a 155; e A. Ferreira de Serpa, as *Doações das Ilhas do Faial e Pico ao Flamengo Josse de Hurtere (Jós de Utra)*, in «Correio da Horta», de 15-12-1931.

⁽⁴⁰⁾ — *Marie de Bourgogne ou le Grand Héritage*, 4^{ème} édition, Bruxelles — Paris, 1951, pág. 177.

questão — que é um dos pontos importantes deste estudo — há que debuxar o perfil daquela nossa Infanta.

Depois do que lemos e voltámos a compulsar sobre a Princesa, uma convicção se radicou em nós: que, apesar de vários autores se terem inclinado sobre a sua personalidade, não existe, acerca, dela, retrato de corpo e alma, que abarque as suas qualidades políticas e morais. Não negamos que o tema nos seduz; mas reconhecemos que não é agora a oportunidade de o tratar com a amplitude que desejaríamos.

Contudo, este trabalho ficaria incompleto se não esboçássemos nas suas grandes linhas, a figura de Isabel, que, entre os muitos títulos que legítimamente lhe pertenciam, usou o de Condessa da Flandres, qualidade que nunca esqueceu.

Nascida em Évora, no dia 21 de Fevereiro de 1397 ⁽⁴¹⁾, tomou, aos 18 anos, o papel do que hoje se chamaria a primeira dama do Reino; e desta forma se manteve durante 13 anos, até ao casamento de seu irmão D. Duarte em 1428; e, assim, praticamente, até à sua partida para a Borgonha, no ano seguinte. Portanto, teve prática suficiente para o ofício que havia de desempenhar em Borgonha e na Flandres.

A permanência de seu irmão, o Infante D. Pedro, nos domínios de Filipe o Bom (1425-26), durante a qual visitou Bruges e Gand; e o acréscimo incessante no intercâmbio de comércio entre essas partes e Portugal, julga-se terem sido os motivos que mais contaram para que, aquele que foi talvez o mais notável dos «Grands-Ducs du Ponant», se resolvesse a casar com a Princesa ⁽⁴²⁾.

À decisão não deve ter sido estranho querer, também Filipe dispor de mais uma carta — unindo-se a uma Lancaster —, no seu jogo entre a França e a Inglaterra.

Depois de retratada em Sintra por Van Eyck, de 14 de Janeiro a 12 de Fevereiro de 1429, que viera como representante do Duque e com esse encargo, foi recebida, em 25 de Julho seguinte, «por compaigne et espouse de mon dit seigneur de Bourgoingne».

⁽⁴¹⁾ — Cf. D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, vol. II Lisboa 1735, pág. 115.

⁽⁴²⁾ — A. H. de Oliveira Marques. *Est. e loc. cit.* pág. 455.

Após festas brilhantes, embarcou, em nau portuguesa, no último dia de Setembro daquele ano, só havendo, porém, partido definitivamente em 17 de Outubro seguinte.

Passados grandes perigos, junto de Inglaterra «le XXVIII^e d'icelluy mois – Novembro – . . . bien avant en la nuit, les piloz par erreur laisserent le chemin des naves et vindrent pres du camp de Caisart a la poincte d'Angleterre, en grant aventure de naufrage et de perillier».

Em 25 de Dezembro, chegou finalmente à sua nova pátria, «Ma dite dame vint au port de L'escluze et, par la grace de Dieu y arriva saine et en bon point et ceulx de sa compaignie, le jour de Noel, environ heure de medy». E, no dia 3 de Janeiro de 1430, foram celebradas as bodas: «. . . vint mon dit seigneur de Bourgoingne en l'ostel ou ma dite dame sa compaignie, estoit logée à l'Escluze. . . et la, environ VI heures du matin. . . furent par maistre Jehan Toisi, l'evesque de Tournay, qui adonc revesti en pontifical fist l'office de la messe, faictes les espousailles de mon dit seigneur et de ma dite dame, en leurs personnes. . .»⁽⁴³⁾.

Solenizadas as bodas com a instituição do Tosão de Ouro: «le 10 Janvier qui était le jour de la solemnité du mariage célébré à Bruges entre nous et noble très chère, et très aimée épouse Elizabeth avons institué cet Ordre»⁽⁴⁴⁾, começou a existência de Isabel de Aviz como Duquesa de Borgonha e Condessa de Flandres.

Durante a sua estadia em Borgonha foi com gosto que acolheu muitos portugueses que passaram a fazer parte da sua corte. Entre outros conhecemos os nomes de: Mór Gonçalves, — «quondam nutrix ill^{mae} D. Isabellæ Lusitanæ, uxoris Philipi Boni Duxcis Bur-

(43) — Baronesa Amaury de la Grange, *Itinéraire d'Isabelle de Portugal Duchesse de Bourgogne*, in «Annales du Comité Flamand de France», Tomo XLII, Lille, 1938, págs. 1 a 176.

(44) — Conde de Sabugosa, *Gente d'Algo* — D. Isabel Duquesa de Borgonha, 3.^a ed., 1923, págs. 89 e 90.

gundiæ, comitis Flandriæ...», segundo epitáfio na sua sepultura —; Leonor Rodrigues — «... Leonor Royz, que anda com a duquesa de Bergonha, minha muyto prezada e amada tya, ...», conforme se lê em documento de D. Afonso V, de 19 de Janeiro de 1444 —; João Vasques, que foi «maitre d'hôtel de Dame Isabeau»; Vasco de Lucena, literato, que depois de ter servido Isabel e seu filho Carlos o Temerário, passou, em Janeiro de 1477 a *échanson* de Margarida de York, sua viúva; Vasco Queimado de Villa Lobos, «camareiro do Conselho dos Duques Filipe e Carlos»; Pedro Anes, João Esteves e Diogo Affonso, que foram respectivamente mantieiro, saquiteiro e cozinheiro da Infanta; seis besteiros da sua comitiva e vários criados ⁽⁴⁵⁾.

Nau da Duquesa vinha com certa frequência a Lisboa, assegurando as suas relações com Portugal, conforme se deduz de documento da Chancelaria de D. Afonso V: «... fazemos saber que a duquesa de Bergonha minha thia, nos enviou dizer que ela mande per vezes trazer de Frandes algũas coussas... e isso mesmo mande leuar de nossos Reinos pera onde ela esta outras coussas...» ⁽⁴⁶⁾.

Através do seu Itinerário, ficamos a conhecer algo das múltiplas actividades que desenvolveu: conferências e correspondência com o Papa, reis, príncipes, duques, bispos e embaixadores. Relações várias com os seus súbditos, para assuntos de Estado e no próprio interesse deles, pagando, por exemplo, o necessário para os libertar do cativo devido às lutas que então se travavam. Contactos, muito frequentes, com o marido: em numerosas ocasiões assistimos à partida de «chevaucheurs pour porter hastivement jour et nuit lettres closes touchans certaines matièrès secrètes de par Madame la duchesse» ⁽⁴⁷⁾.

De vez em quando surgem alusões às coisas portuguesas:

Assim, em 13 de Agosto de 1440, são levadas cartas da Duquesa ao «doyen de Vergy qui estoit parti deux jours paravant

⁽⁴⁵⁾ — Sousa Viterbo, *D. Isabel de Portugal, duqueza de Borgonha*, in «*Arquivo Histórico Português*», vol. III, n.ºs 3 e 4, Lisboa, 1905.

⁽⁴⁶⁾ — A. N. T. T. — *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fol. 77.

⁽⁴⁷⁾ — *Itinéraire d'Isabelle de Portugal*, op. cit.



Isabel de Portugal e Filipe-o-Bom (pintura sobre madeira, existente na Abadia de S. Pedro, em Gand).

de la dicte ville de Bruges pour aler en ambassade ou pays et royaulme de Portugal, touchans les dictes lettres aucunes matieres dependans de la dicte ambassade. . . . ».

No ano de 1450, em diversos dias, está em convívio com «Jaques Mons^r de Portugal», seu sobrinho, filho do Infante D. Pedro e mais tarde Cardeal de Florença, o qual se refugiara na Flandres depois de Alfarrobeira e cujo túmulo (na Igreja de S. Miniato, junto de Florença, que remonta aos inícios do século XI) obra de Rosselino, faz sempre lembrado em todo o mundo.

No mesmo ano, encontramos-a ao lado de «Mademoiselle de Quimbre», também sua sobrinha, igualmente filha de D. Pedro, que casou com Adolphe de Clèves e de la Marck, Senhor de Ravenstein.

Em 1451, no dia 8 de Março, parte um «chevaucheur» para levar «lettres closes» de Filipe o Bom a «Madame la duchesse. . . estant a Bruges, pour aucunès choses touchans le voiage que Jaque Mons^r de Portugal fait à Romme ». E no dia 28 de Março de 1459, de novo vemos figurar Beatriz de Portugal no envio de cartas do Duque, desta vez apelidada de «Madame de Ravenstein».

Mas nem tudo no *Itinerário* são acontecimentos gratos: em Março de 1453, «Messire Simon de Lallaing» é convocado «affin de venir à 1' encontre de Madame la duchesse sur le chemin en allant de Lille à Bruges pour 1' accompaignier et conduire pour doubte de ceulx de Gand»; e em 7 desse mês escapa a «une embûche tendue sur la route par les Gantois».

Estes acontecimentos foram, crívelmente, daqueles que, como analisaremos mais tarde, constituíram uma das causas que levaram súbditos dela até aos Açores.

*

*

*

Logo em 1435 a Duquesa contribuiu para a aproximação entre a Borgonha e a França, através do Tratado de Arras, de que Filipe o Bom foi o principal beneficiário. Mais uma vez, em 1438, intervém com êxito nas negociações para apaziguar o conflito entre a Inglaterra e os seus estados. Sempre diplomata, influiu muito de perto, em 1440, nas tratativas que levaram à libertação de Charles d'Orléans, prisioneiro desde há muito dos ingleses. Sem pôr de parte Filipe o Bom, não se esquece ela de citar Isabel, nos versos que — como poeta que era — compôs na altura :

« vous laissez mon cœur en gage
 Pour toujours, sans jamais fausser.
 Si me veuillez recommander
 A ma cousine ; car croyez
 Que en vous deux, tant que vivrez
 J'ai mis toute ma fiance.
 »

E quando a encontrou, ter-lhe-ia dito : « Madame, vu que vous avez fait ma délivrance, je me rends votre prisonnier ».

Vêmo-la tomar parte, em 1442, na entrevista, em Besançon, entre o marido e o imperador Frederico III, que a tratou com as maiores deferências : « et ne passait point la tête de son cheval l'endroit ou était assise ma dite Dame laquelle avait toujours le visage de vers l'empereur ».

Sempre desejosa de proteger os menos afortunados, intervém, em 1445, em favor de René d'Anjou, conde da Provença e rei de Nápoles e da Sicília, que capturado por Filipe, em Dijon, tinha ficado de pagar quantia muito importante à Casa de Borgonha. Para lhe pôr termo, propõe-se ceder as cidades fortificadas da Lorena, mas Carlos VII de França opõe-se, pois desejaria que a ele fossem entregues. É Isabel que dirime o conflito.

Toma parte nas negociações com o Papa Nicolau V para que

se realizasse uma cruzada contra os turcos, logo a seguir à tomada de Constantinopla; e preside ao banquete e ao torneio que em 1454 se realizaram em Lille e que, pela sua magnificência, ficaram célebres sob a designação de «Festin du Faisan».

O seu espírito conciliatório actua, também, na querela grave entre Filipe o Bom e o filho de ambos, Carlos o Temerário, em 1457, conseguindo a reconciliação que tão difícil parecia ⁽⁴⁸⁾.

Já governando Carlos o Temerário, está presente nas negociações com a Inglaterra (1467), destinadas a conseguir uma aliança. É a sua mãe — Madame la Grande — que o Duque «a donné charge de telles et si grandes matières» ⁽⁴⁹⁾.

Toda a vida procurou a concórdia e a paz. Sob este ângulo, a sua actuação encontra-se definida na resposta que deu, certa feita, a uma delegação das mulheres de Paris que lhe foram rogar que intercedesse pela paz: «Mes bonnes amies c'est la chose au monde dont j'ay le plus grand désir, et dont je pris plus le Seigneur, notre Dieu, jour et nuict, pour le très grand besoin que je voy qu'il en est».

Amostra do seu carácter e da concepção em que sempre teve a honra estão definidas na resposta que, por ocasião da «mortelle guerre» com os habitantes do Gand, deu a seu filho quando o trouxeram para que o retivesse junto de si, a fim de evitar que pudesse vir a morrer com seu pai, pondo desta forma fim à dinastia, e Chastellain arquivou: «Or doncques, mon fils, puisque Monseigneur vostre père est en la guerre à l'encontre de ses rebelles et desobéissans subjects pour son honneur, hauteur et seigneurie garder, pour laquele cause, mon fils je vous pryé que demain au matin vous retournez devers luy, et gardez bien que, en quelconque lieu qu' il soit, pour doute de mort, ni autre chose en ce monde qui vous pust advenir, vous n'eslongiez sa

(48) — C. Looten, *Isabelle de Portugal Duchesse de Bourgogne et Comtesse de Flandre*, in «Annales» du Comité flamand de France», tomo XLII, Lille, 1938; e «Revue de Littérature Comparée», tomo XVIII, 1938.

(49) — Luc Homel; *Marguerite d'York ou la Duchesse Junon*, Paris, 1959, pág. 33.

personne, et qu'en vostre cœur ne ait une seule estincelle de lacheté, telle que nul s'en pust appercevoir» (50).

*

* *

Embora retirada no Convento de Motte-au-Bois, em plena floresta de Nieppe, a seguir a Carlos o Temerário haver tomado, em 1466, o título de tenente-general e de ter sucedido, na prática, a seu pai, Isabel não deixa de acudir junto do marido, gravemente doente, confortando-o na morte. Poderia ter procedido de outra forma pois tinha razões para tal, ela que sempre lhe havia sido dedicada, o que bem simbolizara na figuração heráldica que adoptou, pois a cercadura dentro da qual pôs as suas armas, era, à maneira de divisa, como que um jardim cerrado («hortus conclusus») da sua fidelidade. Já o marido não actuava de forma análoga, dado que nunca cumpriu o mote que colocou, depois do casamento, junto do seu brasão: «Aultre naray» (51).

Pouco mais viveu, pois expirou em 17 de Dezembro de 1471, naquele Convento, nas vizinhanças de Aire-sur-la Lys, tendo junto de si o filho, soluçante, a quem sempre tanto quiz, e, a nora, Margarida de York: «rendit à Dieu son deu de nature entre trois et quatre heures du soir» (52).

Há certo tempo já que, no dizer do cronista Chastellain, vivia «comme une pauvre femme», e «par humilité non vue pareille elle curait et sollicitait toutes manières de gens malades, de ses propres mains les baignait et remuait leurs plaies, les revêtait de draps qu' (elle) même fit faire, leur donnait argent et viande et les administrait» (53).

Durante a sua vida criara, dotara e mantivera, com generosi-

(50) — Luc Homel, *Marie de Bourgogne, cit.*, págs. 165 e 174.

(51) — Pierre Quarré, *Plaques de fondations d'Isabelle de Portugal duchesse de Bourgogne, aux Chartreuses de Bâle et Champmol-les-Dijon*, Basel, 1960, págs. 32, 33 e 34.

(52) — Luc Homel — *op. cit.*, págs. 72-73; e *Itinéraire, cit.* pág. 174.

(53) — C. Looten, *op. cit.*, pág. XXVII.



Brasão de Filipe-o-Bom e o de Isabel de Portugal.

dade, várias fundações pias, de que as Cartuchas de Bâle, de Champmol-les-Dijon e de Val-Saint-Esprit de Gosnay, próximo de Béthune, são exemplos. Nelas nunca esqueceu os pais e os reis seus antepassados: «... pour les âmes de ceulx après leur trespas et de défuntz de très noble mémoire les rois et reines de Portugal ...» (54).

*

* *

Piccolomini, o futuro Papa Pio II, contemporâneo de Isabel, ao referir-se-lhe, a firmava ser ela «qui, en un mot, dirigeait toutes les affaires».

Os versos seguintes, igualmente da época, atribuídos a Martin le Franc, insistem na sua «sagesse»:

«Chascun la dame bénissoit
Pour sa doulcer, pour sa sagesse,
Vive la dame, et bénit soit
Qui nous donne tele princesse!» (55)

E Chastellain qualifica-a de «noble et sainte dame, sainte chrestienne et dévotte, chaste, grande aumosnière» (56). Michelet apelida-a de «sérieuse et politique» (57). Paul Bonenfant, na sua obra *Philippe le Bon*, afirma que a Duquesa «fut très grande notamment sur la terrain diplomatique» (58).

Luc Hommel define-a como «une des grandes femmes politiques du temps»; «ayant joué un rôle de premier plan dans les affaires interieures de Bourgogne aussi bien que dans la politique internationale». E acrescenta que de todas as princesas do seu século aquela «dont le cerveau est le plus mûr, la diplomatie la

(54) — Pierre Quarré, *op. cit.*

(55) — A. Faria de Morais, *D. Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha*, inédito, in «Boletim do Arquivo Histórico Militar», 28.º vol., Lisboa, 1958, págs. 67-88.

(56) — Idem, *ibidem*, pág. 95.

(57) — *Ref.* pelo Conde de Sabugosa, *op. cit.* pág. 90.

(58) — Apud A. Faria de Morais, *est. e loc. cit.* pág. 14.

plus experte, le rôle le plus éminent est, sans conteste, Isabelle du Portugal»⁽⁵⁹⁾.

E Joseph Calmette, tão cauteloso e severo em tudo quanto escreve, reconhece que Isabel era «avenante et fine» e «sérieuse et pensive»,⁽⁶⁰⁾ pondo em destaque a sua acção construtiva.

Do que fica escrito não se nos afigura ousado concluir que a nossa Infanta haja contribuído, de facto, para que flamengos tenham povoado os Açores, logo após o seu descobrimento. E o seu interesse comunicou-se provàvelmente ao filho, que tanto s honrava da sua ascendência lusitana, («Nous autres portugais»), porquanto é natural que, pelo menos uma parte dos flamengos, haja vindo quando detinha já a governação (a partir, conforme referido, de 1466), se bem que alguns anos — cinco — ainda em vida de sua mãe.

Embora seja já de época um tanto tardia, para o que nos interessa, na entrevista de Carlos o Temerário com D. Afonso V, que teve lugar em 28 de Dezembro de 1476, não é inteiramente de excluir que o tema do contributo flamengo nas Ilhas haja sido abordado.

(59) — Luc Homel, *op. cit.*, págs. 33 e 39 ; e *Marie de Bourgogne, cit.*, pág. 161.

(60) — J. Calmette — *Les Grands Ducs de Bourgogne*, Paris, 1949, págs 210 e 232.

CAPÍTULO II

Razões específicas da migração

1 — *Situação político-económica da Flandres.*

De novo nos escudamos na autoridade dos que escreveram sobre a matéria em datas mais recuadas.

Martim Behaim afirmou, segundo já transcrevemos, que «*havia então em Flandres huma grande guerra, acompanhada de huma extrema fome*»⁽⁶¹⁾.

Valentim Fernandes assevera terem vindo «*os homens que mereciam morte cível... degradados...*»⁽⁶²⁾.

Gaspar Fructuoso, ao aludir a Guilherme da Silveira, bate a mesma tecla: «*...e a principal causa que o moveu foi porque naquele tempo havia grandes guerras em Frandes, cristãos com cristãos, onde se matava muita gente*»⁽⁶³⁾. Abunda no mesmo pensar, Frei Diogo das Chagas, também com referência a Van der Hægen, citando as «*desavenças com seu Conde*»⁽⁶⁴⁾.

(61) — *Notas, in Colecção de Documentos, cit.,* pág. 12.

(62) — *Op. cit. in Colecção supra,* pág. 18.

(63) — *Saudades da Terra, in Colecção ref.,* pág. 101.

(64) — *Manuscrito citado, cap. 18.º, Do Descb.º da Ilha das Flores, de seus primeiros povoadores e descendências e de todas as mais couzas dignas de momória.*

E a tradição mantém-se nos dizeres do Padre António Cordeiro, sempre acerca de Guilherme da Silveira: «e per o quererem lá meter em uma injusta guerra que havia entre poderosos christãos, ele . . . se sahio de Flandres. . . » (65).

Mera fantasia de todos os que ficaram memorados ?

Quando Filipe o Bom iniciou o seu governo, seu pai acabava de ser violentamente morto pelos franceses na Ponte de Montereau (1419). E até ao seu falecimento, em 1467, nunca deixou de estar, de algum modo, envolvido na Guerra dos Cem Anos, que devastou uma parte da Europa naquela época e nas lutas que se lhe seguiram e nela directamente se entroncam (66).

Ora inclinando-se a prol dos ingleses, ora procurando apoiar-se na França, que à Inglaterra se opunha, embora sempre com a meta de desenvolver acção própria favorável aos seus estados, o Duque seguiu, em matéria internacional, uma política que foi definida com justeza como «flutuante e embaraçada» (67).

Seu filho, Carlos o Temerário, ainda agravou mais a situação com a luta que foi hábilmente tramada por Luis XI. Guerra com a França até 1475; nesse período e depois, em todas as regiões para onde o empurrou aquele seu inimigo de sempre, até à morte trágica, em Nancy.

Mas não foi só no exterior que honve agitações graves nos domínios daqueles soberanos.

Assim, na Flandres, sempre irrequieta politicamente, nunca deixaram de grassar revoltas ou, pelo menos, erupções contra a Casa de Borgonha.

Nessa região, a indústria encontrava-se desenvolvida, existia

(65) — *Op. cit.*; vol. II, pág. 313.

(66) — Joseph Calmette, *op. cit.*, pág. 250: «. . . Car la grande guerre (Cem anos) n'est pas finie. Charles VII n'a pas tout réglé. Aucune paix franco-anglaise n'a marqué le terme du grand duel sous le dernier règne. C'est sous Louis XI que la suprême campagne de cette longue lutte se déroulera».

(67) — Joseph Calmett, *op. cit.*, pág. 190.

uma burguesia próspera e as liberdades comunais não queriam deixar-se dominar pelos soberanos. Havia um proletariado de tecelões e outros mesteres sempre em ebulição ⁽⁶⁸⁾.

Já o Conde Luis de Mæle — que através da filha, Margarida, casada com Filipe o Ousado, transmitira esse «país» aos Grão-duques — se tinha visto em dificuldades muito sérias.

E Filipe o Bom teve de se haver com os habitantes de Gand e de Bruges à volta de 1438 e em 1451-53. Os flamengos não lhe perdoaram as chacinas havidas; e, principalmente, para o seu orgulho, ter feito comparecer, em 30 de Julho daquele ano de 1453, dois mil burgueses, obrigados, de joelhos e em camisa, a pedir perdão, com humildade, não no seu idioma, mas «en langue françoise» ⁽⁶⁹⁾, dupla afronta.

Pelo seu lado, Carlos o Temerário teve de arrostar com o irrequietismo do chamado «pays belge». O facto de ter esmagado, em Outubro de 1467, as milícias de Liège, não fez cessar a agitação; e o haver pretendido suprimir as liberdades que eram usufruídas, alicerçadas no direito que se baseava nos costumes e ter decidido acabar com estes e substituí-los pelo direito romano, em nada contribuíram para a pacificação daquelas regiões.

E as querelas que teve com o pai, atacado de gatismo nos últimos anos da sua vida, opuseram, nos estados ducaes — e portanto na Flandres —, irmãos contra irmãos, tornando a vida difícil, como sempre que há guerras civis.

*

* *

O quadro da Flandres é descrito, com clareza e precisão, desta forma:

«Quando o poder passou à Casa de Borgonha, uma revolução súbita e de que se ignora a causa, parece ter soprado sobre a grandeza e a opulência dos nomes de família da nobreza comunal: o trono do duque ficou rodeado de nomes estrangeiros, vindos

(68) — Joseph Calmette, *op. cit.*, pág. 61.

(69) — Joseph Calmette, *op. cit.*, pág. 217.

não se sabe donde: nomes franceses, borguinhões, ingleses, mas nunca pertencentes à Flandres. Dir-se-ia que Filipe o Bom tinha jurado aniquilar a cidade de Gand e reservar o mesmo destino à nobreza e às famílias comunais. Uma das causas principais deste desaparecimento súbito, foram os numerosos banimentos que, naquela época, atingiram tanto os inocentes como os culpados: a mais ligeira animosidade do magistrado era suficiente para alguém se ver exilado da Flandres; mostrar-se contrário ao magistrado, equivalia a opor-se ao soberano. Assim, como se acaba de dizer, tais banimentos foram extremamente numerosos Vê-se . . . que quase todas as famílias de alguma forma notáveis foram atingidas num ou noutro dos seus membros. . . . »⁽⁷⁰⁾.

Anàlogamente se pronuncia Jules Mees, ao lembrar as palavras que citámos de Behaim, quando este alude à «grande guerra acompanhada de uma extrema fome». Escreve aquele autor: «Esta situação estava longe de ser brilhante e pode explicar uma emigração, mesmo restrita. Não voltam a encontrar-se nas nossas províncias a prosperidade e a riqueza do século XIV; o comércio definha e a decadência é completa. Durante esse período e depois das lutas intestinas, que marcaram o fim do século XIV, o elemento revolucionário da classe operária foi banido ou emigrou. . . . A ruína do comércio precipita-se e os impostos, lançados por um governo necessitado, crescem cada vez mais e empobrecem a população. O número dos sem trabalho aumenta dia a dia. . . . »⁽⁷¹⁾

*

* *

Por conseguinte, atendendo ao que fica exposto, é de concluir justificar-se o que asseveraram Behaim, Valentim Fernandes, Fructuoso, Frei Diogo das Chagas e o Padre António Cordeiro, ao apresentarem a situação da Flandres como uma das determinan-

(70) — Conde de Hanne-Steenhuysse e Huytens, *La Noblesse de Flandre du X au XVII siècle d'après des documents authentiques*, Bruxelles, 1863, págs. 32 e segs.

(71) — Jules Mees — *op. cit.*, págs. 105 e 106.

tes — não a única, a nosso ver —, da vinda dos flamengos para os Açores: lutas, fomes, banimentos, mortes cíveis, grandes e injustas guerras, cristãos contra cristãos, tudo teve, de facto, lugar, naqueles tempos e em tais regiões.

2) - *Pretenções dominais (?) flamengas sobre as Ilhas.*

Estudo recente defende a ideia de que os flamengos teriam vindo para os Açores com a missão oficial, se bem que não declarada, de trazerem o Arquipélago ou, pelo menos, parte das ilhas para a Coroa dos Duques de Borgonha e Condes da Flandres ⁽⁷²⁾.

Por ser tese a bem dizer inédita e pouco divulgada, parece-nos conveniente expô-la nas suas linhas essenciais. Mas, em lugar de a apresentar com palavras nossas — não são apenas os que traduzem que, muitas vezes, atraíam os autores, mas, igualmente aqueles que pretendem sintetizar o que escreveram — achámos mais indicado transcrever várias passagens, elucidativas, do trabalho do açoriano — terceirense — Dr. Manuel de Menezes:

«Considerar a vinda dos flamengos, como uma desejada intromissão de estrangeiros no povoamento dos Açores, afigura-se-me uma afirmação errada, posta para esconder um grave contratempo. Tem de se aceitar, que foram consentidos por tolerância e não por desejo do Infante,

Com eles tinha o país muito boas relações; a condessa da Flandres, mulher de Filipe o Bom, que então os governava, era a princesa D. Isabel, filha de D. João I e irmã do Infante D. Henrique, mas, sempre eram estrangeiros, e não é de aceitar, que eles tivessem muito desejo de servir Portugal, de preferência ao seu país.

(72) — Manuel de Menezes, *O problema da descoberta e povoamento dos Açores e em especial da Ilha Terceira*, in «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira», vol. V, Angra, 1947.

E sempre uma questão de princípio nacional e de fidelidade à sua pátria. Hoje, ontem, sempre, a devoção patriótica, é sentimento basilar em todos os povos.

A instalação dos flamengos nos Açores, em número apreciável, a seguir ou mais tarde, traria para o seu país, inevitavelmente, a reivindicação da posse das ilhas. Isto é intuitivo e disto precisava defender-se o governo português.

Se os interesses recíprocos de comércio e navegação, eram altamente benéficos para Portugal e para a Flandres, a ameaça era evidente, porque não é de aceitar, que os flamengos, cedo ou tarde, não puxassem para o seu país, os proveitos que, propositadamente ou a contento, viriam dar ou colher, com a sua entrada no povoamento das ilhas.

A supôr-se que o Infante rodeara o reconhecimento de todas as cautelas precisas, para que o segredo se não revelasse aos outros povos que navegavam, seria ingenuidade acreditar, que a marinhagem das naus, nas suas conversas com os camaradas flamengos, na vinda destes a Lisboa, ou ida dos nossos à Flandres não dessem à língua, contando o achado.

Adiante analisaremos, em especial, o caso dos dois flamengos, Jácome de Bruges e Fernão Dulmo, mas estes e os dois outros, Jobs van Huertere e Wilhelm Van der Haegen, ao contrário do que ficou escrito, devem ter constituído forte motivo de apreensões para o Infante e para o governo da Nação»⁽⁷³⁾.

.....

«O período que decorre desde a vinda de Jacome de Bruges, em 1449, até ao seu desaparecimento, parece corresponder a um período de intensa insistência sobre o direito português à posse dos Açores.

Do que se teria passado na luta diplomática pela afirmação desse direito, nada ficou na crónica dos descobrimentos, que deles dê notícia, nem tão pouco nos arquivos.

(73) — Idem, *ibidem*, págs. 44-45.

Quanto à irmã do Infante, a princesa D. Isabel, Condessa da Flandres, tenha interferido no caso, nada se encontra também, mas não seria de estranhar, que a profusão de cartas e doações, confirmando nos príncipes da Casa real de seu pai, a posse incontestável das ilhas, tenha encontrado no seu animo e na sua interferência, um forte apoio, para que ele se mantivesse.

O mistério da colonização continua oculto, e ignorado ficará, porque segundo a afirmação do Dr. Jaime Cortesão, a crónica de Azurara foi propositalmente truncada, quando se refere à colonização das ilhas» (74).

.....

«A razão daquelas duas mercês, dando as capitánias da Terceira e do Faial a estrangeiros, seria naturalmente de ordem muito superior à vontade do Infante, e não será desacertado pensar, que uma política de transigência, fosse habilidosamente adoptada, até que as circunstâncias podessem solucionar o caso dum modo mais definitivo e mais nacional» (75).

.....

«Afigura-se-me ideia pueril, ver só os flamengos pelo lado da ingenuidade, condescendentes e desinteressados, no auxílio da colonização das ilhas.

Também se não comprehende, que gosto teriam em perder uma nacionalidade tão poderosa, para a trocarem pela nossa» (76).

Não negamos o interesse da argumentação que ficou exposta, embora não na íntegra, através das transcrições que fizemos : está carpinteirada com cuidado e os elementos reunidos são de molde

(74) — Idem, *ibidem*, pág. 48.

(75) — Idem, *ibidem*, pág. 51.

(76) — Idem, *ibidem*, pág. 110.

a considerá-la ao ter de se aprofundar o tema das razões que teriam conduzido os flamengos aos Açores. Contudo, não a perfilhamos, pelos motivos que a seguir se aduzem:

— Quando chegaram os primeiros flamengos aos Açores (crívelmente ao redor de 1450), com Jácome de Bruges, e se instalaram na Ilha Terceira; e, posteriormente, o núcleo, que se afigura mais importante, do Faial e S. Jorge, a partir de 1466 e nos anos que de perto se lhe seguiram, com Jorge de Utra e Guilherme da Silveira, já o Arquipélago estava descoberto pelos portugueses há, pelo menos, uma vintena de anos. E, antes de 1439, o Infante D. Henrique ali mandara lançar ovelhas, sendo desse ano a carta de D. Afonso V, que lhe concede licença para que «mande pobrar» (as ilhas). Não nos parece portanto consistente que os flamengos viessem com missão dominial, não constando, de resto, que lhes haja sido dado qualquer apoio político ou militar, nesse sentido. Foi das mãos dos donatários — os Infantes D. Henrique e D. Fernando —, que estavam ambos sob a autoridade da Coroa portuguesa, que aqueles flamengos receberam as investiduras de capitães-donatários da Terceira e do Faial. E os poderes concedidos, nas Flores, ao último que ficou citado, provieram de D. Maria de Vilhena, viúva de Fernão Teles, que recebera a jurisdição de D. Afonso V. Ao aceitarem tais investiduras, todos, implicitamente, reconheceram, de forma solene e expressa, a soberania portuguesa; e nada nos diz que alguma vez se hajam rebelado contra ela. A única revolta⁽⁷⁷⁾ de que há notícia, no tempo e nos Açores, foi a dos flamengos, que estavam sob a alçada de Jorge de Utra, cuja autoridade não quizeram acatar.

— Não pensamos que seja válido o argumento de que a outorga dos cargos de capitães-donatários ou de simples poderes de administração concedidos a flamengos tenha sido uma forma de neutralizar o perigo que eles representariam. O que verosimilmente se passou nos primeiros tempos, após a descoberta do Arquipélago, foi não ter sido fácil, tratando-se de ilhas acabadas

(77) — A. Ferreira de Serpa, *Revolta de Flamengos*, in «Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa», n.º 4 da 22ª série, 1904.

de conhecer, isoladas e de acesso difícil, obter gente em condições adequadas ao povoamento. E disporem-se a vir flamengos, com qualidades reconhecidas, trazendo consigo «oficiais mecânicos de todos os officios, com suas mulheres», conforme se lê no conhecido processo justificativo instaurado perante as justiças de D. Sebastião e julgado em 1578⁽⁷⁸⁾ - dotados de meios económicos e dispostos a desbravar as terras e a valorizá-las mediante o seu cultivo e a exportação de produtos, etc., deve ter sido considerado contributo a acarinhar, pois, conforme se acentua na carta de doação a Jácome de Bruges, a única condição posta aos povoadores foi a de serem «de fé cathólica, e Sancta de nosso Senhor Jesus Xpo»⁽⁷⁹⁾.

— Segundo explicitámos anteriormente, a situação da Flandres e dos outros estados dos Grão-Duques (guerras no exterior, lutas intestinas e economia debilitada) não se nos afigura de molde a justificar ideias de posse, por eles, do Arquipélago. É certo que Filipe o Bom, conforme foi recordado em estudo que veio à luz há pouco, teve «em mente melhorar os portos, instruir marinheiros, organizar a indústria da construção naval e criar os órgãos de comando e de administração indispensáveis. Esta faceta especial do Duque reflecte-se depois no filho, Carlos o Temerário, do qual se afirmou que «on voyait qu'il avoit goût aux choses périlleuses particulièrement à la navigation et aux voyages d'autre-mer»⁽⁸⁰⁾. Mas nada prova que tais navios se destinassem a tornar efectiva qualquer pretensão acerca do Arquipélago.

— Bem clara é a conclusão a que chegou Jules Mees, no seu bem estruturado e fundamentado estudo: «Se os flamengos colonizaram em parte os Açores, isso apenas constituiu um empreendimento

(78) — *Justificação de Gonçalo Pereira Machado filho de Pedro Eannes Machado e D. Izabel Pereira*, in «Archivo dos Açores», vol. XII, págs. 435-439.

(79) — *Colecção de Documentos*, cit. pág. 80.

(80) — M. de Barante, *Histoire des ducs de Bourgogne*, ref. in A. Faria de Moraes, *est. e loc. cit.*, pág. 61.

privado e com o qual a política dos duques de Borgonha nada teve a ver»⁽⁸¹⁾. Aliás, já em inícios do século XVII, afirmava o Padre António Cordeiro, em seguimento de tradição nunca interrompida: «He verdade que esta ilha do Faial foi depois mais povoada por muitos illustres Flamengos, e por ordem dos Reis de Portugal»⁽⁸²⁾; e Abraão Ortelius, flamengo de Antuérpia, no seu *Theatrum Orbis Terrarum* (= *Spectaculo do Mondo*), aparecido em 1570, em adiantamento de 1595, foi bem explícito sobre a posição dos seus compatriotas quando do povoamento dos Açores, em relação à soberania portuguesa: «...E eles submeteram-se em seguida à dominação portuguesa, à qual obedeceram plenamente...»⁽⁸³⁾. Aliás, na Carta de doação a Jácome de Bruges se afirma que este havia pedido «lhe desse (o Infante D. Henrique) minha Real auctoridade para ello, como senhor das ditas Ilhas...»; e na de Jorge de Utra, o Infante D. Fernando não deixa de pôr em destaque que se trata da «minha ilha do Faial»⁽⁸⁴⁾.

— Não consta que, em alguma ocasião, hajam sido toldadas as excelentes relações entre Portugal e a Borgonha, em particular quando dos últimos duques — cimentadas com a aliança dinástica a que tivemos oportunidade de nos referir em pormenor —. A concretização, ou mesmo a simples suspeição, fundada, de domínio sobre os Açores não teria sido admitida por Portugal; e por muito sigilo que houvesse teria transpirado, na altura ou posteriormente, em qualquer documentação.

— Nunca se comprovou a doação (afirmada por Behaim), do Arquipélago à nossa Infanta D. Isabel; e, portanto, só pelas armas poderia ser conseguida a sua posse e tal não se nos antolha convir, pelos motivos expostos, a quem então governava a Flandres.

(81) — *Op. cit.*, pág. 123.

(82) — *Op. cit.*, pág. 273.

(83) — Jules Mees, *op. cit.* pág. 117; e Albert Tenneau, *As Ilhas Flamen-gas (Açores)* in «Insulana», vol., VII, n.^{os} 3 e 4, Ponta Delgada, 1951, pág. 211 e 212: «...Postea sub Lusitanorum imperio se dedidisse, cui haecenus parent...».

(84) — *Colecção de Documentos, cit.* págs. 80; e A. Ferreira de Serpa. *Os Flamengos na Ilha do Faial. A família Utra (Huertère)* págs. 34 a 37. Lisboa, 1929.

*

*

*

Que Filipe o Bom ou Carlos o Temerário hajam, algum dia, sonhado juntarem o senhorio dos Açores aos muitos títulos que possuíam: duques de Borgonha, de Brabante, de Limburgo e de Lotricq, condes de Flandres, de Artois, Palatino, do Hainaut, da Holanda, da Zelândia e de Namur, senhores da Frísia, de Salins e de Malines e marqueses do Sto. Império, etc., não é de todo impossível; mas, a ter existido, nunca adquiriu expressão concreta. E nada conhecemos, que, de facto, autorize a concluir-se que os flamengos se instalaram nos Açores com ideias reservadas, para transmitirem as ilhas àqueles de que foram súbditos.

3 — Meio ambiente, fertilidade e suposta riqueza mineral do Arquipélago.

O clima dos Açores (temperado, se bem que sujeito a saltos bruscos de humor, análogo, em certa medida, ao da Flandres, na humidade latente e na abundância das chuvas); a salubridade das ilhas; a fertilidade dos terrenos, que permitiam várias culturas com valor económico e produções invulgares, dos cereais — trigo, em particular — ao açúcar e a plantas então muito úteis à tinturaria, e portanto valiosas, o pastel e a urzela; e os minerais ricos que se supôs estarem contidos no subsolo, tudo isso em notícias que, por várias vias, foram certamente transmitidas para Bruges e outras partes, deve ter enfileirado entre os atractivos a serem considerados de maior peso nas deslocações dos flamengos até ao Arquipélago.

Acerca da salubridade dos Açores — um exemplo —, exactamente em obra que os designou por «ilhas Flamengas» (*Isolario*, de Coronelli), se referiu, em finais do século XVII: «Os Moradores são robustos, devido aos ares sadios que respiram; e se não existisse aí uma certa doença particular, dita *Oax*, espécie de Paralisia, e ainda outra chamada *Osangue*, que é uma fluxão

sanguínea, eles não conheceriam doença nenhuma, fora a velhice e a Dívida que cada um deve pagar à natureza com a Morte»⁽⁸⁵⁾.

Quanto à fertilidade do solo, os testemunhos começam ainda no século XV:

Martim Behaim explicitou «Cresce nellas o açúcar de Portugal: os fructos amadurecem duas vezes por anno, porque não há Inverno; e todos os viveres são baratos, de sorte que muita gente poderia lá achar a subsistência»⁽⁸⁶⁾.

Diogo Gomes de Sintra, relata em *De Inventione Insularum de Açores*: «também há ali tanta abundância de trigo que exportam muitos navios carregados dele para Portugal»⁽⁸⁷⁾. Embora concernente a S. Miguel, a afirmativa podia aplicar-se às restantes ilhas.

Valentim Fernandes escreveu (1507): «E avondam em muyto trigo e cevada e todos outros legumes e de todas fruitas. Ellas tem muytas agoas e boas salvante ha ylha de fayal e o Pico e a Graciosa som falecidas dagoas por non serem em tanta avundança como as outras, porem abasta para todo pello qual todas tem criaçam de muytos gados e em todas ha muyto pastell e muyta urzel»⁽⁸⁸⁾.

João de Barros, na *Chronica do Imperador Clarimundo* refere: «Elle (Jorge do Utra) vendo a fertilidade da terra e a disposição para grandes fazendas; por ser melhor povoada, fez grandes partidos a muitos Alemaens, seus naturaes...»⁽⁸⁹⁾.

Gaspar Fructuoso lembra: »... e logo o enviou (Frei Gonçalo Velho) com alguns navios carregados de gado de diversa

(85) — João Cunha da Silveira; *Os Açores no «Isolário» do Vincenzo Coronelli (séc. XVII)* in «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira,» vol. XV, Angra, 1957, pág. 176.

(86) — *Notas menc. in Coleção de Documentos cit.*, pág. 12.

(87) — *Ref. in «Arquivo dos Açores»,* vol. I, págs. 78 e segs. : «Similiter et de tritico est ibi tanta copia ut omnibus annis naves illuc transeunt et triticum in Portugalam dueunt».

(88) — *Descripção das Ilhas do Atlantico—Ilhas dos Açores,* in *Coleção de Documentos, Cit.*, pág. 15.

(89) — Livro III, da 1ª parte, do Cap. I, pág. 371, Lisboa, 1742.

sorte, para o lançar n'elas antes de se povoar, porque multiplicando na terra os povoadores que viessem a elas, passados alguns tempos, achassem já mantimentos e instrumentos para se poderem ajudar d'elles quando a beneficiassem e a cultivassem: pelo que, quando depois, El-rei D. Afonso, décimo segundo Rei de Portugal e quinto de nome, deu licença que todas se povoassem, no ano de 1449, pela fertilidade e fresquidão que d'elas se contava e por estas cousas que já n'elas havia, folgavam de vir a elas, e principalmente gente muito honrada e nobre, de que todas se povoaram em poucos anos»⁽⁹⁰⁾. E, noutro passo, em parte transcrito mas que achamos agora dever reproduzir na íntegra, pelo interesse que apresenta em relação ao que em particular tratamos: «...as quaes (ilhas) são muito temperadas de inverno e verão, e mui viçosas de fontes e ribeiras de muito boas águas e frutas, especialmente de espinho, de toda a sorte. São tão abundantes de pão que, logo no princípio do seu descobrimento, dava cada moio de terra, semeada de trigo ou cevada, 40 ou 50 e 60 moios, e ainda agora muitas vezes recolhem os lavradores de um alqueire de semeadora, 20 e 30, de que se fazem carregações para o Reino e outras partes; fazem n'elas muito pastel, que se leva para Flandres, Inglaterra, Castela e outras províncias. São muito bastecidas de carnes, pescados e criações de gados; há n'elas muitas matas de cedros, loureiros e faias, e um pau branco e outro amarelo a que chamam sanguinho e outro vermelho, chamado teixo...»⁽⁹¹⁾.

São de Jules Mees as palavras seguintes: «...nada há de estranho em ver os nossos compatriotas estabelecerem-se nos Açores de preferência a outros locais. Estas ilhas encontram-se situadas num clima que é dos mais favoráveis e possuem um solo fértil»⁽⁹²⁾.

Igualmente, a fama dos metais no subsolo do Arquipélago, era de molde a atraír povoadores. De tal faz menção expressa Valentim Fernandes: «...e avia nellas muita prata e stanho etc,

(90) — *Saudades da Terra*, in *Colecção de Documentos*, *Cit.*, págs. 50 e 51.

(91) — *Idem*, *ibidem* pág. 72.

(92) — *Op. cit.*, pág. 107.

pello qual moveo ao dito Jost de Utre ouve sua falla em bruges donde era com quinze homens trabalhadores, homens de bem dando lhe mesmo a entender de como lhes faria ricos.... » (93).

Não teriam sido estranhas ao desejo de encontrar minérios as práticas atribuídas, por Gaspar Fructuoso, a Guilherme da Silveira: «Este Guilherme Vandaraga, que depois se chamou Guilherme da Silveira, por ser homem de muita experiência, vindo ter a estas Ilhas, antes que se assentasse onde se havia de aposentar, quiz experimentar a bondade das terras d'esta maneira: mandava abrir uma cova, ou as que queria, em certas partes da terra onde estava e depois de tirada a terra a mandava tornar dentro a cova, calcando-a medianamente e se faltava terra para encher a cova, não havia que aquele era bom sítio de terra e buscava outro... » (94).

Nesta suposição não estamos isolados: A. Ferreira de Serpa afirma que «teve a monomania de encontrar metais preciosos nos Açores (95); e José da Lacerda, pelo seu lado, abunda na mesma ideia, ao escrever: «e não teria a partida, certamente mais ou menos comentada, de Joost van Hurter, homem de corte, em tal ou qual evidência no país, para as novas ilhas portuguesas, mais fantasiadas do que conhecidas, *cheias de prata e de estanho*, influído na resolução de Willem van der Haghe? . . . » (96).

4 — *Outras supostas causas*

Para não omitir nenhum dos motivos, aventados, da migração flamenga, não queremos deixar de aludir ainda: Nas *Saudades da Terra*, Gaspar Fructuoso escreveu, em sua linguagem pitoresca, com referência a Jorge de Utra: « . . . e vindo ter a Portugal a ver mundo, como os Framengos costumam fazer, por serem

(93) — Aditamento à *Descripção das Ilhas do Atlântico* in *Colecção de Documentos*, cit. pág. 19.

(94) — *Saudades da Terra*, in *Colecção de Documentos*, cit., pág. 95.

(95) — *Martinho de Boémia*, cit. pág. 11.

(96) — *Notas sobre o Archipelago dos Açores*, in *Algumas palavras sobre interesses açoreanos*, Lisboa, 1902, pág. 89.

curiosos os d'aquella Provincia que, ainda que sejam muito ricos e homens de qualidade, tem por costume mandarem seus filhos aprender officios ou outras manhas boas de tanger e dançar, falar linguas e outros exercícius . . . » (97).

O mesmo Fructuoso e Valentim Fernandes trazem à liça, attribuindo-lhe influênciã na vinda da Van Hurtere, dois religiosos.

Eis o que figura nas *Saudades da Terra*: « . . . outros dizem que, quando se descobriu a ilha do Faial, estava então em Lisboa um clérigo framengo de nação, que era capelão do Infante, a quem a Infanta, mulher do dito Infante, desejava fazer bem, por ser seu capelão muito tempo e bom homem, pelo que, com este desejo de lhe pagar seu serviço, disse ao Infante que o fizessem capitão d'aquella Ilha, o que fizeram, e, passados seus padrões, caíram como não era possível ele ser capitão, sendo clérigo que não podia governar Justiça; pelo que, estando d'isto descontentes lhe perguntou a Infanta se tinha algum parente ou amigo que puzesse em seu nome e que a renda da igreja seria sua, o que fez o clérigo; e por ter a este tempo consigo Joz Dutra, mancebo, framengo de nação, era já cavaleiro da casa do dito Infante (como mais largo trata o docto e curioso João de Barros, no livro que fez, chamado Clarimundo) que se conheciam e pousava com ele, disse o clérigo à Infanta que o fizesse capitão e que ele lhe daria a renda, que bem se haveriam; o que a dita Infanta fez fazer ao Infante e lhe passaram d'isso suas cartas e padrões » (98).

E na *Descrição das Ilhas do Atlântico* (Aditamento) vem memorado certo frade: « . . . tomado por palavra de frey Pedro da ordem de Sam Francesco homem letrado e confessor da raynha de Portugal em chegando a frandes por embaixador para a duqueza ouve falla com Jost Utre . . . de como se acharam as ylhas em tal rota . . . pello qual moveo ao dito Jost de Utre » (99) de vir até ao Arquipélago.

(97) — *Op. cit.*, in *Colecção de Documentos menc.*, pág. 97.

(98) — *Colecção de Documentos, cit.*, págs. 97 e 98.

(99) — *Idem, ibidem*, pág. 19.

O que haja de verdade em tudo isto não foi possível até agora averiguar.

*

* *

De todas as determinantes que invocámos: a constância das relações entre Portugal e a Flandres; o papel da Duquesa de Borgonha, Infanta de Portugal; a situação político-económica da Flandres; pretensões dominiais (?) sobre as Ilhas; e o meio ambiente, a fertilidade e a suposta riqueza mineral do Arquipélago, só a razão a que aludimos em quarto lugar, nesta enumeração, nos parece de rejeitar pelos motivos aduzidos.

Todas as outras devem, segundo cremos, haver funcionado para pôr em movimento os flamengos; só não nos parece possível concretizar em que percentagem cada uma actuou.

CAPÍTULO III

Da Vinda dos Flamengos

1 — *Quando teriam chegado, donde a sua proveniência e a que classes sociais pertenciam.*

Mau grado as críticas que têm surgido a respeito da autenticidade, pelo menos parcial, das cartas que deram as capitánias da Terceira e do Faial a Jácome de Bruges e a Jorge de Utra ⁽¹⁰⁰⁾, é a elas que se nos afigura imprescindível recorrer para se chegar a uma conclusão, tanto quanto possível exacta, dos marcos cronológicos aproximados em que os flamengos teriam aportado às Ilhas. A carta que ao primeiro respeita, dataria de 1450; e, a que toca ao segundo, de 1468, sendo de admitir que a vinda de Guilherme da Silveira poucos anos haja tardado sobre a chegada do capitão—donatário do Faial; isto, a dar-se crédito a Gaspar Fructuoso, que assevera ter vindo Van der Haegen a solicitação de Van Hurtere: «ao qual demoveu para vir povoar as duas Ilhas, fazendo-lhe favoráveis partidos e vantagens de dadas de Terras e de tudo o que ele quizesse» ⁽¹⁰¹⁾.

⁽¹⁰⁰⁾ — Esta matéria será desenvolvida no Cap. VI, quando traçarmos a biografia dos vários povoadores.

⁽¹⁰¹⁾ — Gaspar Fructuoso, *Saudades da Terra* in *Colecção de Documentos*, cit. pág. 100.

As aludidas cartas de capitania limitam-se a referir, quanto a Jácome de Bruges, que era «natural do condado de frandes»; e, pelo que respeita a Jorge de Utra, ser «de nação, flamengo» (102).

Mais explícita é a única Crónica flamenga, coeva,—de Romhoudt de Doppere,—que dá notícia da migração até ao Arquipélago: «os descendentes do Brugense «de Hurtere» começaram a cultivar uma ilha de nome Madeira, à qual deram o nome de Nova Flandres» (103).

Ortelius, alude a «negociantes de Bruges» (104).

Nas *Saudades da Terra*, a propósito de Guilherme da Silveira, Bruges é também mencionada, embora o cronista se limite a dá-lo como «morador» nessa cidade (105); mas o padre Cordeiro expressamente o considera «natural» dela (106).

Aliás a cidade de Bruges, «principal centro do comércio nórdico durante os séculos XIV e XV, era residência de grande número de «feitorias» representando as «nações» ou colónias estrangeiras interessadas no tráfico com o setentrião europeu» (107), entre as quais, em lugar de relevo, a portuguesa.

Daquela cidade, tão importante, da Flandres do tempo, proviria, pois, grande parte dos que se fixaram nas Ilhas.

No que respeita às classes sociais, Martim Behaim menciona «homens e mulheres de todos os officios e igualmente Sacerdotes» (108).

(102) — Ref. in *Colecção de Documentos*, cit. págs. 80 e 152.

(103) — *Fragments inédits, (Chronique brugeoise de 1494 a 1498)*, ed. H. Dussart, Bruges, 1892, cit. in Jules Mees, *op. ref.* pág. 104: «Herteri progenies Brugensis coopit colere quamdam insulam dictam Ile de Madere, quam vocabant novam Flandriam». Note-se, a propósito, o erro do cronista na alusão à terra mencionada: Madeira, em vez de Faial.

(104) — Ref. in Jules Mees, *op. cit.* pág. 117 e Albert Tonneau, *As «Ilhas Flamengas» (Açores)* in «Insulana», vol VII, n.ºs 3 e 4, Ponta Delgada, 1951, págs. 211-212.

(105) — *Colecção de Documentos*, cit., pág. 100.

(106) — *Op. cit.*, pág. 275.

(107) — A. H. de Oliveira Marques, *est. e loc. cits.* pág. 447.

(108) — *Op. ref.*, in *Colecção de Documentos*, cit., pág. 12.

Na *Justificação* aludida, intentada nas justiças de D. Sebastião, de 1578, sobre Guilherme da Silveira se afirma que «trouxera consigo officiaes mecanicos de todos os officios com suas mulheres» (109).

Maior pormenorização é dada por Gaspar Fructuoso, igualmente a propósito de Van der Haegen: «Com este pregão e largo partido que fazia, ajuntou muita cópia de gente de todos os officios, ferreiros, pedreiros, tecelões, alfaiates, sapateiros e outros d'outros officios mecanicos e homens trabalhadores, nos quaes entraram pasteleiros, quero dizer, homens que sabiam fazer pastel, granal-o e benefical-o» (110).

Mas não foram sòmente sacerdotes e officiaes mecânicos que se deslocaram até aos Açores. Os cronistas primevos ilheus, são unânimes em asseverar a nobreza de Jácome de Bruges, de Jorge de Utra e de Guilherme da Silveira, para só aludirmos às figuras flamengas de maior relevo. Devido a ser Gaspar Fructuoso de todos o mais antigo, por ele principiaremos de novo: «.... o qual (Infante D. Henrique) fez mercê a Jácome de Bruges, fidalgo natural do Condado de Flandres, muito rico». Guilherme da Silveira foi «um homem principal, fidalgo n'aquelas partes e rico também. . . .»; «homem poderoso e neto de Conde que era». Sobre Jorge de Utra: «era fidalgo e pessoa principal em Frandes» (111).

Mas nem só nas *Saudades da Terra* se faz menção da «qualidade» daqueles três flamengos. No tocante a Jorge de Utra, também Martim Behaim o nomeia como «nobre e virtuoso cavaleiro, senhor de Morkirchen» (112).

Acerca dele, Valentim Fernandes afirma ser «fidalgo da casa del duque de Bergonha» (113). E Frei Diogo das Chagas indica-o

(109) — Ref. in «Arquivo dos Açores», vol XII, págs. 435-439.

(110) — *Saudades da Terra*, in *Colecção de Documentos*, cit. pág. 101.

(111) — Op. ref. in *Colecção de Documentos*, cit. págs. 79, 80, 100, 101 e 98.

(112) — Ver A. Ferreira de Serpa, in «Revista de Archeologia», n.º 1, págs. 23 e 24.

(113) — Op. ref. in *Colecção de Documentos*, cit., pág. 19.

como «hum Fidalgo m.^{to} illustre descendente de hum titular, e justiça maior, q̃ era cabeça de hum dos coatro membros em que se divide o governo dos Estados de Frandes, que não conheçe sobre si superior mais que o Conde. . . » (114).

Ainda sobre Van Hurtere, se escreveu em Carta de Diogo de Hutre, de Flandres, a seu primo Jobs de Hutre, 2.^o Capitão das Ilhas do Faial e Pico, em 1527: «E para que vejamos a geração e familia dos de Huters no Reino de Portugal chamados — de Hutra — e como este cognome ou apellido procede não dos infimos senão dos mayores, governadores e Senhores da terra de Vuyvendali (?); consta de diversas autenticas cartas patentes» (115).

Há, ainda, mais testemunhos a respeito de Guilherme da Silveira: Na *Justificação*, a que temos feito referência, lê-se «ser tronco da dita geração dos Vandragas e Silveiras que nos ditos reinos d'Alemanha são os principais fidalgos deles e tinham seu brazão d'armas confirmado pelo dito Rei D. João o segundo»; e na sentença respectiva, se confirma: «o qual (van der Haegen) se prova ser pessoa honrada e fidalgo do Reino de Alemanha que veio ter à Ilha com . . . aparato a povoa-las e como tal vivera sempre» (116).

No *Espelho Cristalino* se recorda que ele foi «pessoa mui illustre e titular» (117); e, na *História Insulana*, relembra-se que era «hum tão conhecido fidalgo em Flandres, que era neto dum Conde . . . mas a casa dos Vandragas era de Mastrich» (118).

Não desconhecemos as dúvidas que têm sido postas à fidalguia destes e de outros flamengos, dos quais nos ocuparemos mais tarde. Mas não vemos fundamento para se enjeitar a nobreza que lhe emprestaram os que deles mais perto estiveram. Pen-

(114) — *Espelho Cristalino em Jardim de várias flores*, segunda parte, Artigo 1.^o «Dos Capitães que tem tido a Ilha do Faial. . . », manuscrito cit.

(115) — «*Archivo dos Açores*», vol. I, págs. 162, 163.

(116) — «*Archivo dos Açores*», vol XII, págs. 435-439.

(117) — Cap. 18.^o *Do Descobrim^{to} da Ilha das Flores* . . . , manuscrito citado.

(118) — *Op. cit.*, pág. 279.



Os flamengos despedindo-se dos Duques de Borgonha (quadro do pintor belga Gustav de Bruyne — 1952/53 —, existente a bordo do navio “Uige”)

sam análogamente historiadores belgas, de reputação firmada, que se têm dedicado ao estudo do problema apaixonante do contributo flamengo. Mees relata que o arquivista Nuyts, de Maastricht, lhe afirmara que os Van der Haegen «eram uma família nobre, cujos membros figuram muitas vezes nos arquivos desta cidade»; e indica, mais, que os Van der Haegen «figuram também nos arquivos da cidade de Bruges» (119).

No mesmo sentido Charles Verlinden (1960), a propósito dos filhos de Guilherme da Silveira, informa: «deram nascimento aos diferentes ramos da família nobre açoriana, que continua a existir, dos da Silveira (= Van der Haegen)». E, quanto ao Hurtere, recorda que «pertencia a uma família nobre do «Franc de Bruges» (120).

Acrescentaremos: Seria verosímil que, em plena era de Quatrocentos, fosse entregue a governança ou mesmo simples funções de mando em ilhas açorianas — das quais duas das mais importantes, Terceira e Faial — a meros burgueses da Flandres, mesmo endinheirados, com relação aos portugueses, entre os quais havia vários de reconhecida nobreza?

A este respeito foi bem afirmativo, por exemplo, o rei D. José, em carta a D. Antão de Almada, governador e capitão-general dos Açores «... me pareceu mandar-vos instruir a este respeito para a vossa particular direcção na maneira seguinte: ... Nesta certeza deveis ter entendido, por huma parte, que as Ilhas, que hides a governar, foram povoadas *desde os seus princípios* por pessoas de muita nobreza, e recomendáveis serviços....» (121)

(119) — *Op. cit.*, pág. 97.

(120) — Charles Verlinden, *Formes féodales et domaniales de la Colonisation Portugaise dans la Zone Atlantique aux XIV^e et XV^e siècles et spécialement sous Henri le Navigateur*, in «Revista Portuguesa de História», Tomo IX, Coimbra, 1960, págs. 34 e 35.

(121) — Ref. in Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares (Carcavelos), *Nobiliário da Ilha Terceira*, vol. I, 2.^a ed., Porto, 1944, pág. 37.

2 — *Número provável de flamengos povoadores.*

Com base nos «15 homens trabalhadores» (122), que Valentim Fernandes conta terem acompanhado Jorge de Utra e nas «30 pessoas», que teria trazido Fernão Dulmo (123), tem-se procurado minimizar o contributo humano que a Flandres concedeu ao Açores.

O argumento parece-nos inválido, não apenas porque as aluções se limitam (além do que é mencionado de passagem quanto a Dulmo) àquele capitão donatário e possivelmente a uma das suas idas ao Faial, onde se não manteve em permanência, mas também, e ao que sabemos, por o referido impressor da Morávia nunca ter estado no Arquipélago, ao contrário de outro alemão, seu contemporâneo, o celebrado Martim Behaim.

Este viveu naquela ilha, e como genro que foi de Jorge de Utra, certamente obteve dele notícias sobre os Açores.

Embora um tanto dado, ao que se tem dito, noutros domínios, a certas invencionices, não parece de recusar autenticidade à «grande quantidade de homens e mulheres» (124) que menciona, pois com certeza conheceu pessoalmente alguns durante a sua estadia nessas paragens; e, sem dúvida, descendentes dos povoadores flamengos.

Escreveu ele a propósito da duquesa de Borgonha: «... e subiam estas (pessoas) a duas mil; de sorte que, com aqueles que ali passarão e nascerão depois formarão alguns milhares. Em 1490 havia ainda alguns milheiros de pessoas, tanto Alemans como Flamengas...» (125)

Pelo seu lado, João de Barros, na *Chronica do Imperador Clarimundo*, assevera que «Na Ilha do Fayal vivem muitos Alemaens que fallão sua própria linguagem» (126); e nas *Saudades da Terra*,

(122) — *Colecção de Documentos, cit.*, pág. 19.

(123) — António Cordeiro, *op. cit.*, vol. II, pág. 10.

(124) — Ref. in *Colecção de Documentos, cit.* pág. 12.

(125) — *Idem, ibidem*, pág. 12.

conforme já transcrito ficou a propósito dos que acompanharam Van der Haegen, refere-se: «muita copia de gente de todos os officios» (127).

No sécluo XVII, Frei Agostinho de Montalverne, que viveu entre 1629 e 1726, afirmou acerca de Van Hurtere «... trouxe . . . quatrocentos soldados de toda nação e a maior parte eram flamengos» (128).

É certo que, segundo aliás se infere de Behaim, dos «milheiros» a que ele alude, nem todos seriam originários da Flandres, pois entre eles contavam-se já descendentes seus. Talvez não ascendessem a milhares, mas, certamente, não eram apenas os escassos «quinze», citados por Valentim Fernandes, nem sòmente os «trinta» de Fernão Dulmo.

Aproveitamos para lembrar que a designação de alemães dada, por vezes, aos flamengos — em João de Barros por exemplo — justifica-se, por, devido à morte de Carlos o Temerário, sem varão, a Flandres ter passado, pela filha deste, Maria de Borgonha, ao neto, Filipe o Belo, da Casa de Áustria.

3 — *Com teriam vindo.*

Não sabemos que os escritores, que se têm ocupado do problema flamengo no povoamento do Arquipélago, no século passado e neste, hajam procurado abordar — e menos ainda aprofundar — o tipo ou tipos de navios utilizados e suas características. Apenas em estudo recente se alude à matéria (129).

(126) — 1.^a parte, livro III, Cap. I, Lisboa, 1742. pág. 371.

(127) — Ref. in *Colecção de Documentos, cit.*, pág. 101.

(128) — *Manuscrito*, Liv. 4.^o, *Sobre as Ilhas do Faial, Pico e Flores*, vol. I, pág. 307, ref. in *Colecção de Documentos, cit.*, pág. CLXXV.

(129) — João Cunha da Silveira, *Apport à l'étude de la contribution flaman de au peuplement des Açores*, in «Communications de l'Académie de Marine de Belgique», tomo X, Anvers, 1956-57.

Martim Behaim menciona «vários navios», sem os definir ⁽¹³⁰⁾. E Gaspar Frutuoso indica, a propósito de Van der Haegen, «dois navios», numa passagem, e, noutra, «naus framengas» ⁽¹³¹⁾.

Mais precisa é a *Justificação*, de 1578, de que nos temos servido e que reputamos documento básico para o estudo da questão que tratamos neste trabalho, em especial por os peticionários serem netos de Guilherme da Silveira e, portanto, os melhores depositários da tradição familiar de antepassado próximo. Nesse documento se concretiza tratar-se de «urcas» ⁽¹³²⁾. E é crível, que, de facto, hajam sido utilizados navios deste tipo, de que se serviam comumente os flamengos do tempo. Filipe de Commynes indica a existência de «plusieurs Hurques» no porto de Escluse, a propósito da Armada do Duque de Borgonha, que afirma «estoit plus forte par mer que celle du Roy» ⁽¹³³⁾.

Embora de passagem, lembramos que, pelo menos na época, parece não terem existido urcas de fabrico português, porquanto até se supõe que a tentativa de viagem à França de D. Afonso V, realizada em navio daquele tipo, foi feita num barco fretado no estrangeiro ⁽¹³⁴⁾, talvez na Flandres. De resto, as urcas portuguesas, que só teriam surgido posteriormente, ir-se-iam filiar na burka árabe, diversa.

A palavra urca, de origem germânica (em flamengo «Hulk», em alemão «Holk»), que se encontra já nos fins do século X, servia, no Norte da Europa, para designar uma embarcação de comércio.

Nos princípios e até meados do século XIV, a *urca* era uma

⁽¹³⁰⁾ — *Notas ref. in Coleção de Documentos, cit.*, pág. 12.

⁽¹³¹⁾ — *Saudades da Terra*, in *Coleção de Documentos, ref.*, págs. 95 e 103.

⁽¹³²⁾ — «*Arquivo dos Açores*», vol. XII, págs. 435-439.

⁽¹³³⁾ — Ref. in A. Jal, *Glossaire Nautique*, Paris, 1848, pág. 839.

⁽¹³⁴⁾ — Henrique Lopes de Mendonça, *Estudos sobre Navios Portugueses dos séculos XV e XVI*, Edição da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1892, pág. 21.

pequena embarcação, de calado sensivelmente inferior ao «coque» (em flamengo e alemão «Kogge») que foi o protótipo do grande navio de guerra durante a maior parte da Idade Média.

O Koggerschip era a nave, navio herdado dos romanos, uma nau grosseira, de um só mastro, de costado trincado e castelos de popa e proa.

Na sua evolução, passou pelo tipo *barge* ou, *baertze* (nau) que era navio de costado liso e castelos avantajados, à moda portuguesa, e deu lugar nos fins do século XIV à *urca* (hulk), navio redondo de três mastros, tipo semelhante à carraca ⁽¹³⁵⁾.

A partir de cerca de 1380, os dois nomes «coque» e *urca* confundem-se e acontece que um mesmo barco seja designado tanto por um como pelo outro vocábulo. Poder-se-ia por esta razão, concluir por certa similitude dos dois tipos. No entanto, não havia identidade entre eles, pois nos documentos do tempo o «coque» e a *urca* são frequentemente citados um ao lado do outro, de tal forma que temos de admitir a existência de técnicas diferentes, bastante perceptíveis para a gente da época.

Não se conhece a natureza exacta dessas diferenças. Supõe-se geralmente que residia na conformação dos castelos de proa e da popa. Enquanto que, no «coque» estas superestruturas eram amovíveis e só se colocavam quando o barco se destinava a operações de guerra, na *urca* incorporavam-se na própria estrutura do navio, o que aumentava a sua capacidade, habitabilidade, solidez e qualidades náuticas. Posteriormente, o termo «coque» passou a aplica-se apenas aos navios que não tinham castelos e, por fim, aos barcos de pequenas dimensões que sulcavam sobretudo as águas interiores.

Em meados do século XIV, a *urca* podia carregar, em média, cerca de 50 lastes ou 100 tonéis. Em inícios do século seguinte, sob o impulso especial das cidades da Ordem Teutónica, a sua capacidade aumentou sensivelmente: atinge 200 tonéis e mais.

(135) — A descrição supra de Koggerschip foi-nos amavelmente fornecida pelo Sr. Comandante Jayme do Inso, Director de Museu de Marinha (Maio, 1963).

Mais tarde, no decurso do mesmo século, as aludidas cidades constroem *urcas* — abandonando definitivamente o tipo «coque» — que podiam carregar de 180 a 200 tonéis (uma capacidade de 400 tonéis corresponde «grosso modo» a 275 tonéis de 2,83 m³).

As *urcas* da Flandres, Zelândia e Holanda só seguiram o movimento depois de um certo atraso.

No século XVI, o termo é usado pelos espanhois para todos os grandes barcos de comércio — alguns atingindo 750 tonéis — que vinham de Flandres, como eles chamavam aos antigos Países-Baixos. Em certas regiões, o termo perde-se na sua forma germânica no decorrer das Guerras Religiosas, pouco depois da *urca* ter atingido o apogeu do seu desenvolvimento com o «Groot Hulk» de 1200 tonéis, comandado pelo almirante dos Insurrectos, Guillaume de Boysot, natural de Bruxelas.

A *urca* era de costado trincado e vigas cobriam as juntas longitudinais para proteger as arestas exteriores do tabuado. A popa era redonda. Os documentos da época descrevem-na como um barco pesado, navegando à vela com dificuldade, mas muito solido.

A princípio tinha um só mastro, feito de um grande tronco de árvore. Os brandais eram presos a argolas de ferro fixadas na borda. Cruzava uma só verga, que se compunha frequentemente de duas peças, na qual envergava uma vela redonda cuja superfície podia ser aumentada, ligando à sua parte inferior uma e, eventualmente, duas monetas; estas velas suplementares eram retiradas assim que o tempo refrescava.

Por volta de meados do século XV, juntou-se à ré um segundo mastro, o mastro de mezena, provido de um vela latina triangular; e, pouco depois à vante, um terceiro mastro, o traquete, guarnecido de uma vela redonda. Criou-se assim o clássico aparelho de três mastros, que permitia bolinar em condições notavelmente mais vantajosas do que dantes.

Os mastros — sobretudo os dois primeiros — eram encimados por cestos de gáveas em forma de corbelha, postos de vigia e de combate. Na parte superior elevavam-se pequenas antenas, os mastareus de gávea, que serviam para largar as velas de bom tempo.

Estes navios só utilizavam remos muito excepcionalmente,

sobretudo para manobrar nos portos, os quais passavam através de cavidades abertas na amurada. Eram fortemente armados e tinham numerosa equipagem. As Ordenanças de Carlos V regulam detalhadamente a potência de armamento e a força em homens.

A *urca* de um mastro, dos princípios do século XV, está representada no distintivo da cidade de Dantzig. *Urcas* de dois mastros figuram na paisagem da cidade de Antuérpia, publicada no «Maximiliaen-boeck» e reproduzida a pág. 196 do Tomo VI (1952) das «Comunicações» da Académie de Marine de Belgique. Outras, de três e mesmo de quatro mastros, do último quartel do século XV, veem-se num quadro votivo, de 1489, da Igreja Mariana de Lubeque, reproduzido no Tomo III (1940-1946), pág. 44, das mesmas «Comunicações». Por fim, encontra-se uma *urca* dos princípios do século XVI na grande gravura intitulada «Antverpia Mercatorum Emporium», impressa por volta de 1515 e reproduzida no Vol. VI (1952), pág. 172 daquela mesma publicação.

*

* *

À pergunta que se impõe sobre qual o aspecto que poderia ter a *urca* de que se serviu Van der Haegen para a sua viagem, há que responder que para ser possível determiná-lo seria necessário conhecer a capacidade do navio e o número de mastros que arvorava. Por falta destes dois dados, unicamente se podem fazer conjecturas. Com esta reserva, é de admitir que os navios representados no plano de fundo do quadro votivo da Igreja Mariana de Lubeque se aproximem muito das embarcações de que ele se poderia ter servido ⁽¹³⁶⁾ — Reproduções dos tipos das *urcas* referidas são dadas neste estudo . .

(136) — Dados colhidos no informe de O. Buysens, da «Académie de Marine de Belgique», prestado, em Dezembro de 1954, ao Dr João Cunha da Silveira, e que este citou no «Apport» *ref.*, págs 76 o segs.; elementos revistos pelo Sr. Comandante Jayme do Inso.

4 — *Onde e de que forma teriam vivido.*

Sabemos já, pelo que ficou expellido, que Jácome de Bruges, Guilherme da Silveira e Fernão Dulmo habitaram na Terceira; Guilherme da Silveira, também no Faial, em S. Jorge e nas Flores; e Jorge de Utra, no Faial. E com estas figuras mais gradas, a totalidade ou certo número de flamengos que as acompanharam.

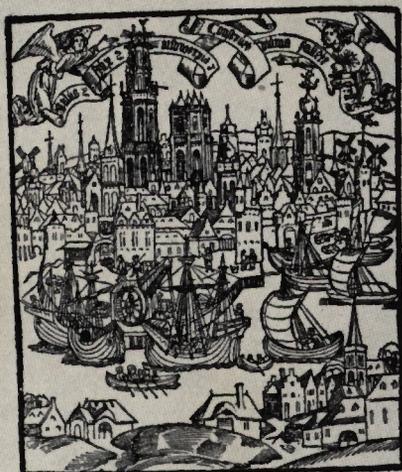
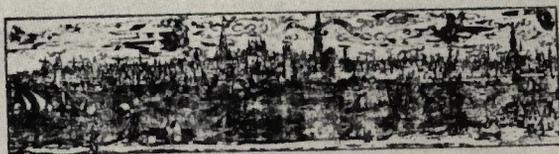
No *Espelho Cristalino*, quanto à estadia de Van der Haegen nas Flores, é dito, em linguagem expressiva: «... nella desembarcou a parte do Leste perto aonde está agora a Villa de Santa Cruz, aonde se diz a Ribra da Cruz, aonde fez morada, e assento em furnas q̄ fez na rocha, q̄ he por aquella parte de tufo, a modo de salas, e cazas muito grandes, aonde habitou passante de 10 annos. Estas furnas ou cazas vi eu sendo rapaz e dellas levava algũs pedaços de pao do Brasil m.^{to} compridos, e m.^{to} vermelho, que dava m.^{to} boa tinta, e perguntãdo a minha avó (ainda que minino) que era molher m.^{to} pratica, quem fizera aquellas furnas, donde eu achara aquelle pao, q̄ tam grandes e fermosas erão, ella me respondeu, que aquillo forão cazas em que moraram os framengos quando descobrirão a Ilha».

Há que atentar que se estava em plena fase de pioneirismo; e que, por consequente, além da sua linguagem saborosa, a descrição tem cunho de autenticidade.

Diversa foi a aposentadoria de Van der Háegen, que o Padre Cordeiro refere haver ali edificado «humas casas bem lavradas, que Fructuoso affirma existirem ainda em seu tempo» (137).

Frei Agostinho de Montalverne, oferece, no tocante ao Faial, toda uma série de pormenores, que merecem ser fixados: «Chegaram a hesta jlha botaram a gente na praya onde o mar chegava entam, onde hoie esta a igreja, onde levantaram altar, em que se dice a primeira missa e dizem que o Crucifixo devoto, que hoie esta em hesta igreja, viera da cidade de bruges, ali se alojaram

(137) — Cap. 18.º «*Do Descobrimto da Ilha das Flores...*»; e *História Insulana*, vol. II pág. 313.



Tipos de urcas flamengas, citadas no texto. A que figura em último lugar é a existente na Igreja Mariana de Lubeque.

todos, troucheram consigo sinco frades capuchos de Santo Ant.º, tres Sacerdotes e dous leigos, hũo dos Sacerdotes era pregador e dice a primeira missa, e fez pratica e dando-lhe a escolher sitio escolheo a lomba que vai p.ª p.º Miguel que ainda hoje se chama a lomba dos frades e nelle se vem os licerces dos cubiculos divididos em forma de cellas de frades.

Como Job dutra lhe não agradasse o sitio da praya deichou nella a p.º gomes Albornos e outro jrmão fernão de Evora, a hũo por almoxarife, donde ficou chamar-se a heste lugar praya do Almoxarife, e outro por Capitam do mar por correrem a elle as imbarcações que vinham, e job dutra com a maior parte da gente se passaram p.ª a ribeira dos flamengos, por ser lugar de verdura de que os flamengos sam muito Amigos e daqui ficou heste nome a heste lugar, mas como ficava longe do mar, vieram correndo pera o farrobo, com intento de meterem braso de mar pela alagõa que chegase o salto, onde intentavam, que com os navios fariam negocio muito a salvo. Sairam frustrados seus desvelados intentos porque as inchentes da Ribeira desmanchavam, quanto elles obra-vam, por onde se passaram a porto pim aonde huos dos que vieram chamado Copêm (ou Copim) fabricó a hermidã de Nossa Senhora das angustias, os padres infadados de tanta mudança de sitios, se tornaram a flandes com promessa que avendo habitação, aviam tornar, como em porto pim achassem bom sitio daqui foram fazendo continuação habitavel p.ª a villa fortificando com muralhas os portos e com hua fortaleza grande que hoie he Castello. . . » (138).

Não resistimos a reproduzir todo este arrazoado pois Montalverne é, dos que escreveram sobre os flamengos, aquele que debuxa o quadro mais vivo, provàvelmente baseado em elementos que deve ter recolhido em ilha na qual a tradição flamenga sempre se manteve. Resumir, por palavras nossas, não teria difficuldade, mas não vemos que algo houvesse a ganhar, pelo que preferimos, uma vez mais, transcrever os autores que, através dos séculos, se preocuparam com aqueles que vieram da Flandres.

Voltando a Guilherme da Silveira, sabe-se, através de Gaspar

(138) — *Manuscrito ref. in Coleção de Documentos, cit., pág. CLXXV.*

Fructuoso, que possuía habitação própria, no Topo, povoado da ilha de S. Jorge: «... sendo sua casa como estalagem para quantos iam e vinham àquela terra» (139), certamente menos primitiva do que as furnas das Flores. A confirmar dentro de certa medida esta conjectura, na *Justificação* memorada se assevera: «... e nela (Faial) viveram e assim na Ilha de S. George sempre na lei de nobreza e fidalguia com todo o aparato e serviço que pessoas da dita qualidade costumavam ter e tinha...»; e na Sentença respectiva se confirma que «veio ter às Ilhas... com aparato a povoal-as e como tal viveu sempre» (140). Haverá contudo que descontar o tradicional exagero que, na matéria, enfermam os documentos genealógicos.

Era nosso intuito, dar, também, maior desenvolvimento a este ponto. Mas como em quase tudo que toca aos flamengos nos Açores escasseiam os dados; e não se nos afiguram compatíveis com a índole deste trabalho «ressurreições» sem bases.

5 — *O silêncio dos Cronistas do Ducado da Borgonha e do Condado de Flandres.*

Pelo que temos aduzido, achamos dever concluir que foi copiosa e qualificada a migração flamenga para os Açores, na segunda metade do século XV: vários fidalgos—talvez de preferência pertencentes à chamada «nobreza comunal»—, alguns clérigos, e, sem dúvida, numerosos «oficiais mecânicos de todos os ofícios», a que nos temos referido, «goede mannen», isto é, gente honrada e conhecida (141).

Tal conclusão embate contudo no escolho que se tem deseja-

(139) — *Op. cit.*, in *Colecção de Documentos, ref.*, pág. 105.

(140) — «Arquivo dos Açores», vol. XII, págs. 435-439.

(141) — *Baudet, Beschrijving van de Azorische eilanden en geschiedenis, van hunne volksplanting uit Belgisch oogpunt beschouwd*, Antwerpen 1879, págs. 67 e seguintes, ou seja: Descrição das Ilhas açorianas e a história da sua colonização segundo a maneira de ver belga.

do erguer para minimizar a contribuição: uma única crónica flamenga da época alude à vinda de gente com destino ao Arquipelago, a de Romboutd de Doppere, segundo citámos; e, até agora, não foi possível encontrar nos arquivos da Flandres, em particular de Bruges, quaisquer documentos elucidativos. Já Mees lembra que os arquivos dessa cidade toram vasculhados, de ponta a ponta, sem resultados positivos ⁽¹⁴²⁾.

E, cerca de meio século decorrido, o Conservador do «Stadsarchief van Brugge», R. A. Parmentier, elucidou: «Creio ter percorrido quase todos os documentos do século XV que se encontram no meu depósito de arquivos...fiz uma vez mais algumas sondagens sem nenhum resultado. Examinei particularmente, com atenção, os registos da «Chambre Pupillaire de Bruges»...depois deste inquérito minucioso é provisoriamente inútil procurar mais longe: seria dar «un coup d'épée dans l'eau» ⁽¹⁴³⁾.

Mees pergunta a si próprio qual teria sido a causa de um tal silêncio: «Os nossos cronistas ignorariam a partida dos colonos flamengos ou julgariam fora de propósito falar disso?» E acrescenta: «Pomos a questão sem poder dar-lhe resposta» ⁽¹⁴⁴⁾. Mas ao citar De Borchgrave ⁽¹⁴⁵⁾ aponta um exemplo semelhante: a migração de gente do país belga para a Alemanha, nos séculos XII e XIII que apenas é mencionada em fontes estrangeiras. É, de resto, igualmente o que sucedeu no tocante aos Açores, em que, além de Behaim, Hartman Schedel, escreveu, em 1493: «O mesmo infante (D. Henrique) fez descobrir outras ilhas em grande número, como as de São Jorge, Faial e Pico, uma das quais fértil em trigo, concedeu aos alemães de Flandres para a povoarem e cultivarem» ⁽¹⁴⁶⁾.

⁽¹⁴²⁾ — *Op. cit.*, pág. 87,

⁽¹⁴³⁾ — *Ofício* do aludido Arquivo, de 25-V-1946, ao Dr. João Cunha da Silveira.

⁽¹⁴⁴⁾ — *Op. cit.* pág. 87.

⁽¹⁴⁵⁾ — *Histoire des colonies belges, qui s'établirent en Allemagne pendant le XII^e et XIII^e siècles*, Bruxelles, 1865.

⁽¹⁴⁶⁾ — *Registrum hujos operis libri Chronicarum cum figuris et imaginibus*

Nós admitimos que o mutismo haja sido intencional. Não como sigilo a esconder pretensões sobre os Açores, de harmonia com o que memorado ficou ⁽¹⁴⁷⁾; mas crívelmente devido aos banimentos políticos, a que fizemos também menção e a que se refere Valentim Fernandes.

Aos cronistas palacianos não interessaria certamente dar realce à vinda dos que se tinham rebelado contra os seus senhores; e não é de excluir que os magistrados que intervinham nas «mortes cíveis» houvessem ordenado a destruição de documentos relacionados com os atingidos por tais medidas.

ab initio mundis (usque ad annum 1492), conhecida por *Chronica de Nuremberga*, 1493: «Invenit et alias insulas quamplures quas habitari baptizarique hominibus fecit ut insulae Sancti Georii, Fayal, de Pico quarum unam hominibus almanis ex Flandria habitandam concessit Feracem tritici». *Ref.* in «*Arquivo dos Açores*», vol. I, págs. 141 e 142.

(147) — Manuel de Menezes, *est. e loc. cit.*

CAPÍTULO IV

Designação dos Açores como «Ilhas Flamengas» e pretense descobrimento do arquipélago por gente daquelas partes

Deve-se a Martim Behaim a primeira alusão a «ilhas flamengas», com referência aos Açores, feita em carta que enviou, no ano de 1494, para Nuremberga : «Martim Behaim, de raça alemã, habitando em Lisboa, reino de Portugal, Capitão das ilhas Faial e Pico e das *ilhas flamengas* ou o que seja». E, no seu Globo apelida o Faial de «*Nova Flandria Occidentalis*» ou «Neu Flandern» ⁽¹⁴⁸⁾.

A denominação parece não haver tido imediatos adeptos pois somente em 1569 teria voltado a surgir na Carta de Mercator, *Nova et aucta orbis Terrae descriptio ad usum navigantium emendata accomodata*, onde aparecem como «*Insulae Flandricae*», provavelmente por ele haver tomado disso conhecimento quando

⁽¹⁴⁸⁾ — J. Mees, *op. cit.*, pág. 112; e Albert Tonneau, *op. cit.*, pág. 209 : «Martine Bohemo Militi in Ulisbona alemane, regni Portugaliae, genero Capitani Insularum Azores faial et pico et *Insularum flemengorum* ubi ubi sit».

da sua estadia em Antuérpia. Mas Mercator, em 1595, abandonou tal designação, havendo-a substituído por «las Açores», no seu *Atlas sive cosmographicae meditationes de fabrica mundi et fabricate figura*.

Nos aditamentos ao *Theatrum* de Ortelius, feitos naquele ano, o Arquipélago é, da mesma forma, indicado como «Vlaemsche eylanden», (ilhas flamengas) ⁽¹⁴⁹⁾. E Jan Huyghen van Linschoten, que tinha visitado o Faial em 1582, referiu: «Chamam-lhes também as Ilhas Flamengas do nome dos nossos Neerlandeses, por via dos quais na ilha do Faial os primeiros habitantes foram neerlandeses. . . .» ⁽¹⁵⁰⁾. Aproveitamos para precisar que quando Linschoten fala de neerlandeses se deve entender a palavra não no sentido estricto dos habitantes dos actuais Países-Baixos mas das dezassete províncias dos Países-Baixos do tempo, nelas compreendida a Flandres ⁽¹⁵¹⁾.

E Gaspar Stein, que visitou a Península Hispânica em 1610 e se deslocou depois aos Açores, havendo deixado referências importantes para a história, a vida e os costumes de Portugal e das terras lusitanas do Atlântico, também filia a designação de «Flandricae» dada às Ilhas no facto de haverem sido flamengos os primeiros habitantes que as tinham povoado ⁽¹⁵²⁾.

A denominação mantém-se durante todo o século XVII, conforme teremos ocasião de comprovar quando detalharmos o que toca à cartografia pròpriamente dita, relacionada com o nosso estudo.

⁽¹⁴⁹⁾ — J. Mees *op. cit.*, págs. 113, 116 e 117.

⁽¹⁵⁰⁾ — *Reyseggeschrift van de navigatien der Portugaloyers in Orienten etc.*, Amsterdam, 1595, pág. 142, ref. in A. Tonneau, *op. cit.* pág. 215.

⁽¹⁵¹⁾ — Esclarecimento da «Academie de Marine de Belgique» (Secretário-Geral, Albert Tonneau) em carta de 21-7-951, dirigida ao Dr. João Cunha da Silveira.

⁽¹⁵²⁾ — Documento publicado por Arturo Farinelli, *Viajes por España y Portugal*; suplemento, Madrid, 1930, págs. 481-495 «Insulae Azores et Falconum ab occipitrum copia, Straboni cassiterides e Stanni copia, et Flamines sive Flandricae a primis inventoribus et inhabitatoribus Belgis qui olim in genere Flandri ab Hispanis appellati. sunt, ita denominatae. . .».

A atribuição da descoberta dos Açores a flamengos filia-se crívelmente nos dizeres de Ortelius (1599), aliás não inteiramente afirmativos: «A nossa gente chama (aos Açores) ilhas flamengas ou ilhas flandianas porque se julgava que essas ilhas haviam sido em primeiro lugar descobertas por negociantes de Bruges» (153). A crença manteve-se durante todo o século que se seguiu, conforme é demonstrado pelo que escreveram Ricciolus, Mosquera (154) e Coronelli. Este asseverou: «Outros chamaram-lhes (aos Açores) *Flamengas*, por terem sido descobertas por um almirante daquela Nação» (155).

Mas quem deu certo prestígio à lenda foi o inglês William Guthrie (1774), o qual escreveu: «Os Açores foram descobertos no século XV por Josuah van den Berg, um negociante de Bruges, na Flandres, o qual por ocasião de uma viagem a Lisboa, foi lançado por uma tempestade sobre aquelas ilhas inabitadas a que deu o nome de ilhas flamengas. À sua chegada a Lisboa gabou-se desta descoberta, por razão da qual os portugueses desfraldaram imediatamente velas para tais lugares e tomaram posse das ilhas» (156).

E J. R. Forster, em 1775, teria ouvido no Faial, de um padre português, os pormenores seguintes: «Os Açores foram descobertos pela primeira vez em 1439 por navios flamengos» (157).

(153) — *Theatrum*, adições de 1599, in A. Tonneau, *op. cit.*, pág. 211: «Nostrates (Açores) de Vlaemische Eylanden vocant, quasi Flandriae insulas, quod ab iis Brugensibus increatoribus nempe, primum detectas creditur».

(154) — Ricciolus, *Geographiae et hydrographie reformatae*, libri XII, Bononiae 1661, pág. 93; e Mosquera, *Commentario en breve compendio de disciplina militar, en que se escribe la jornada de las islas de los Açores*, Madrid 1696, fol. 98 rº, ref. in J. Mees, *op. cit.* pág. 118.

(155) — João Cunha da Silveira, *Os Açores no Isolario do Vincenzo Coronelli. (sec. XVII). cit.*, pág. 12.

(156) — *Geographical, historical and commercial Grammar*, London, 1774, ref. in Baudet, *op. cit.*, pág. 99.

(157) — *Voyage dans l'hémisphère austral et autour du monde fait sur les vaisseaux du roi, l'Aventure et la Résolution en 1772, 1773, 1774 et 1775*, ref. in J. Mees, *op. cit.* pág. 118.

Estava assim dada suficiente publicidade ao pretenso descobrimento do Arquipélago por flamengos; e não sòmente pela forma imprecisa de Ortelius, por «negociantes de Bruges», mas indicando-se concretamente um nome, Van den Berg.

Constituída a Bélgica em nação independente, a partir de 1830, os escritores deste país, com excepção de Van den Bussche, Goblet d'Alviella, Baudet e Mees, pertilharam a ideia num intuito patriótico até certo ponto compreensível ⁽¹⁵⁸⁾.

Se se conseguisse identificar Josuah van den Berg com Josse van Brugge (Jácome de Bruges), conforme pretendeu Baudet ⁽¹⁵⁹⁾, talvez fosse ainda possível outorgar certa verosimilhança à hipótese, pois na Carta de Capitania deste se refere, quanto à Terceira, que se não encontrava «pouada de nenhũa gente que ate guora fosse no mundo, e ao presente esta erma, e inhabitada»; isto é, teria sido achada. forçando um tanto o texto e abstraindo da eventualidade de ser apócrifo, por Jácome de Bruges.

Mas não foi possível comprovar que se tratasse de uma só pessoa. E não se acharam, apesar de exaustivas pesquisas que se fizeram nos arquivos de Bruges, quaisquer traços de um Van den Berg, natural daquela cidade e navegador, embora hajam existido alguns Joos van den Berghe ⁽¹⁶⁰⁾.

Entendemos, portanto, concluir que o chamamento de ilhas flamengas, dado aos Açores, deve ter tido, como razão básica, o número de habitantes daquele estado, pertencente aos Duques de Borgonha, que se fixou no Arquipélago, e as marcas que aí deixaram.

⁽¹⁵⁸⁾ — E. Van den Bussche, *Mémoires sur les relations qui existèrent autrefois entre les Flamands de Flandre — particulièrement ceux de Bruges — et les Portugais*, in «La Flandre», tomos IV e V; Goblet d'Alviella, *Voyages, découvertes, émigrations*, Bruxelles, 1875; e Baudet e J. Mees, *ops. cit.*

⁽¹⁵⁹⁾ — *Op. cit.*, pág. 169.

⁽¹⁶⁰⁾ — J. Mees, *op. cit.*, págs. 120 e 121.

Igualmente, julgamos de considerar a circunstância de aos Países-Baixos holandeses, saídos do domínio espanhol para a independência em 1581, convir pôr em relevo a expansão ultramarina, que rapidamente tomaram, fazendo valer, na qualidade de neerlandeses que eram, cometimentos anteriores, em matéria de colonização.

CAPÍTULO V

Achegas dos Flamengos na Economia Ilhoa

Sabe-se que os flamengos, que chegaram com Jorge de Utra ou contemporaneamente, ao redor de 1468, vinham preparados para o cultivo e exploração das terras açorianas, além de trazerem consigo tudo que era necessário à sua manutenção. Isto se conclui dos dizeres de Behaim, ao atribuir um plano estudado à Duquesa Isabel. Além de gente «de todos os officios», vieram «vários navios carregados de móveis, e o necessário para a cultura das terras, e edificação das casas, e lhes fez dar durante dois annos tudo aquillo de que podião ter necessidade para subsistir»⁽¹⁶¹⁾. E alguns annos decorridos, em 12 de Março de 1507, teriam ainda partido, para os Açores, navios carregados de gado e de sementes, com destino aos colonos flamengos⁽¹⁶²⁾.

⁽¹⁶¹⁾ — *Notas in Colecção de Documentos, cit.*, pág. 12.

⁽¹⁶²⁾ — J. A. Goris, *Études sur les Colonies Marchandes Méridionales, (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 à 1567. Contribution à l'Histoire des débuts du capitalisme moderne*, Lovaina, 1925.

1 — *Cereais.*

Sabe-se que uma das razões fortes que levaram ao povoamento do Arquipélago foi a extrema carência de cereais no continente do reino e nas partes de África.

Conhece-se, por exemplo, que em 1488 foram adquiridos nos Açores ao redor de 1200 moios de trigo com destino a essa zona, sob o nosso domínio ⁽¹⁶³⁾.

Expressiva a este respeito é a referência de Zurara, que ao fazer o elogio do Infante põe a seguinte interrogação: «Pregunta — disseram eles — quando souberam estas gentes que coisa era avondança de pão, senão depois que o nosso Príncipe povoou as Ilhas desertas. . . .» ⁽¹⁶⁴⁾.

Foi certamente com o intuito de fomentar a cultura de cereais, em particular, que D. Afonso V, por carta de 28 de Março de 1444, isentou de dízimos e portagens os géneros exportados dos Açores ⁽¹⁶⁵⁾.

Já Diogo Gomes de Sintra, dissera que «há ali tanta abundância de trigo que exportam muitos navios carregados dele para Portugal» ⁽¹⁶⁶⁾. E Valentim Fernandes insiste em que «nace muyto trygo e cevada e mostarda que levam para portugal» ⁽¹⁶⁷⁾.

Por seu turno, Gaspar Fructuoso afirma que as ilhas «são tão abundantes de pão que, logo no princípio do seu descobri-

Ver por ex. :

⁽¹⁶³⁾ — V. M. Godinho, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos* Lisboa, 1962, págs. 80 e 109 ; e F. Carreiro da Costa, *Os Açores e o Problema Cerealífero Português do Século XV*, in «Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arq. dos Açores», Ano I, n.º 1, Janeiro de 1945.

⁽¹⁶⁴⁾ — *Chronica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, Cap. II, *cit.* in F. Carreiro da Costa, *artigo e loc. refs.* na nota anterior pág. 25.

⁽¹⁶⁵⁾ — A. N. T. T. *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro das Ilhas, f. 14, apud *Colecção de Documentos Relativos às Ilhas dos Açores*, in «Arch. dos Açores», vol V, pág. 97.

⁽¹⁶⁶⁾ — *De inventione insularum de Açores*, in «Archivo dos Açores», vol I, págs. 78 e segs.

⁽¹⁶⁷⁾ — *Descripção ref.*, in *Colecção de Documentos*, *cit.* pág. 17.

mento, dava cada moio de terra, semeada de trigo ou cevada, 40 ou 50 e 60 moios... » (168); e noutro passo, depois de se indicar como Guilherme da Silveira experimentava «a bondade das terras» — que transcrevemos quando nos ocupámos das determinantes da migração flamenga (169) —, se nota, a propósito do intenso cultivo cerealífero em S. Jorge, a que se dedicava, que as terras «cultivadas lhe davam tanto trigo, que só de sua seara pagava 50 moios de trigo ao dízimo, cada ano, e em um mais fértil pagou 60 moios... ». E pelo que toca à Terceira, referiu que Van der Haegen, nas Quatro Ribeiras, «fazia sua habitação e lavoura de pão... , de que carregava navios para Frandres... » (170).

Para o celeiro de trigo, que eram os Açores naquela época, não foi alheia, pois, a acção flamenga.

2 — Açúcar.

Martim Behaim assevera que «cresce nellas (nas Ilhas) o açúcar de Portugal» (171). E Gaspar Fructuoso alude à cana de açúcar vinda da Madeira e plantada nos Açores, dando a conhecer que «fez-se d'elas muito bom açúcar; mas pela pouca curiosidade dos homens, ou por não haver regadias, ou pelo pouco poder, cessou a grangearia d'elas»; e, quanto às Flores, existe uma passagem em que também se menciona as «canas de açúcar mas por não acharem proveito nelas deixaram» (172).

Por estes ou outros motivos, ligados à natureza do solo e ao clima, a cultura da cana do açúcar não teve futuro nos Açores;

(168) — *Saudades da Terra*, in *Colecção de Documentos cit.*, pág. 72.

(169) — Vide supra, págs. 53 e 54.

(170) — *Saudades da Terra*, ref. in *Colecção de Documentos cit.*, págs. 96 e 104.

(171) — *Notas*, in *Colecção de Documentos, cit.*, pág. 12.

(172) — *Saudades da Terra*, in *Colecção de Documentos, cit.* pág. 48; e F. Carreiro da Costa, *A cultura da cana do açúcar nos Açores*, in «Boletim» cit. n.º 10, pág. 31.

mas chegou a haver saídas dele para o Continente e para a Flandres. E o próprio Behaim, numa das suas viagens, teria tido a missão de se ocupar de assunto respeitante à exportação de açúcar, para ali realizada por seu sogro Jorge de Utra (173).

3 — *Pastel Urzela.*

Estas duas plantas tiveram grande importância, anteriormente à descoberta dos corantes químicos, para dar coloração aos tecidos e, naturalmente, aos celebrados panos da Flandres.

O pastel (*Isatis tinctoria*, L.), fornecia corante azul escuro; e a urzela, que pertencia à família dos líquens (*Lichen rocella*, L.), permitia coloração vermelho-violeta (174).

Valentim Fernandes refere que «em todas (as Ilhas) ha muyto pastell e muyta urzel»; e, pelo que respeita à Terceira, que «nella nace muito pastel para tingir panos», pormenorizando, no tocante a S. Jorge, que «em esta ylha e assim em as outras nace muita ursella. Ursella he huma herua como mosco (musgo) assi nace em penedos do mar nom que o mar toca nella mas que algumas vez o mar a ruça. E querendo a colher leixam hum homem em cordas descer ou subir para apanhar. Urzella solia de valer antes de achadas estas ylhas 40 cruzados e agora XV. E dizem que nenhuma coor fina se pode fazer sem esta ursella» (175).

E noutro lugar faz referência expressa à intervenção flamenga na introdução e cultivo desta planta: «... E assi hum Guylelmo Bersmacher framengo que vii e conheci trouxe primeiro há lavoyra do pastel e partio para as outras ylhas» (176).

(173) — A. Ferreira de Serpa, *Martinho da Bohemia*, art. e loc. cit., pág. 8; F. Carreiro da Costa, *A cultura da cana do açúcar nos Açores art e loc. cit.*, págs. 15 e segs.; e Marcelino Lima «Anais do Município da Horta», Famalicão, 1943, págs. 45 e 46.

(174) — Ref. in José de Lacerda, art. e loc. cit., págs. 87 e 95.

(175) — *Descrição*, in *Colecção de Documentos*, cit., págs. 15-18.

(176) — Aditamento à *Descrição*, ref. in «Arquivo dos Açores», vol X, pág. 497.

Para Gaspar Fructuoso, foi Guilherme da Silveira que introduziu a cultura do pastel no Arquipélago. Sobre a matéria é elucidativa a seguinte passagem das *Saudades da Terra*: «... ajuntou muita cópia de gente de todos os officios... e homens trabalhadores, nos quaes entraram pasteleiros, quero dizer, homens que sabiam fazer pastel, granal-o e benefical-o, como agora se beneficia n'estas Ilhas, que n'aquelle tempo n'elas se não fazia e este Guilherme da Silveira foi o primeiro homem que fez pastel n'elas e o semeou, porque trouxe, quando veiu, a semente de Frandres, d'onde se fazia e ainda agora se faz; e entre outros homens que sabiam o negocio de pastel, que com ele vieram, foram um, que havia nome Pero Pasteleiro, e seu irmão, e outro homem casado, framengo, chamado Govarte Luiz, ao qual Govarte Luiz, Guilherme da Silveira teve em sua casa certos anos, com sua mulher e filhos, porque lhe semeavam e beneficiavam o pastel» (177).

Independentemente das referências ao pastel, são de fixar os nomes de dois flamengos, além dos que temos mencionado já, o segundo dos quais deve ter sido o ascendente dos muitos Goulartes, de origem açoriana, espalhados um pouco por toda a parte, incluindo o Brasil.

Conhece-se, sempre por Gaspar Fructuoso, que Van der Haegen carregava navios com pastel, da mesma forma que fazia com o trigo, para a Flandres (178). E a urzela ia também para aquele condado, além de seguir para Inglaterra (179).

Cerca de 1670, a exportação de pastel tinha cessado totalmente; e a de urzela não lhe deve ter sobrevivido (180). Mas, no cultivo e no comércio de um e de outra, tiveram parte destacada os flamengos.

(177) — *Colecção de Documentos, cit.*, pág. 101.

(178) — *Op. cit.*, in *Colecção de Documentos, ref.* pág. 104.

(179) — V. M. Godinho, *op. cit.*, pág. 175.

(180) — Arlindo Cabral, *Agricultura e Economia do Distrito de Ponta Delgada*, in «Boletim da Comissão Reguladora de Cereais», cit. n.º 11, 1950, págs. 26-27.

4 — *Fabrico de queijo.*

Hoje em dia, extintas de há muito as culturas da cana do açúcar, da urzela e do pastel; e limitada ao sustento das populações nativas as que se referem a cereais, é a indústria dos lacticínios que, particularmente nos Grupos Central e Ocidental dos Açores, constitui, com a criação de gado, a melhor fonte de receita.

Nos lacticínios, ocupa lugar de relevo o fabrico de queijo; e o de maior renome é o produzido na ilha de S. Jorge, segundo processos ancestrais.

Ora, parece que tais métodos remontam à colonização flamenga.

São de alguém que procurou coligir e aprofundar as marcas deixadas pelos flamengos no Arquipélago, [os dizeres seguintes: «Esteve há anos nos Açores, em S. Miguel e não sei se em outras ilhas, um professor duma escola industrial de lacticínios, da Holanda. Ao estudar os tipos de queijo açoriano—entre os quais classificou de óptimo, por exemplo, o célebre *queijo do Pico*—, o holandês teve uma enorme surpresa quando lhe veio à mão o excelente *queijo de S. Jorge*, o tradicional tipo de queijo popular da ilha, fabricado nas casas e pelas famílias dos criadores de vacas, que é, nem menos nem mais, segundo o referido professor declarou, que um tipo antigo, histórico, verdadeiramente arcaico, mas legítimo, de queijo dos Países Baixos. É, pois, perfeitamente lógico supor que o processo, especial e complexo, do fabrico deste queijo, foi trazido para S. Jorge pela gente de Wilhelm Van der Haghe» (181).

Assim, há fortes probabilidades de que, embora com características muito diversas do que hoje se conhece por «flamengo», se haja conservado nas Ilhas, e mais concretamente em S. Jorge, a receita afamada de queijo coevo do povoamento.

(181) — José de Lacerda, *art. e loc. cit.*, pág. 93.

*

* *

Por conseguinte, daquilo que fica lembrado—em que preferimos, uma vez mais, os dizeres dos autores por os considerarmos básicos na matéria e arrimo imprescindível para quem a queira aprofundar—ressaltam bem claramente as achegas que os flamengos deram à economia dos Açores, ainda hoje crívelmente vitais nos lacticínios, como se conclui do que ficou transcrito.

É a Guilherme da Silveira que parecem caber os maiores méritos neste capítulo, mas é de admitir que também Jácome de Bruges e Jorge de Utra, entre outros, hajam tido acção de assinalar ; e, particularmente, os trabalhadores e oficiais mecânicos de todos os ofícios (os «homens de bem», que Valentim Fernandes cita).

E as relações comerciais entre os Açores e a Flandres foram, de facto, importantes, conforme resalta do que foi várias vezes alegado junto dos chamados tribunais consulares e, igualmente, perante as jurisdições civeis daquele estado, segundo Mees ⁽¹⁸²⁾ relembra, citando E. Van den Bussche, que reputa essas relações «grandemente motoras da prosperidade comercial de Bruges e das outras cidades marítimas flamengas» ⁽¹⁸³⁾.

⁽¹⁸²⁾ — *Op. cit.*, pág. 115.

⁽¹⁸³⁾ — *Op. cit.*, pág. 304, *ref.* in Jules Mees, *op. ref.*, pág. 115.

CAPÍTULO VI

Dados para os Perfis dos Flamengos de Maior Nomeada

Não ocultamos que uma das nossas ambições foi a de traçar perfis nítidos das figuras de maior projecção que da Flandres vieram para os Açores, quando do povoamento deste Arquipélago.

Mas depois de compulsar as fontes e os autores que se lhes referem, tivemos de concluir que de alguns apenas se lhes podem fixar os nomes (Guilherme de Brum e Jorge da Terra); de outros, sòmente as profissões (Pero Pasteleiro e Govarte Luiz, ambos especializados na cultura do pastel); no que respeita a outros flamengos (Fernão Dulmo, Jácome de Bruges e Jorge de Utra), pouco se conhece sobre as suas personalidades, sòmente aparecendo com caracteres melhor definidos Guilherme da Silveira, se bem que não suficientes para debuxar a sua biografia com segurança. Sobre eles faltam todos os dados iconográficos e escasseiam os elementos para os erguer como *figuras humanas*, somatório de virtudes e defeitos, a esmiuçar.

Tivemos pois de nos circunscrever a projectar sobre essas figuras a luz bruxuleante que as nimba ao fim de cinco séculos.

1 — *Fernão Dulmo.*

Se é exacto o que afirmou Fructuoso, teria Fernão Dulmo antecedido Jácome de Bruges na Terceira: «Dizem alguns que o primeiro que se chamava capitão sem o ser e pretendia a capitania da Ilha Terceira, que veio ter da banda da Praia, para povoar a terra, depois de ser descoberta a Ilha, foi um Fernão Dulmo, ou flamengo ou francês de nação, e habitou no lugar das Quatro Ribeiras, onde agora está a Igreja paroquial de Santa Beatriz, a primeira que na dita Ilha houve ido êste para o Reino por lhe parecer a capitania da Praia pequena e de pouco proveito, como na verdade então era, por não estar ainda cultivada a terra e ser no princípio áspera e sem fruto, sem haver n'aquelle tempo n'ela mais gente que a que trouxe, que seriam até 30 pessoas, faleceu n'esta vaganta segundo alguns dizem. . . . » (184).

Hoje não subsistem dúvidas quanto a ser de origem flamenga (Van Olmen) conforme se lembra em estudo recente (185).

Na Carta de D. João II, de 24 de Julho de 1486,—de confirmação do contrato feito entre Fernão Dulmo, que ia, por mandado régio, a descobrir a Ilha das Sete Cidades, e João Afonso do Estreito, acerca das ilhas ou terra firme que o primeiro achasse—precisa-se ser ele «cavalleiro e capitam na ylha Terçeira por o duque Dom Manuel. . . . » (186). A finalidade dessa carta, pela qual se conclui ser Fernão Dulmo homem do mar e se regula a sua posição e direitos no tocante à pretensa ilha das Sete Cidades, que ia a descobrir com João Afonso, era: «E, do dia que ambos partirem da dita ylha Terçeira, o dito Fernam Dulmo fara seu caminho per homde lhe aprouver atee coremta dias primeiros seguintes; e o dito Joham Afomso seguira com a dita carabella, de que asy for capitam, a rota e caminho que o dito Fernam Dulmo fezer e seguira seu forol, segumdo o regimento que lho dito Fernam Dulmo deer per escripto; e, tamto que passarem os

(184) — *Op. cit.* in *Colecção de Documentos*, ref. pág. 79.

(185) — Charles Verlinden, *est. e loc. cit.*, pág. 37.

(186) — Chanc. de D. João II, L^o 4^o fol. 101 v., doc. publ. in *Colecção de Documentos cit.*, págs. 187 a 192.

ditos coremta dias, o dito Fernam Dulmo nam levara mais forol, nem mandara fazer caminho pera nenhuã parte, mas amtes seguira e fara seu caminho e rrota per homde o dito Joham Afomso requerer, sem outra contradicam alguã, com sua caravella e companhia, e seguira o forol do dito Joham Afomso, e comprira em todo seu regimento como de capitam prinçipal atee elle Joham Afomso tornar pera Portugal» (187).

Conclui-se que decorridos quarenta dias sem nada descobrir, os direitos passavam a João Afonso do Estreito. A viagem em questão parece nunca se ter efectuado, talvez por Fernão Dulmo ver nessa altura ameaçados os seus direitos à capitania das Quatro Ribeiras, pela qual valia a pena pugnar, pois compreendia uma área extensa, entre a Ribeira da Agualva e o Biscouto Bravo, distantes quase quatro léguas (188). Contudo, Fernando Colombo, filho do descobridor, alude a uma terra, a ocidente da Irlanda «a qual terra ele crê ser a que um Femaldomos tentou descobrir de modo que fielmente narro assim como achei nos escritos de meu pai» (189), donde se poderia concluir que tal viagem ou outra análoga teria, afinal, tido lugar.

Acabou, porém, Fernão Dulmo por deixar a Terceira, possivelmente devido a, como marinheiro que era, ser mais afeito a navegar do que à lavra e grangeio das terras bravias, que lhe haviam sido concedidas, indo para o continente do reino, onde faleceu sem que se conheçam outros pormenores da sua existência.

2 – Jácome de Bruges.

Talvez ainda mais escassos do que em relação aos outros flamengos, que temos mencionado, são os elementos de identificação que se conhecem sobre Jácome de Bruges. Parece, segundo

(187) — Idem, *ibidem*, pág. 190.

(188) — Ver Francisco Ferreira Drummond, *Annaes da Ilha Terceira*, Angra, 1850, Tomo I, Cap. II.

(189) — *Le Historie della Vitta e Dei Fatti di Cristophoro Colombo, per D. Fernando Colombo suo Figlio*, apud *Colecção de Documentos*, cit., pág. CLXVI.

o que lembrámos, que o seu apelido flamengo seria Van Brugge; o ser conhecido em Portugal por Bruges, revelaria também ser oriundo dessa cidade, como, aliás, grande parte, se não a totalidade, dos outros flamegos que nas Ilhas se estabeleceram.

Na Carta de capitania, outorgada por D. Henrique, de 21 de Março de 1450, apenas se alude a ser «natural do condado de Frandes». Nesse documento, o Infante trata-o por «meu servidor»; e, noutro passo, faz referência a «alguns serviços que... tenho (dele) recebidos» (190).

Daqui se infere que quando lhe foi concedida a Capitania já se encontrava crívelmente, há certo tempo, no País. Julga-se que, depois de ter vivido na Galiza, em Orense, passou ao Porto, onde teria residido ao redor de 20 anos, antes da mencionada mercê (191).

Além da riqueza a que fazem alusão os cronistas dos fastos açorianos, devia possuir intrepidez e qualidades de chefia, para o Infante lhe ter confiado o governo da Terceira.

Imediatamente após haver recebido a donataria, tratou de preparar os seus domínios naquela terra: «Feita a merçe da ilha a jacome de bruges loguo se veo a ella com dous navios carreguados de guado: vacas, porcos, ovelhas, e cabras, e lançado em terra se tornou pera o Reino por não poder achar gente que lhe quizesse auidar a povoar, p̄ ser tam afastada de portugal neste mar oceano» (192).

Teria desembarcado no Porto Judeu em 1 de Janeiro de 1451. (193) Não se deteve, contudo, na Terceira, havendo regressado ao Continente, donde voltou, decorridos alguns anos — em 1456, ao que se tem aventado (194) — depois de, na Madeira, haver convencido vários habitantes a embarcarem com ele. Também veio gente

(190) — *Carta*, in Gaspar Fructuoso, *op. cit.* Original existente na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, de que juntamos fotocópia desta parte.

(191) — *Donatários da Vila da Praia da Ilha Terceira*, in «Arquivo dos Açores», vol. IV, págs. 207 a 212.

(192) — Gaspar Fructuoso, *op. cit.*, Original dado em fotocópia junta.

(193) — Drummond, *op. cit.*, Tomo I, pág. 24.

(194) — Idem, *ibidem*, págs. 37 e segs.

do norte de Portugal (Viana, Guimarães e Aveiro) e, igualmente, «alguns flamengos da sua terra, que trouxe comsigo» (195).

Desta feita, manteve-se na Ilha, na qual organizou criteriosamente o seu povoamento. Estabelecido na Praia, sem dúvida tendo em conta os terrenos ricos que a rodeavam e o seu excelente porto natural, iniciou, de seguida, a doação de terras, segundo o sistema a que se refere António Cordeiro: «As terras, ou campos nos princípios da Ilha pelos Capitães Donatários se repartião de graça aos povoadores, ao que chamavão dar de sesmaria (nome que vem da palavra Italiana «Semo», que significa dividir, desbastar) porque lh'as davão, para em os primeiros cinco annos as porem cultivaveis, e se ficarem com ellas para sempre, ou, se as não fizessem capazes de cultura, as perdessem, e se dessem a outrem. . . .» (196). A Jácome de Bruges pertencia, de acordo com a Carta que lhe foi passada, a «disima do disimo que a dicta ordem (de Cristo) na dicta Ilha ouer».

A ele se deve o início da cultura das terras, com cereais (trigo, centeio e cevada), legumes, pastel, etc.

Seguindo as recomendações da carta de donataria, quanto à «fé catholica e sancta de nosso Senhor Jesus Xpo», parece ter fundado a ermida de Santa Ana, primeiro templo da Ilha, havendo, também, lançado os alicerces da igreja de Santa Cruz, esta na Praia. Utilizou para o efeito religiosos da Ordem de S. Francisco, a primeira que se estabeleceu nos Açores (197).

Teria sido objecto da animosidade de um dos que trouxera da Madeira, Diogo de Teive, seu servidor, que queria para si a Serra de S. Tiago, pretensão com a qual Jácome de Bruges não esteve de acordo.

Fructuoso refere que, servindo-se de estratagem (pretensa herança na Flandres), o fez sair da ilha Terceira; e, segundo ele, «dizem que o mandou matar» (198). Mas, noutro trecho, o mesmo

(195) — «Arquivo dos Açores», vol. IV, págs. 207 a 212; e Gaspar Fructuoso, *op. cit.*, in *Colecção de Documentos, ref.*, pág. 82.

(196) — *Op. cit.*, vol. I, pág. 273.

(197) — Drummond, *op. cit.*, tomo I, págs. 34 e 38.

(198) — *Op. cit.*, in *Colecção de Documentos, ref.*, pág. 82.

cronista dá versão diversa ao desaparecimento de Jácome de Bruges: Havendo o capitão-donatário recolhido João Vaz Corte-Real «lhe disse que lhe largaria a metade da Ilha o qual aceitou, e depois Jácome de Bruges se foi para a sua terra e desapareceu da maneira que não tornou mais. . . .» (199).

O mistério da morte de Jácome de Bruges está por esclarecer, não se tendo conseguido ainda ilibar completamente dela Diogo de Teive. São de Frei Diogo das Chagas as seguintes palavras: «A verdade deste desaparecimento se verá no dia do último e final juízo» (200).

Não se conhece a data certa do falecimento do capitão-donatário; mas sabe-se que já não era deste mundo em 1474, pois nesse ano, se lê, nas cartas de outorga de capitania a Álvaro Martins e a João Vaz Corte-Real, «o dito Jácome de Bruges ser morto» (201).

*

* *

Directa e intimamente ligado à figura de Jácome de Bruges está o problema da carta de capitão-donatário, da autoria do Infante D. Henrique, de 1450. Autêntica? Forjada na íntegra? Ou simplesmente com interpolações interesseiras?

As dificuldades quanto ao documento provêm de se não haver encontrado o seu original, sendo a cópia mais antiga, de que há menção, a que foi inserta, por Gaspar Fructuoso, nas *Saudades da Terra* (202). O aludido cronista refere que o texto que transcreveu «se tirou do feito que correu entre os herdeiros

(199) — Idem, *ibidem*, pág. 92.

(200) — Apud Drummond, *op. cit.*, Tomo I, pág. 48.

(201) — *Colecção de Documentos, ref.* págs: 163 e 173.

(202) — Da qual damos fotocópia tirada do original daquela obra, que se acha na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada.

do Bruges e os Côrtes-Reais, entre os Corregedores da Corte. . . . »
(²⁰³). Essa carta de capitania tem, na mencionada versão, segundo já dissemos, a data de 21 de Março de 1450.

Abordamos, a seguir, as objecções essenciais que têm sido aduzidas para lhe negar ou diminuir o valor :

A) Na versão citada lê-se, dito pelo Infante « . . . e lhe desse minha real auctoridade. . . . ».

Independentemente de qualquer erro de cópia (sempre possível—seria «minha *actual* (²⁰⁴) autoridade»—), não nos parece ser impossível que o Infante se haja servido da expressão incriminada, empregando-a no sentido de «autoridade recebida do poder real», de que era indiscutivelmente detentor. Também as ilhas dos Açores não eram *propriedade sua*, mas da Corôa; e, no entanto, serve-se, a respeito delas, da expressão «minhas ilhas», no mesmo sentido de terras que detinha por «mercê régia» (²⁰⁵).

B) Quanto à infracção da «lei mental», por na carta se haver escrito : «porquanto me disse que elle não tinha filhos legítimos, sòmente duas filhas suas e de Sancha Roiz sua molher que se elle não ouver filhos varões da dita sua molher ã a sua filha maior haja a dita capitania, e os que de sua geração decenderem, e não havendo sua filha maior filhos, nem nhũa geração havemos por bem que a filha segunda que depois da morte da primeira ficar possa aver a dita capitania ao dito Iacome de brujes pera ella e f^{os} e filhas, netos e deçendentes e assendentes que della, e das ditas suas filhas deçenderem. . . . », também entendemos não ser convincente o argumento.

Com efeito, na Carta da Infanta D. Beatriz—de doação (e confirmações) da Capitania da Ilha de S. Miguel a Ruy Gonçalves da Câmara e da sua compra a João Soares—, de 10 de Março

(²⁰³) — *Colecção do Documentos*, cit., pág. 80.

(²⁰⁴) — M. Monteiro Velho Arruda, *Est.*, in *Colecção do Documentos*, cit., pág. CL.

(²⁰⁵) — Ver por exemplo: Carta do Infante D. Henrique, de doação a D. Afonso V, de 18/9/1460. in A. N. T. T. *Colecção especial*, Caixa 72, apud *Colecção de Documentos*, cit., págs. 136-137.

de 1474, se procedeu anàlogamente: « Outrossy me praz ã acertãdose ho dito Rui glz não aver f^o lidimo e avemdo f^a lidima ã ha dita sua f^a erde p^r seu fallecimẽto a dita capitania . . . » (206).

Ora, a autenticidade desta Carta nunca foi posta em dúvida. Aliás, a isenção da «lei mental», teve também lugar em cartas respeitantes a S. Tomé e a Cabo Verde. Quanto a este arquipélag, em benefício da filha de António da Noli (207).

C) Outro argumento invocado contra a veracidade da Carta a favor de Jácome [de Bruges consiste em, na sua data, João Gonçalves Zarco não haver recebido ainda a Capitania da Madeira, contrariamente ao que naquela se lê. Não julgamos porém que a diferença de oito meses, entre 21 de Março e 1 de Novembro seja argumento que não possa sofrer contestação, ou pelo menos atenuação aceitável.

Na verdade, não é inteiramente de excluir que não existisse já em Março daquele ano a designação *de facto* do Zarco, embora a de direito só tenha aparecido alguns meses depois; isto admitindo mesmo que não tenha havido erro de cópia na data da carta respeitante ao Bruges.

D) Igualmente impeço à autenticidade da carta tem sido visto na circunstância de, além de um filho ilegítimo de nome Pero Gonzalez (nascido em Orense de uma Inês Gonzalez), haver tido outro, de nome Gabriel de Bruges, que é referido pelo 2^o capitão-donatário do Faial, Jobs Dutra, o qual acrescenta ser falecido quando seu pai «se fora para Flandres» (208). Mas, por um lado, o seu nascimento pode ter sido posterior à outorga da carta a Jácome de Bruges; e por outro, esse Gabriel pode não ter sido filho legítimo.

E) De maior peso, nos parece a razão que deriva de, na Carta da Infanta D. Beatriz, de doação a Álvaro Martins da Capitania,

(206) — *Registo da Provedoria das Ilhas de S. Miguel e Sta. Maria*, livro 1.^o fols. 3 a 6 v. apud *Colecção de Documentos*, ref. págs. 166 a 172.

(207) — Charles Verlinden, *est. e loc. cit.*, pág. 32.

(208) — «*Arquivo dos Açores*», Vol. IV, págs. 207 a 212.

Euo In tanto dom. Henrique rei da. e q. u. u. nada da cidade e
ua terra de nro. snr. ihu xpo. da q. u. deu seu. est. nro. da. m.
da. fazo. a. b. os que sta. m. n. ha. ca. n. u. r. m. q. u. a. i. o. m.
de. br. u. j. e. s. m. u. s. e. r. u. d. a. n. o. t. r. e. a. l. d. e. c. o. n. d. a. d. o. d. e. f. r. a. n. c. i. s. u. o. a. m.
e. s. t. e. q. u. e. p. o. q. u. a. n. t. o. d. e. s. a. b. i. n. i. d. i. t. e. m. u. m. e. g. a. d. e. s. h. o. m. e. n. s. s. e. m. a. d.
s. a. b. i. a. d. a. s. i. l. h. a. s. d. o. s. a. n. o. s. s. u. b. o. u. t. o. s. a. g. u. i. s. t. o. s. s. e. n. h. o. r. i. o. s. s. a. l. u. o.
m. e. u. n. e. m. a. i. l. h. a. d. e. i. h. a. s. x. p. l. t. e. r. c. e. i. r. a. d. o. s. d. i. t. o. s. i. l. h. a. s. a. n. a. d.
s. o. u. b. e. r. a. d. p. o. n. u. a. d. a. d. e. n. h. u. a. g. e. n. t. e. q. u. a. l. e. q. u. e. r. a. f. o. s. s. e. n. o. m. u. n. d. o.
e. a. s. p. r. e. s. e. n. t. e. e. s. t. a. r. a. e. m. a. e. i. n. t. a. b. i. l. i. t. a. d. a. q. u. e. m. e. p. e. d. i. a. f. i. m. e. r.
e. q. u. e. p. o. q. u. a. n. t. o. a. e. l. l. e. q. u. e. r. i. a. p. r. i. n. d. a. r. q. u. e. l. h. e. f. i. z. e. s. t. e. d. e. l. l. a.
m. e. u. e. i. l. l. e. d. e. s. e. m. e. n. t. a. e. r. e. a. l. a. u. t. o. r. i. d. a. d. e. p. e. r. a. l. l. o. c. o. m. o. f. i.
d. a. s. d. i. t. o. s. i. l. h. a. s. e. u. u. s. a. d. o. q. u. e. m. e. a. s. i. p. e. d. i. a. s. e. r. a. s. e. r. u. i. t. e. d. e.
d. e. a. s. e. b. e. m. e. p. r. o. u. e. r. t. o. d. a. d. i. t. a. o. r. d. e. m. q. u. e. r. e. n. d. o. l. h. e. f. e. z. e. q. u. e.
c. a. e. m. a. i. s. m. e. a. p. r. a. s. d. e. l. h. a. o. u. t. o. q. u. a. r. c. o. m. o. m. a. e. l. l. e. p. e. d. i. o. s. i.
t. e. n. h. o. p. o. r. b. e. m. e. m. a. p. r. a. s. q. u. e. e. l. l. e. a. p. o. u. e. d. e. q. u. a. l. q. u. e. r. a. g. e. n. t. e.
q. u. e. l. h. e. a. p. r. o. u. e. r. e. q. u. e. s. e. i. a. d. o. f. e. c. a. t. h. o. l. i. c. a. e. s. a. n. t. i. d. e. n. o. s. t. r. o. s.
i. h. u. s. x. p. o. e. p. o. r. s. e. u. c. a. u. s. a. d. a. p. r. i. m. e. i. r. a. p. o. n. u. a. d. a. d. i. t. a. i. l. l. a.
h. a. z. a. o. d. i. z. i. m. o. d. e. b. i. d. o. s. o. s. d. i. z. i. m. o. s. q. u. e. a. n. d. e. m. d. a. x. p. l. n. a. d. i. l. l. a.
h. a. u. e. r. p. o. r. s. e. m. p. r. e. e. a. q. u. e. l. l. e. s. q. u. e. d. e. s. u. a. g. e. r. a. c. a. d. d. e. c. e. n. d. e.
r. e. m. u. o. m. h. a. a. c. a. p. i. t. a. n. a. e. q. u. o. u. e. r. n. a. n. c. a. d. a. d. i. t. a. i. l. l. a. c. o. m. o.
e. t. e. m. p. o. r. m. i. i. a. d. g. l. o. r. i. a. n. a. i. l. l. a. d. a. m. e. d. i. a. n. a. p. a. r. t. e. d. o.
s. e. n. t. i. d. a. n. o. p. a. r. t. e. d. e. m. a. c. h. i. g. u. o. s. e. p. e. r. a. s. t. e. l. l. o. m. o. s. e.
t. o. s. a. n. t. o. s. m. e. u. s. c. a. r. a. l. e. i. r. o. s. e. d. e. s. p. o. s. d. e. l. l. e. a. q. u. a. l. q. u. e. r. a. p. e. s. s. a.
q. u. e. d. a. g. e. r. a. c. a. d. e. l. l. a. d. e. c. e. n. d. e. r. e. e. a. h. a. z. a. m. a. s. i. p. e. l. l. a. q. u. e. t. a. q. u. e.
a. e. s. t. e. s. c. a. u. a. l. e. i. r. o. s. e. x. e. r. c. i. t. o. s. a. t. e. n. h. o. d. a. d. a. e. q. u. e. d. a. d. i. t. a. o. r. d. e. m.
a. h. a. d. e. e. q. u. e. r. e. q. u. e. e. l. l. e. t. e. n. h. a. t. o. d. o. m. e. u. p. o. d. e. r. e. e. r. e. g. i. m. e. n. t. o.
d. e. i. n. f. r. i. c. a. c. o. m. a. d. i. t. a. i. l. l. a. a. s. i. n. o. s. i. q. u. e. l. c. o. m. o. n. o. c. i. o. n. e. s. a. l. a. r.
q. u. e. u. e. n. h. a. d. o. p. a. p. e. l. l. a. c. a. d. a. n. t. e. e. l. l. e. o. s. f. e. i. t. o. s. d. e. m. o. r. t. e. s. d. e. h. o.
m. e. n. s. e. t. a. i. l. l. a. m. e. n. t. o. d. e. m. e. m. b. r. o. s. q. u. e. r. e. s. a. l. u. o. p. e. a. m. e. n. e.
p. e. r. a. m. a. r. i. a. a. l. c. a. d. a. a. s. i. l. l. o. m. o. n. a. s. d. i. t. a. s. i. l. h. a. s. d. a. m. a. d. e. i. r. a.
e. a. s. p. a. n. s. a. n. d. o. q. u. e. o. s. d. i. t. o. s. m. u. l. t. e. a. n. o. l. e. i. r. o. s. o. u. a. n. d. e. o. s. t. e. n. h. o.
d. a. d. o. s. e. m. a. i. s. m. e. a. p. r. a. s. p. r. o. a. l. q. u. o. s. p. r. i. n. c. i. p. a. l. e. s. q. u. e. d. o. d. i. t. o. l. a.
c. o. m. e. d. e. b. r. u. j. e. s. t. e. n. h. o. u. e. l. b. i. d. o. s. p. o. r. q. u. a. n. t. o. m. e. d. i. s. s. e. q. u. e. e. l. l. e.
n. a. d. t. i. n. h. a. f. i. l. h. o. s. l. e. g. i. t. i. m. o. s. s. o. m. e. n. t. e. d. u. o. s. f. i. l. h. o. s. s. u. a. s. e. d. e.
s. a. n. c. h. a. s. r. o. i. s. h. u. a. m. a. l. h. e. r. q. u. e. d. e. e. l. l. a. n. a. d. o. u. e. r. a. f. i. l. h. o. s. n. a.
r. o. i. s. d. a. d. i. t. a. s. u. a. m. a. l. h. e. r. q. u. e. a. s. u. a. f. i. l. h. a. m. a. i. m. a. i. a. z. a. a. d. i. t. a.
c. a. p. i. t. a. n. a. e. o. s. q. u. e. d. e. s. u. a. g. e. r. a. c. a. d. d. e. c. e. n. d. e. r. e. m. e. n. a. d. o. u. e. n. i.
d. o. s. u. a. f. i. l. h. a. m. a. r. i. a. f. i. l. h. o. s. n. o. m. i. n. h. u. a. g. e. r. a. c. a. d. a. u. e. m. o. s. p. o. r.
b. e. m. q. u. e. a. f. i. l. h. a. s. e. g. u. n. d. a. q. u. e. d. e. s. p. a. r. t. a. m. a. m. a. e. d. a. p. r. i. m. e. i. r. a.
f. i. c. a. s. p. o. r. a. u. e. r. a. d. i. t. a. c. a. p. i. t. a. n. a. a. d. i. t. o. l. a. c. o. m. e. d. e. b. r. u. j. e. s.
p. e. r. o. e. l. l. e. e. f. o. z. e. f. i. l. h. o. s. n. e. t. o. s. d. e. c. e. n. d. e. n. t. e. s. e. a. s. e. n. d. e. n. t. e. s.
q. u. a. d. e. l. l. a. d. i. z. d. i. t. o. s. s. u. a. s. f. i. l. h. a. s. d. e. c. e. n. d. e. r. e. m. c. o. m. a. q. u. e. l. l. a. s.
e. i. b. e. r. d. a. d. e. s.

li. b. e. r. d. a. d. e. s. e. p. o. d. e. r. e. s. q. u. a. s. d. i. t. o. s. c. a. p. i. t. a. n. e. s. t. e. n. t. o. d. a. d. a. s. p. o. r.
a. p. r. i. s. t. i. n. o. p. o. r. s. e. r. u. i. c. i. o. d. e. d. e. a. s. e. a. r. e. q. u. a. n. t. a. m. e. n. t. o. d. a. s. a. n.
f. e. c. a. t. h. o. l. i. c. a. d. e. n. e. s. t. o. s. n. o. i. s. t. o. s. x. p. o. e. n. o. u. e. p. e. l. l. o. d. i. t. o. l. a. c. o. m. e.
d. e. b. r. u. j. e. s. p. r. i. m. e. i. r. a. d. i. t. a. i. l. l. a. t. a. m. l. o. n. g. e. d. a. h. e. r. a. p. r. i. m. e. b. o. n. d. u.
j. o. a. t. o. s. e. i. s. t. e. n. t. a. l. e. g. i. s. l. a. c. i. o. n. e. s. d. o. m. a. r. e. x. a. n. o. a. q. u. a. l. i. l. h. a. s. e. m. u. n.
q. u. a. s. u. o. b. e. p. o. n. u. a. d. a. d. e. n. h. u. a. g. e. n. t. e. q. u. e. n. o. m. u. n. d. a. f. e. z. e. q. u. e.
r. a. e. s. t. o. q. u. o. a. s. m. e. s. t. r. e. s. e. q. u. o. u. e. r. n. o. d. o. r. a. s. d. a. d. i. t. a. o. r. d. e. m. q. u. e.
d. e. s. p. o. s. d. e. m. i. s. t. r. o. m. q. u. e. f. a. c. a. d. a. r. e. p. a. g. u. a. r. n. o. d. i. t. o. l. a. c. o. m. e.
d. e. b. r. u. j. e. s. e. s. u. s. h. e. r. d. e. i. r. o. s. q. u. e. d. e. l. l. o. s. d. e. c. o. n. d. e. n. e. m. a. d. i. t. a. d. i. z. i.
m. o. d. o. d. i. z. i. m. o. q. u. e. a. d. i. t. a. o. r. d. e. m. n. a. d. i. t. a. i. l. l. a. a. u. e. r. e. c. o. m. o. l. h. a.
p. e. r. m. u. l. t. e. d. a. d. a. e. n. t. r. a. q. u. a. d. a. e. n. a. d. c. o. n. s. e. n. t. i. a. l. l. h. e. s. e. f. e. i. t. o.
s. o. b. r. e. e. l. l. o. n. h. u. a. g. r. a. u. s. e. p. e. r. o. p. r. m. e. r. e. a. e. l. s. y. m. e. u. s. i. n. i. s. t. o.
b. r. i. n. h. o. e. a. s. t. e. i. s. q. u. e. d. e. s. s. i. s. d. e. l. l. a. u. i. o. r. e. m. q. u. e. a. s. l. i. t. o. i. a. c. o. m. e.
d. e. b. r. u. j. e. s. e. s. u. s. h. e. r. d. e. i. r. o. s. q. u. e. d. e. l. l. e. d. e. c. e. n. d. e. r. e. m. f. e. z. e. q. u. e. p. o.
q. u. a. r. o. d. i. t. o. d. i. z. i. m. o. d. e. d. i. t. o. o. r. d. e. m. d. o. q. u. e. n. a. d. i. t. a. i. l. l. a. s. a. n. t. e.
q. u. e. l. h. e. f. a. c. a. d. p. a. g. u. a. r. a. d. i. t. a. d. i. z. i. m. o. d. o. d. i. t. o. d. i. z. i. m. o. a. s. m. e. s. t. r. e. s.
a. i. q. u. o. u. e. r. n. a. d. o. r. a. s. d. a. d. i. t. a. o. r. d. e. m. c. o. m. o. l. h. e. p. l. e. n. i. s. t. i. h. u. d. a. d. o. c. o. n.
t. r. i. q. u. a. d. o. p. r. o. s. e. m. p. r. e. e. n. t. o. d. o. s. p. e. t. a. d. o. l. h. e. f. e. i. t. e. a. e. t. i. n. h. a.
a. d. i. t. a. m. e. r. i. t. a. q. u. e. l. h. e. p. e. r. m. i. h. u. f. e. i. t. a. e. p. r. o. s. e. q. u. e. n. a. c. i. a. s. u. a. s. t. e.
m. a. n. d. e. i. s. e. a. f. e. i. t. a. e. s. t. a. m. i. n. h. a. c. a. r. t. a. a. b. i. n. a. d. a. p. r. a. m. p. h. a. r. n. a. d.
e. a. f. l. o. d. a. d. o. s. e. l. l. o. d. e. s. m. i. n. h. a. s. h. u. m. a. s. f. e. i. t. a. c. o. m. a. c. i. d. a. d. e.
s. i. l. u. e. s. a. u. i. n. t. e. e. h. u. m. d. i. a. s. d. o. m. e. s. d. e. m. a. r. t. o. p. e. r. o. t. r. a. u. n. c. o. s. a. p. r.
a. n. o. d. o. n. a. c. i. m. e. n. t. o. d. e. n. o. s. o. f. r. o. i. s. i. h. u. s. a. p. d. d. e. m. i. l. e. q. u. a.
t. r. o. c. e. n. t. o. s. e. i. n. q. u. e. n. t. a. a. n. n. o. s. e. t. e.

F. e. i. t. a. a. m. e. r. i. t. a. d. a. i. l. l. a. a. l. o. c. o. m. e. d. e. b. r. u. j. e. s. l. o. g. u. o. s. e. u. o. a. e. l. l. a.
c. o. m. d. o. u. e. n. a. u. i. o. s. c. a. r. r. e. q. u. a. d. o. s. d. e. q. u. a. d. o. s. f. u. o. c. a. s. p. o. r. c. o. s.
a. u. l. h. a. s. e. c. a. b. r. a. s. e. l. a. n. c. a. d. o. c. o. n. t. e. r. r. a. s. e. t. o. n. t. o. u. p. e. r. a. o. p. r. i. m. o.
p. o. r. n. a. d. p. o. d. e. r. a. c. h. a. r. g. e. n. t. e. q. u. e. l. h. a. q. u. e. i. s. t. e. a. n. d. o. e. a. p. o. u. e. r.
f. e. z. e. t. a. m. a. p. a. r. t. a. d. a. d. e. p. o. r. t. u. g. a. l. n. e. s. t. e. m. a. e. d. e. a. n. o.

D. e. s. p. o. s. d. e. p. o. s. a. b. e. s. a. l. q. u. a. n. t. a. n. o. s. n. a. d. p. o. d. e. n. d. o. i. a. c. o. m. e. d. e. b. r. u. j. e. s.
a. i. n. d. a. n. o. s. e. i. r. e. i. n. o. a. c. h. a. r. g. e. n. t. e. q. u. e. c. o. m. e. l. l. e. t. o. r. n. a. s. t. a. i. l. l. a.
p. e. r. a. a. p. o. u. e. r. a. z. e. c. u. l. t. i. u. a. r. f. e. z. a. c. o. m. s. e. l. h. a. d. o. q. u. e. m. e. s. e. a. i. l. l. a.
d. a. m. a. d. e. i. r. a. q. u. e. d. a. r. i. a. i. a. a. n. n. o. s. e. z. a. d. e. s. c. o. n. t. e. r. t. e. n. o. u. a. d. a.
e. p. o. r. o. s. h. o. m. e. n. s. d. e. l. i. s. a. b. o. a. e. m. i. a. q. u. e. c. o. n. t. e. r. a. e. a. d. i. l. l. a. e. s. p. r. o.
p. r. i. o. d. e. l. l. o. s. u. i. r. r. a. l. c. o. m. e. l. l. e. m. o. r. i. d. o. s. c. o. m. s. a. n. t. i. d. o. s. s. a. n. t. o.
u. e. r. s. q. u. e. l. h. a. s. f. a. z. i. a. e. s. e. g. u. i. n. d. o. e. s. t. e. c. o. m. s. e. t. h. o. s. e. u. e. r. p. e. l. l. a. d. i.
t. a. i. l. l. a. c. o. m. a. l. q. u. o. s. f. a. m. e. n. q. u. o. s. d. e. s. u. a. p. e. r. a. q. u. e. t. o. n. t. a. z. e.
c. o. m. s. i. g. n. o. e. a. l. i. s. e. c. o. n. t. r. a. t. o. r. a. d. h. u. h. o. m. i. f. i. d. a. l. q. u. e. s. i. a. n. a. d. e.
d. i. u. s. q. u. o. d. a. t. e. n. e. c. l. o. q. u. a. l. c. a. u. t. o. r. q. u. e. u. i. e. n. a. d. d. e. l. l. o. s. f. e. f. a. c. i. t.
d. e. i. l. l. a. t. e. r. c. e. i. r. a. q. u. e. d. e. a. c. h. a. r. a. d. g. r. a. n. d. e. m. u. l. t. i. p. l. i. c. a. c. a. l. d. i. g. n. o.
d. o. q. u. e. n. e. l. l. a. t. r. i. n. h. a. l. a. n. c. a. d. o. l. o. c. o. m. e. d. e. b. r. u. j. e. s. e. t. e.

de 17 de Fevereiro de 1474, se encontrar o seguinte: «e ora por me ser certificado o dito Jacome de Bruges ser morto e a sua capitania ficar devoluta ao dito senhor meu filho por ele não ter filho lidimo barão . . .» (209).

No entanto, o facto não nos parece decisivo, visto não ser de excluir que no espaço de 24 anos, que medeou entre as duas cartas, possam ter sido anulados, neste ponto, por medidas tomadas posteriormente, os direitos de Jácome de Bruges, sobre a sucessão da Capitania em favor das filhas e seus herdeiros.

Julgamos crer que se a Carta transcrita, nas *Saudades da Terra*, fosse falsa, quem a apresentou — os herdeiros do Bruges — teria sofrido as consequências inerentes à presença de documentos forjados ou falsificados, nos processos. Ora, não consta que Duarte Paim ou os seus descendentes hajam sofrido qualquer dissabor por esse motivo. De admitir é que, se não levaram avante as suas pretensões, isso haja resultado de não terem podido apresentar a própria carta de doação do Infante D. Henrique, por extravio do original, e a cópia não ser considerada documento autêntico; ou por haverem existido, conforme aventámos, disposições posteriores, tidas em conta no processo, que houvessem anulado a memorada isenção da «lei mental», estabelecida em 1450, em prol de Jácome de Bruges.

Claro que, enquanto não aparecer o original, não será possível provar ser autêntica, pelo menos «in totum», a carta em questão. O que não vemos são razões decisivas para que forçosamente se haja de por de parte a versão que Fructuoso — mais uma benemerência sua à posteridade — nos legou.

3 — *Jorge de Utra.*

Além de ter tido a honra de ser o único dos flamengos, que se instalaram nas Ilhas, que mereceu menção, se bem que de passagem, em crónica coeva do seu país — a de Romboudt de Doppere,

(209) — «Archivo dos Açores», Vol. IV, págs. 213 a 215.

que tivemos já ocasião de transcrever neste estudo ⁽²¹⁰⁾—e de haver sido referido pelos escritores que mais próximos estiveram dele: Behaim, Münzer, Valentim Fernandes e João de Barros, igualmente de acordo com o que dissemos já, é aquele em relação ao qual se conhece, mais concretamente, a sua filiação de um tronco flamengo. Notícias esclarecedoras foram dadas na carta que escreveu, em 1527, a seu filho Jobst de Utra, um primo flamengo, de nome Diogo de Utra, da qual extraímos o que mais directamente poderia interessar ⁽²¹¹⁾.

Também é o único povoador flamengo do Arquipélago ao qual há alusões específicas à acção da Infanta D. Isabel na sua vinda para os Açores, quer através de Behaim, quer por Frei Diogo das Chagas, conforme tivemos ocasião de pormenorizar neste trabalho ⁽²¹²⁾.

Quanto às razões da sua vinda — desde a influência, eventual, de religiosos, e a se ter deslocado para «ver mundo», de harmonia com os dizeres de Valentim Fernandes e Fructuoso, até à missão que teria recebido da sua soberana —, também já deixámos a matéria explicitada no decorrer desta dissertação, pelo que nos dispensamos de aqui voltar a reeditar o assunto ⁽²¹³⁾.

Foi em 21 de Fevereiro de 1468 que recebeu das mãos do Infante D. Fernando, pai do rei D. Manuel, que o apelida de «cavaleiro de minha casa», a capitania do Faial, por razões ligadas à estadia dos flamengos, que já nessa altura se encontravam na Ilha, segundo se conclui daquele documento: «Parecendo-me haver azo de sua boa paz e concórdia entre Jós de Utra, de uma parte, e de outra, os flamengos que ora estão na minha Ilha do

⁽²¹⁰⁾—Cap. III, *Da vinda dos flamengos*, n.º 1.

⁽²¹¹⁾— Idem, *ibidem*.

⁽²¹²⁾— Cap. I, *Determinantes genéricas da vinda dos flamengos para os Açores*, n.º 2.

⁽²¹³⁾—Cap. II, *Razões específicas da migração*, n.º 4; e Cap. I, *Determinantes genéricas da vinda dos flamengos para os Açores*, n.º 2.

Faial, que os ditos flamengos tenham o mando e governança de Jós de Utra, natural de Flandres. . . . » (214).

Nessa carta (de que também se não achou o original e que se conhece mediante a transcrição existente no «feito cível de Jerónimo de Utra Corte Real contra o procurador da Corôa sobre as capitánias das ilhas do Faial e Pico» (215), se encontra a condição imposta ao Dutra, para que «Viva na dita Ilha e esteja nela continuamente», o que não teria seguido de perto, pois parece haver passado largas temporadas fora do Faial.

Jerónimo Münzer identifica-lhe a situação da casa em Lisboa, «numa grande praça, campo larguíssimo, junto do Convento de S. Domingos», descrevendo-a como «grande e bonita casa do Rei» (216).

Porém mau grado não ter cumprido na íntegra a citada imposição de residência, resultante da carta de capitania, os serviços que prestou, devem ter sido apreciáveis, porquanto na carta da Infanta D. Brites, de 29 de Dezembro de 1482, se juntou, a favor de Jorge de Utra, a capitania do Faial e do Pico: «em forma que, se a elle quizer pouorar seja assim capitão della como o he da dita Ilha Do fayal. . . . » (217).

Pela carta de 1468, o capitão ficava com direito a «de todo o dizimo das novidades que Deus der . . . a redizima somente. . . .».

Da exportação de açúcar para a Flandres, em que interveio o genro Martim Behaim e à qual nos referimos (218), é de presumir que se tenha preocupado, no seu governo, em fomentar a agricultura e a economia do Faial.

Há que reconhecer que aquilo que sobre ele se sabe não é muito favorável à sua memória. Assim o parece comprovar o que

(214) — *Colecção de Documentos, cit.*, pág. 153; e A. Ferreira de Serpa, *As doações das Ilhas do Faial e Pico ao flamengo Josse de Hurtere (Jós de Utra)*, in «Correio da Horta», de 15/12/1931.

(215) — Folhas 18, *ref. in Colecção de Documentos, cit.*, pág. 152.

(216) — *Itinerário «Excertos», Introdução e notas de Basílio de Vasconcelos*, Cap. I, Coimbra, 1931, pág. 28.

(217) — *Colecção de Documentos, ref.* pág. 154; e A. Ferreira de Serpa *art. cit.*, in «Correio da Horta», *men.*

(218) — Cap. V, *Achegas dos Flamengos na Economia Ilhoa.*

se passou nos motins que são conhecidos pela «revolta dos flamengos», descritos, com colorido e detalhes rigorosos, no Livro VI das *Saudades da Terra*. Depois de se haverem insurgido contra o Corregedor, a quem um flamengo, de nome Arnequim (sem dúvida deturpação portuguesa da palavra), apostrofou desta forma: «Vae-te embora logo, não estejas aqui mais, que não te queremos cá», tendo Jorge de Utra procurado intervir, esse compatriota «se virou a ele com uma bésta que levava por o capitão o acossar muito com o cavallo, e virando d'alem de uma grota lhe disse: «Senhor capitão, vae-te embora, deixa-me senão hei te de matar com esta bésta; vendo o capitão isto e que eles andavam todos alvoraçados, temeu-o e deixou-o». Chamados à presença do rei, este depois de lhes fazer notar «que se maravilhava do que fizeram ao seu capitão ... como o quizerão matar, não lhe obedecendo ...»; e após ouvir as razões do Arnequim, mandou-os regressar à ilha, sem infligir qualquer pena aos que se haviam revoltado, recomendando-lhes, tão somente, que «não fizessem mais aquilo»⁽²¹⁹⁾. Quer dizer, quando foi necessário, Jorge de Utra não soube administrar convenientemente justiça aos seus compatriotas.

E a outro flamengo, Guilherme da Silveira, teria faltado a promessas feitas, de dádivas de terras, isto é, não cumprindo, afinal, a sua palavra, por invejar o prestígio dele. É, pelo menos, o que se infere deste trecho das *Saudades da Terra*: «passados alguns dias pediu ao capitão lhe desse certas terras conforme ao que lhe prometera em Flandres e cada vez que pedia algumas, sempre lhe respondia que já aquelas terras eram dadas, no que suspeitou e se dizia que o capitão não desejava de ele (Van der Haegen) estar na terra, porquanto o acompanhava mais a gente e faziam mais conta d'ele»⁽²²⁰⁾. Diga-se, porém, em abono de Jorge de Utra, que Frei Diogo das Chagas entende que Fructuoso se enganou; e que a desavença não foi com Guilherme da Silveira,

(219)—*Colecção de Documentos, cit.*, págs. 99 e 100.

(220)—*Colecção de Documentos, ref.*, pág. 104.

mas com um «João da Silveira que veio com Jós de Utra» (221), o que no entanto não fundamenta, não nos forçando a abandonar os dizeres de Fructuoso, que esteve mais próximo dos factos apontados.

Do testamento de sua viúva, Beatriz de Macedo (nesse documento denominada «Capitôa»), estabelecido no Faial, «no limite de Porto Pim», em 24 de Abril de 1527, resulta que Jorge de Utra deve ter falecido cerca de 1495 (222).

Ficou a repousar, naquele povoado, em ermida que erguera, primitivamente coberta de colmo, a qual, Beatriz de Macedo, sob a invocação de Santa Cruz, começou a ampliar em sua vida (223).

4 — *Guilherme da Silveira.*

Tão *presente* tem estado — e continuará —, no decurso deste nosso trabalho, Wilhelm van der Haegen, que, em rigor, nos poderíamos considerar dispensados de lhe desenhar o perfil.

Todavia, o papel que desempenhou no povoamento de várias ilhas e a forma como o fez, impõe-nos, nesta matéria, também recolher, sistematizar e dar forma ao que de essencial se conhece.

De acordo com o que temos notado, são a *Justificação*, de 1578, e as *Saudades da Terra*, que constituem a base (para não dizer tudo) do que dele se sabe.

Aquela — lembramos —, por recolher testemunhos e tradição familiares, pois eram netos do povoador que estavam em causa; e não teriam decorrido 70 anos sobre o passamento de Guilherme da Silveira.

Quanto à obra de Fructuoso, por os elementos de que se serviu poderem haver sido colhidos de quem conhecera, ainda, Van der Haegen; ou que teria recebido os dados, a ele respeitantes, directamente de pessoas em tais condições. Acresce que o primeiro cronista açorense merece que lhe seja dado crédito.

(221) — *Op. cit.*, Cap. XIII, *Do Descobrim^{to} da Ilha do Fayal, etc.*

(222) — «Archivo dos Açores», Vol. I. págs. 164 a 170.

(223) — Marcelino Lima, *Famílias Faialenses*, Horta, 1923, pág. 660.

Procuremos justificar estes postulados :

Quando Fructuoso regressou à sua terra, depois de estadias fora de S. Miguel, estava-se em 1565 e tinha ele 43 anos de idade. É certo que as *Saudades da Terra* foram escritas entre 1586 e 1590; mas sem dúvida a recolha de elementos começara muito antes, talvez a seguir àquele ano de 1565, em que passou a viver definitivamente na Ilha onde havia nascido. Ora, se se admitir que a morte de Guilherme da Silveira, teve lugar na primeira década do século XVI, apenas meio século tinha passado.

E se é certo que há quem tenha atacado fortemente Fructuoso, afirmando por exemplo, que no que escreveu «tudo é vago»; «não tem espírito crítico», «sendo a obra de uma prolixidade fastidiosa e insuportável» e «cheia de trapalhadas e absurdos ridículos» (224), outros que aprofundaram melhor o assunto, emitem parecer muito diverso, conforme se lembrou não há muito em defesa do autor das *Saudades da Terra*, bem fundamentada e deduzida (225); e foi confirmado, ainda mais recentemente, por autoridade em historiografia nacional. Referindo-se às *Saudades da Terra*, escreveu: «Trata-se pois de um magno *corpus* histórico que revela a erudição do autor e constitui a melhor fonte para o estudo do arquipélago dos Açores» (226).

Não vemos razão para duvidar daquilo que o próprio Fructuoso escreveu acerca do modo porque agiu: «Algumas coisas contarei d'estas Ilhas, como testemunha de vista, e outras que não vi, direi como as pude saber d'outrem, que não me faltou diligência para inquirir e examinar a verdade d'elas, com assaz trabalho e custo; ainda que em algumas não pude bem descobrir a certeza que eu quisera» (227).

(224) — Manuel de Menezes, *est. e loc. cits.*, que refere, igualmente, a opinião, em sentido análogo, de André da Ponte Quental.

(225) — Martim Machado de Faria e Maya Jr., *Refutação de umas observações acerca de Gaspar Fructuoso*, in «Insulana», vol VIII, n.ºs. 3 e 4, 1952, págs. 247 a 322.

(226) — Joaquim Veríssimo Serrão, *História Breve da Historiografia Portuguesa*, Lisboa, 1962, págs. 154-155.

(227) — *Op. cit.*, Cap. VIII. do livro I, ref. in Martim Machado de Faria e Maya Jr. *est. e loc. cits.*, págs. 258 --259.

Passemos, portanto, à *história* de Guilherme da Silveira.

Donde provinha.

Também aqui recordamos que Fructuoso o dá como flamengo e natural de Bruges; e António Cordeiro acrescenta o pormenor de a família ser originária de Maastricht, hoje pertencente ao Limburgo holandês ⁽²²⁸⁾.

Mees lembra o que lhe declarou o aquivista Nuyts: serem os Van der Haegen «uma família nobre de Maastricht cujos membros figuram muitas vezes nos Arquivos dessa cidade», ao que aquele acrescenta que também se encontram nos Arquivos de Bruges ⁽²²⁹⁾.

Da mesma forma, de harmonia com aquilo que dissemos, inquéritos recentes, naqueles dois Arquivos, confirmaram essas asserções; mas não permitiram a filiação de Guilherme da Silveira a ramo determinado dos Van der Haegen ⁽²³⁰⁾.

Em que altura teria chegado.

A crer-se em certa passagem de Fructuoso, veio a chamamento de Jorge de Utra, portanto, verosimilmente, ao redor de 1470, sendo esta a data assinalada por João Teixeira Soares de Sousa ⁽²³¹⁾.

⁽²²⁸⁾ — *Op. cit.*, in *Colecção de Documentos*, ref. pág. 95, e *op. cit.*, vol. II, pág. 279.

⁽²²⁹⁾ — *Op. cit.*, pág. 97.

⁽²³⁰⁾ — João Cunha da Silveira, *Wilhelm Van der Haegen, tronco dos Silveiras dos Açores*, in «Insulana», Vol. V, nº 112, Ponta Delgada, 1949, págs. 5 e 6.

⁽²³¹⁾ — *Os Silveiras dos Açores*, editado e anotado por João Silveira Forjaz de Lacerda e Carvalho, Calheta, S. Jorge, 1920, pág. 1.

Em que ilhas habitou.

Quando alude a S. Jorge, Gaspar Fructuoso dá a entender, que ao chegar aos Açores, teria estado em primeiro lugar nessa ilha, cujo abandono haveria sido motivado, pela infertilidade das terras: «... depois, por tempos, levando as chuvas as terras ao mar, vieram a ser estéreis... pelo que dizem, que se passou este framengo para a Ilha do Faial... »⁽²³²⁾.

Cordeiro abunda no mesmo sentido, ao dizer que Guilherme da Silveira e sua mulher alcançarão licença para virem povoar huma das Ilhas novamente descobertas, qual mais lhes contentasse... e desembarcarão em a Ilha de S. Jorge, que ainda estava por povoar»⁽²³³⁾.

Esta estadia em S. Jorge, antes de em qualquer outra parte, nos Açores, indicada pelos cronistas citados, está em contradição com o que eles dizem, noutros passos das suas obras, atribuindo a vinda ao chamamento de Jorge de Utra, para o Faial, de que era capitão-donatário⁽²³⁴⁾.

Não se teria demorado muito no Faial, pois aquele capitão faltara à palavra dada.

Foi, então, o Van der Haegen para a Terceira, onde esteve alguns anos, nas Quatro Ribeiras, indo, seguidamente, para as Flores, na qual se teria mantido 7 ou 8 anos, segundo Fructuoso e 10 conforme indica Frei Diogo das Chagas⁽²³⁵⁾.

Finalmente, passou a S. Jorge, onde se fixou e morreu.

Há quem tenha procurado explicar, de 'forma diversa de Fructuoso, as razões migratórias de Van der Haegen, através de

⁽²³²⁾ — *Op. cit.*, in *Colecção de Documentos, ref.*, pág. 96.

⁽²³³⁾ — *Op. cit.*, Vol II, pág. 237.

⁽²³⁴⁾ — *Colecção de Documentos, ref.*, págs. 100 e 103; e *História Insulana, cit.*, Vol. II, pág. 279.

⁽²³⁵⁾ — *Colecção de Documentos, ref.*, pág. 104; e *op. cit.*, Cap. XVIII — *Do Descobri^o da Ilha das Flores, etc.*



Marechal Silveira Conde d' Amarante.

Descendentes: António de Brum da Silveira; D. António Taveira da Neiva Brum da Silveira, arcebispo de Goa; e Francisco da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira, Conde de Amarante.

várias ilhas dos Açores ⁽²³⁶⁾. Assim, a primeira saída de S. Jorge não teria tido como razão a infertilidade da terra (aliás contraditada pelo próprio Fructuoso ao afirmar que no Topo, quando lá voltou, vivera com «grande abundância») ⁽²³⁷⁾.

A causa teria tido como base haver João Vaz Corte-Real obtido a Capitania de S. Jorge em 1483, o que não julgamos de aceitar, visto que nos parece ser tardia esta data para a saída de S. Jorge, da primeira vez que lá esteve (se de facto assim sucedeu) e a sua passagem ao Faial, onde os flamengos já se encontravam desde 1466 ou 1468.

No tocante às Flores, o abandono da ilha não teria derivado de ser aquela terra «estéril e muito tormentosa e combatida de ventos quotidianamente e não ia lá navio nem barca, senão algum de ano em ano por maravilha padecia ele e sua família muito trabalho, pela falta de muitas cousas de que tinha necessidade para sua vida e suas lavouras e sustentação de sua gente, o que não podendo sofrer se veiu em um navio que mandou buscar às outras ilhas» ⁽²³⁸⁾. A motivação haveria tido como origem real a venda que Ruy Telles, filho de D. Maria de Vilhena, que induzira Van der Haegen a ir para as Flores, fizera a João da Fonseca, operação que o rei confirmou em 1504. Mas também não nos parece indiscutível este ponto de vista, dado que, embora a venda deva ter sido realizada uns anos antes, na menoridade daquele Ruy Telles, a admitir-se que Guilherme da Silveira, faleceu em S. Jorge, na primeira década do século XVI ⁽²³⁹⁾, isso estaria em desacordo com a afirmativa de Fructuoso, e é tradição que se manteve na Ilha, que ele vivera ali «muitos anos» ⁽²⁴⁰⁾.

⁽²³⁶⁾ — João Teixeira Soares de Sousa, *est. e loc. cit.*, págs. 2 a 6.

⁽²³⁷⁾ — *Op. cit.*, in *Colecção de Documentos, ref.*, pág. 105.

⁽²³⁸⁾ — *Saudades da Terra*, in *Colecção de Documentos, ref.*, págs. 104-105.

⁽²³⁹⁾ — João Teixeira Soares de Sousa, *Art. e loc. refs.*, pág. 6.

⁽²⁴⁰⁾ — *Colecção de Documentos cit.*, pág. 105.

Acção no desenvolvimento da economia ilhoa.

Conforme deixamos mencionado, aqui e ali, e detalhamos no capítulo próprio ⁽²⁴¹⁾, a acção de Van der Haegen foi importante na matéria, não só por haver introduzido a cultura do pastel, mas pelas lavouras, dessa planta e de pão, que realizou, quer para consumo interno, quer para exportações destinadas à Flandres.

Como era considerado pelos seus contemporâneos.

Por Fructuoso, sabemos que «era mui acompanhado dos framengos que ele trouxera e mantinha, assim no mar e viagem como depois na terra; e o mesmo faziam outros framengos, que com o capitão vieram, por conhecerem quem ele era». E, ao passar pela Madeira, também se põe em relevo, nas *Saudades da Terra*, quanto era considerado: «... onde saindo em terra mui prospero e acompanhado, informados os moradores de quem ele era, lhe fizeram muita honra e gazalhado, mandando-lhe, à pousada que lhe deram, muitos presentes e serviços, com que se deteve alguns dias, até se fazer prestes para seguir a viagem começada do Faial; e vendo os moradores da Ilha da Madeira que ele se queria ir, lhe pediram e rogaram muito que se não fosse e ficasse com eles na terra, onde lhe dariam casas em que vivesse e para toda a gente que trazia e muitas terras, com outros largos partidos e abundancias, o que lhes agradeceu Guilherme da Silveira, escusando-se de não poder aceitar nenhuma cousa das que lhe ofereciam, por ter dado sua palavra ao capitão da Ilha do Faial, de ir viver n'ela» ⁽²⁴²⁾.

⁽²⁴¹⁾ — Cap. V, *Achegas dos Flamengos na economia ilhoa*.

⁽²⁴²⁾ — *Op. cit.*, in *Colecção de Documentos, ref.*, págs. 103 e 104.

Traços mais salientes do seu carácter.

Sempre sem sairmos das *Saudades da Terra*, é de concluir haver sido *generoso*: Vêmo-lo, quando se deslocou da Flandres para o Faial, dar aos que quizessem vir «embarcação e todo o mais necessário, à sua própria custa, para mulheres e filhos e creados, sem gastarem cousa alguma do seu, d'elles, até chegar a ela»; *cumpridor fiel da palavra dada*, conforme se demonstra na questão com Jorge de Utra, por exemplo; *acolhedor e gentil no trato*: «homem de muito bem fazer, sendo sua casa como estalagem para quantos iam e vinham àquella terra» — o Topo, em S. Jorge —, e *crente, sincero e praticante*: «homem muito católico e temente a Deus», vivendo sempre «cristianissimamente», conseguiu que a própria morte fosse digna da sua vida.

De acordo com o que pormenorizamos no Prefácio desta dissertação, baseado nas palavras sentidas de Fructuoso, teria conhecido, com antecedência, o dia e a hora do seu falecimento, reunindo em sua volta todos os filhos. E havendo mandado celebrar missa, em sua casa, expirou precisamente quando o padre acabara de «consumir o Santíssimo Sacramento» (243).

Foi, por conseguinte, dos numerosos flamengos, que habitaram os Açores, na época do povoamento, aquele que, libertando-se «da lei da morte», se consegue manter «vivo», cinco séculos volvidos.

(243) — *Op. cit.*, in *Colecção de Documentos, ref.*, págs. 100 a 105.

CAPÍTULO VII

Descendência e Heráldica Flamengas

Meio milénio decorrido, multiplicou-se, naturalmente, a descendência dos flamengos que vieram a povoar as Ilhas.

Não se conhece, pelo menos de molde a individualizá-lo, o tronco dos que não foram as figuras gradas da colonização, esses oficiais mecânicos de todos os ofícios, que, mais de uma vez, temos mencionado; mas algo se sabe sobre os restantes.

Esta dissertação não constitui um livro de genealogias e de heráldica; todavia, omitir a matéria seria lacuna em que não poderíamos incorrer. Limitar-nos-emos, pois, a deixar apontados alguns que provieram de Jácome de Bruges, Jorge de Utra, Guilherme da Silveira, Jorge da Terra e Guilherme de Brum.

Muitos outros, que deles descendem—conforme é habitual nas famílias, no decorrer dos séculos, em que vários membros vão decaindo em fortuna e posição social—ticaram, da mesma maneira dos que vieram daqueles flamengos de que se não conhecem os nomes, no anonimato. Mas tal não os impediu de actuar em benefício do Arquipélago, de Portugal, no continente e nas suas províncias do Ultramar, e das nações onde se estabeleceram e fecundaram com o seu esforço.

1 — *Descendência**De Jácome de Bruges*

A descendência de Jácome de Bruges veio da filha dele e de sua mulher Sancha Rodrigues de Arce, que foi dama da Infanta D. Beatriz, Antónia Dias de Arce, casada com Duarte Paim. Este era, segundo Gaspar Fructuoso, «Comendador do hábito de S. Tiago, filho de um fidalgo inglês por nome Tomás Elim Paim, o qual veio a estes Reinos de Portugal, por secretário da muito esclarecida raíña, Dona Filipa de Lancaster, mulher de El-Rei Dom João, de Boa Memória» ⁽²⁴⁴⁾.

Dentre os seus sucessores, destacaremos Francisco de Ornelas da Câmara Paim, cavaleiro na Ordem de Cristo (1639), comendador de S. Salvador de Penamacor, na aludida Ordem (1642) e do Conselho do Rei (1662). Capitão de uma das companhias de Infantaria, na Vila da Praia da Vitória, prestou também serviços de relevo nas guerras do Brasil. Mas foi principalmente pelo papel que teve na aclamação de D. João IV, na Terceira, que se notabilizou, havendo merecido as nomeações de capitão-mor e provedor de fortificações da Capitania de Vila da Praia—1644—; governador do Castelo de S. João Baptista, de Angra—1660—e capitão-donatário da Vila da Praia — 1663 —.

Os que lhe sucederam guardaram posições de destaque na Terceira, mantendo-se como fidalgos da Casa Real, cavaleiros da Ordem de Cristo, capitães-mores, juizes, etc.. Foi o seu trineto, Teotónio de Ornelas Bruges Paim da Câmara (nascido em 1760), que voltou a usar o apelido Bruges, de seu 8º avô paterno, Jácome de Bruges, que havia sido abandonado na 1ª geração daquele capitão-donatário.

Seu neto, Teotónio de Ornelas Bruges Paim da Câmara d'Avila e Noronha Ponce de Leão, foi o 1º Visconde de Bruges (1832) e o 1º Conde da Praia da Vitória (1863). Além de fidalgo

⁽²⁴⁴⁾ — *Op. cit.*, in *Colecção de Documentos, ref.*, pág. 83.

cavaleiro da Casa Real, de pertencer ao Conselho do Rei e de haver sido comendador na Ordem de Cristo, foi coronel de milícias, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, presidente da Câmara Municipal de Angra, deputado e par do reino, etc.. Conforme se pôs em evidência no decreto que lhe concedeu o título de Visconde de Bruges, a sua actuação no triunfo do regime liberal foi importante e em que—acentua-se naquele diploma—«empenhou todos os seus esforços e meios de sua própria fazenda». Também no campo social se notabilizou, ficando com o seu nome ligado a escolas e a estabelecimentos de beneficência.

Uma prova mais da vivência flamenga nos Açores é ter sido Visconde de Bruges o primeiro título que lhe foi outorgado, cuja carta continha a «cláusula expressa de fundar em qualquer lugar do extenso terreno que possui na Ilha, sua Pátria, uma Povoação de 25 moradores pelo menos à qual dará o nome do seu Título». Embora esse povoado se não tenha mantido nem por isso deixa de ser significativa a instituição dele, feita no decreto que ficou citado.

Seu filho, Jácome de Ornelas Bruges Paim da Câmara, nascido em 1833, que foi o 2º Visconde de Bruges e o 2º Conde da Praia da Vitória, também se distinguiu: deputado em várias legislaturas, par do Reino, diplomata, governador dos Distritos de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada, fundador de asilos, etc..

Os títulos de Visconde de Bruges e Conde da Praia da Vitória mantiveram-se; e outros descendentes dos Bruges têm continuado em posição de destaque, na Terceira e fora dela ⁽²⁴⁵⁾.

(245) — Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares, *op. cit.*, vol. I, Título XIV—Bruges; e vol. II, Título LXIX—Pains.

De Jorge de Utra.

De Jorge de Utra, casado com «huma Portugueza dama do Paço, chamada Brites de Macedo, da antiga fidalguia dos Macedos» (246), provieram os 2º, 3º e 6º capitães-donatários das ilhas do Faial e Pico: Joz de Utra—1509, — Manuel de Utra Corte-Real—1550—e Jerónimo de Utra Corte-Real—1582—. (A notar que o 4º e 5º capitães-donatários, D. Álvaro de Castro e D. Francisco de Mascarenhas, foram estranhos à família Dutra, havendo sido Jerónimo de Utra que, depois de demanda contra a Coroa, conseguiu readquirir o cargo, não havendo tido porém descendência, que lhe sucedesse na Capitania).

Dos Utras, quer do primeiro capitão-donatário, quer de Balduino de Utra, irmão ou parente próximo daquele, descendem várias famílias que têm tido papel de destaque, como sejam os Cunha Brum, Utra Machado e Terra Brum (no Faial); Brum da Silveira (no Faial e em S. Miguel), Cunha da Silveira em S. Jorge, e os Botelho (de S. Miguel, estes por Isabel de Macedo de Hurtere, casada com Nuno Gonçalves Botelho, neta paterna do 1º capitão-donatário do Faial) (247).

De Guilherme da Silveira, Jorge da Terra e Guilherme de Brum.

Grande parte da nobreza ilha conta entre os seus antepassados Wilhelm van der Haegen. Já Gaspar Fructuoso se exprimia desta forma: «Houve Guilherme da Silveira, de sua mulher Margarida da Silveira, três filhos, Francisco Silveira, João Silveira, e Jorge Silveira e cinco filhas, Maria Silveira, Margarida Silveira, mãe de Bárbara da Silveira mulher de António Brum, e Ana Silveira

(246) — António Cordeiro, *op. cit.*, vol. II, pág. 275.

(247) — António Cordeiro, *op. cit.*, vol. II, Capítulo IV. Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares, *op. cit.*, vol. II; Título CII; Marcelino Lima, *op. cit.*, Título XXXI; A. Ferreira de

e Catarina Silveira, as quais foram casadas com homens muito principais e honrados e tiveram filhos e filhas, de que há muita geração em todos estas ilhas dos Açores». Além destas, houve outra filha Luzia, omitida na enumeração. A mulher chamava-se, ainda segundo Fructuoso, Margarida Sabuya, como o marido natural de Bruges ⁽²⁴⁸⁾.

Desde as primeiras gerações encontramos descendentes de Guilherme da Silveira nos lugares de maior relevância em particular nas ilhas do Faial e S. Jorge

Um seu neto, também Guilherme da Silveira, foi o primeiro capitão-mor de S. Jorge (1571). Outro neto, Diogo Gomes da Silveira, foi o 1º capitão-mor do Faial e governador militar da ilha do Pico (1573-78).

Francisco Silveira Vila-Lobos, seu bisneto, formado em Coimbra, foi ouvidor das justiças naquela ilha.

Também foram seus netos, Diogo Pereira, citado na história da Índia e amigo íntimo de S. Francisco Xavier, conforme indica Fernão Mendes Pinto, na sua *Peregrinação* ⁽²⁴⁹⁾; e Guilherme Pereira, irmão daquele, que viveu, igualmente, na Índia, com muita grandeza e morreu em 1567, ambos irmãos de António da Silveira Pereira, que intentou a *Justificação* de 1578, de que nos temos servido.

Manuel Brum da Silveira, Gaspar de Brum da Silveira, Baltazar de Brum da Silveira, e António de Brum da Silveira, que Fructuoso diz: «todos são homens muito nobres e poderosos e de grandes espíritos» ⁽²⁵⁰⁾, vinham igualmente de Guilherme da Silveira. Dele provieram também dois arcebispos de Goa, D. Frei Cristóvão da Silveira (1614-1673) e D. António Taveira da Neiva Brum da Silveira (que faleceu em 1775). O primeiro, foi reitor do

Serpa, *Os Flamengos na Ilha do Faial—A família Utra (Hurtere)*, Lisboa, 1929; e *Os Botelhos de Nossa Senhora da Vida*, edição do 3º Visconde do Botelho, Lisboa, 1957.

⁽²⁴⁸⁾ — *Op. ref.*, in *Colecção de Documentos, cit.*, págs. 105, 106 e 95.

⁽²⁴⁹⁾ — Tomo III, pág. 235, ed. de 1829, *ref.*, in João Teixeira Soares de Sousa, *Op. cit.*, pág. 28.

⁽²⁵⁰⁾ — *Op. cit.*, in *Colecção de Documentos ref.*, pág. 106.

Colégio dos Agostinhos, em Coimbra, e arcebispo de Goa, em 1670. O segundo, doutorado em cânones, em Coimbra, foi reitor do Colégio dos Militares e designado juiz geral das Ordens, em 1748, havendo, em 1750, ascendido a arcebispo de Goa; e fez parte do Conselho do Governo da Índia (1756).

O primeiro Conde de Amarante, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira (1763-1821), herói da Guerra Peninsular, marechal de campo, tenente-general, etc.; e seu filho, Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, 1º marquês de Chaves e 2º conde de Amarante (1784-1830), que também se notabilizou, quer na Guerra Peninsular, quer nas lutas políticas do seu tempo, como partidário de D. Miguel, eram da mesma forma descendentes de Guilherme da Silveira, através do Dr. Manuel da Fonseca, que foi corregedor nas Ilhas, casado com Margarida da Silveira, dos Bruns da Silveira açorianos. Por essa linha, descendem, também, os condes de Castelo Melhor. É curioso notar que um dos representantes actuais acrescentou aos seus numerosos apelidos, Brum da Silveira: João José Maria Rafael Francisco Xavier Brum da Silveira de Vasconcelos e Sousa Camara Caminha Faro e Veiga.

O Dr. Manuel de Arriaga (de seu nome completo, Manuel José de Arriaga Brum da Silveira), que foi o primeiro presidente da República, era, idênticamente, descendente ilustre de Guilherme da Silveira.

Muitos outros nomes haveria a enumerar, se se tratasse de trabalho genealógico. Mas bastará folhear a história dos Açores (e nomeadamente as do Faial e S. Jorge), para se topar a cada passo com descendentes de Guilherme da Silveira — e também de Guilherme de Brum e de Jorge da Terra, com os quais se cruzaram várias vezes —; os Cunhas, Cunhas Bruns, Terras e Silveiras, do Faial; e Teixeiras Soares, Silveiras e Sousa e Cunhas da Silveira, de S. Jorge, que desde o começo do povoamento daquelas ilhas e até à actualidade, foram seus capitães-mores, governadores, oficiais da milícia, juízes, vereadores, etc. ⁽²⁵¹⁾.

⁽²⁵¹⁾—Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares, *op. cit.*, vol. I, Título XV—Bruns; e vol. II, Título XCIII—Silveiras; Mar-

2 — *Heráldica.*

Salvo quanto a Guilherme da Silveira, não há referências, em documentos ou nos cronistas, ao uso de brasão de armas pelos primeiros povoadores flamengos, embora aqueles façam menção expressa da sua nobreza, conforme tivemos ocasião de detalhar no Capítulo III, no que respeita a Jácome de Bruges e Jorge de Utra, além de Van der Haegen. Mas a Guilherme de Brum e a Jorge da Terra também é reconhecida fidalguia. Sobre aquele, lê-se na *História Insulana*: «entre os bons fidalgos que concorrerão também a povoar a Ilha da Madeira, foi hum Guilherme Brum, natural de Alemanha a baixa, e Flandres, e na Madeira casou com huma fidalga chamada Violante Vaz Ferreira Pimentel. . . . ». E no que ao Terra respeita escreveu-se na mesma obra, ser: «fidalgo Flamengo, e dos principaes que vierão com o primeiro Capitão Joz de Utra a povoar o Faial. . . . » (252).

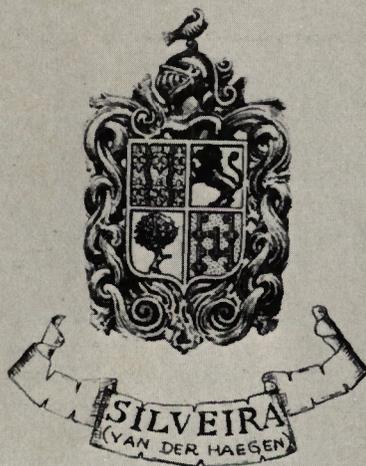
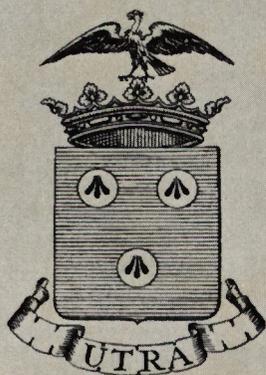
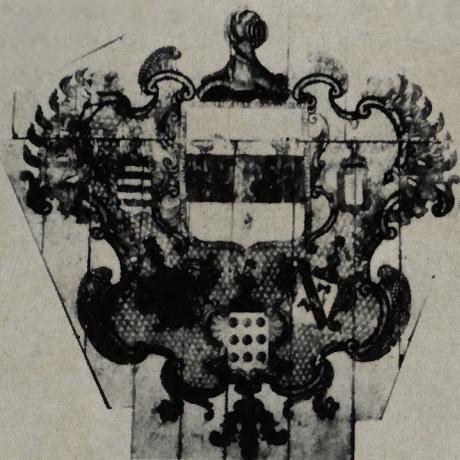
Acerca dos descendentes de Jácome de Bruges, não se sabe que hajam usado armas daquele antepassado, se bem que os Van Brugge flamengos as possuissem (253). Também não há notícia de que os descendentes de Jorge da Terra hajam trazido as armas dos Aertrycke (254).

celino Lima, *op. ref.*, Títulos I—Arreagas, VII—Bruns IX—Cunhas, XXVI—Silveiras e XXX—Terras; José Cândido da Silveira Avelar, *Ilha de S. Jorge*, Horta 1902; João Teixeira Soares de Sousa, *Os Silveiras dos Açores*, in «O Jorgense» n.º 72, 1—X—1874; e edição e *Notas* sobre esse estudo, por João Silveira Forjaz de Lacerda e Carvalho, Calheta 1920; João Cunha da Silveira, *Cunhas da Silveira, contributo para a história de uma família açoriana*, in «Insulana», vol. X, 1954; e *Anuário da Nobreza de Portugal*, Braga, 1950.

(252) — A. Cordeiro, *op. cit.*, págs. 282 e 280.

(253) — No *Armorial Général*, de J. B. Rietstap, 2ª ed., 1884, as armas dos Van Brugge, de Flandres, são assim descritas: «de prata, cão, corrente, de negro», (na tradução de Francisco de Simas Alves de Azevedo).

(254) — Segundo o *Armorial cit.*, as armas da família são: «de negro,



capitães donatários do fidal e pico:
senhores de moerkerke e haegenbrouk

Brasões: Bruns (parte central), Utras e Silveiras.

Porém os Bruns assumiram armas nos Açores. No solar da família, no Faial, foram elas representadas, no tecto do salão, da forma seguinte : «De prata, com faixa de vermelho, carregada de três flores de lis de ouro e um chefe com três patas, de sua cor, alinhadas em faixa ; timbre, uma das patas do escudo» (255). A esta família acabou por ser confirmado brasão de armas, em 1760 (256).

No brasão que usaram os Terras, além da aludida figuração (no terceiro quartel), encontra-se (no primeiro) outra versão das armas dos Bruns : «De oiro, uma águia negra de duas cabeças, e nos pés seu ondado de azul», que seriam dos Bruns da Irlanda(257). Nos Açores, também esta família usou o brasão seguinte : «de azul, com três flores de lis de oiro» (258).

Ao bisneto de Jorge de Utra, Jerónimo de Utra Côrte-Real, foram passadas (em 27/2/1586), as armas dos Hurtere, «sem diferença por ser chefe», que são : «em campo azul, três besantes de ouro em roquete e em cada um três gotas pretas em contrarquete ; timbre, um abutre de sua cor, armado de ouro, a tomar o voo».

Sabe-se contudo, que os Hurteres usaram, na Flandres, armas

6(3,2,1) gomis de ouro. Timbre : um voo de prata ou um gomil de negro. O escudo acompanhado de duas bandeiras das armas, as hastes de ouro. (Tradução do Heraldista mencionado).

(255) — Esse brasão, retirado do aludido solar, encontra-se agora na casa da família Hintze Ribeiro, em Ponta Delgada, descendentes dos Bruns do Canto. Descrição segundo Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares *op. cit.*, Título XV — Bruns.

(256) -- Ver : A. Braancamp Freire, *Armaria Portuguesa*, pág. 573, e António Machado de Faria, *Armorial Lusitano — Famílias Nobres, suas origens e suas armas*, Lisboa, 1961 ; a título de esclarecimento note-se que Machado de Faria, seguindo Braancamp Freire fala de perdizes e não de patas. A explicação deve estar possivelmente em erro de algum desenhador.

(257) — Marcelino Lima, *op. cit.*, pág 732 ; e documento de família dos Bruns do Canto.

(258) — Cit. in Armando de Matos, *Brasonário de Portugal*, vol. I, Porto 1940, pág. 84 e Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares, *op. e loc. cit.*

diversas das descritas, em épocas anteriores ou praticamente contemporâneas da vinda de Jorge de Utra: «três estrelas postas em roquete, de cinco pontas cada uma, carregadas de um besante»; «três besantes, em roquete, carregados cada um de sua espora, e no chefe uma cótica ou um banco de pinchar»; e «de negro, um leão de prata nascente, e no chefe de prata duas flores de lis, vermelhas» (259).

Conforme referimos de início, somente no tocante a Guilherme da Silveira, existem alusões ao uso de armas. Na *Justificação* de 1578, a que nos temos reportado, encontra-se o seguinte: «... e tinha seu brasão d'armas confirmado pelo dito Rei D. João o Segundo, o qual lhe ardera em sua casa na Ilha Terceira...». E, nas *Saudades da Terra*, se menciona esse sinistro e as suas consequências: «... estando nas Quatro Ribeiras, lhe saltou fogo em suas casas e queimou muita parte de sua fazenda, onde se lhe queimaram seus papeis e liberdades que trazia de sua pessoa e abonação, sem lhes poder valer, que foi a maior perda que ele mais sentiu» (260).

Nas armas outorgadas a vários descendentes, de que se conhecem concessões (261), aparecem as dos Silveiras continentais, que nada têm de comum com os açorianos: «De prata, com três faixas de vermelho».

Braancamp Freire apresenta a seguinte versão das armas dos Van der Haegen: «partido: o I de oiro, árvore de duas copas de verde firmada num contrachefe do mesmo; o II de negro, leão de prata, armado, linguado e coroadado de oiro» (262).

Baseou-se ele no brasão que Rietstap descreveu para os Van

(259) — A. Ferreira de Serpa, *Os Flamengos na Ilha do Faial—a Família Utra (Hurtere)*, cit., pág. 155. Sobre o assunto ver também: A. Braancamp Freire, *Armaria Portuguesa*, cit., pág. 516, que refere como uma das fontes, o *Thesouro de Nobreza* por Francisco Coelho, Rey de Armas India, 1675.

(260) — *Colecção de Documentos*, cit., pág. 104.

(261) — Ver por ex.: Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares *op. cit.*, Título XV—Bruns.

(262) — *Armaria Portuguesa* cit., pág. 241.

der Haegen de Clèves⁽²⁶³⁾, mas não sabemos com que fundamento. Talvez por na *Justificação* memorada se dizer que Guilherme Vandaraga era originário do «Reino de Alemanha», que, aliás, na época, segundo o que deixámos lembrado, não abrangia apenas o que mais tarde veio a constituir tal país. Não se conhece que essas armas tenham sido usadas nos Açores, se bem que nos brasonários, que depois se publicaram, continuem a ser atribuídas aos Silveiras do Arquipélago. Existe um exemplo recente de concessão régia de brasão a José da Silveira Viana — que foi vice-presidente da Junta de Crédito Público, par do Reino, etc. — o qual era neto materno de José Nunes da Silveira que pertenceu à Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, em 1820, natural da ilha do Pico, relacionada com os Van der Haegen flamengos. Quando solicitou a outorga de armas, teve o cuidado de averiguar quais seriam as dos Van der Haegen daquela origem, para o que contactou com o investigador açoriano A. Ferreira de Serpa. Este, havendo-se dirigido à Administração Comunal de Bruges, obteve a indicação de que as antigas armas da família Van der Haegen eram: «Écu d'argent, à trois hures de sanglier de sable posées 1 et 2; en cimier: une hure de l'écu entre un bois de sinople»⁽²⁶⁴⁾. Foram, praticamente essas armas as que constam da carta respectiva: «campo de prata com três cabeças de javali de sua cor, postas em contraroquete; timbre: uma cabeça do escudo entre silvas verdes; diferença: uma brica verde»⁽²⁶⁵⁾.

Se bem que essas armas figurem já em brasonário flamengo⁽²⁶⁶⁾, que data da primeira metade do século XVII, daí se não pode concluir que fossem as que pertenciam a Guilherme da Silveira, também não havendo figuração delas no Arquipélago.

Na Vila das Velas, na ilha de S. Jorge, encontra-se, enciman-

⁽²⁶³⁾ — *Armorial, cit.*

⁽²⁶⁴⁾ — Ofício, de 30/9/1909, do Conservador Gilliodts Van Severen, de que possuímos fotocópia, cedida pela família Silveira Viana.

⁽²⁶⁵⁾ — Carta, de 7/3/1910, in L.º X, fols 180, do «Registo Geral dos Brasões e Documentos Nobiliários», in A. N. T. T.

⁽²⁶⁶⁾ — Philippe de l'Espiney, *Recherche des Antiquitez et Noblesse de Flandres*, Douay, 1632.

do altar de talha dourada, do século XVII, dedicado a Nossa Senhora de Guadalupe, brasão esculpido, também em madeira, cujo primeiro quartel e timbre, seria o dos Silveiras açorianos. Tal altar foi doado, em 1718, pelos franciscanos ao benfeitor da Ordem, o beneficiado Aleixo da Silveira e Ávila. Este sacerdote, que nasceu em 1653 e foi versado em genealogias e heráldica, era quinto neto de Wilhelm Van der Haegen e deixou dito que mandara esculpir ali as armas daquele seu avoengo, de quem particularmente se honrava e do qual deixou escrito, em árvore genealógica em poder da nossa família, datada de Novembro de 1680, «que foi hum dos povoadores desta Ilha de S. Jorge e das demais d'ellas, sendo o homem mais rico e respeitado daquele tempo, muito religioso, . . . Fidalgo dos primeiros do Reino da Almanha . . . ».

Essas armas não se encontram em armoriais portugueses contemporâneos da sua figuração naquele altar. A versão que delas se acha no *Brasonário de Portugal* é a seguinte: «de oiro, duas cóticas onduladas de vermelho, acompanhadas de seis flores de lis de vermelho, postas três a três; timbre, uma pomba de prata» (267). Há, porém, inexactidões pelo menos no que respeita a cores e metais.

A descrição mais difundida dessas armas é: «De ouro, duas palas veiradas de ouro e vermelho com seis flores de lis, do mesmo metal, duas em cada intervalo; timbre, um abutre de sua cor» (268). Parece, no entanto, que, com maior correcção se devem pormenorizar assim: «de oiro duas palas ondadas do mesmo metal, perfiladas de vermelho, acompanhadas de 6 (3.3) flores de lis de oiro. Timbre: águia volvida de sua côr, com a cabeça em fugida» (269).

Como no decurso do tempo o aludido brasão foi repintado, não é de excluir que tenha havido deturpações, se bem que

(267) — Armando de Matos, *op. cit.*, vol. II, pág. 198.

(268) — Ver João Silveira Forjaz de Lacerda e Carvalho, *op. cit.*, pág. 22; e F. S. de Lacerda Machado, *Os Morgados das Lages*. Lisboa, 1915, pág. 20.

(269) — Versão dada a nosso pedido por F. S. Alves de Azevedo.



Altar de N.ª S.ª de Guadalupe, em S. Jorge (1.º quartel e timbre do brasão:
Van der Haegens).

estejam correctas as cores e metais dos restantes quartéis (Bethencourts, Picanços e Fagundes, famílias de primeiros povoadores de S. Jorge e doutras ilhas do Grupo Central do Arquipélago).

Investigações aprofundadas, que tiveram lugar na Bélgica e na Holanda, vai para uma quinzena de anos, revelaram que pelo menos nove figurações de armas dos Van der Haegens do século XV (e uma que remonta a 1297), continham flores de lis, tendo interesse notar que numa se observa também a dificuldade heráldica de metal sobre metal: «em campo de prata, três flores de lis de ouro» ⁽²⁷⁰⁾.

Pelo que ficou expendido, é de admitir que sejam as armas, que estão debuxadas no altar citado, as que Guilherme da Silveira usou, confirmadas por D. João II, mas das quais a Chancelaria Real não conservou transcrição ou que teriam desaparecido quando do terramoto de 1755.

Têm, pelo menos, a característica de serem as únicas, figuradas nos Açores, que não apresentam a configuração das armas dos Silveiras continentais; e não foram identificadas com outras de origem nacional, havendo sido mandadas esculpir, vai para duzentos e cinquenta anos por descendente do Flamengo, que nessa altura, tinha já 65 anos e portanto na posse de tradição anterior, em mais de meio século.

A respeito da árvore genealógica citada, que elaborou, teve o cuidado de acentuar haver-se servido de «títulos bem examinados e notícias de homens velhos entendidos», índices da sua probidade.

Besantes carregados de gotas, palas ondadas, cabeças de javali, são motivos raros ou únicos no armorial português, com os quais a colonização flamenga nos Açores enriqueceu o panorama heráldico do nosso País.

⁽²⁷⁰⁾ — João Cunha da Silveira, *Willelm Van der Haegen, Tronco dos Silveiras dos Açores, cit.*, pág. 20.

CAPÍTULO VIII

Traços no decorrer do Tempo e Perenidade

Flamenga no Arquipélago

Como acentuámos ao longo do presente estudo, deve ter sido copioso o número de flamengos que vieram habitar os Açores, sendo a migração circunscrita a um período curto. O elemento português, em quantidade muito mais avultada, integrou em si, logo nas primeiras gerações, o núcleo originário da Flandres.

Com efeito, os flamengos devem ter aportado às Ilhas entre cerca de 1450, com Jácome de Bruges e Fernão Dulmo, e o último quartel do século, com Jorge de Utra e Guilherme da Silveira, conjuntamente ou a chamamento deles.

Na verdade, com a morte de Carlos-o-Temerário, que herdara do tronco materno a sua boa disposição para com Portugal e as relações que connosco timbrara em manter; com a passagem da governação do condado a Maximiliano, por intermédio da mulher, Maria de Borgonha, e, por conseguinte, à Casa de Áustria; e, depois, com a elevação do seu filho, Filipe o Belo ao trono de Espanha, tornaram-se menos propícias as circunstâncias ao fluxo flamengo para os Açores.

Por outro lado, nas Cortes de Evora, celebradas em 1481, houve nítida reacção contra os estrangeiros nas Ilhas. Nelas se acentuou que «... todos estes proveitos assy de vossas rendas (da coroa) como do bem comũ de vossos naturaes sse perderom e perdem depois que os estramjeiros foram consentidos por estantes nas ditas hylhas e navios estramjeiros hy carreguarem pera fora do rreyno....» (271).

Na sua resposta, o Rei aceita as razões contra o «dano» que era alegado, condicionando a estadia de estrangeiros: «Responde El Rey que ha por bem que ssem ssua licemça nam possam estar nenhuuns estrangeiros em ellas e os que ora lla stam ou novamente vierem as ajam e nom as avemdo os que nas ylhas estam da pobricaçom destes capitollos a hum anno primeiro sseguinte que sejam dellas lamçados e nam possam em ellas mais estar e os que o comtrario fezerem sejam presos e percam todo o que nas ilhas ca lhes for achado» (272).

A dar-se crédito ao testemunho de Jerónimo Münzer, cerca de 1494 «os habitantes do Faial falam todos o alemão da Flandres» (273); mas a fazer-se confiança em Valentim Fernandes, decorridos apenas treze anos, ou seja em 1507, «a lingoa framenga he nella (Faial) perdida» (274), afirmativa que é, contudo, a pôr de remissa, pois, em 1520, João de Barros refere, ainda, que «na Ilha do Fayal vivem muitos Alemaens que fallam sua propria linguagem» (275).

Para a obliteração daquela língua, além da absorção pelo maior número, deve ter contribuído, ao que se julga, o facto de

(271) — Capitulo—*Que não estem estantes estrangeiros em as Ilhas*, in *Extractos da Colecção de Cortes de Sir Charles Stuart*, B. N. L. Reserva, Fundo Geral, 8718. Existe uma transcrição imperfeita no «Arquivo dos Açores», Vol III, págs. 10—11.

(272) — Idem, *ibidem*.

(273) — *Itinerário cit.* (Excertos), pág. 65.

(274) — *Descripção*, in *Colecção de Documentos, cit.*, pág. 19; e A. Ferreira de Serpa, *Revolta de Flamengos*, cit., pág. 8.

(275) — *Chronica do Imperador Clarimundo*, cit., 1ª parte, Cap. I, Liv. III, pág. 371.

a maioria dos flamengos terem vindo solteiros e se haverem consoziado com portuguesas ⁽²⁷⁶⁾. Os filhos, além do meio ambiente, tiveram a influência materna.

No entanto, se o flamengo caiu, com rapidez em desuso, as tradições do povo que trouxera essa língua continuaram vivas pelos tempos fora.

Bem claro, neste sentido, é o depoimento de Linschoten, que esteve no Faial em 1582, e que escreveu: «Ainda hoje existindo (naquela ilha) uma grande descendência e raça, cujo físico e personalidade se assemelham aos Neerlandeses» ⁽²⁷⁷⁾.

Já no século XVII, em 1662, Mosquera indica que «naquela época havia no Arquipélago e particularmente no Faial, famílias flamengas reconhecíveis pelas qualidades da sua raça» ⁽²⁷⁸⁾.

Foi, conforme tivemos ocasião de pôr em destaque, toda esta perenidade flamenga nos Açores que contribuiu para que, durante todo o período de Setecentos, as cartas geográficas, ao figurarem os Açores, os denominassem «ilhas flamengas»; e que, nos séculos seguintes, escritores vários houvessem glosado o tema flamengo com relação a essas terras, embora por vezes o deturpando com a atribuição do seu descobrimento a gente daquela raça.

Vamos procurar sintetizar o que se tem recolhido, até ao presente, sobre as marcas que os flamengos deixaram nos Açores.

1 — *Na economia ilhoa.*

O assunto já foi exposto no capítulo dedicado à matéria ⁽²⁷⁹⁾, pelo que apenas por uma questão de método o voltamos a abordar.

⁽²⁷⁶⁾ — A. Ferreira de Serpa, *Revolta de Flamengos, cit.*, pág. 18.

⁽²⁷⁷⁾ — Ref. in Albert Tonneau, *est. e loc. cit.*, pág. 215.

⁽²⁷⁸⁾ — *Comentário cit.*, ref. in Goblet d'Alviella, *op. cit.*, pág. 205.

⁽²⁷⁹⁾ — Ver Cap. V.

Se é certo que naquilo que toca à cultura de cereais, da cana do açúcar e das plantas que então se usavam na tinturaria, as achegas flamengas, salvo no que respeita a estas, não tiveram originalidade e se circunscreveram à segunda metade do século XV, o mesmo não sucedeu quanto a lacticínios—riqueza presente de maior relevo, em particular nos Grupos Central e Ocidental do Arquipélago—, se, de facto, o queijo de S. Jorge—ou do tipo daquela ilha, que se tem estendido às restantes—é, de acordo com o que recordamos, de processo flamengo da época do povoamento.

2 — Na Toponímia.

No Faial, a freguesia dos *Flamengos*, no interior da ilha, situada em vale fértil e pitoresco, e a *Ribeira dos Flamengos*, vizinha dela, devem os seus nomes aos que vieram da Flandres e no sítio se instalaram. Esse curso de água, uma vez ultrapassado o termo da freguesia, veio a ser chamado Ribeira do Salvador ou do Santíssimo Salvador, que era o orago de Bruges e passou a ser o da Horta ⁽²⁸⁰⁾. A *Ponta da Espalamaca*, que com a do Monte da Guia limitam o Porto da Horta, tem igualmente origem flamenga, conforme lembra Gaspar Fructuoso: «Junto a esta freguesia faz a terra uma ponta ao mar alto a que os flamengos puseram o nome de Espalamaca, que em sua linguagem quer dizer ponta de agulha ou alfinete» ⁽²⁸¹⁾.

Espalamaca teria vindo de Speldemaker ⁽²⁸²⁾, possivelmente apelido de um flamengo que haveria habitado por ali, na altura.

⁽²⁸⁰⁾ — Marcelino Lima, *Famílias Faialenses, cit.*, pág. 620.

⁽²⁸¹⁾ — *Saudades da Terra*, Cap. XXXVI, *cit.*, in Marcelino Lima, *op. ref.*, Título XXX — Terras, pág. 620. Em língua neerlandeza speldemaker, significa fabricante de alfinetes. (Dado fornecido pelo Dr. Luís Crespo Fabião, professor de língua holandesa na Faculdade de Letras de Lisboa).

⁽²⁸²⁾ — José de Lacerda, *Notas refs.*, pág. 85.

E a própria denominação da capital da ilha, a cidade da Horta, não teria tido a origem apontada por António Cordeiro: «Logo, meia legoa acima, inclinando para o Poente, está a principal Povoação ou Corte d'esta Ilha, chamada a Villa da Horta; e chama-se assim, porque cada casa d'ella tem tal Quintal, e hum ou dous poços, que parece cada huma ter sua Quinta, ou Horta» (283).

A palavra virá, antes, do apelido do primeiro capitão-donatário, Jorge de Utra. *Hurtere* teria dado a variante *Hortere*, de acordo com a opinião de Gilliodts Van Severen, arquivista comunal de Bruges; desta forma: Hurtere=Hortere=Horta (284).

Em S. Jorge, o povoado do *Topo*, na extremidade da ilha, em face da Terceira, onde habitou Van der Haegen, traria a sua origem de *Top* (hooger eind, em flamengo) (285). Também o lugar da *Silveira*, pertencente à freguesia de S. Tiago da Ribeira Seca, do concelho da Calheta, parece dever o seu nome ao povoador Van der Haegen. Ainda nessa ilha existe, no Canal do Norte, o Porto da *Silveirinha*, onde reza a tradição haver desembarcado Guilherme da Silveira, quando veio para S. Jorge, no último quartel do século XV (286).

E, em data recente, apenas há três lustros, na Vila mais importante de S. Jorge, as Velas, foi dada a uma das suas ruas a designação de *Guilherme da Silveira*, com o fundamento de «ter sido um dos primeiros povoadores de diversas ilhas e, em particular, da de S. Jorge, onde se fixou e morreu, de forma a constituir alto exemplo, como narram os cronistas» (287). Esta decisão municipal

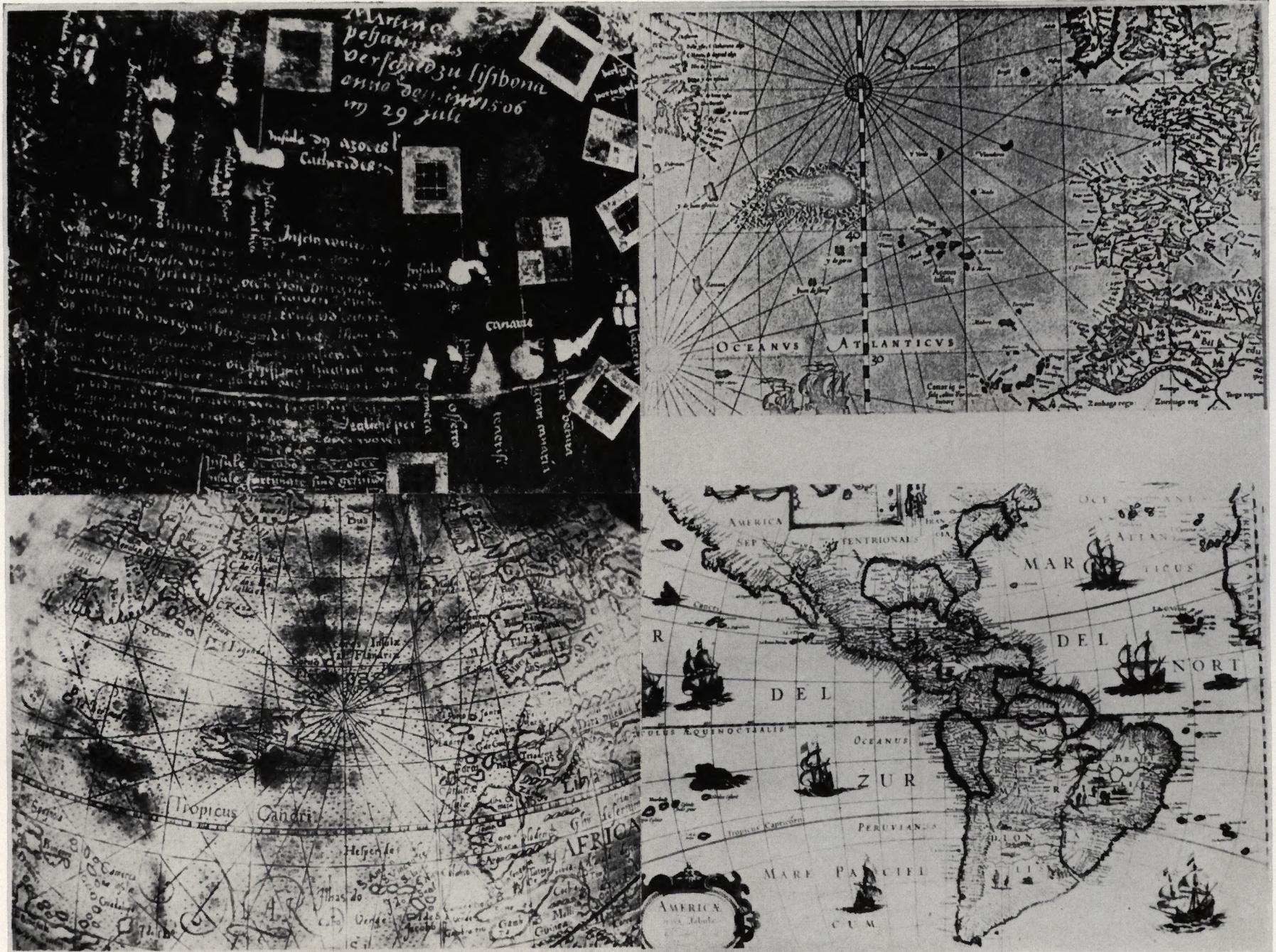
(283) — *História Insulana*, vol. II, pág. 268.

(284) — Marcelino Lima, *op. e tit. cit.*, pág. 620; e A. Ferreira de Serpa, *Dados genealógicos e biográficos de algumas famílias faialenses*, pág. 93.

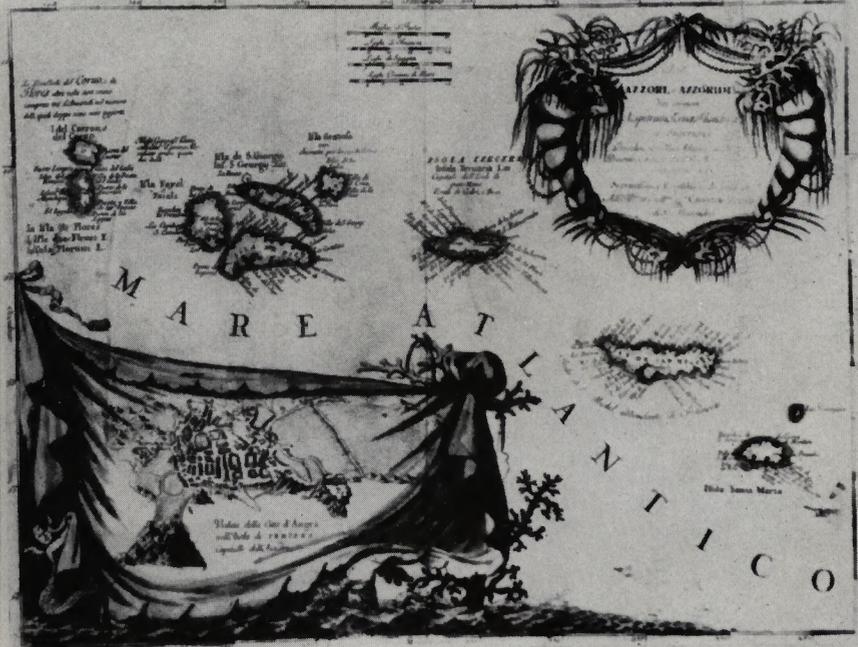
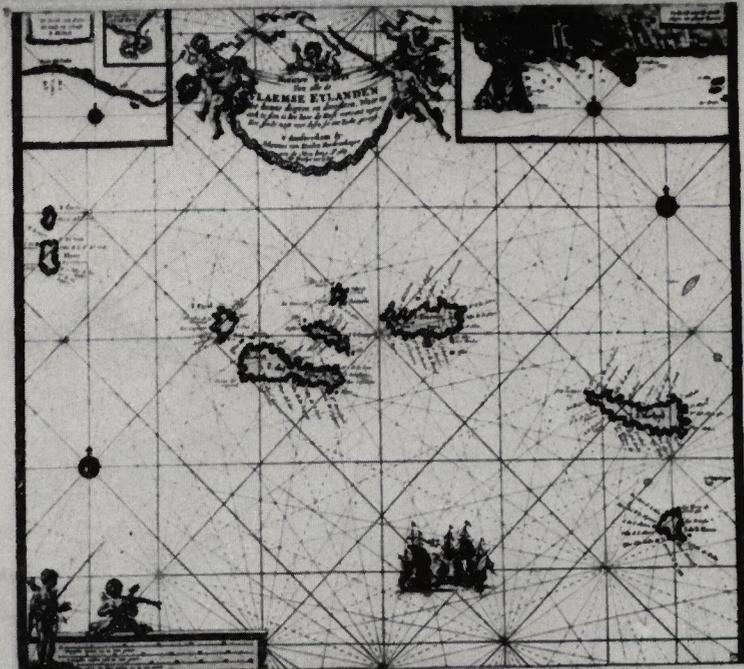
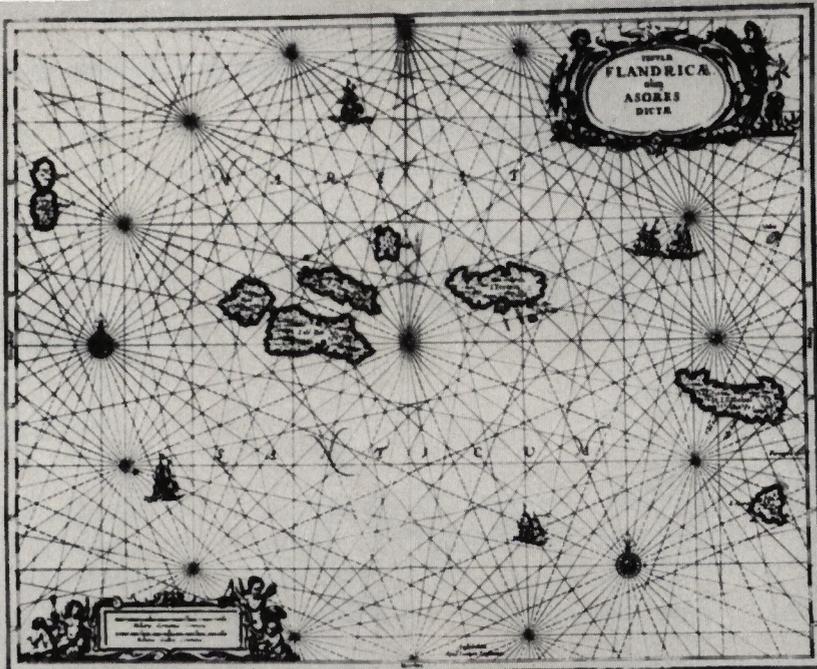
(285) — José de Lacerda, *Notas refs.*, pág. 87.

(286) — Idem, *ibidem*, pág. 92; informações in «Ofício da Câmara Municipal do Concelho das Velas», nº 351, de 8/5/1963; e P.º Manuel de Azevedo da Cunha, *Notas Históricas*, Calheta, S. Jorge, 1924, pág. 22.

(287) — Acta da reunião ordinária da Câmara citada, de 14/2/1948.



Cartografia (da esquerda para a direita): Behaim, Mercator, Plancius e Blaeuw.



Cartas identificadas nas legendas respectivas.

confirma que se mantém nos nossos dias a tradição do contributo flamengo.

Nas Flores, Sophus Ruge apelida de Porto dos Flamengos, o porto de Santa Cruz, no qual viveu Guilherme da Silveira, denominação que, aliás, não é conhecida na terra ⁽²⁸⁸⁾.

Na Terceira, o curso de água que corre junto da povoação das Quatro Ribeiras, teve a designação de *Ribeira dos Flamengos*; mas o nome passou sem deixar vestígios na tradição dos que habitam a localidade ⁽²⁸⁹⁾.

3 — Na Cartografia.

Conforme salientámos, é no *Globo* de Behaim—1492—que aparece, pela primeira vez, a menção de Flandres com referência aos Açores, pois designou o Faial como «Neu Flandern» (Nova Flandres), segundo se vê na reprodução junta, da parte do mencionado *Globo* que respeita às Ilhas.

Também, de harmonia com o que já indicámos, teria sido Mercator quem, antes de qualquer outro, no século XVI (1569), haveria dado aos Açores a denominação de *Insulae Frandricae*. É o que afirma Mees ⁽²⁹⁰⁾; mas, ao procurarmos obter a reprodução da carta respectiva, fomos informados pelo Conservador da Bibliothèque Royale de Belgique e pelos Arquivos da Stad Antwerpen ⁽²⁹¹⁾ que tal designação não figura na carta citada por aquele escritor; mas somente a de «Açores insulae». Com efeito assim se observa na reprodução que oferecemos, da parte que, interessa, feita sobre a cópia da carta original, que se encontra no «Maritiem Museum Prins Hendrik», em Roterdão. Nesse fragmento, vê-se, contudo, bastante distanciada dos Açores, uma ilha apelidada *Vlaenderen* (flamenga).

⁽²⁸⁸⁾ -- Marcelino Lima, *op. cit.*, Título XXVI—Silveiras, pág. 540.

⁽²⁸⁹⁾ -- Manuel de Menezes, *est. e loc. cit.*, pág. 104.

⁽²⁹⁰⁾ — Ver Cap. IV.

⁽²⁹¹⁾ — *Cartas*, de 24/4/1963 e de 10/6/1963, respectivamente.

No entanto, num globo terrestre, de cobre, ainda dos finais do século XVI, inicialmente atribuído a Rumoldus Mercator, filho do outro Mercator aludido, e presentemente considerado da autoria do flamengo Petrus Plancius (1552—1622), de que juntamos igualmente fotografia, o Arquipélago é apelidado de *Açores Insulae al Flandriae* ⁽²⁹²⁾. Foi este um dos grandes geógrafos do seu tempo, que instruiu muitos navegadores e é considerado o pai espiritual das viagens em direcção ao Norte e ao Sul, nos finais do século XVI, dos neerlandeses.

É, porém, no século XVII, possivelmente pelos motivos aduzidos no Capítulo IV deste estudo, que passa a ser constante a designação de *ilhas flamengas*, dada aos Açores, a maior parte das vezes na forma latina e, também, em flamengo ou, melhor, em neerlandês.

Na verdade, nas cartas geográficas reproduzidas:

a) «America nova tabula», de Blaeuw (Amsterdão, 1635): *Açores insulae - Flandricae*;

b) de J. Jansonius, apelidada «Insulae Flandricae olim Azores dictae» (Amsterdão, 1640);

c) «Nieuwe Pascaert», editada em Amsterdão por Johannes van Keulen (1681): *Vlaemse Eylanden*;

d) na de Cornelis de Houtman, «Descriptio Hydrographica accommodata ad Battavorum navigationem in Favam insulam Indiae Orientalis» (1695-1697), único exemplar conhecido, existente no «Nederlandsch Historich Scheepvaart Museum», de Amsterdão: *I. Asores al Flandricae*;

e) e na de Vincenzo Coronelli, «Isole Azzori o Azzoridi», Veneza, 1696—1698: *Flandricae*;

f) Entre as cartas em que o Arquipélago é designado por *ilhas flamengas*, citaremos, ainda, a «Nova Totius Terrarum Orbis Geographica ac Hydrographica Tabula», de Hondio, editada em Paris, em 1649: *Açores Ins. al Flandricae*.

Mas no século XVIII, ao que sabemos, cessou a denominação de *ilhas flamengas*, dada aos Açores.

(292) — Carta citada, da Stad Antwerpen, de 10/6/1963.

4 — Na Onomástica.

Vários apelidos flamengos ficaram nos Açores, uns simples deturpações, outros em tradução ou adaptação, mais ou menos correcta.

Referimo-nos, já, a Van Brugge—Bruges—; Van Hurtere—Utra ou Dutra—; Van der Haegen—Silveira—; e Van Olmen ou Van den Olm—Dulmo—.

Mas, dentre os flamengos de importância, há a acrescentar van der Bruyn—Brum—; e van Aard, Aerd ou Aertrycke—Terra—. São ainda de origem flamenga os Groot—Grotas—; (Govaert—que deu Gularte, presentemente afrancesado, não se sabe porque razão, em Goulart); Bulscam ou Bulscamp—Bulcão—; Herman—Armas—, Roose—Rosa— e Speldemaecker—Espalamaca.

A alguns se alude expressamente nas *Saudades da Terra* edição de 1963, do I. C. P. D., pág. 252: «... E outro chamado Arnequim casado com Beta, sua mulher framenga, e outro Pitre ou Pita da Rosa, casado com Maya (sic), framenga de nação.... e outros a que não soube os nomes».

Fructuoso refere, desta maneira, a tradução de Van der Haegen por Silveira: «a razão do nome é porque muitos da dita geração se chamavam Vandaragas, que quer dizer bosque de silvas e matos baixos»⁽²⁹⁵⁾. Houve portanto, uma tradução—adaptação, a um apelido português. Contudo, ainda na *Justificação* mencionada, de 1578, se junta a forma simplesmente aportuguesada à «tradução», dizendo-se «Guilherme Vandaraga da Silveira».

Com excepção de Dulmo, que desapareceu com a morte de Ferdinand van Olmen, e de Espalamaca—que se conserva somente na toponímia—, os outros têm-se mantido. E, mais do que os restantes, os Silveiras de origem flamenga propagaram-se em número considerável, nas várias camadas sociais da população ilhoa, embora nem todos devam trazer a sua origem de Wilhelm

(295) — *Op, cit.*, in *Colecção de Documentos*, ref. pág. 95.

van der Haegen, pois foi costume, nos Açores, os afilhados tomarem os apelidos dos padrinhos e os dependentes, por vezes, os de seus patrões. Aludindo à geração dos Van der Haegen — e também às dos Bruns e dos Terras, que àqueles se ligaram — houve quem a comparasse à «race d'Agamemnon qui jamais finira...»⁽²⁹⁴⁾.

Com efeito, os Silveiras, e também os Dutras, encontram-se não só nos Açores mas em Portugal continental e nas várias partes para onde se estabeleceram açorianos, especialmente no Brasil.

5 — *Em festividades e na indumentária.*

Mais de duzentos anos passados sobre a chegada dos primeiros flamengos, persistia, nítida, a sua lembrança.

Na festividade promovida, pelos padres da Companhia de Jesus, quando da trasladação do Santíssimo Sacramento para a Igreja do Colégio, em Angra, feita com desusado brilho e a participação do clero, comunidades, confrarias e irmandades, no seu pleno, houve uma procissão, que ficou na história da terra e que Maldonado descreveu com abundante soma de pormenores.

Cada uma das ilhas era representada por figuras alegóricas.

Pelo que nos interessa, informou:

«*Ilha do Faial*—seguiu-se o Faial com roupas varonis de várias e diversas cores e trunfa da Bretanha, significando assim que fora o seu primeiro povoador flamengo...». E, sobre *S. Jorge* «Seguiu-se S. Jorge com borzeguins, calção, samarra, tudo de diversas cores como dando a entender que foram diversos seus primeiros cultores, e que por ser ilha tão áspera, necessitava de botas e borzeguins; levava chapéu de várias e diversas plumas, com a jactância de que tinha parentesco com as principais famílias

(294) — Apud A. Ferreira de Serpa, *Martinho de Bohemia, cit.*, pág. 11. No tocante à onomástica, ver: Eduardo de Campos de Azevedo Soares, *Nobiliário da Ilha Terceira, cit.*; Marcelino Lima *Famílias Faialenses, ref.*; e José de Lacerda, *Notas, menc.*



Mulher de manto (Terceira).

da Terceira, diversificadas nos nomes e apelidos. Era sua insígnia uma silva, confessando nela que fora o seu primeiro povoador Silveira»⁽²⁹⁵⁾.

Acerca das festas de S. Marcos, no Faial, S. Jorge, Pico, Flores e Corvo, o Coronel Francisco Afonso Chaves fez notar o seu carácter inteiramente diverso do das outras ilhas do Arquipélago e de Portugal continental.

Nas ilhas que ficaram mencionadas, aquele Santo era festejado na qualidade de patrono dos maridos enganados, análogamente ao que soube suceder na Flandres, cujos habitantes haviam contribuído para o povoamento delas, admitindo, por consequência, que dali trouxessem a sua origem ⁽²⁹⁶⁾.

No que se refere ao uso das capas - mantos com capuz -, pelas mulheres açorianas, nomeadamente na Terceira e Faial, o erudito Professor Leite de Vasconcelos procurou documentar-se sobre a sua origem flamenga, tendo para tal consultado o Director do Museu de Liège, Remonchamps, que lhe significou que «haviam sido usadas não apenas na Flandres mas na Valónia (Bélgica latina)»; e que «eram ainda correntemente encontradas na Bélgica flamenga e especialmente em Bruges» ⁽²⁹⁷⁾. Também Wilhelm Giese confirmou que tais capas tinham sido comuns, no passado, na Bélgica ⁽²⁹⁸⁾.

6 — Na poesia e na música populares.

Teófilo Braga, depois de acentuar que «a vinda de uma corrente de colonização flamenga para algumas das ilhas dos Açores não proveio de uma tentativa aventureosa», pôs em relevo que

⁽²⁹⁵⁾ — «Arquivo dos Açores», vol. III, págs. 359 a 361.

⁽²⁹⁶⁾ — *Festas de S. Marcos nalgumas ilhas dos Açores e a sua origem provável*, in «Arquivo dos Açores», vol. XIII, pág. 191.

⁽²⁹⁷⁾ — *Mês do sonho*, Trajos femininos açóricos comparados com trajos belgas, Lisboa, 1926, Aditamento.

⁽²⁹⁸⁾ — *Sobre as capas das mulheres açorianas*, in «Açoreana», vol. IV, nº 4, 1949, pág. 302.

«o elemento flamengo (Welche, da antiga Belgae) pertencendo à raça ligúrica ou pré-céltica, influiu na vitalidade das tradições poéticas populares em determinadas ilhas do Arquipélago, tal como S. Jorge» (299).

No que respeita à música, Omer Grawet, que se deslocou aos Açores em 1958, em missão do «Belgisch Nationaal Instituut voor Radio - Omroep», no intuito de obter documentação sobre a influência flamenga nas ilhas, asseverou: «No que respeita à música folclórica, registada por nós nos próprios locais, autênticas melodias flamengas antigas foram encontradas» (300).

7 — No físico e no carácter.

Linschoten ficou impressionado quando da sua visita ao Faial, em 1582, com os traços flamengos dos seus habitantes, havendo escrito no *Reysegheschrift van de navigatien der Portugaloyzers in Orienten, etc.*, a propósito: «...ainda hoje existindo uma grande descendência e raça, cujo físico e personalidade se assemelham aos neerlandeses» (301).

Decorridos mais de dois séculos (1800—1801), um sueco que percorreu as Ilhas—outro exemplo—, também não deixou de notar similitudes físicas dos açorianos, ou mais concretamente dos faialenses, com a gente da Flandres. Em certa passagem do seu escrito acentuou que «examinando com atenção os açorianos, conhece-se, na sua fisionomia, a origem mista dos seus antepassados»; e, acerca do Faial, pôs em relevo que «os actuais habitantes em geral, não têm inteiramente o tipo português; conservam ainda em parte os usos e costumes dos antepassados e estes pare-

(299) — *História da Poesia Popular Portuguesa*, 3ª ed. Lisboa, 1905, pág. 290—Nota 1.

(300) — *Carta* enviada ao Dr. João Cunha da Silveira, de 8/11/1958.

(301) — Amsterdão, 1595, pág. 142, cit. in Albert Tonneau, *est. e loc. refs.*, pág. 215.

cem ter outrora exercido uma grande influência no resto da ilha» (302). Igualmente, a influência flamenga no físico dos ilheus das terras em que predominaram os colonos daquela origem foi observada pelo médico açoriano, José de Lacerda, que escreveu a propósito de uma descendente de Guilherme da Silveira: «...realizava surpreendentemente o tipo perfeito da neerlandesa jovem. Muito clara e levemente rosada, cabelos dum loiro desmaiado, olhos dum azul perfeito, fisionomia imóvel demais para ser inteiramente bela, mansa de voz, lenta de gestos, fleugmática, passaria, em toda a parte, por uma das formosas raparigas, que o autor destas linhas teve ocasião de observar em Rotterdam, em Amsterdam, em Haarlem, em Zaandam, na Haia e sobretudo, nos últimos dias de um Agosto, na praia de Scheveningen».

E, seguidamente, o mesmo autor, referiu: «Outras e numerosas raparigas de S. Jorge reeditam bem o tipo das belas mulheres de Bruxelas e de Anvers (não estive em Bruges nem em Gand): altas, esbeltas, fisionomia mais viva do que as holandesas, cabelos dum loiro mais brilhante e quente (como só Rubens os pintava), olhos azuis ou garços ou dum castanho muito claro, pálpebras um pouco papudas...» (303).

E o Padre Manuel de Azevedo da Cunha, que toda a sua longa vida se dedicou, com probidade, a estudar a história de S. Jorge, asseverou: «Notam-se igualmente entre nós tipos de procedência flamenga, especialmente no Topo e Ribeira Seca... nesta freguesia de Santa Catarina há o tipo flamengo...» (304).

Mas não deve ter sido somente no físico que os flamengos deixaram impressas as suas características nos açorianos que deles descendem.

Já Linschoten, segundo recordámos, fala em «personalidade»,

(302) — Jean Gustave Hebbe, *Descrição das Ilhas dos Açores*, in «Arquivo dos Açores», vol. X, págs. 515 a 537.

(303) — *Notas*, ref., págs. 92 e 93.

(304) — *Contribuição para a história da Freguesia da Calheta de S. Jorge*, in «Arquivo dos Açores», vol. XIII, pág. 402.

que se assemelha à dos neerlandeses; e, bem recentemente, Frédéric Mauro admitiu «um contacto fecundo da raça portuguesa com imigrados flamengos»⁽³⁰⁵⁾.

Temos para nós que o sangue flamengo, que corre nas veias dos açorianos, influi nalguns dos seus traços fundamentais: resistência física, placidez, persistência no trabalho e ponderação.

Trouxemos os depoimentos que conhecemos em relação aos vestígios que ficaram. Não deixamos, contudo, de sentir que conclusões peremptoriamente afirmativas não podem ser tiradas, em face dos elementos de que se dispõe.

Impõe-se que especialistas nas matérias focadas as aprofundem e procurem extrair conclusões tão definitivas quanto possível, decorrido como é ao redor de meio milénio desde a chegada dos flamengos ao Arquipélago.

Negar, porém, por negar, o que tem sido atribuído, na época e através dos tempos, às marcas flamengas nos Açores, é que não parece deva ser aceite. Pelo nosso lado entendemos não o fazer.

(305) — *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^{ème} siècle (1570-1670) — étude économique*, 6^{ème} édition, Paris 1960, pág. 503.

Posfácio

Ao darmos por finda esta dissertação do nosso curso de história, não quizemos deixar de fazer um balanço e o «exame de consciência».

Sem dúvida, desejaríamos ter realizado mais e melhor; e, principalmente, haver trazido elementos de todo inéditos à matéria que nos propuzeramos tratar.

Sabendo, pelo que havíamos lido e através da experiência de quem estava próximo de nós e tinha aprofundado a questão, que não abundavam os dados e tudo se encontrava algo disperso, hesitámos antes de nos decidirmos pelo assunto do contributo flamengo nos Açores, no tocante ao qual muitos se haviam inclinado já.

Exposto, porém, o esquema do trabalho aos Mestres a quem competia a nossa orientação, fazendo ressaltar os receios apontados, estes acharam válido o nosso plano; e admitiram que uma explanação do conjunto do tema, metódica e ordenada, em matéria que se tem caracterizado por estudos parcelares, poderia corresponder ao que deve constituir uma dissertação final.

Desta forma, ficámos esperançados de que íamos dar achegas,

se não para iluminar em definitivo, ao menos para o esclarecimento de uma questão relacionada de perto com a história dos Açores.

Eis-nos chegados ao momento de tecer algumas considerações acerca daquilo que ficou escrito :

Pensamos que quem quizer, de ora em diante, aprofundar o problema flamengo nos Açores, terá de recorrer ao nosso guia (cujas modéstias sublinhamos), que lhe permitirá tomar o norte, nas suas investigações, o que, até ao presente, não existia. Nós próprios tencionamos servir-nos dele em pesquisas posteriores, nos arquivos—em particular nos de Bruges e de Maastricht—, não já limitados pelo factor tempo e pela necessidade de estarmos presentes em Portugal, a fim de podermos cumprir todos os deveres universitários do último ano do nosso curso.

Dentro da orientação e com as finalidades que ficaram apontadas, procurámos cerzir e relatar, o que, desde a época longínqua da vinda dos flamengos até esta altura, se tem referido em documentos e obras, quer no País, quer no estrangeiro, em especial na Bélgica, onde o assunto tem sido tratado, por diversos escritores, certamente por provirem de Bruges, a maioria dos que migraram para as Ilhas.

Servimo-nos, com frequência, das próprias palavras dos documentos e dos cronistas, sempre que julgámos que esses excertos traduziam a forma mais incisiva e adequada de narrar os acontecimentos a que respeitavam ; e com a finalidade, também, de permitir maior proveito aos que se queiram utilizar deste nosso trabalho.

Poderíamos — já o dissemos — ter resumido, ou vertido em palavras nossas, mais vezes, as fontes de que nos utilizámos. Mas voltamos a acentuar, não nos parece que as vantagens que daí resultassem se sobrepusessem aos inconvenientes.

É certo que poderíamos ter passado, tudo ou grande parte,

a notas ; todavia, dessa forma, iríamos diluir a atenção de quem nos lesse, atribuindo espessidão escusada ao nosso estudo.

Sèriamente criticável, sim, teria sido não tomar posição naquilo que uns e outros relataram, transformando-nos em receptores passivos. Cremos, porém, não haveremos incorrido em tal pecado grave : não fugimos a dar a nossa opinião sempre que ela nos pareceu de utilidade. Estamo-nos a lembrar, por exemplo, de vários pontos que tratámos : acerca das determinantes da vinda dos flamengos ; da questão da autenticidade ou falsidade da carta de capitania a favor de Jácome de Bruges ; dos motivos migratórios de Guilherme da Silveira por diferentes ilhas ; da heráldica dos povoadores mais destacados daquela origem ; das marcas que deixaram no Arquipélago, etc..

Também nos apercebemos de que um dos aspectos criticáveis do método seguido consiste em termos citado passagens de que, a propósito de outras matérias, já nos havíamos socorrido. Mas entendemos ser preferível, às vezes, a virtudes de forma, tornar a exposição o mais completa e sistematizada possível.

As conclusões mais salientes a tirar do que investigámos, sobre a influência flamenga nos Açores, podem sintetizar-se da maneira seguinte :

— Se bem que não haja elementos seguros para o precisar, afigura-se avultado o número de flamengos que vieram a povoar as Ilhas, na maioria gentes de vários officios ;

— Mas o facto de a migração flamenga se haver situado dentro de período curto, possivelmente no terceiro quartel do século XV ; a maioria dos colonos ser composta de homens, que, crívelmente, casaram nos Açores com portuguesas, daí resultando que os filhos ficaram logo sujeitos à influência materna, em particular marcante no período formativo ; e, dado o afluxo dos nacionais ter sido, de seguida, muito mais avultado, devem ter originado que o elemento que veio da Flandres se haja diluído, com relativa brevidade, no conjunto populacional ilheu ;

— Mas, em maior ou menor escala, os flamengos deixaram marcas no Arquipélago, que ficaram patentes, não apenas na época em que vieram, mas em fase posterior e ainda hoje, conforme procurámos deixar explicitado, embora com reservas, mormente no capítulo sobre a perenidade flamenga nos Açores: na economia; na toponímia; na cartografia, na onomástica; em festividades e na indumentária; na heráldica e em genealogias; na poesia e na música populares; e no físico e no carácter dos ilheus.

E quer-nos parecer que o assunto que escolhemos não perdeu, nem o interesse nem a oportunidade. Duas comprovações, bem próximas, são o quadro alusivo à partida dos flamengos a caminho dos Açores, da autoria de Gustav de Bruyne (1952-53); e o livro mais recente que se escreveu sobre o Arquipélago: *The Azores*, por Robin Bryans (1963), em que o assunto é aflorado em diversas páginas e serviu para designar um capítulo inteiro: «Far from Flanders», aplicado ao Faial.

Contentes com o que obtivemos?—Seria narcisismo que repelimos. Insatisfeitos, havemos sempre de nos sentir em relação ao que pela vida fora formos investigando; e mais ainda, como é o nosso caso, quando acabamos de iniciar os primeiros passos da carreira que escolhemos e que, dentro das nossas possibilidades, ambicionamos prestigiar.

Bibliografia

O nosso trabalho alicerça-se em abundante massa documental, não sòmente manuscrita, como também na bibliografia impressa.

As obras cuja indicação vem precedida de um (*) constituem a bibliografia especializada para o estudo da fixação histórica dos flamengos nos Açores.

I — FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (A. N. T. T.)

- 1 — *Chancelaria de D. Afonso V*; índices próprios e comuns.
- 2 — *Chancelaria de D. João II*; índices próprios e comuns.
- 3 — *Corpo Cronológico*; índices das partes I, II, III.

BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE PONTA DELGADA

- 4 — *GASPAR FRUCTUOSO, *Saudades da Terra e do Céu*; livro VI; manuscrito.

- 5 — *FREI DIOGO DAS CHAGAS, *Especelho Cristalino em Jardim de várias Flores*; manuscrito doado pelo sr. Visconde do Botelho.

BIBLIOTECA NACIONAL

- 6 — **Fundo Geral*, mn. 8718 — Extractos da Colecção de Cortes de Sir Charles Stuart.
7 — **Fundo Geral*, mn. 2640.

DO ARQUIVO DE FAMÍLIA

- 8 — **Justificação genealógica* a que se procedeu a requerimento de João Pereira da Cunha da Silveira e Simas, morador na Vila das Velas e coronel do regimento de milícias da ilha de S. Jorge. Juizo do Geral da Vila das Velas, Ilha de S. Jorge, 1826. (Certidão em poder do Dr. João Cunha da Silveira).
9 — **Árvore Genealógica* da família dos pais de José Pereira da Cunha da Silveira e de sua mulher Donna Mariana da Silveira e Betancourt, pelo P.de Aleixo da Silveira e Ávila; Novembro de 1680. (Em poder do Dr. João Cunha da Silveira).
10 — **Petição e Alvará de Brasão de Armas* passado a favor de José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, 1895 e 1896 in A. N. T. T., Proc. n.º 44, do maço 65 do *Cartório de Nobreza* e Livro X do *Registo Geral dos Brazões e Documentos Nobiliários*, fols. 78 segs.
11 — **Traslado da sentença* que António da Silveira Pereira alcançou de sua nobreza e fidalguia em o Reino de Portugal, ano de 1578, in *Justificação Genealógica* requerida por João Pereira da Cunha da Silveira e Simas, cit., fols. 33 v. a 46. (Em poder do Dr. João Cunha da Silveira).

II — FONTES IMPRESSAS

- 12 — **Archivo dos Açores* — XIV vols. Ponta Delgada, 1878 a 1923.
- 13 — *Cartas de Quitação de El-Rei D. Manuel*, publ. por Braancamp Freire, in «*Archivo Historico Portuguez*», vols. I a X, Lisboa 1903 — 16.
- 14 — **Colecção de Documentos Relativos ao Descobrimento e Povoamento dos Açores*, Ponta Delgada, 1932.
- 15 — MARQUES (J. M. da Silva) *Descobrimientos Portugueses — Documentos para a sua história* — vol. I (1147-1460), Lisboa 1944; Suplemento ao vol. I (1057-1460), Lisboa 1944-45.
- 16 — IRIA (Joaquim Alberto) — *O Algarve e os Descobrimentos* 2 vols., Lisboa, 1956.
- 17 — COELHO (Ramos) — *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*, Lisboa, 1892.

III — BIBLIOGRAFIA IMPRESSA

- 18 — AGOSTINHO (J.) — *Achados Arqueológicos nos Açores* in «*Açoreana*», vol. IV, Fasc. I, Angra, 1946.
- 19 — **Album Açoriano* — plano e direcção de António Baptista, Lisboa, 1903.
- 20 — AMAURY DE LAGRANGE (Baronne) — *Inventaire après décès d'Isabelle de Portugal*, in «*Bulletin du Comité Flamand de France*», Fasc. 4.º, Lille, 1935.
- 21 — IDEM — *Transfert des restes de la duchesse Isabelle de la Motte au Bois à Gosnay, puis à la Chartreuse de Dijon*. Idem, ibidem.
- 22 — IDEM — *Iteneraire d'Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne et Comtesse de Flandre*, in «*Annales du Comité Flamand de France*», Tomo XLII, Lille, 1938.

- 23 — **Anuário da Nobreza de Portugal*, Ano I, Braga, 1950.
- 24 — **Armorial Lusitano*, Lisboa, 1961.
- 25 — *ARRUDA (M. Monteiro Velho) — *Ensaio sobre a documentação histórica do descobrimento e Povoamento dos Açores*, in *Colecção de Documentos Relativos aos Descobrimento e Povoamento dos Açores*, Ponta Delgada, 1932.
- 26 — *AVELLAR (José Candido da Silveira) — *Ilha de S. Jorge (Açores), Apontamentos para a sua história*, Horta, 1902.
- 27 — *AVEZAC (M. d') — *Iles de l'Afrique*, Paris, 1848.
- 28 — AZEVEDO (Pedro d') — *As Ilhas Perdidas*, in «*Archivo Histórico Portuguez*», vol. II, n.º 2, Lisboa, 1904.
- 29 — IDEM — *Documentos das Chancelarias reais, anteriores a 1531, relativos a Marrocos*, Tomos I e II, Lisboa, 1915, 1934.
- 30 — BARROS (H. de Gama) — *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.ª ed., tomo V, 2.ª ed., dirigida e anotada por Torquato de Sousa Soares, Lisboa.
- 31 — BARROS (João de) — *Asia*, Lisboa, 1778.
- 32 — *IDEM — *Chronica do Imperador Clarimundo*, Lisboa, 1742.
- 33 — *BAUDET (P. J.) — *Beschrijving van de Azorische Eilanden en Geschiedenis van hunne Volksplanting, uit Belgisch oogpunt beschouwd*, Antwerpen, 1879.
- 34 — *BETZ (André de Ryckman de) — *A representação dos 1.ºs Capitães-Donatários do Faial e Pico*, in *Os Botelhos de Nossa Senhora da Vida*, Lisboa, 1957.
- 35 — **Botelhos de Nossa Senhora da Vida (Os)* — ed. do 3.º Visconde do Botelho, Lisboa, 1957.
- 36 — *BRAGA (Teófilo) — *História da Poesia Popular Portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, 1905.
- 37 — BROCHADO (Costa) — *Descobrimento do Atlântico*, Lisboa, 1958.
- 38 — IDEM — *Historiôgrafos dos Descobrimentos*, Lisboa, 1960.
- 39 — *BURBURE (Albert de) — *As Ilhas Flamengas*, in «*Insulana*», Vol. VIII, n.ºs 3 e 4, Ponta Delgada, 1952.
- 40 — BUYSENS (O.) — *Antuerpia Mercatorum Emporium Actum 1515 (?)*, in «*Communications de l'Académie de Marine de Belgique*», Tomo VI, 1952.

- 41 — *CABRAL (Arlindo) — *Agricultura e Economia do Distrito de Ponta Delgada*, in «Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores», n.º 11, Ponta Delgada, 1950.
- 42 — CALMETTE (Joseph) — *Les Grands Ducs de Bourgogne*, Paris, 1949.
- 43 — *CORDEIRO (António) — *História Insulana*, 1717, 2 vols., Lisboa, ed. de 1866.
- 44 — CORRÊA (Marquês de Jácome) — *História da Descoberta das Ilhas*, Coimbra, 1926.
- 45 — **Correio da Horta*, ano de 1931.
- 46 — CORTESÃO (Jaime) — *A Política de Sigilo nos Descobrimientos*, Lisboa, 1960.
- 47 — COSTA (A. Fontoura da) — *A Ciência Náutica dos Portugueses na Época dos Descobrimientos*, Lisboa, 1958.
- 48 — *COSTA (F. Carreiro da) — *Os Açores e o Problema Cerealífero Português no Século XV*, in «Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores», n.º 1, Ponta Delgada, 1945.
- 49 — *IDEM — *A Cultura do Pastel nos Açores*, idem, n.º 4, Ponta Delgada, 1946.
- 50 — *IDEM — *A Cultura da Cana do Açúcar nos Açores*, idem, n.º 10, Ponta Delgada, 1949.
- 51 — *CUNHA (Manuel d'Azevedo da) — *Notas Históricas*, Caheta, S. Jorge, 1924.
- 52 — DENUCÉ (Jean) — *Privilèges Commerciaux Accordés par les Rois de Portugal aux Flamands et aux Allemands (XV^e et XVI^e Siècles)*, in «Archivo Histórico Portuguez», vol. VII, 1909.
- 53 — **Dicionário de História de Portugal* (Ilustrado), direcção de Joel Serrão, vol. I, Lisboa, 1963, (em publicação).
- 54 — *DRUMMOND (F. Ferreira) — *Anais da Ilha Terceira*, 3 vols., Angra, 1850.
- 55 — *Ementas de Habilitações de Ordens Militares nos Principios do Século XVII*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1931.
- 56 — *ESPINOY (Philippe de l') — *Recherche des Antiquitez et Noblesse de Frandres*, Douay, 1632.

- 57 — *FARIA (A. Machado de) — *Armorial Lusitano, Famílias Nobres suas Origens e suas Armas*, Lisboa, 1961.
- 58 — *FREIRE (A. Braancamp) — *Armaria Portuguesa*, Lisboa, 1903-1921.
- 59 — IDEM — *Maria Brandoa, a do Crisfal: II — A Feitoria da Flandres*, in «Arquivo Histórico Português», vols. VI a VIII, Lisboa, 1903-10.
- 60 — *Gavetas da Torre do Tombo (As)* — 2 vols., Lisboa, 1960-1962.
- 61 — GEVAERT (Emile) — *L'Heraldique, son Esprit, son Langage, ses Applications*, Bruxelas, 1923.
- 62 — *GOBLET D'ALVIELLA — *Voyages, Découvertes, Émigrations*, in «Patria Belgica», Tomo III, Bruxelas, 1875.
- 63 — GOES (Damião de) — *Chronica do Principe D. João*, Coimbra, 1905.
- 64 — GODINHO (V. Magalhães) — *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, 3 vol. : Vol. I, Lisboa, 1943; vol. II, Lisboa, 1945, vol. III, Lisboa, 1956.
- 65 — IDEM — *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, 1962.
- 66 — GODSCHALK (L. A. F.) — *Ontijdig Schip Verlaten*, in «Communications de l'Académie de Marine de Belgique», Tomo III, Anvers, 1940-1946.
- 67 — *GORIS (J. A.) — *Étude sur les Colonies Marchandes Méridionales (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 à 1567*, Lovaina, 1925.
- 68 — HAAGEN (M. J. F. W. Van der) — *Het Geslacht van der Haagen*, S-GRAVENHAGE, 1932.
- 69 — HANE-STEENHUYSE (Conde de) e HUYTENS — *La Noblesse de Flandre du X^e au XVII^e siècle d'après des documents authentiques*, Bruxelas, 1863.
- 70 — *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 3 vols., Lisboa, 1937.
- 71 — HOMMEL (Luc) — *Marie de Bourgogne ou le Grand Héritage*, 4^e edição, Bruxelas-Paris, 1951.
- 72 — IDEM — *Marguerite d'York ou la Duchesse Junon*, Paris, 1959.

- 73 — *Index das notas de vários Tabeliães de Lisboa, entre os anos de 1580 e 1747*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1931.
- 74 — JAL (A.) — *Glossaire Nautique*, Paris, 1848.
- 75 — *LACERDA (José de) — *Algumas Palavras sobre Interesses Açorianos — Notas sobre o Arquipélago dos Açores*, Lisboa, 1902.
- 76 — LIMA (Helder) — *Os Açores na Economia Atlântica*. Dissertação para licenciatura, Faculdade de Letras de Lisboa, 1961.
- 77 — *LIMA (Marcelino) — *Famílias Faialenses*, Horta, 1922.
- 78 — LOOTEN (C.) — *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne et Comtesse de Flandre*, in «Revue de Litterature Comparée», Tomo XVIII, 1938; e «Annales du Comité Flamand de France», Tomo XLII, Lille, 1938.
- 79 — LOPES (Fernão) — *Crónica del Rei D. João I*, II parte, Lisboa, 1644.
- 80 — *MACHADO (F. S. de Lacerda) — *Os Morgados das Lages (Ilha do Pico)*, Lisboa, 1914.
- 81 — MARQUES (A. H. de Oliveira) — *Notas para a História da Feitoria Portuguesa na Flandres, no Século XV*, in «Studi in Onore di Amintore Fanfani», Vol. II, Milão, 1962.
- 82 — *MATOS (Armando de) — *Brasonário de Portugal*, 2 vols. Porto, 1940.
- 83 — MATOS (Luis de) — *Les Portugais en France au XVI^e siècle (Études et Documents)*, Coimbra, 1952.
- 84 — MAUNY — (Raymond) — *Les Navigations Médiévales sur les Côtes Sahariennes Antérieures à la Découverte Portugaise (1434)*, Lisboa, 1960.
- 85 — *MAURO (Frédéric) — *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^{ème} siècle, (1570-1670) — Etude économique*, 6.^a ed., Paris, 1960
- 86 — MAYA JR. (Martim Machado de Faria e) *Refutação de umas observações acerca de Gaspar Fructuoso*, in «Insulana», vol. VIII, n.ºs 3 e 4, Ponta Delgada, 1952.
- 87 — *MEES (Jules) — *Histoire de la Découverte des Îles Açores et de l'Origine de leur Dénomination d'Îles Flamandes* in «Recueil de travaux publiés par la Faculté de Philosophie

- et Lettres», Fasc. 27, Université de Gand, 1901; e «Revista Michaelense», Ano 2.º, n.º 3, Ponta Delgada, 1919.
- 88 — MENDONÇA (Henrique Lopes de) — *Estudos sobre os Navios Portugueses dos Séculos XV e XVI*, Lisboa, 1892.
- 89 — *MENEZES (Manuel de) *O Problema da Descoberta e Povoamento dos Açores e em especial da Ilha Terceira*, in «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira», vol. V, Angra, 1947.
- 90 — *MICHIELS (Louis) — *A Colaboração Luso Belga na Época Borgonhesa — Os Emigrantes Flamengos nos Açores*, in «Insulana», vol. IX, Ponta Delgada, 1953.
- 91 — *Monumenta Henricina*; Vº Centenário da Morte do Infante D. Henrique; vols. I, II, III, IV, Coimbra, 1960, 61, 62, 63.
- 92 — MORAIS (A. Faria de) *D. Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha*, in «Boletim do Arquivo Histórico Militar» 28º vol. Lisboa, 1958.
- 93 — *MUNZER (Jerónimo) — *Itinerário* (Enxertos). Introdução e notas de Basílio de Vasconcelos, Coimbra, 1932.
- 94 — MÜLLER (Peter) — *Alemães na Terra Portuguesa*, in «Boletim do Instituto Alemão», vol. V — Suplemento, Coimbra, 1935.
- 95 — NEMÉSIO (Vitorino) — *Vida e Obra do Infante D. Henrique*, Lisboa, 1959.
- 96 — *OLBRECHTS — *Vlaanderen zendt zijn Zonen uit*, publicação da Societé Catholique «Het Davidfonds».
- 97 — PALHINHA (Ruy Telles) — *Explorações Botânicas nos Açores*, in «Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores», n.º 7, Ponta Delgada, 1948.
- 98 — PEREIRA (Duarte Pacheco) — *Esmeraldo de Situ Orbis*, 3.^a ed., Lisboa, 1954; introdução e anotações históricas por Damião Peres.
- 99 — PEREIRA (Silvano Augusto) — *A Laranja nos Açores — Notas acerca de Citricultura*, in «Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores», n.º 9, Ponta Delgada, 1949.
- 100 — PERES (Damião) — *História dos Descobrimentos Portugueses*, Porto, 1943.

- 101 — IDEM — *História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, 1959.
- 102 — QUARRÉ (Pierre) — *Plaques de fondations d'Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne, aux Chartreuses de Bâle et de Champmol — les — Dijon*, Basel, 1960, Separatum aus dem Jahresbericht 1959 des Historischen Museums.
- 103 — RICARD (Robert) *Études sur l'histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, 1955.
- 104 — *RIETSTAP (J. B.) — *Armorial Général*, 2.^a ed., 1884.
- 105 — SABUGOSA (Conde de) — *Gente d'Algo*, 3.^a ed., Lisboa 1923.
- 106 — SANTARÉM (Visconde de) — *Recherches sur la priorité de la découverte des Pays situés sur la Côte Occidentale d'Afrique au-dela du Cap Bojador*, Paris, 1842.
- 107 — IDEM — *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do Mundo*, Tomo III, Paris, 1843.
- 108 — IDEM — *Prioridade dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, 1958.
- 109 — *SERPA (A. Ferreira de) — *Martinho de Bohémia*, in «Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa», n.º 9, 22.^a série, 1904.
- 110 — *IDEM — *Revolta de Flamengos*, in «Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa», n.º 4, 22.^a série, 1904.
- 111 — *IDEM — *Dois Inéditos acerca das Ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo*, in «O Instituto», vol. 65, Coimbra, 1918 e vol. 66, Coimbra 1919.
- 112 — *IDEM — *As Doações das Ilhas do Faial e Pico ao Flamengo Josse de Hurtere (Jós de Utra)* in «Correio da Horta», de 15/12/1931.
- 113 — *IDEM — *Os Flamengos na Ilha do Faial, a Família Utra (Hurtere)*, Lisboa, 1929.
- 114 — SERRÃO (J. Veríssimo) — *História Breve da Historiografia Portuguesa*, Lisboa, 1962.
- 115 — *SILVEIRA (João Cunha da) — *Willelm van der Haegen, Tronco dos Silveiras dos Açores*, in «Insulana», vol. V. n.ºs 1 e 2, Ponta Delgada, 1949.

- 116 — *IDEM — *Cunhas da Silveira, Contributo para a História dum Família Açoriana*, in «Insulana», Vol. X, Ponta Delgada, 1954.
- 117 — *IDEM — *Apport à l'Étude de la Contribution Flamande au peuplement des Açores*, in «Communications de l'Académie de Marine de Belgique», Tomo X, Anvers, 1956-57.
- 118 — *IDEM — *Os Açores no «Isolário» de Vincenzo Coronelli (séc. XVII)*, in «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira», vol. XV, Angra, 1957.
- 119 — SIMÕES (A. da Veiga) — *La Flandre, le Portugal et les débuts du capitalisme moderne*, Bruxelas-Paris, 1933.
- 120 — *SOARES (Eduardo de C. de C. de Azevedo) — *Nobiliário da Ilha Terceira*, 3 vols. 2.^a edição, Porto, 1944.
- 121 — SOUSA (D. António Caetano de) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Vol. II, Lisboa, 1735.
- 122 — *SOUSA (João Teixeira Soares de) — *Os Silveiras dos Açores*, editado e anotado por João Silveira Forjaz de Lacerda e Carvalho, Calheta, S. Jorge, 1920.
- 123 — *TONNEAU (Albert) — *As «Ilhas Flamengas» (Açores)* in «Insulana», Vol. VII, n.^{os} 3 e 4, Ponta Delgada, 1951.
- 124 — VALDEZ (Ruy Dique Travassos) — *Cartas de Brazão Modernas*, Porto-Braga, 1935.
- 125 — *VASCONCELOS (J. Leite de) — *Mês de Sonho*, Lisboa 1926.
- 126 — *VERLINDEN (Charles) — *Formes féodales et domaniales de la Colonisation Portugaise dans la Zone Atlantique aux XIV^e et XV^e siècles et spécialement sous Henri le Navigateur*, in «Revista Portuguesa de História», Tomo IX, Coimbra, 1960.
- 127 — VITERBO (F. M. de Sousa) — *D. Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha. Notas documentaes para a sua biographia e para a historia das relações entre Portugal e a Côte de Borgonha*, in «Archivo Histórico Portuguez», Vol. III, Lisboa, 1905.
- 128 — *VOISIN (M. A.) — *Notice sur la Découverte et la Colonisation des Iles Flamandes*, in «Bol. de l'Académie R. des Sciences et Belles-Lettres de Bruxelles», Tomo VI, 1839.

Corrigenda

Como sempre sucede e apesar do cuidado posto na revisão das provas deste trabalho, algumas «gralhas» se notam.

Referiremos apenas uma ou outra, mais saliente:

Pág. 12 - Linha 5: «no qual o primeiro quartel é tradição» em lugar de «no qual no primeiro quartel, é tradição».

Pág. 28 -- 2 - Linha 3: «1471» em vez de «1472».

Pág. 45 - 2) - «Pretensões», em lugar de «Pretenções».

Pág. 50 - Linha 2 - «séc. XVIII» em lugar de «séc. XVII».

Pag. 67 - Linha 3 - «equipagem» em lugar de «tripulação» e «Ordenanças» em lugar de «Ordenações».

Acerca dos restantes erros diremos, como D. Francisco Manuel de Melo:

«... Não há que dizer-vos, vós os vêdes, vós os castigai».

ÍNDICE

A Guisa de Prefácio	11
Introdução	17
CAPÍTULO I	
Determinantes genéricas que levaram os Flamengos aos Açores	25
CAPÍTULO II	
Razões específicas da migração	41
CAPÍTULO III	
Da vinda dos Flamengos.	57
CAPÍTULO IV	
Designação dos Açores como «Ilhas Flamengas»; e pretensão descobrimento do Arquipélago por gente daquelas partes	73
CAPÍTULO V	
Achegas dos Flamengos na Economia Ilhoa	78
CAPÍTULO VI	
Dados para os perfis dos Flamengos de maior nomeada.	85
CAPÍTULO VII	
Descendência e Heráldica Flamengas	104
CAPÍTULO VIII	
Traços no decorrer do tempo e perenidade Flamenga no Arquipélago	116
Posfácio.	129
Bibliografia	133
Corrigenda.	143

A
«CHRONICA DA TERCEIRA»

E O SEU REDACTOR
SIMÃO JOSÉ DA LUZ SORIANO

UM ENIGMA BIBLIOGRÁFICO

Pelo Dr. Cândido Pamplona Forjaz

I

O primeiro periódico que se publicou nos Açores appareceu em Angra (que então ainda se não chamava «do Heroísmo») em Abril de 1830.

Estava-se em plena guerra civil. D. Miguel fora aclamado rei em Lisboa e o país recebera esta aclamação com verdadeiro fervor popular. O problema da sucessão de D. João VI, porém, mantinha-se em aberto, pois D. Pedro, o primogénito, não obstante, como Imperador do Brasil, se ter declarado em guerra com o pai, Rei de Portugal, reivindicava os seus direitos à coroa portugueza. Para assegurar, embora indirectamente, esses direitos, D. Pedro abdicava em sua filha D. Maria da Glória, abdicção logo por muitos julgada nula por falta de base jurídica, visto D. Pedro ter aceitado a coroa de um Estado estrangeiro — o Brasil — o que, evidentemente, lhe retirava o direito de succeder na de Portugal.

Apesar disto, D. Pedro, ainda Imperador do Brasil, mas invocando a qualidade de tutor de sua filha menor, nomeava uma Regência que governaria o Reino em nome de D. Maria II. Por decreto datado do «Palácio da *Imperial* Quinta da Boa Vista», aos 15 de Junho de 1829, eram nomeados para essa Regência o Conde de Villa Flor, o Marquês de Palmela e José António Guerreiro.

Como a Ilha Terceira, dos Açores, era o único território europeu onde flutuava a bandeira de D. Maria «mais por acasos da fortuna do que pelo número e dedicação sincera dos habitantes»⁽¹⁾ aí se instalou a Regência e aí começaram a afluir partidários da jovem rainha que haviam emigrado do Reino. Entre eles, Simão José da Luz Soriano, estudante de Filosofia em Coimbra quando do advento de D. Miguel e que, liberal convicto, se homisiou primeiro para a Galiza e depois para Inglaterra, donde conseguiu chegar à Terceira.

À Terceira também aportava em 12 de Dezembro de 1829 Bernardo de Sá Nogueira, Major de Engenheiros que, reconhecendo a vantagem da divulgação de notícias relativas à Regência e das provenientes do estrangeiro, projectou a fundação de um jornal:

«... propôs-me (Sá Nogueira) tomar a meu cargo a respectiva redacção, a qual efectivamente tomei, com a expressa condição, entre outras, de que nesse periódico se transcreveriam sempre fielmente todas as notícias que nos dissessem respeito, quer fossem favoráveis quer desfavoráveis (...) pela minha parte, repito, que aceitei o encargo de redactor com mais repugnância do que satisfação (...) do que arrastado pelas ideias de interesse, convencido de que quando o tivesse, *não me compensava os grandes desgostos, anexos sempre a estas redacções em que se tem de escrever segundo as ideias e caprichos de outrem e algumas vezes de publicar artigos antes de préviamente se consultarem oráculos que escondidamente dirigem jornais de tal natureza* (2).

«Como quer que seja recaíu sobre mim a redacção da «Chronica da Terceira», que só tive a meu cargo três ou quatro meses da sua publicação, porque, em fim, forçado a desviar-me do espírito de exactidão e verdade a que me tinha comprometido, com relação às notícias desfavoráveis à emigração, tive no fim daquele

tempo de desistir da dita redacção (...). Entretanto eu tinha-me comprometido com o público a dizer-lhe sempre a verdade pela firme convicção de que nas circunstâncias em que estávamos não podia haver traições nem arrependimentos tardios, e vendo-me eu contrariado pelo Marquês de Palmela no pontual desempenho das minhas promessas, tomei aquela resolução *depois de uma forte contestação que com ele tive donde se originou a indisposição que desde então me pareceu ter contra mim*»⁽³⁾. (Não deixa de ser curioso recordar que foi Palmela, então Ministro do Reino, quem, em 1824, por sugestão do Intendente Geral da Polícia, Barão de Rendufe, concedeu a bolsa de estudo de 12.000 reis mensais a Luz Soriano para a sua formatura em Coimbra).

Assim, pois, nasceu a «Chronica da Terceira» e assim foi Luz Soriano levado a redigi-la, aliás bem fugazmente.

O enigma da raridade bibliográfica, objecto desta notícia, e a que adiante se faz larga referênciã, está, creio-o bem, intimamente ligado à personalidade de Luz Soriano.

Pelas informações autobiográficas que nos deixou, pela sua actuação na vida política, pela sua intransigência doutrinal,— Soriano devia ser um correligionario pouco cómodo em época tão agitada e incerta. A sua própria fisionomia traduz o seu feitiço *«misanthropo, severo contra os maus costumes, e até mesmo desconfiado, qualidades que nunca me fizeram bem quisto dos homens, nem os homens bem quistos de mim.»* (4).

A Terceira, nessa época, era conhecida entre os emigrados de Plymouth por «a ratoeira». E a vida de Angra devia ser tenebrosa por virtude das rivalidades entre *saldanhistas* e *palmelistas* e pelas intrigas e manejos dos académicos que à Terceira se haviam acolhido: *«A mim não me amargura a vida militar, nem os incómodos a ela inerentes; mas amarguravam-me consideravelmente as intrigas e desenvolturas da comunidade académica, as liberdades, grosserias, diatribes, e epítetos que incessantemente os estudantes dirigiam uns aos outros, as provocações constantes em que viviam e finalmente um excesso de comunismo que nunca se casou com o meu génio...»* (5).

Ao aludir, na obra de que me estou socorrendo, ao que se passou na Terceira depois da chegada de D. Pedro, Luz Soriano narra as suas impressões de filiado num club anti-saldanhista. E fá-lo com aquela franqueza e desassombro que lhe haviam de merecer não poucas censuras de liberaes:

«D. Pedro rodeou-se de homens chamados palmelistas o que desde logo o indispos com os partidistas de Saldanha, que sem nenhum escrúpulo lhe fizeram a mais crua e desapiadada guerra, espalhando contra ele tudo quanto a malevolência lhe podia sugerir».

A reacção não se fez esperar. Para defender D. Pedro e guerrear Saldanha, *«com o titulo Sociedade de Amigos ali (na Terceira) se instalaram alguns clubs, de um dos quais eu mesmo fiz parte com o pseudónimo de Catão o Censor (epíteto já de si significativo) arrastado a este passo pelas várias instâncias, que para isto me fez o meu antigo amigo Joaquim Pereira Marinho, que então era tenente coronel de artilharia e por fim morreu marechal de campo reformado».*

Mas as desilusões não tardaram e Soriano enumera tudo quanto ficou conhecendo da vida interna desses clubs: *«Conheci»* . . . , sete vezes o desenganado sócio emprega este verbo para revelar as baixesas, as traições que presenciou e de que foi vítima. E ele que, como bom liberal, não morria de amores pelos Jesuítas, considera que *«essas associações (os clubs) . . . são contrárias ao bem do país constituindo-se para com ele de pior condição do que a antiga Companhia de Jesus cujos regulamentos, ou institutos, sendo conhecidos do Governo, faziam com que os nela professos lhe não fossem tão danosos como os destas associações. . . ».*

A integridade e independência de Soriano mais se revelam ainda neste outro passo das suas *«Revelações»* :

« . . . conheci mais que semelhantes associações são outros tantos estados dentro do estado com interesses e vistas egoístas, contrários ao bem geral da nação sendo por conseguinte a mais funesta praga do regime constitucional, e que tão altamente o tem desacreditado, e o torna impossivel na sua realidade e execução. . . »
O que, informa ainda *«Catão o Censor»* nas suas *«Revelações»* levou a *«pedir eu na mesma ilha Terceira a minha exoneração de*

sócio, que lá consegui, sem que até hoje tornasse mais a entrar em Sociedade alguma secreta, nem puramente política, como era esta, nem maçónica, ou carbonaria, a que nunca pertenci». A experiência fora-lhe suficiente...

Dois anos antes do aparecimento das suas «Revelações», ou seja em 1858, publicava Soriano «Utopias desmascaradas do sistema liberal em Portugal». O título é por demais expressivo e nele se enquadra bem o passo acima transcrito (6).

Do que fica dito não é difícil adivinhar a personalidade de Soriano: intransigente fidelidade à doutrina de que foi estrénuo defensor, mas não menos intransigente adversário de quantos, dizendo-se seus partidários, contra ela atentavam. Era preciso, na verdade, muita independência (7) e autoridade para, vinte e seis anos após a implantação do Constitucionalismo, e em sua plena expansão, proclamar, em letra redonda, que as sociedades secretas eram «a praga mais funesta do regime constitucional», e o «tornavam impossível na sua realidade e execução...».

A par disto, patriota de alta estirpe, mais venceu a sua personalidade na defesa, contra a Inglaterra, de legítimos interesses portugueses em Angola (8). Cidadão exemplar, deixou os seus avultados bens, acumulados durante uma vida de severa economia, a diversas instituições públicas, entre elas a Casa Pia à qual devia a sua primeira educação por ter ficado orfão de pai em tenra idade (9).

Foi este homem, feito de uma só peça, que, a pedido do seu amigo Bernardo de Sá Nogueira, iria dirigir o primeiro periódico dos Açores—a «Chronica da Terceira», aliás, como se disse, por escassos meses, pois o seu feitio independente não lhe consentiu subordinar-se aos tais «oráculos que escondidamente dirigem os jornais». Por curiosa coincidência a casa em que se instalou a imprensa donde saíu a «Chronica da Terceira» pertence hoje à família do autor desta notícia que nela reside. Diz o Arquivo dos Açores (vol. 8, pag. 488): «Por esta ocasião mudou-se a im-

prensa para uma casa quase fronteira à rua de S. João, hoje propriedade do negociante, o Sr. Bento José de Matos Abreu, cuja casa, por haver sido residência do tenente coronel de milícias de Angra, José Teodósio de Bettencourt Lemos, fidalgo miguelista, estava sequestrada.

A parte ocidental desta casa foi destinada para a imprensa, e a oriental para residência do director.

Foi daí que em 17 de Abril de 1830 saiu o primeiro número da «Chronica da Terceira», redigido pelo ilustrado académico, Sr. Simão José da Luz (...).

*
* *
*

Mas a «Chronica» apresenta um enigma.

É que as colecções conhecidas, de 44 números, (o último dos quais de 27 de Março de 1831) começam todas em 17 de Abril de 1830: é o n.º 1. Ora na minha colecção existe outro n.º 1 — com a data de 14 do mesmo mês e ano. Portanto, dois n.ºs 1, diferentes não só na data e na «apresentação» como mostram as gravuras juntas, como no conteúdo. Nem na Biblioteca Pública de Angra nem na de Ponta Delgada existe a edição de 14 de Abril. O próprio Arquivo dos Açores não a menciona. Segundo obsequiosa informação do Ex.^{mo} Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos Sr. Dr. Luiz Silveira, as colecções da «Chronica» da Biblioteca Nacional de Lisboa e da Biblioteca Pública Municipal do Porto, começam ambas pelo N.º 1 de 17 Abril. Na Biblioteca Central da Universidade de Coimbra nem esse, de 17, existe. O próprio Dicionário Bibliográfico, de Inocêncio, também cita como n.º 1 o de 17 de Abril.

Para o enigma da existência desse, até prova em contrário, único exemplar da edição de 14 de Abril, encontro explicação muito plausível. É que a minha colecção pertenceu a João Francisco de Oliveira Bastos, (a) que foi secretário, administrador e genro do 1.º Conde da Praia da Vitória. Pela sua posição estrei-

(*) — Ver notícia biográfica no «Apêndice».

tamente ligado às pessoas gradas e aos acontecimentos da época Oliveira Bastos poude, de certo, reservar para si um exemplar dessa edição que, por razões que desconheço—mas que é possível descortinar — foi à certa retirada da circulação. Por razões que desconheço, disse. Se compararmos, porém, a «apresentação» e o texto noticioso das duas edições, já se pode antever o que depois degeneraria em incompatibilidade entre o irredutível e temível Luz Soriano e o Marquês de Palmela.

Um pormenor há, porém, que singularmente vem adensar este enigma. É que Luz Soriano, em carta de 4 de Julho de 1885, dirigida ao jornal «O Conimbricense» e transcrito no tomo XIX do Dicionário Bibliográfico de Inocêncio (pág. 222), faz esta afirmação desnorteante: *... no que respeita a ter eu sido convidado por elle (Bernardo de Sá Nogueira) para tomar conta da Chronica da Terceira, isso é exacto, e a ter saído o primeiro número d'este jornal á luz em 17 de Abril de 1830.*

Isto é, o proprio Luz Soriano *parece querer* ignorar a edição de 14 de Abril. Mas esta existe. Não pode ser ignorada nem negada e na prosa da «apresentação» não é difícil descortinar a marca do autor. O enigma, assim, em vez de se simplificar, complica-se com o silêncio da pessoa que melhor podia esclarecê-lo.



Simão José da Luz Soriano — Cujo semblante se harmoniza com a definição que o escritor dá de si próprio: misantropo, severo contra os maus costumes, e até mesmo desconfiado, qualidade que nunca me fizeram bem quisto dos homens nem os homens bem quistos de mim



Casa da Rua da Sé — A casa da Rua da Sé (1933) “quase fronteira á rua de S. João, hoje propriedade do negociante o Sr. Bento José de Matos Abreu”, onde se instalou a tipografia em que se compunha e imprimia a “Chronica da Terceira”

O N.º 1 DE 14 DE ABRIL

A apresentação da edição de 14 de Abril é curta e sóbria. Vale a pena transcrevê-la:

«N'este primeiro número da nossa folha não principiaremos com enfáticos, e empolados discursos, mas sómente protestamos a todos os senhores subscriptores, que jamais nos apartaremos de seguir unicamente a verdade, isto he, de expormos as noticias que tivermos taes quaes ellas são, dando as certas como certas, e as provaveis como provaveis. Por tanto não enganaremos o público com favoraveis, e ficticias noticias, para que não passemos d'hum extremado contentamento a huma acerba desesperação, unico efeito de taes enganos, ficando-se sempre entendendo em todos os nossos números a sentença—Amicus Plato, amicus Cicerus sed magis amica veritas» (10).

Ao todo treze linhas e meia de uma coluna. Protestos de só escrever a verdade e de não recorrer a enfáticos e empolados discursos para a apresentação da folha. A verdade só a verdade, até para evitar *acerba desesperação* se se pretendesse enganar o público com ficticias noticias—o que ele recorda nas «Revelações da Minha Vida», atrás citadas.

Se passarmos à edição de 17 de Abril—o tom já é completamente diferente. A «introdução» da folha estadeia-se à largura das

duas colunas e ocupa vinte e duas linhas, o que equivale, em coluna simples, a quarenta e quatro, ou seja mais do triplo da edição de 14:

«Pareceo aos individuos que tomarão sobre si a redacção de huma folha periodica, que este trabalho podia ser util, e agradavel, não só aos Portuguezes reunidos n'esta Ilha, mas tambem aos que fora d'ella se achão empenhados na mesma causa, por isso que os primeiros acharão n'ella, alem dos actos da Regencia, e primeiras auctoridades que em nome da Rainha nos governão, e cujo conhecimento he a todos necessario, extractos das noticias estrangeiras não só no que respeita aos interesses portuguezes, mas tambem dos principais factos que occorrem entre as nações, e alguns artigos de ciencias e artes, que interessão sempre a homens por circumstancias privados dos recursos que nas diversas folhas politicas e scientificas se encontrão na Europa e pelo que toca aos Portuguezes existentes fora da Ilha Terceira, he evidente que lhes será grato o conhecimento dos actos do Governo, e as noticias d'aquelles de seus concidadãos collocados no posto importante onde se encerra a representação legitima de S. M., os leaes deffensores da mesma Augusta Senhora, e a esperança da restauração da Patria.

Para desempenhar este fim será o nosso invariavel disvêlo escolher entre as diversas noticias aquellas que tiverem o character de veracidade, e de sizudeza, excluindo aquellas que nos parecerem destituidas da verosimilhança, ou dictadas por hum espirito de alucinação em qualquer genero.

Certos de escrever (sic) para homens superiores aos terrores, e capazes de encarar com firmeza os perigos e as dificuldades; e reconhecendo que a perseverança e huma inhabalavel constancia são e devem ser os caracteres dos Portuguezes victimas até agora da fidelidade, nem procuraremos offerecer-lhes esperanças sem fundamento, nem encubriremos os obstáculos e estorvos que possão retardar o resultado feliz porque todos suspiramos; mas fieis sempre á verdade exporemos francamente os factos e as opiniões importantes, esperando que a Justiça da nossa cauza, as diligencias e esforços constantes d'aquelles que nos dirigem, auxiliados pela esperada protecção do Augusto Pay da nossa adorada Soberrana, nos darão occasião a poder, como desejamos, annunciar antes

prosperos resultados que factos tristes em circumstancias desanimadoras».

A sentença latina final — e significativa — desapareceu...

O ambiente da época era, decerto, pouco animador. Se o A. escreve para «homens superiores aos terrores e capazes de encarar com firmeza os perigos e as dificuldades» — é porque tudo isso devia abundar — e não há dúvida que abundava. Além dessa preensão, o A. insiste nos seus intuitos de só dizer a verdade («verdade e sizudesa», «sempre fieis à verdade», «não encubriremos os obstáculos e estorvos...»).

Mas a «Chronica», que, na «apresentação» de 14 de Abril, surgia apenas como um periódico noticioso, a 17 aparece-nos, além disso, como uma espécie de «Òrgão da Regência», pois nele *achariam os portuguezes reunidos nesta ilha (...) os actos da Regencia e primeiras autoridades que em nome da Rainha nos governam. Pelo que toca aos portuguezes existentes fora da Ilha Terceira he evidente que lhes será grato o conhecimento dos actos do Governo (...).*

E para desempenhar este (duplo) fim (noticioso e político) é que os redactores protestam só escrever a verdade, toda a verdade e nada mais que a verdade.

A vincar este character officioso, pode ler-se no final a referência às esperanças postas nas *deligencias e esforços constantes daqueles que nos dirigem auxiliados pela esperada protecção do Augusto Pay da nossa amada Soberana.*

O contraste com a sóbria declaração de 14 de Abril, é flagrante, e não parece forçada interpretação supor que para a redacção da de 17 tivesse intervindo um dos *tals oraculos que escondidamente dirigem jornais de tal natureza*, que Soriano tanto abominava.

Se analisarmos, agora, o conteúdo do periodico encontraremos diferenças substanciais entre as duas edições.

A primeira notícia refere-se a um acontecimento notável — para o meio e para a época: a chegada a Angra, a 15 de Março anterior, de dois membros da Regência nomeada por decreto de D. Pedro, datado do «Palácio da Imperial Quinta da Boa-Vista aos 15 de Junho de 1829» e publicado na íntegra logo a seguir àquela notícia.

Assim, na edição de 14 de Abril lê-se:

«Na madrugada deste dia todos os emigrados e habitantes d'esta cidade se alvoraçarão pela inesperada chegada dos Regentes do Reino: e foi tanto maior o seu praser quanto mais se convencerão que este passo devia em breve decidir a nossa sorte, ha tanto tempo em problema».

Três dias depois, a 17, a notícia era diferente, com uns resquícios já do que hoje se chamaria culto da personalidade (11).

Se não veja-se:

«Na madrugada de 15 de Março fundeou neste porto a Escuna «Jack a Lantern» trazendo a seu bordo os Ex.^{mos} Marquez de Palmella e José António Guerreiro, os quaes com o Ex.^{mo} Conde de Villa-Flôr compõe a Regência».

Esta, a Regência, que a 14 era apenas uma entidade sem composição conhecida, passava a ser apresentada, 72 horas mais tarde, com a indicação dos nomes dos seus componentes: Palmella, Guerreiro e Vila-Flor.

Segue-se a descrição da recepção dos dois Regentes recém-chegados, Palmella e Guerreiro.

A 14 de Abril: *«As ruas, e o caes se encherão de gente de todas as classes esperando o desembarque da Regência (aliás de apenas dois dos seus membros, pois o terceiro, Vila-Flor, desde 22 de Junho do ano anterior já se encontrava na Terceira) o que teve logar das 11 horas para o meio dia. Os Regentes foram conduzidos ao Palácio, passando pelas aceadas allas de tropa, que se achava postada desde o caes athe lá; os differentes corpos, que formão a guarnição d'esta Ilha, forão desfilar ao largo do dito Palácio».*

A 17 de Abril: *«O General (Vila Flor) foi immediatamente a bordo, e pela manhã as salvas das fortalezas, e a reunião da Guarnição debaixo d'armas annunciou aos habitantes de Angra, e povoações circumvisinhas o desembarque dos membros da Regencia. SS. Ex.^{as} foram recebidas pelo mais numeroso concurso d'este povo leal (12), e a alegria geral acompanhaou (sic) como era de esperar a instalação de hum Governo legitimo e regular, á existencia do qual os Portuguezes tanto tem sacrificado».*

Sem quaisquer elementos que nos permitam identificar os

CHRONICA

DA TERCEIRA.

N.º 1.

QUARTA-FEIRA

Abril 14-1830.

Neste primeiro número da nossa folha não apresentaremos com enfiaduras, e empoalhados discursos, mas somente protestamos a todos os senhores subscritores, que jamais nos avararemos de seguir unicamente a verdade, isto he, de expor as noticias que tivermos taes quaes elles são, dando as certas como certas, e as provaveis como provaveis. Por tanto não enganaremos o publico com factos, e feticios notorios, para que não prescindo d'um extremado contentamento a hãta acôrta de acôrteza, nãko effeito de taes enganars, ficando se sempre entendendo em todas as nossas nũmer. a sentença—*Amicus Plato, amicus Cicero sed in*
quã amica veritas.

o expresso e formal reconhecimto, que havia feito da sobredita Minha muito Amada e Querida Filha D. MARIA II. como Rainha Reinante por Minha Abdicação, com a qual n'essa reconhecida qualificação havia contrahido sollemnes Esponsaes, se levantou com os mesmos Reinos, chamando-se, e fazê-lo-se chamar fiel e S. nobre d'elles, com os quaes factos aniquillou o titulo da Legar, Tenencia e Regencia d'aquelles Reinos, que Eu d'ella havia delegado, uzurpou hum Coroa, que por nenhum titulo lhe pertence e destruiu de facto as instituições emanadas do Meu Soberano e Legittimo poder para promover, e assegurar a grandeza, e a prosperidade d'aquelles Reinos, as quaes elle proprio á facu

“Chronica” de 14 de Abril — O N.º 1 da “Chronica da Terceira”, com data de 14 de Abril de 1830, apresentou-se com este cabeçalho e o “programa” que se reproduz — apenas 14 linhas

autores das duas notícias, a verdade é que é lícito supor não serem ambos a mesma pessoa. A menos que intervissem pressões superiores para se quebrar o laconismo da primeira e manifestar um pouco mais de entusiasmo pelas pessoas dos Regentes e pelos seus primeiros actos, enfim, os tais «oráculos que escondidamente dirigem jornais de tal natureza»... E assim: A 14 de Abril: «*No dia 16 se publicou pela Imprensa o Decreto da sua nomeação (da Regência) por D. PEDRO, e o da nomeação do ministro e secretario d'Estado pela mesma Regencia, que foi o seu primeiro decreto, e ambos aqui transcrevemos*». Tudo quanto há de mais lacónico.

E seguem-se os ARTIGOS DE OFFICIO, ou seja, os referidos decretos e Ordens do Dia do «Marechal de Campo, Conde de Villa-Flor, Commandante das Forças n'esta Ilha».

A 17 de Abril a notícia é mais pormenorizada e calorosa: «*A Regencia derigio-se ao Palacio do Governo onde reunindo-se em sessão, prestando o competente juramento, se declarou instalada, como se deprehende dos documentos que em seguimento temos a satisfação de publicar (na 1.^a edição apenas e secamente se dizia: «e ambos (os decretos) aqui transcrevemos»).* No dia seguinte se celebrou na Cathedral hum solemne Te Deum a que assistio a mesma Regencia e todas as authoridades Civis e Militares, e grande concurso de individuos de todas as classes (solenidade a que não se faz qualquer referência na edição de 14 de Abril).

Seguem-se, então, os ARTIGOS OFFICIAES. Vejamos quais esses «artigos officiaes», ou «de Officio», como se lhes chamara primeiramente:

A 14 de Abril publica-se o referido decreto de D. Pedro, a nomear a Regência e o decreto desta a nomear Mousinho de Albuquerque ministro e Secretário de Estado—documento igualmente publicado a 17.

Depois, com os N.^{os} 78 e 79, inserem-se duas Ordens de Serviço, de 5 e 7 de Abril, a dar publicidade (o N.^o 78) a duas deliberações da Regência, a primeira a fixar «as condições a preencher por todo o Soldado para poder ser reconhecido Cadete», e a segunda «a perdoar toda a pena aos desertores de primeira deserção, que ainda senão acharem cumprindo Sentença . . . ».

O N.º 79 continha apenas a exoneração de um médico do Hospital Regimental e a nomeação de outros dois para o mesmo Hospital.

A 22 de Abril, no N.º 2 da «Chronica» aparecem as Ordens N.ºs 75, 76 e 77 e só a 27, no N.º 3, reaparecem os N.ºs 78 e 79 já insertos na edição de 14 de Abril.

Terminada a parte oficial, encontra-se a secção noticiosa—do estrangeiro e local, (esta só na edição de 14 de Abril) a primeira, como é obvio, com o atrazo inerente à época (a mais recente extraída do «Times» de 16 de Março).

Na «Chronica» de 14 de Abril lê-se uma notícia suprimida na edição de 17, Refere-se ela à doença de D. Pedro e de D. Maria II:

«O Diario Fluminense de 15 de Dezembro do anno proximo passado (1829) contem hum artigo, em que se mostrão os justos receios dos Brasileiros pela doença do seu Imperador: depois do que se acha o seguinte. — A geral exultação pela rapida melhora, de Suas Magestades o Imperador, e a Rainha Fidelissima, tem feito os Brasileiros recorrerem ao Omnipotente, fonte de todo o bem, assim como para agradecer-lhe o beneficio que reconhecem como para implorarem a continuação, que desejão (...).»

Esta notícia, ao mesmo tempo terrorista e optimista foi, como disse, suprimida na edição de 17 de Abril. Igualmente o foi outra notícia, do correspondente da «Chronica» em Lisboa, a mencionar alguns dos divertimentos de D. Miguel:

«Enumerar tais divertimentos — adverte a «Chronica» — seria ofender a delicadeza de toda a pessoa, excepto de um cortezão de D. Miguel».

O mais inofensivo dos quais divertimentos do «Usurpador» teria consistido em «ele pessoalmente ter feito uma mixtura de ovos crus batidos com assucar nos chapeos dos seus cortezãos».

A supressão desta notícia e das outras, bem mais «fortes», que a acompanhavam, na 2.ª edição do N.º 1 da «Chronica da Terceira» parece traduzir, não obstante o ambiente da época, certa noção das conveniências, pois, apesar de tudo, tratava-se do irmão do Imperador.

Quanto aos acontecimentos locais, as notícias vão do dia 3 ao dia 11 de Abril—mas só no edição de 14. Na de 17, decerto

devido à abundância de «artigos officiaes» e às notícias do estrangeiro—não se faz menção desses acontecimentos, cuja importância se verá pelas transcrições que seguem:

«Dia 3. (...) *huma sociedade d'Officiaes, e Cadetes dos Corpos da Guarnição representarão no novo Theatro (...) o drama—Zulmira.—Este drama he em dois actos e composição portugueza: nele se pinta athe que ponto pode chegar o despotismo de hum Sultão, que pretende à força fazer sua amante uma virtuosa camponeza, que por fim se descobre ser sua filha que n'outro tempo tinha mandado matar. A representação d'este drama foi propriamente destinada para solemnisar o dia 4 de Abril, anniversario natalicio de S. M. a Senhora D. Maria II, porem como no dia 4 não era possivel ter logar, por causa do baile, que se pretendia dar n'este dia, por isso a sociedade a effectuou na vespera. (...)* O marquez de Palmella entoou os vivas a S. M. a Senhora D. MARIA II, à Carta Constitucional, e á brava guarnição da Terceira: ao que retribuiu a platea dando vivas á Regencia do Reino. O divertimento principiou por hum elogio dramatico analogo ás circumstancias, e o desempenho do drama satisfez muito aos espectadores. Recitarão-se tambem conceituosos versos, entre os quaes hum elogio á Rainha.

Dia 4. (Solene Te Deum na Sé Cathedral). Á noite houve hum magnifico baile, dado pelo Conde de Villa-Flôr no palacio do Governo, para o qual foram convidadas todas as familias e mais pessoas de distincção, militares e não militares, inclusive os Consules e os mais estrangeiros então existentes. Recitarão-se tambem algumas producções poeticas analogas ao dia. Nos quartéis dos differentes corpos estávão destinadas fazerem-se grandes illuminações, porem o tempo não permittio realizarem-se com todo o apparato destinado:

Dia 11. — O Conde de Villa-Flôr, Commandante das Forças n'esta Ilha, passou hoje revista geral a todos os corpos da guarnição d'Angra. Á noite pertenderão alguns corpos effectuar as illuminações destinadas para o dia 4, porém o vento não deixava conservar as luzes acêzas, e por isso ficarão transferidas para o dia 29 do corrente, anniversario da outorga da CARTA CONSTITUCIONAL».

Ainda na edição de 14 se encontram «notícias recebidas em 12 de Abril pelo navio Fanny of Bristol (Extractos de diferentes Jornaes)» entre os quais se nos depara a seguinte:

«Hum cortezão perguntou ao Imperador D. PEDRO o que era a Constituição: ao que este principe respondeo: He a lei fundamental d'hum Estado, no qual as paixões de alguns homens não dispoem da vida e da honra dos outros homens, e no qual o rei he cidadão».

Noticia esta suprimida na edição de 17. Por falta de espaço? Porque o «liberalismo temperado» de Palmela achasse demasiado equiparar o rei a um simples cidadão?—Seja como for, o futuro se encarregaria de provar que as Constituições, infelizmente, nunca conseguiram impedir que *as paixões de alguns homens dispusessem da vida e da honra dos outros homens...*

Na edição de 14 insere-se o anúncio de uma representação no NOVO THEATRO, na 6.^a feira, 16 desse mês de Abril. Representar-se-ia o drama de Mattastazio (sic) ATTILIO REGULO, traduzido por Bocage. E avisava-se: *«os senhores assinantes terão a bondade de se dirigirem na véspera (desde as 10 h. da manhã até à 1 da tarde) á casa do mesmo theatro para tirarem os seus bilhetes por sorte».*

A «Chronica da Terceira» saía «pelo menos huma vez em cada semana». Continha apenas quatro páginas com as dimensões (de mancha impressa) de 265 mm x 169 mm a duas colunas de 73 linhas.

O seu preço era de 300 reis, cada quatro números, «pagos à recepção do primeiro número de cada quatro» e a folha avulsa custava 100 reis.

Os anúncios, raros, a não ser em alguns suplementos, pagavam-se a 25 reis cada linha de coluna.

Dada, assim, notícia da raridade bibliográfica a que aludi—subsiste o enigma quanto à sua retirada da circulação, à cerca da qual apenas se podem formular hipóteses, embora verosímeis.

Para a existência do exemplar que possuo, a explicação que

dei afigura-se-me a única aceitável. E vem a pelo dizer que a viúva de João Francisco de Oliveira Bastos, D. Maria Amélia de Ornelas Bruges de Oliveira Bastos, minha tia-avó, só falecida em 1916, contava a minha mãe que o marido redigira um diário em que mencionava os acontecimentos ocorridos na Terceira mas que esse diário fora queimado após a morte do autor e por expressa determinação deste.

Se é certo que nada se pode saber do seu conteúdo, é lícito deduzir que o que nele se registava não devia conter referências muito lisongeiras para homens e factos da época, pelo menos para alguns deles.

Caso contrário não se justificaria a destruição pelo fogo, exigida sob juramento, de tão valioso documento — que de certo o devia ser.

APÊNDICE

JOÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA BASTOS

NOTÍCIA BIOGRÁFICA

Merece uma referência biográfica João Francisco de Oliveira Bastos a quem aludi na notícia que antecede à cerca da primeira edição do N.º 1 (14 Abril de 1830) da Chronica da Terceira.

Nascido em Lisboa em 1806, veio Oliveira Bastos para a Terceira em 1826, portanto com apenas 20 anos, na qualidade de escriturário da casa do Morgado Teotónio de Ornelas, futuro Conde da Praia da Vitória.

Liberal convicto e de inteira confiança da Junta Governativa formada após a revolução de 22 de Junho de 1828, foi enviado a Inglaterra, partindo no iate Santa Luzia.

Tendo saído de Plymouth (no regresso) no dia 11 de Maio de 1829, a bordo do hiate Santa Luzia, fui feito prisioneiro (pela fragata «Pérola») em frente da Villa da Praia, na madrugada do dia 26 do dito mez e mandado logo para bordo da nao D. João 6.º (1) — no porão da qual me achava com ferros aos pés, no dia desta tão memoravel quanto gloriosa batalha. (2)

Falhada a tentativa da tomada da Terceira, a esquadra miguelista seguiu para Lisboa e Oliveira Bastos foi sob prisão para a Torre de São Julião da Barra, donde foi libertado quando as tropas liberais entraram em Lisboa. Tomou, depois, parte na guerra civil, nas tropas de D. Maria II e, terminada a campanha, regressou à Terceira onde veio a ocupar o cargo de bibliotecário da Biblioteca Municipal de Angra, de que foi o primeiro titular e onde, já de idade madura, casou com D. Maria Amélia de Ornelas Bruges, filha perfillhada do então Visconde de Bruges, o Morgado Teotónio de Ornelas.

Oliveira Bastos era pessoa de ilustração. O seu espólio literário, em parte hoje na posse do Sr. José Monjardino, seu sobrinho bisneto, contém valiosas obras de autores ingleses e franceses.

Durante a prisão em S. Julião da Barra, decerto para matar o tempo, compilou ENGLISH AND FRENCH ANECDOTES, com a indicação: *St. Julian's Tower — Prison of Ravelin — 1832.* — São 97 páginas manuscritas com preciosa caligrafia, em inglês e francês, e nas quais se coligem não só anedotas como epíspódios históricos.

Pertenceu também a Oliveira Bastos uma flauta de madeira clara e aplicações de marfim, hoje em meu poder, em uma de cujas extremidades ainda se pode ler o que resta de uma legenda escrita pelo próprio em papel já meio destruído:

... Julho de 1832, foram de S. Julião da Barra ... de D. Pedro e D. Maria apreciavel e historico.

Na Secção Militar do Museu desta cidade de Angra encontra-se outra recordação das lutas liberais que pertenceu também a Oliveira Bastos: um pequeno frasco com pólvora com a seguinte legenda escrita pelo punho do mesmo:

Pólvora que servio nas Campanhas da Liberdade

1826

1834

Foi-me offerecida pelo Snr. Major Sebastião Teixeira Carras-cosa que no posto d'alferes desembarcou nas praias do Mindelo em 8-7-1832 fazendo nesse dia 18 anos.

Este frasco foi oferecido por Oliveira Bastos ao Sr. Joaquim Luís de Magalhães, cuja filha D. Emília de Magalhães Pamplona Corte Real, por sua vez o ofereceu ao Museu de Angra.

Entre os papéis de Oliveira Bastos na posse da família, encontra-se um manuscrito, quatro páginas de papel almaço azul de 35 linhas, encimado com o seguinte:

Documento para a historia pouco conhecido

É certo que tudo quanto aí se transcreve se encontra já publicado no Arquivo dos Açores (vol. VII) que, por sua vez o extraiu de outras obras — pelo que fazer nova publicação poderá parecer descabido.

Mas — que se contem naquele manuscrito ?

- 1 — Cópia da publica forma de uma guia passada, por ordem de Villa Flor, a um arrais para ir a bordo da Nau D. João 6.º, «cruzando nas águas d'esta Ilha», entregar um maço de cartas de prisioneiros feitos na acção de 11 de Agosto, na Praia, a reclamar parte das suas bagagens.
- 2 — Cópia da carta de Villa Flor ao Comandante da Nau D. João 6.º, a convidá-lo, mediante pecúnia, a render-se às forças da Rainha.
- 3 — Resposta deste, José Joaquim Rosa Coelho, a Villa Flor.

Cotejando o texto do Arquivo dos Açores com o deste manuscrito, verificam-se muitas diferenças tanto no segundo como no terceiro documentos transcritos, embora sem alteração substancial do sentido, pelo que pareceria sem interesse dar-lhe nova publicidade.

Duas razões, porem, me levam a transcrever a resposta de Rosa Coelho a Villa Flor: a primeira — prestar homenagem à memória do vassalo fiel do Rei cujas cinzas acabam de chegar à Patria, por cuja causa se bateu e que tão honrada e altivamente respondeu à tentativa de suborno de Villa Flor («40 contos de reis em dinheiro e conservação a todos os officiaes de todos os postos, honras e prerrogativas às quais S. Magestade se dignará ajuntar aquele galardão que lhe ditar a sua Reál generosidade») — contra a entrega da Nau D. João 6.º, possivelmente de outros



João Francisco de Oliveira Bastos —
Genro do 1.º Conde da Praia da Vitória,
a quem pertenceu a coleção da "Chro-
nica da Terceira" em que se encontra o
N.º 1 com a data de 14 de Abril de
1830, único exemplar até hoje conhecido.



A bala que durante o combate de 11 de Agosto na Vila da Praia, caiu na nau miguelista "D. João VI", a bordo da qual se encontrava preso João Francisco de Oliveira Bastos

navios; segunda — porque a essa resposta apôs Oliveira Bastos notas e comentários que não deixam de ter seu interesse e sabor. De alguns destes transparece o amargor do liberal convicto e desinteressado que se bateu e sacrificou, ao ver a invasão dos «adesivos» que acabavam por receber honras e benesses que os velhos e dedicados servidores da Carta nunca receberam. Males que, ao cabo de cada época de lutas civis, periodicamente se repetem...

A carta de Villa Flor a Rosa Coelho vem inserta no vol. VII, fasc. 37 (1885) do Arquivo dos Açores, extraída de *Portugal desde 1828-1834*, por Francisco António da Cunha de Pina Manique, Lx. 1872. Logo a seguir a essa transcrição vem «Extractos da resposta de Roza Coelho ao Conde de Villa Flor», apenas dez linhas extraídas de *História Contemporanea ou D. Miguel em Portugal*, publicação anónima de José Joaquim Nepomuceno Arsejos, Lx. 1853. Esses extractos, na obra referida, vem precedidas de um «Consta que...» e são publicados em discurso indirecto. Só no fasc. 40 do mesmo vol. VII, mas já em 1886, se insere na íntegra a resposta de Rosa Coelho que adiante se transcreve, na versão e com as notas de Oliveira Bastos.

A resposta de Rosa Coelho é como segue:

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sn.^r Accuso a recepção da Carta de V. Ex.^a escripta em 14 do corrente e recebida por mim ontem por mão de hum Parlamentario por V. Ex.^a auctorizado para a entrega della, chamo-lhe Parlamentario porque como tal, e conforme as Leis da Guerra se dirigio a esta Náo, e na hypothese de que V. Ex.^a já não tem á sua desposição Individuo de maior esfera do que a de hum pobre pescador a quem incumbe huma tal deligencia he justo que eu despensasse a civilid.^e que he de presumir V. Ex.^a tivesse não estando no caso em que o supponho. M.^{to} me admiro que V. Ex.^a diga está horrorizado de ver a effusão de sangue Portuguez sobre o Territorio patrio, depois que são passados nove annos que V. Ex.^a he hum dos pr.^{os} auctores de tal desgraça, e sem lhe aproveitar a experiencia pratica, quando os conhecimentos theoricos que a um Grande cumpre possuir lhe não tivessem

em tempo mostrado a inficionada Rebelião. Como quer V. Ex.^a que eu acredite que possui taes conhecimentos e que olha com horror para as calamid.^{es} que afligem a familia Portugueza, ora devirgente em opinioens, talvez pelo exemplo da quellas que como V. Ex.^a só cumpria mostrar-lhe o caminho da honra, se observa que não teve pejo de vir postar-se á frente de hum bando de traidores e salteadores fazendo causa commum com elles continua acommetter na desgraçada Ilha Terceira horrores e vilezas.

Agora mesmo não se envergonha V. Ex.^a de commetter huma q.^{do} teve a infeliz lembrança de se persuadir que hum Vassalo fiel de Sua Magestade Fidelissima o Sn^r. D. Miguel primeiro he capaz de vender a sua honra por quarenta contos de reis, huma tal lembrança só pode entrar na cabeça de quem está na posse de ser levado pelo oiro a qualquer partido, esquecido do seu nascim.^{to} e sem lhe importar que pelas suas acçoens fica nublada a fidelid.^e que caracterizou aquelles de quem vem com a qual alcançarão as honras que são prerogativas do sustentaculo dos Tronos. Não pense V. Ex.^a que a Europa agora se decida contra os inatfragaveis direitos de S. Mag.^e Fidelissima o Sn^r. D. Miguel 1.^o pelo simples facto de se haver mal logrado em parte a tentativa de 11 do mez passado, ou porque V. Ex.^a se acha sobre huma pedra no meio do Ociano com huns poucos de miseraveis expatriados e já acostumados a fugir algumas vezes com V. Ex.^a á sua frente do Porto e Madeira (1). Nem tão pouco S. Mag.^e Fidelissima o Sn^r. D. Miguel 1.^o não tem á sua disposição forças disponiveis para proceder a outras e m^{tas} mais que sejam necessárias como dentro de poucos dias farei ver (2) a V. Ex.^a. Todos quantos mandou que fizerão essa effusão que V. Ex.^a agora sem remedio lastima, ainda existem (3) sem lesão ou defeito algum. O Tejo ainda tem mais que não tardão a reunir-se, e em mim existe m^{to} boa disposição para hir deminuindo *por filas* essas fileiras de campioens que V. Ex.^a mandar aproximar ás Praias que eu assume. Com tudo tantos males podem ter ainda hum remedio, a V. Ex.^a cumpre dalo.

O Magnanimo Coração de S. Mag.^e Fidelissima o Sn^r. D. Miguel 1.^o he aquelle mesmo cheio de bondade e commiseração

que V. Ex.^a conhece (4) tambem, se não melhor do que eu, e suposto que V. Ex.^a por escripto por obras, e por palavras mostre esquecido do m^{to} que a elle deve e aos seus Augustos Progenitores, quero ainda perssuadir-me que foi a isso obrigado quando entre aquelles que ainda esperam quimeras se tornava preciso dizer com elles. Agora porem que V. Ex.^a se acha só pode accor-dar commigo os meios de salvar a sua vida e daquelles que o seguem obtendo hum perdão para tantos crimes e tantas indignid^{es} commettidas na Ilha 3.^a contra a Real Pessoa de El Rey Nosso Senhor.

Eu estou disposto a entrar nessa negociação e posso certificar a V. Ex.^a que só depende da sua vontade evitar a continuação de desgraças; de contrario afirmo-lhe que estão dadas as medidas para dentro em poucos dias se acabar com esse resto que ainda existe na Ilha 3.^a (5) sem que a isso V. Ex.^a possa obstar, e menos contar que nas outras Ilhas se ponhão em pratica seus aérios planos formados e mandados por V. Ex.^a em quanto eu tiver vida e meios para hir no Mar desfazendo-os com a mesma facilidade com que V. Ex.^a os forma em terra, só com a diferença de que os Portadores vão pagando caro o porte da mensagem. Sinto ter tido occasião de falar a V. Ex.^a nestes termos mas taes são os que devia V. Ex.^a esperar do seu attento V.^{or} José Joaquim da Roza Coelho (6) Bordo da Náo D. João 6.^o á vella e á vista d'Angra 19 de Setembro de 1829.

Eu, Filipe José da S.^a Londel, Escrivão da Náo D. João 6.^o conferi com os originaes que ficão na mão do Chefe da Esquadra Comd.^e em Chefe da dos Açores José Joa^{qm} Roza Coelho a que me reporto subscrevendo e assignando esta a bordo da Náo D. João 6.^o á Vella e á vista d'Angra 19 de Setembro de 1829. — Felipe José da Silva Londel.

N. B. — A orthographia d'esta cópia, é a mesma da tal chamada *Pública forma* (7) — mas estou bem certo não ser a do Londel; assim como tambem o não é a letra d'esta Pública forma,

(4) Documento a que de princípio se alude.

pois que ainda hoje conservo em meu poder (e em muita estimação) uma relação escripta p^{lo} seu proprio punho em Maio de 1829, dos objectos que officialmente me foram... *conquistados* em 26 do mesmo mez e anno, quando recolhendo de Plymouth fui feito presioneiro p^{la} não que então fazia parte dos navios que bloqueavam esta Ilha. Alguns dos bloquantes obteram (sic) depois postos e honras no reinado da Rainha!!!

-
- (1) MENTE, que quem fugio da Ilha da Madeira (no dia 22, ou 23 de Ag^{to} de 1828) foi o general Valdez (depois Conde do Bomfim) e não o Villa-flor.
- (2) ARREDA CASTELLA!... Vere-mos, dizia o cego, e *nunca vio* cousa alguma!
- (3) E os que morreram nos areáes da Villa da Praia, e a bordo dos diversos navios da esquadra? ! Ora... tal... emfim, etc....
- (4) Olá se conhecia. E que o diga a celebre e historica Abri-lada (em 1824).
- (5) O homem propõe, e Deos despõe!
- (6) Pondo de parte as suas *até certo ponto desculpaveis bravatas*, em abono da verdade não posso deixar de dizer que era bom homem, e um fiel e franco servidor *lá do seu rei*; sendo afinal victima da sua franqueza no que e com a melhor fé do mundo expendeu (em principios de Julho de 1833) em conselho *se devia ou não sahir do Tejo a esquadra miguelista para bater a da Rainha* (que cruzava á entrada da barra) — elle expendeu fortissimas e mui judiciosas razões p^a que **Não** — e o resultado foi ali mesmo (no conselho) mandaram-lhe que entregasse a espada, e remette-lo immediatamente preso p^a o castello de S. Jorge, onde morreu da cólera mui poucos dias depois da entrada da divisão do Duque da Terceira em Lisboa (24 de Julho de 1833).

Em quanto á sua bondade posso dizer: que desde 26 de Maio de 1829, até 25 de Agosto do mesmo anno, em que fui seu **hospede** a bordo da não, nunca me tra-

tou ou mandou tratar mal — salvo os táes **ferros aos pés** p^r varios dias, e por duas ou 3 diversas vezes (*); creio eu que por medida de segurança da minha **temivel e malhadíssima pessoa !!** E já lá vão 53 annos !!!
— Angra do Heroismo 5 d'Agosto de 1882. O. Bastos.

2.º N. B. — No dia 20 de Julho de 1882, morreu em Lisboa, *vice-almirante reformado*: Graça (com mais de 80 annos) que quando eu fui feito presioneiro *era 1.º ten^{te}* a bordo da Náo D. João 6º.

(*) A ultima foi a 11 d'Agosto (em que fui lançado no porão, onde estive 30 e tantas horas sem se lembrarem de me darem de comer!) até 25 do mesmo mez, em que fui passado p^a a charrua Oréstes, que seguiu logo p^a Lisboa; mas como *em quanto se descança acarreta-se pedra*, assim que cheguei ao escaller da charrua fui emmediatamente mimosiado com um férreo par de **pulseiras**. O com^{te} da charrua (Tavares) sendo então 1.º ten^{te} morreu em cap.^m de mar e guerra, ao serviço da **Rainha**! Se o pobre *Rosa Coelho* não tivesse morrido em 1833, é muito natural que quando depois lhe chegasse a vez *d'esticar a canella*, fosse já em *visconde, conde* ou talvez *marquez*!!

NOTAS

- (1) — Luz Soriano in «Revelações da minha vida e memórias de alguns homens e factos meus contemporâneos», Lx. 1860, pág. 426.
- (2) — Manifestamente a redacção aqui é defeituosa, pois todo este passo indica que o A. pretende dizer: «...e algumas vezes de não publicar artigos...».
- (3) — Luz Soriano. *Op. cit.* pag. 439 - 40.
- (4) — *Op. cit.* pág. 428.
- (5) — A. loc. cit.
- (6) — Vem a propósito transcrever alguns passos desta obra de crítica ao sistema constitucional. Eles demonstram a vigorosa independência do autor aliada ao seu real mérito, aliás galardoado por um dos governos da época com a publicação oficialmente subsidiada da edição monumental da «História da Guerra Civil». Ouçamo-lo, pois:

— *É nossa firme crença que o sistema liberal não deve consistir na sustentação de requintados sistemas filosóficos, ou exposição de doutrinas políticas impossíveis de realizar na prática (pág. 2).*

— *A desregrada ambição de muitos, apoiada nos clubs, e na confusão em que pôs o país o irreflectido desmancho das instituições da velha monarquia é uma das causas que mais poderosamente se opõe á realidade do sistema constitucional (pág. 26).*

— ... são as eleições a primeira origem da preversão do sistema liberal (pág. 42).

— *A segurança e a saúde pública, a administração e a fazenda, a justiça e a moralidade, a observância das leis, a disciplina do exercito, o bem das colónias e a prosperidade da marinha tudo são nada diante de uma questão eleitoral* (pág. 44).

— *A destruição deste sistema (eleitoral) é portanto uma das primeiras, e mais urgentes necessidades públicas* (pág. 47).

Na «Conclusão», Luz Soriano escreve com tom profético que os acontecimentos viriam a confirmar :

— *Temos portanto a crença de que só com um governo firme e enérgico se pode organizar a fazenda, isto é, com um governo que saiba o que quere, e que não perca por um só momento de vista o pontual desempenho dos seus deveres* (pág. 93).

E lamentava-se :

— *É para sentir que no meio de tantas revoluções, como entre nós se tem visto, não tenha aparecido um só desses homens fortes e energicos que abraçando uma política inteiramente sua, vigorosa e estável, dê de mão á das circunstâncias, e sobretudo a essas funestas pressões partidárias, que certas influências noturnas tanto tem exercido sobre os nossos estadistas em prejuizo do país* (pág. 94).

Cinquenta anos depois a tragédia do Terreiro do Paço punha cobro à primeira tentativa de um homem forte que pretendeu dar de mão ás funestas pressões partidárias.

Passados vinte anos, precisamente, sobre essa tentativa gozada surgiu outro homem forte, que soube e pode abraçar uma política inteiramente sua, vigorosa e estável e que igualmente deu de mão áquelas funestas pressões partidárias.

A conclusão final da análise de Soriano ao sistema liberal português é confrangedora :

— *Depois da enumeração, que temos feito dos males inerentes ao regimen constitucional, é hoje tido para nós como certo que a nação está longe de se poder reputar feliz com semelhante regimen, que a certos respeito nada mais tem sido do que um regimen de*

grandes patronatos, foco de imoralidades, e império de facções e anarquia (pág. 95).

- (7) — A franqueza e independência de Soriano, se lhe valeram homenagens como as que Sampaio Bruno e Brito Aranha lhe prestaram, em termos extremamente laudatórios (aquele no prefácio da edição ilustrada da «História do Cêreo do Porto»; este no tomo XIX do Dicionário Bibliográfico de Inocêncio, S. V.) e como a do próprio Estado liberal, ao subsidia-lo, com 600.000 reis anuais para a publicação da sua «História da Guerra Civil» — valeram-lhe também ásperas censuras daqueles liberais para quem todos os homens do Liberalismo foram inatacáveis, como inatacável teria sido o Liberalismo em si e os seus reflexos no País.

Foi assim que Pinheiro Chagas, na sua «História de Portugal» (vol. VIII, pág. 490, nota) não poupa o já então velho antigo redactor da «Chronica da Terceira», chamando-lhe *velho bilioso*. E antes (pág. 360) escrevera: *É realmente lamentável que o Sr. Soriano se esqueça das condições em que escreveu a sua obra* (a «História da Guerra Civil»). *Subsidiar o Governo com uma quantia qualquer mensal uma obra que tem este caracter indecorosamente panfletario e em que os homens mais eminentes da nossa epopeia liberal são atrozmente injuriados e insultados á custa do Tesouro, é caso, devemos dizê-lo, completamente novo.*

Deste passo parece deduzir-se a opinião de Pinheiro Chagas segundo a qual um Estado só deve subsidiar uma obra *histórica*, sob condição de nela se elogiarem, os homens que o ergueram independentemente do bem ou mal como tenham procedido — o que se afigura critério pouco defensável em História mas que infelizmente, tem sido seguido entre nós, independentemente também (honra seja aos autores) de qualquer subsídio.

- (8) — Em carta a Joaquim Martins de Carvalho, de 21-12-1881, escrevia Soriano :

— *Grangeei-lhe (ao país) Mossamedes, hoje em bella perspectiva com a colónia de boers, tendo conseguido tambem pelos meus esforços que a Inglaterra nos deixasse occupar o Ambriz (...). E todavia, a não ser o sr. marquez de Sá, de nenhum dos nossos governantes, passados e presentes, levo para a cova o mais pequeno signal de consideração, mas sim de pungente desfavor (...).*

E acrescenta causticamente :

— *A alguns d'elles, governantes, conheci eu na posição de bem tristes pingurias antes de se lançarem na carreira politica facciosa e partidaria, que os engrandeceu e opulentou por meritos que lhes não louvo.*

(Transcrita no tomo XIX do Dicionário Bibliográfico de Inocêncio, pag. 218).

- (9) — Pelo seu testamento, de que no citado tomo do Dicionário Bibliográfico de Inocêncio se transcrevem as principais disposições, Soriano declara esse intuito :

— *Deixo á Casa pia de Lisboa, da qual emquanto menor fui alumno, e como compensação do beneficio que durante annos d'ella recebi (...).*

Esse legado era no valor de 16 contos e com o seu rendimento se deviam sustentar três alunos pobres que pretendessem seguir cursos superiores, sendo a mensalidade de cada um de 15.000 reis.

À Misericórdia de Coimbra deixou, com igual fim, 12 contos.

À Câmara de Lisboa legou uma casa para nela se instalar uma escola pública gratuita e 8 contos para a sua manutenção.

O seu civismo ficava bem comprovado nestoutros legados: 3.800\$000 e 4.000\$000 para a erecção dos túmulos de Vasco da Gama e Camões e 30 a 35 contos para «*se erigir um apropriado monumento a um tão grande homem (Alfonso de Albuquerque) consumado político e notavel general*», monumento que foi erguido e se encontra em Belém.

Sabida a desvalorização sofrida pela moeda portugueza desde o recuado ano da instituição de todos estes legados, fácil é calcular o elevado valor a que corresponderiam hoje e a alta benemerência que representavam.

- (10) — Muitos anos depois, no «Prefácio ás Notas do Duque de Palmela», insertas no fim do 1.º vol. da «História do Cêrco do Porto» (edição ilustrada, Porto 1883), Luz Soriano escrevia :

— *O empenho que eu sempre tive em nada apresentar, no meu escrito, que não fosse ditado pela mais severa verdade... — Este passo, creio bem, é sufficiente para, se preciso fosse, confirmar a identidade do A. da «apresentação» da Chronica.*

- (11) — Em nota às Notas do Duque de Palmela, publicadas no vol. I da «História do Cêrco do Porto», Soriano, referindo-se à 1.ª edição

desta obra, escreve : *O duque não a achou inteiramente redigida a seu gosto ou no estilo laudatório a que aspirava no que lhe diz respeito... .*

- (¹²) — *A este povo leal (ao novo regime liberal) refere-se Luz Soriano, nestes termos («Revelações da minha vida...» pag. 426) : A opinião geral dos moradores da Terceira era decididamente adversa á causa liberal, e favorável á de D. Miguel ; mas dominados pela força, vencidos e derrotados no Pico do Celleiro, os liberais ficaram preponderando na ilha, mais por acasos da fortuna do que pelo numero e dedicação sincera dos habitantes.*

Un Açoréen Français : Le Général de Pamplona

par Roger KANN

Quand on a, comme nous, séjourné plus d'une fois aux Açores, on ne peut manquer d'être frappé par l'amitié que manifestent à la France un grand nombre de leurs habitants qui connaissent également bien la langue et la culture françaises. Le hasard de nos lectures nous a fait découvrir que ce sentiment, loin d'être récent, ne fut peut-être jamais mieux incarné qu'au début du siècle dernier dans la personne d'un valeureux fils de Terceira qui cumula les deux nationalités portugaise et française : le général de Pamplona, comte de Suberra.

Général portugais aussi bien que français, il avait fait ses premières armes au service de Catherine II de Russie, contre les Turcs. Revenu au Portugal, il prit part en 1794, dans le *Corps auxiliaire* portugais, aux opérations que menait l'armée espagnole de Catalogne contre la France révolutionnaire. En 1808, il fut inclus comme brigadier général dans la Légion que Napoléon tira de l'armée portugaise dissoute. Nommé général de brigade dans

la Grande Armée, il participa entre autres à la campagne de Russie où la croix de chevalier de la Légion d'Honneur vint récompenser sa conduite. En 1815, pendant les Cent-Jours, il offrit son épée à Louis XVIII et suivit ce monarque à Gand, en Belgique. Au retour des Bourbons en France, il fut employé successivement comme commandant militaire des départements de Loir-et-Cher et de la Côte d'Or. Créé baron et chevalier de l'ordre militaire de Saint-Louis par Louis XVIII, il acquit la nationalité française en 1818, ce qui ne l'empêcha nullement à la faveur d'un revirement politique dans son pays natal d'accéder aux fonctions de ministre de la guerre de D. João VI. Nous avons pensé que l'auteur d'une si singulière carrière méritait d'être tiré de l'oubli où il est injustement tombé, ne serait-ce que comme symbole de l'amitié franco-portugaise.

*

* *

Pamplona naquit le 8 mai 1762, à Angra, de Terceira, comme en font foi les registres paroissiaux de cette cité :

«Manoel filho legitimo de Andre Diogo MIZ Pamplona, e de sua m.^{er} D. Jozefa Jacinta de Merenis, freguezes desta S.^{ta} Sé do Salvador nasceo aos outo dias do mes de Maio de mil sete centos e cessenta e dous, e foi baptizado nesta mesma Sé pelo R.^{do} Deão della D.^{or} Manoel dos S.^{tos} Rolim aos vinte e tres dias do d.^o mes de Maio do mesmo anno... » (1).

Il existait un doute sur la date exacte de sa naissance jusqu'au moment où nous avons pu avoir connaissance de celle indiquée par les registres paroissiaux. Pamplona avait toujours été anxieux de se rajeunir devant l'administration française afin d'accéder à un grade supérieur ou de retarder le moment de sa retraite. Tantôt il prétendait être né en 1766, tantôt en 1769. Quant à l'Enciclopedia Luso-Brasileira, elle le fait naître en 1760 dans l'article qu'elle lui consacre.

Entré au service comme cadet au régiment de Castello Branco en 1784, nommé lieutenant en 1788, il se rendit en Russie, avec l'agrément de la cour de Lisbonne. Il y offrit ses services à

l'impératrice Catherine II, comme un autre de ses camarades de l'armée portugaise : Gomes Freire. Accueilli avec bienveillance par la souveraine qui admirait que l'on quittât le ciel clément du Portugal pour venir guerroyer à l'autre extrémité de l'Europe sous un des climats les plus rigoureux de la terre, Pamplona fut affecté le 7 août 1788 au régiment des Carabiniers de Kief, puis passa comme capitaine au régiment des Grenadiers à cheval de la Petite Russie où il devint major en premier. C'est dans cette unité qu'il fit en 1790 la campagne de Moldavie contre les Turcs. Commandant des troupes de débarquement sur une flotille russe, il sauta le premier à l'eau pour prendre d'assaut les vaisseaux ennemis ancrés devant l'île de Sammia, à l'embouchure du Danube. A Isakchi, il s'empara des pavillons des navires turcs ; à Ismaïl il gagna la croix de Saint-Vladimir en attaquant la ville à la tête d'une colonne d'infanterie (2). Il en éprouva pourtant moins de fierté, nous dit-il, que d'être le premier Portugais à combattre aux bouches du Danube depuis la légion lusitanienne de l'empereur Trajan.

Peu de temps après son retour en Portugal, il fit partie comme adjudant-général du *Corps auxiliaire* portugais, commandé par le marquis d'Alorna. Cette unité combattit, en 1794, aux côtés de l'armée espagnole de Catalogne contre la France révolutionnaire. Pamplona gravit par la suite régulièrement les échelons de la hiérarchie militaire. Il était brigadier général quand, à la fin de 1807, l'invasion et l'occupation du Portugal par les forces de Napoléon vinrent bouleverser sa carrière.

On sait que le cabinet de Lisbonne, non seulement ne fit rien pour s'opposer à l'agression française, mais encore déploya ses troupes de façon qu'elles ne pussent jamais se mesurer avec celles de l'envahisseur. A la veille de l'entrée des Français dans Lisbonne, la cour s'embarqua pour le Brésil laissant à une Junte le soin d'accueillir les Français comme des alliés et prescrivant qu'on se conformât aux désirs de leur chef, le général Junot. Ces singulières mesures avaient semé un tel désarroi dans les esprits que personne n'osa résister aux volontés de l'occupant. Redoutant un débarquement anglais sur les côtes du royaume, Napoléon ne cessait d'harcéler Junot pour qu'il licencie au plus tôt l'armée

portugaise qui comptait environ 30.000 hommes, et qu'il en tire un corps de dix mille fantassins et cavaliers qui serait dirigé sur la France. Cette opération présentait un double avantage : priver le Portugal de toute force susceptible d'appuyer les Anglais et fournir un contingent de troupes supplémentaire à la Grand Armée.

Junot s'attela immédiatement à la besogne. Il fit appel au marquis d'Alorna pour mener à bien la réduction de l'armée et la formation de nouvelles unités. Alorna était à l'époque lieutenant-général (général de division). Il se trouvait depuis longtemps en disgrâce pour avoir désapprouvé la politique anglophile du cabinet portugais. L'offre de Junot lui parut une occasion inespérée de sortir de son inaction en servant, croyait-il en toute bonne foi, sa patrie.

Avec les meilleurs éléments de l'ancienne armée, il forma un nouveau corps dont il prit le commandement. Il choisit pour adjoints ses camarades du *Corps auxiliaire* de Catalogne : le lieutenant-général Gomes Freire et le général de Pamplona dont il fit son chef d'état-major. Ce dernier fut promu au grade de général de brigade le 8 mars 1808. Le corps se mit en marche au début d'avril 1808, avant même que ses effectifs ne fussent au complet. Arrivé à Almeida, il reçut l'ordre de franchir la frontière espagnole et de gagner Salamanque.

Sur les instructions de l'Empereur, Junot avait cédé aux troupes leur véritable destination. Tout au plus avait-il laissé courir le bruit qu'elles se rendaient en France, à Bayonne où résidait Napoléon, pour ramener à Lisbonne un prince de la famille impériale destiné à monter sur le trône de Portugal, vacant depuis le départ de D. Maria I^{ère} et du prince régent. On a souvent reproché aux chefs et aux officiers qui ont fait partie de cette formation d'avoir montré trop de docilité envers les Français. A l'époque certains ont même proféré le mot de trahison. Sous l'empire des passions cette assertion pouvait à la rigueur se colorer d'une apparence de vérité. Avec le recul des années comme à la lumière des événements, une opinion aussi simpliste ne peut plus être admise, tout au moins pour qui a le respect de l'impartialité, de la justice et de la vérité historique.

Tout d'abord, au début du XIX^e siècle, la notion de nationa-

lité présentait un contenu infiniment plus vague qu'aujourd'hui. On peut même avancer qu'elle venait à peine de naître sous l'égide de la Révolution française et n'était guère répandue au delà des frontières de la France. D'autre part, les officiers de métier avaient alors coutume, sans que leur pays natal en prenne ombrage, d'offrir leur épée à des souverains étrangers. C'est ainsi que Gomes Freire et Pamplona avaient pris du service en Russie. Un Allemand, le comte de la Lippe, avait récemment encore commandé l'armée portugaise tandis que des officiers britanniques, tel le colonel Forbes, en assuraient l'instruction. Au moment de l'arrivée des Français à Lisbonne, la police y était dirigée — et fort bien ⁽³⁾ — par un de leurs compatriotes, le comte de Novion. Enfin, à la même époque, un régiment composé de Français émigrés, celui de Vioménil, faisait partie de l'armée portugaise, arborait la cocarde blanche du roi de France, tout en étant soldé par l'Angleterre.

Les gens éclairés, las de la tyrannie économique imposée au pays par l'Angleterre et contre laquelle Pombal, un demi-siècle auparavant, s'était élevé avec tant de vigueur, prêchaient une alliance avec la France, conscients de la nécessité de réformes dont le royaume avait le plus grand besoin s'il voulait survivre et résister également à l'Espagne toujours disposée à absorber son voisin.

Le regent avait prescrit d'accueillir les Français en alliés et de se soumettre aux mesures qu'ils édicteraient. Les militaires portugais n'avaient fait que suivre ces instructions. Assurément il était aisé de prôner la résistance quand on se trouvait à Rio de Janeiro, à des milliers de kilomètres d'une Europe où monarques et princes s'inclinaient devant la toute puissance de l'Empereur. Qui pouvait penser, enfin, au début de 1808, que Junot capitulerait six mois plus tard ?

Il est juste de reconnaître que des jeunes gens s'engagèrent dans la nouvelle formation, comme ce Theotónio Banha ⁽⁴⁾ qui, l'esprit enflammé par les exploits du nouvel Alexandre, rêvait d'arracher à ses soldats quelques rayons de gloire pour en parer les étendards portugais. D'autres, également subjugués par le prestige de Napoléon, lui demeurèrent fidèles jusqu'au bout, tel

le chef d'escadron Garcez qui, lorsque tout était perdu en 1814, chargeait encore l'ennemi dans les plaines de Champagne à la tête de ses cavaliers au cri de « Vive l'Empereur ! » (5).

*

* *

Dès le passage de la frontière et l'entrée en Espagne, la désertion se mit dans les rangs, malgré les mesures énergiques prises par le général de Pamplona qui commandait les troupes car, pour des raisons diverses, ni le marquis d'Alorna ni le général Gomes Freire n'avaient pu rejoindre à temps. Les choses empirèrent après le soulèvement espagnol du 2 mai, au point qu'en arrivant à Burgos le corps portugais avait perdu le tiers de son effectif, soit 3.000 hommes sur les 9.000 qu'il comptait au départ. A Burgos la troupe fit halte quelque temps pour se rétablir de la fatigue causée par les longues étapes accomplies dans les conditions les plus pénibles. L'état-major du corps fut accueilli et reçu avec beaucoup de chaleur par le maréchal Bessières, duc d'Istrie, commandant de la garde impériale. La solde fut payée rigoureusement à tous, officiers et soldats ; à parti de ce moment la désertion cessa. La marche reprit bientôt en direction de la France ; après avoir franchi les Pyrénées, les Portugais parvinrent à Bayonne le 30 mai 1808. Le 1^{er} juin le général de Pamplona présenta ses troupes à l'Empereur dont il reçut les félicitations. La troupe fut conviée par la garde impériale à un banquet dans le camp qui avait été spécialement édifié pour ce corps d'élite. Le soir les Portugais désirèrent montrer un échantillon de leurs talents en donnant devant les fenêtres de l'impératrice Joséphine une séance de danses et de chants populaires qui lui plurent tant qu'elle s'écria : « Comme j'aime ces gavottes portugaises » (6).

Les portugais avaient redouté un accueil hostile de la part de Napoléon ; ils craignaient même d'être désarmés en arrivant

à Bayonne. La réception de la garde impériale, les revues constantes des inspecteurs français les rassurèrent bientôt. L'Empereur se montra satisfait des qualités manoeuvrières des régiments et de l'apparence physique des hommes, beaucoup moins de leur habillement et de leur équipement : «Ce corps est tout nu ; il serait aussi beau qu'il est bon s'il était habillé», dit-il au maréchal Berthier, major général, en passant la revue d'un des régiments de cavalerie (?). Par contre le souverain se montra fort indisposé par l'absence du marquis d'Alorna. A ses yeux, tout absent avait tort. Il demanda à Pamplona s'il ne valait pas mieux que le marquis, dont la santé laissait à désirer, restât dans sa patrie dont le climat saurait sans doute le guérir. Le général assura son interlocuteur que la présence d'Alorna à la tête des troupes était une nécessité car il possédait toute leur confiance, que ce serait une faute de l'éloigner. Toutefois lorsque Alorna guéri parut à la fin de juin à Bayonne, Napoléon le reçut froidement (8).

Sur ces entrefaites les nouvelles d'Espagne étaient devenues franchement mauvaises. L'insurrection et l'insécurité s'étendaient de jour en jour. Les 4^{ème} et 5^{ème} régiments d'infanterie portugais qui séjournaient encore en Espagne furent arrêtés dans leur marche vers la France et rétrogradèrent sur Vitoria. Le 4 juin 1808, le général de Pamplona reçut du major général, le maréchal Berthier, l'ordre d'aller en prendre immédiatement le commandement car leur chef, le général Brito Mouzinho, ne parlant que sa langue, était incapable d'entretenir des rapports avec les Français.

Arrivé à Vitoria, Pamplona devint gouverneur de la place pendant quelques jours avec autorité sur les troupes françaises, italiennes et portugaises de la garnison. En outre, on le chargea de la direction d'un service de correspondance par estafettes entre Vitoria et la frontière française. Le 21 juin il quitta ces fonctions pour marcher sur Saragosse à la tête du 5^{ème} d'infanterie et du bataillon de chasseurs portugais avec lesquels il se joignit aux forces du général Verdier qui assiégeait la ville. Au cours des opérations, les pertes portugaises s'élevèrent à 300 hommes tués ou blessés. Au mois d'août 1808, le général de Pamplona revint en France. Nommé général de brigade au service de la France, il apprit que le corps portugais avait reçu le nom

de Légion portugaise. On lui confiait le commandement de la cavalerie qui stationnait à Gray, près de Dijon, en Franche-Comté.

A leur arrivée en France, les troupes portugaises avaient été établies dans le Languedoc au pied des Pyrénées, à Auch et à Tarbes. Elles y avaient été rééquipées et dotées d'un nouvel uniforme de couleur marron assez analogue à celui que portent encore aujourd'hui les élèves du Collège Militaire de Carnide. La Légion comptait bien passer l'hiver sous un ciel dont la douceur lui rappelait le pays natal. Hélas ! il fallut déchanter. Redoutant les désertions que la proximité de la frontière espagnole était susceptible de provoquer, Napoléon envoya la Légion à l'autre bout du pays, l'infanterie dans la région de Grenoble et la cavalerie à Gray. La bonhomie et l'attitude disciplinée du troupiier portugais, les manières affables des officiers eurent vite fait la conquête des habitants de la petite cité franc-comtoise qui au premier abord avaient montré quelque effroi à la vue de ces cavaliers au teint d'autant plus basané qu'ils venaient de parcourir sous un soleil de plomb le long trajet qui sépare le Portugal de la Franche-Comté.

On s'installa dans la quiétude de la vie de garnison. Pamplona y fut rejoint par sa fidèle épouse et sa fille âgée de trois ans. Il mit à profit ses heures de loisir pour traduire en portugais le règlement de manoeuvre français pour la cavalerie. Deux officiers français attachés à la Légion nous ont laissé un portrait flatteur du général. Le premier, le général Paris d'Illins, écrivait au ministre de la guerre : « Quant au général de brigade Pamplona, sa conduite sous tous les rapports et sa délicatesse en tous les points sont au dessus de tout éloge ; il connaît le militaire de toute l'Europe et il était de sa personne dans l'armée russe au siège et à l'assaut d'Ismaëlhoff. Je sais qu'il ne m'appartient pas de juger mon camarade en grade mais je me permets de lui rendre le tribut qui lui est dû » (9). Le major Cathelin s'exprimait de la façon suivante en renseignant le ministre de la guerre : « Le général de Pamplona qui commande ici m'a dit qu'il avait demandé d'aller à Paris ; je ne puis que me louer infiniment de lui ; vous verrez sous une grosse tournure un homme bien fin ; j'avoue que j'ai été forcé de renoncer à le pénétrer mais quant à

ses expressions, elles sont pleines de dévouement pour Sa Majesté⁽¹⁰⁾.

Vers la fin de 1808, on finit par apprendre en France la capitulation de Junot et la Convention de Cintra que le gouvernement impérial avait tenté de dissimuler au public par tous les moyens. Le coup fut rude pour les Portugais : si Junot et ses troupes étaient rapatriés en France, Wellington aussi bien que la Junte de Lisbonne avaient omis de réclamer en échange le retour de la Légion portugaise dans ses foyers. S'agissait-il d'un véritable oubli ? Avec le recul du temps on peut en douter. Le général anglais et la Junte n'éprouvaient probablement aucune envie de retrouver des brebis galeuses, partisans de l'alliance française ou de réformes fondées sur les idées de la Révolution. Quoi qu'il en soit, le ressentiment des militaires de la Légion à l'égard de leur gouvernement fut des plus vifs. Jusque là ils s'étaient considérés comme des otages ; ils n'avaient accepté de prendre la cocarde tricolore qu'avec tant de répugnance qu'on ne leur avait pas fait prêter serment à l'Empereur. Le sentiment d'être totalement abandonnés par leurs compatriotes poussa les uns au désespoir au point qu'ils en moururent—tout au moins Banha nous l'affirme—, les autres à se plier dorénavant aux ordres du maître de l'Europe.

Au début de 1809 les dépôts de Grenoble et de Gray se vidèrent de la plus grande partie de leurs effectifs, qui allèrent rejoindre la Grande Armée en Allemagne où se préparait une nouvelle campagne contre l'Autriche. Ni le marquis d'Alorna, ni Gomes Freire ou Pamplona y participèrent. Napoléon prit toujours soin de répartir en temps d'opérations les différentes unités de la Légion parmi ses corps d'armée, tout en confiant d'autres postes à leurs chefs légitimes. Ainsi le général de Pamplona qui paraissait tout désigné pour commander sa brigade de cavalerie au feu, demeura-t-il à Gray tandis que ses escadrons se distinguaient à Wagram. Las de son inaction, il se décida à écrire au ministre de la guerre, le général Clarke, duc de Feltre, une lettre—première d'une longue correspondance adressée au ministère pendant plus de dix années au cours desquelles le rappel de ses services, les doléances, les demandes d'emploi, d'avancement, de distinctions ou d'argent ne cessent jamais.

Cette fois-ci il réclamait qu'on mît fin à son inaction ou qu'on lui permette de venir à Paris. Ce dernier point lui fut accordé. Au cours de son séjour dans la capitale, il se présenta au ministre dont il deviendra un ami. Il fut chargé d'un travail destiné à éclairer l'Etat-Major sur les conditions dans lesquelles pourrait s'effectuer une offensive contre Wellington au Portugal. Au début de 1810, il fut rappelé à Paris. Clarke lui fit part de la décision de l'Empereur de l'attacher à l'état-major du maréchal Masséna, prince d'Essling, chargé d'entrer au Portugal et d'obliger Wellington à se rembarquer. Pamplona protesta avec véhémence; on allait le forcer à porter les armes contre sa patrie et ses propres concitoyens. Le ministre le reprit sévèrement: «*Général, vous êtes depuis près de deux ans en France: vous devez savoir que l'on ne résiste pas aux ordres de l'Empereur*» (11). Acrescentou em tom mais benigno: — As intenções do Imperador não são de empregar os Militares Portuguezes na sua qualidade de Militares contra Portugal. Vós ides com medianeiros e protectores acreditados de vossos compatriotas para os livrardes por vossa intervenção das oppressões da Guerra; e a prova de que não ides como Militares, he, que tambem para o mesmo destino se noméa hum Bispo, que he o de Coimbra» (12).

Pamplona s'inclina mais avec sa souplesse coutumière il chercha à tirer profit de la situation qui lui était imposée. Dans une lettre au ministre de la guerre, il réclama le remboursement de ses frais de séjour à Paris (il demeurait avec sa famille 8, rue du Helder, dans le quartier à la mode de l'époque), ainsi qu'une gratification pour subvenir à la mise sur pied de ses équipages en vue de la prochaine campagne. Le 26 janvier 1810, l'Empereur lui alloua un subside de dix mille francs (13), mais en même temps il reçut l'ordre de se rendre à Bayonne. Le 2 mai, on lui prescrit de gagner Valladolid et de se présenter à Masséna sur le point d'entrer en campagne. Il ne part pas sans avoir au préalable écrit, le 5 mai, une nouvelle fois au ministre de la guerre pour lui exposer ses états de service; il a même l'audace ou l'inconscience de rappeler ceux accomplis contre la France pendant les campagnes de Catalogne et du Roussillon en 1794. Il souligne les dangers auxquels va l'exposer sa participation à

RETRATO DO CONDE DE SUBSERRA

*Reprodução dum litografia do J. de Castilho, cópia de outra de
Jainny, feita segundo o desenho de Domingos António de Sequeira.*



l'expédition de Portugal et demande en compensation la croix de la Légion d'Honneur (de préférence le rang d'officier) et sa promotion au grade de général de division :

«Le Soussigné ose ajouter qu'il risque la confiscation de son majorat des Iles Açores dont il est l'onzième possesseur et qui lui rapporte de 18 à 20.000 cruzados (de 45.000 à 50.000 livres) (14).

«Le Soussigné d'après cet exposé se persuade qu'il mérite et qu'il est même de la grandeur de l'Empereur qu'il ne se présente dans ce moment devant ses compatriotes sans les marques ostensibles de ce qu'il s'est rendu digne des regards de Sa Majesté, et comme il est Officier-général depuis huit ans, le Maréchal de camp (15) le plus ancien au service de l'Empereur, ... il se croit dans le cas de demander le Grade de Général de Division et la Croix d'Officier de la Légion d'Honneur...».

Ces exigences outrecuidantes ne reçurent pas satisfaction, ce qui n'empêcha pas Pamplona de les renouveler le 5 juin suivant quand il se trouva à Salamanque, mais sans plus de succès. Entre temps il s'était mis en route accompagné comme d'habitude de son épouse et de deux aides de camp : le capitaine Cardoso et le major Nobre. Arrivé à Valladolid, il retrouva à l'état-major de Masséna bon nombre d'officiers de la Légion, y compris son chef, le marquis d'Alorna.

La campagne débuta par le siège de la petite ville espagnole de Ciudad-Rodrigo, à quelques kilomètres de la frontière portugaise ; elle capitula le 10 juillet 1810. De là, l'armée marcha sur Almeida, une des principales places fortes du Portugal. La garnison portugaise commandée par un officier britannique résista courageusement pendant plus d'un mois. Voyant que l'ennemi commençait à faiblir, Masséna prescrivit à Alorna et à Pamplona d'engager des pourparlers avec les assiégés. S'étant fait reconnaître de leurs compatriotes, ils les exhortèrent à se soustraire comme eux à la domination anglaise et à embrasser la même cause. Bientôt après la place se rendit et obtint les honneurs de la guerre. Sur les conseils d'Alorna et de Pamplona Masséna, après avoir fait désarmer les 3.000 hommes qui constituaient la garnison, leur fit prêter serment de ne plus servir contre les Français et les renvoya dans leurs foyers. Seul le régiment de

Bragance et un escadron de cavalerie acceptèrent la proposition des deux généraux de coopérer à chasser les Anglais de leur patrie. Mais peu de jours après, ils avaient tous déserté.

Après la prise d'Almeida et la bataille de Bussaco, l'armée française entra à Coïmbre, abandonnée par les Anglais aussi bien que par ses habitants. Afin de prévenir le sac de la ville déserte par les troupes que le manque de ravitaillement avait réduites à la famine comme au dénuement le plus complet, Pamplona supplia Masséna de prendre les mesures nécessaires ⁽¹⁶⁾ et surtout de préserver du pillage l'Université. Elle était la seule qui existât alors au Portugal avec sa bibliothèque, son musée et son observatoire « dont la destruction serait fatale au pays, sans aucune gloire pour la France ni aucune utilité pour la troupe ». Masséna se rendit à ces raisons et chargea Pamplona d'assurer la protection des monuments en lui confiant le commandement d'une brigade d'infanterie. Toujours soucieux de ne prendre aucune part aux opérations actives qui se déroulaient dans sa patrie, Pamplona se refusa. Irrité de ce refus, le maréchal lui dit : « C'est à prendre ou à laisser. Si vous refusez d'assumer la direction de l'opération, ne venez pas vous plaindre dans la suite des conséquences qui pourraient en résulter ». Le général s'inclina et l'Université fut préservée.

Pour prix de ce service, la Junte de Lisbonne confisqua les biens de Pamplona, ceux de sa femme et le condamna à mort par contumace. La situation des Portugais détachés à l'état-major du maréchal était sans nul doute délicate, mais les Français, semble-t-il, ne les forcèrent jamais à desservir leurs compatriotes. Dans son *Histoire des guerres de la Péninsule*, le général Foy qui y avait pris une part glorieuse, nous le confirme : « Ils (les Portugais) méritèrent en tous lieux l'estime de leurs compagnons d'armes ; l'Empereur se garda bien de les envoyer dans la Péninsule. Quelques officiers seulement reçurent cette destination sans l'avoir demandée et ceux-là travaillèrent de tout leur pouvoir à diminuer les maux que la guerre avait attirés sur le pays. Les chefs de l'armée française eurent la délicatesse de leur épargner les missions où ils eussent pu se trouver engagés les armes à la main contre leurs compatriotes ».

Comme il le faisait dans la plupart de ses déplacements, Pamplona ne manqua pas d'emmener sa femme, D. Isabel Roxas de Lemos. Si surprenant que cela puisse paraître, la chose était assez fréquente dans les armées de l'époque. La duchesse d'Abrantès, femme du général Junot, résidait à Salamanque tandis que son époux se trouvait à la tête d'un corps de l'armée de Masséna. Quant à ce dernier, il ne pouvait se séparer de sa maîtresse qu'il gardait à ses côtés, déguisée en hussard.

Nous ignorons si c'est sous un pareil habit que Mme de Pamplona accompagnait son époux. Ses détracteurs lui imputèrent à crime d'avoir suivi l'armée française «aonde andava tão satisfeita que os soldados Francezes a apellidavão Rainha Pamplona» (17). Il est certain que D. Isabel montra infiniment plus de courage en affrontant les périls et les fatigues d'une campagne que n'en déployèrent ses critiques en s'attaquant à une femme.

Lorsque l'armée de Portugal fut contrainte de battre en retraite, Pamplona obtint l'autorisation de ramener sa femme à Burgos. Il rejoignit ensuite l'armée qui luttait contre les Anglais aux abords de la frontière hispano-portugaise. La situation n'ayant guère changé au cours de l'année 1811, Pamplona demanda son rappel à Paris ; il l'obtint le 12 décembre pour quatre mois, avec traitement d'activité. Revenu dans la capitale après avoir cherché D. Isabel qui l'attendait à Bordeaux, il ne fut pas long à pressentir l'ouverture d'une nouvelle campagne. Le 4 mars 1812, il écrivait à Clarke pour demander un emploi non sans s'être fait recommander au préalable par le maréchal Berthier, major général de l'armée. Celui-ci assure le ministre de la guerre que le maréchal Marmont, sous les ordres de qui Pamplona vient de servir, n'a eu qu'à se louer de ses services. Le lendemain, 5 mars, Pamplona adressait une supplique à l'Empereur, dont le style obséquieux et servile ne manque pas de choquer. Elle débute par ces mots :

«Sire, Les fidelles (*sic*) serviteurs de Votre Majesté Impériale et Royale ont constamment éprouvé que Votre Génie, tout en s'occupant des plus vastes projets pour le bonheur du Monde en général, Daigne en même temps descendre jusqu'à eux pour leur assurer leur bonheur en particulier . . . ». Cet exorde pompeux

avait pour but de faire obtenir à son auteur le grade tant convoité de général de division. Une fois de plus cette satisfaction lui fut refusée. Par contre il reçut l'ordre de partir pour Mayence d'où, quelque temps après, il gagna le Corps d'Observation de l'Elbe, noyau de l'armée qui allait se concentrer pour envahir la Russie. Nous ignorons si cette fois-ci encore la générale fut du voyage. Il est plus probable qu'elle demeura dans sa maison de campagne de Pantin (18). Au printemps Pamplona reçut un commandement selon ses désirs, celui de la 3^{ème} brigade d'infanterie de la division Legrand du 2^{ème} corps d'armée, aux ordres du maréchal Oudinot, duc de Reggio. La brigade comprenait le 128^{ème} régiment de ligne français et le 3^{ème} d'infanterie portugais, commandé par le major de Castro. Pamplona voyait enfin ses vœux exaucés. Non seulement il ira au feu à la tête d'une unité de la Légion, mais encore il aura un régiment français sous ses ordres. Les Portugais de la Légion se montrèrent toujours étonnés de la facilité avec laquelle on leur accordait les mêmes prérogatives qu'aux Français et d'être partout, en garnison comme en campagne, placés sur le même pied que leurs camarades des armées impériales. Cette générosité touchait profondément le cœur des malheureux exilés et en fit des amis de la France pour le restant de leurs jours. Tout autre fut le comportement des Anglais de l'armée de Wellington qui témoignèrent à leurs alliés portugais une hauteur et une condescendance à peine déguisées.

A la veille de pénétrer en Russie, le 3^{ème} Portugais fut passé en revue à Insterbourg, en Prusse Orientale, par l'Empereur. Parcourant les rangs, il demanda aux officiers et aux soldats s'ils avaient des réclamations ou des plaintes à formuler. Aux premiers il s'adressa en français, aux seconds en italien croyant mieux se faire comprendre. Il fit droit à toutes les demandes et chercha à contenter la troupe, répétant souvent qu'il était certain que le régiment soutiendrait en toute occasion la gloire du nom portugais (19).

Le corps du maréchal Oudinot placé à la gauche de la Grande Armée pénétra en Russie sans grande résistance et s'avança jusqu'à la Dvina où il s'empara de la ville de Polotsk, mais ne put progresser plus avant. Le régiment portugais ou plutôt son chef,

le major de Castro, inspirait une vive méfiance au maréchal qui avait appris de source sûre qu'il était prêt à désertre. Aussi le régiment fut-il employé soit à escorter des convois à l'arrière, soit à garder le grand parc d'artillerie du corps d'armée, ce qui ne le mettait pas en contact direct avec les Russes. Le 128^{ème} régiment ayant été détaché de la brigade pour renforcer une autre division, le général de Pamplona fut nommé gouverneur militaire de Polotsk. Lorsqu'à la fin d'octobre 1812, les Français se replièrent, Pamplona à la tête de ses Portugais et du 4^{ème} Suisse ne se retira de la ville qu'après avoir fait évacuer les magasins, l'artillerie, les charrois et fait sauter les ponts malgré les attaques répétées de l'ennemi qui avait ouvert un feu d'enfer sur la place. Envoyé quelques semaines plus tard reconnaître la position de Borisow, il y fut blessé au genou. A la fin de novembre le 2^{ème} corps tenait les abords de la Bérésina que devait franchir la Grande Armée en retraite depuis Moscou. Par un singulier hasard toutes les unités de la Légion portugaise qui avaient fait la campagne se retrouvèrent sur les bords de la sinistre rivière: les 1^{er} et 2^{ème} régiments d'infanterie qui, sous les ordres des colonels Pego et Xavier, s'étaient couverts de gloire à la prise de Smolensk et à la bataille de la Moskowa, les escadrons du colonel de Loulé rattaché à la Jeune Garde (20), le général d'Alorna avec la garnison de Mohilev dont il avait été gouverneur, enfin le général Gomes Freire qui avait rempli les mêmes fonctions à Disna en Lithuanie. Le 3^{ème} régiment qui avait été peu engagé jusqu'alors et avait vécu dans une région relativement bien ravitaillée faisait encore bonne figure avec ses 750 hommes présents sous les drapeaux. Après le passage de la rivière, il allait subir le même sort que le restant de l'armée décimée par la faim, le froid et les privations de toutes sortes. Au bout de quelques jours il fut réduit à une poignée d'hommes; son chef, le major de Castro, ayant mis ses projets à exécution, s'était laissé enlever par une sotnia de cosaques.

Au terme de cette cruelle retraite, les rares survivants de la Légion, dont Pamplona, se réunirent à Koenigsberg, en Prusse Orientale. C'est là qu'expira leur chef, le marquis d'Alorna, épuisé par les épreuves de la campagne. Son aide de camp, le marquis

de Tancos, lui survécut de peu et mourut à Magdebourg. Quant au général de Pamplona, ses services furent récompensés par la croix de chevalier de la Légion d'Honneur. Comme la plupart de ses camarades, sa santé avait été fortement ébranlée mais, contrairement au général Gomes Freire par exemple, il ne chercha plus à l'aube de l'année 1813 qu'à réparer ses forces, ses finances et à assurer sa tranquillité. Le 26 janvier 1813, il écrit de Berlin à un de ses amis, le général Paris d'Illins, inspecteur de la Légion : «J'invoque, Monsieur l'Inspecteur, votre amitié pour moi pour vous prier de me faire expédier à Mayence l'autorisation que je demande à S. Exc. le Ministre de la guerre pour me rendre à Paris afin d'y soigner ma santé ; je me trouve dans un état déplorable, ma poitrine est abîmée, mes pieds sont gelés et j'ai perdu absolument tout ce que j'avais ; il ne me reste que la chemise que j'avais sur le dos que j'ai gardée plus de vingt jours. Bien de mes camarades ont été plus malheureux, le marquis d'Alorna [et son neveu et aide de camp le marquis de Tancos sont morts en Prusse peu de jours après qu'ils s'y sont rendus. Vous sentez aisément que dans l'état actuel de mes finances, il me soit impossible de me rééquiper pour faire une autre campagne quand même ma santé serait bonne ; c'est pour toutes ces raisons que je vous prie de m'appuyer pour obtenir l'autorisation que je demande ; j'adresse aujourd'hui au Bureau des Etats-Majors une supplique. Vous obligerez sincèrement quelqu'un qui vous est sincèrement attaché et qui a l'honneur de vous saluer avec la considération la plus distinguée».

Pamplona devait recevoir satisfaction. L'Empereur lui accorda le 17 mars 1813 un congé avec appointements jusqu'au 1^{er} mai. Mais après cette date qu'allait-il devenir ? Le fin renard qu'il était prévoyait la continuation de la guerre. Il ne s'agissait pas d'y prendre part mais de trouver une situation à l'intérieur. Il repartit à l'attaque... de ses amis. Au mois d'avril il s'adressa au général Fririon, ancien chef d'état-major de Masséna, qu'il avait bien connu lors de l'expédition de Portugal. Il le supplia d'intervenir pour qu'on lui accordât le commandement militaire d'un département en France car sa santé n'était toujours pas rétablie et ses finances encore moins. Fririon s'empessa de faire

part au ministère de la guerre des désirs de son ancien camarade : «Le brave général Pamplona, écrit-il le 29 avril, est un homme plein d'honneur et de bravoure, il s'est conduit à l'armée de Portugal en militaire zélé et bien dévoué aux intérêts de Sa Majesté, il est du petit nombre des Portugais qui a survécu aux dernières campagnes. J'ose assurer qu'il cherchera toujours à mériter la bienveillance que S. E. le ministre voudra bien lui accorder».

Le 26 mai, dans un rapport à l'Empereur, Pamplona est proposé pour commander le département du Loiret, à Orléans. De toute évidence le ministre ne nourrissait aucune prévention en matière de nationalité. A pareille époque aurait-on vu les Anglais offrir à un Portugais le commandement d'un de leurs comtés, le Kent par exemple ? L'Empereur, par contre, trouva son ministre trop libéral et en marge du rapport qui lui fut transmis à Dresde le 28 juin 1813, on lit écrit au crayon et signé de la griffe impériale : «Refusé ! On ne peut faire commander un département français par un Portugais». Deux ans plus tard Louis XVIII allait se montrer moins difficile que Napoléon en pareille matière. Pamplona demeura donc sans emploi pendant la dernière année de l'Empire. Il semble qu'il en ait gardé rancune au souverain car, à l'avenir, il va montrer qu'il se rallie à une toute autre cause.

Le 6 avril 1814, trois jours après la proclamation de la déchéance de Napoléon, Pamplona adresse au Gouvernement provisoire une supplique. Il y expose sa situation, celle de sa femme et de quelques officiers dont ses aides de camp, frappés comme lui de condamnations à mort et de confiscation de leurs biens par la Junte de Lisbonne. Si le gouvernement français cesse de payer leur traitement, ils seront réduits à la misère. En même temps il s'adresse au maréchal Marmont, son ancien chef d'Espagne, qui a le vent en poupe depuis qu'il a trahi Napoléon ; il lui demande d'intercéder en sa faveur auprès du ministre des affaires étrangères britannique, Castlereagh qui, en intervenant opportunément à Lisbonne, pourrait faire annuler les mesures prises à l'encontre des officiers de la Légion portugaise et leur permettre de retourner dans leur patrie. Dans la confusion qui succède à l'écroulement de l'Empire, personne ne se soucie de ces réclama-

tions. Louis XVIII remonte sur le trône. Il choisit comme ministre de la guerre, le général Dupont, le vaincu de Baylen, qui se rend rapidement impopulaire par l'attitude qu'il prend à l'encontre de l'armée. Il prescrit de renvoyer dans leur pays toutes les troupes étrangères qui ont servi l'Empereur. Cette mesure englobe les Portugais qui doivent, conformément à ses ordres, rejoindre Bayonne et se mettre à la disposition du général Beresford qui y commande l'armée anglo-portugaise. C'est envoyer la Légion portugaise à la mort ou, du moins, tous ceux qui avaient été condamnés par la Junte. Quelques généraux de l'ex-armée impériale s'élèvent avec véhémence contre la décision qui atteint leurs camarades portugais. Parmi eux se distingue plus particulièrement le général Lepic, l'ancien commandant des grenadiers à cheval de la Garde impériale; il n'hésite pas à écrire au ministre pour lui exposer le cas de ces malheureux promis à une mort certaine. La mesure est rapportée; ceux qui le désirent pourront rester en France où la demi-solde leur sera accordée.

Mais bientôt on apprend que «l'Usurpateur» a débarqué en France le 1^{er} mars 1815. Le 12, Pamplona, le colonel de Loulé et quelques autres officiers portugais adressent la lettre suivante au ministre de la guerre: «Nous avons l'honneur de faire part à V. E. que nous trouvant domiciliés à Paris et ayant connoissance des Proclamations du Roi qui appelle les officiers de ses armées à la défense du Trône, nous croyons de notre devoir d'offrir nos bras et notre sang à Sa Majesté, étant prêts à le verser pour la défense de son Auguste Personne et de la famille Roiale. Nous saisissons avec empressement le premier moment où nous avons connoissance de la nomination de Votre Excellence au Ministère de la Guerre ⁽²¹⁾ pour le supplier de vouloir bien exaucer nos vœux respectueux qui nous sont dictés par notre respect pour la Personne Sacrée du Roi et par la reconnoissance de ses bienfaits envers nous, étant convaincus que cette demande sera en même temps très agréable à Son Altesse Roiale le Prince Régent de Portugal».

Quelques jours plus tard, le 17 mars, tandis que l'Aigle parti des côtes de la Méditerranée vole de clocher en clocher vers Paris, Pamplona réitère ses offres de service aux Bourbons en s'adressant cette fois directement au duc de Berry, neveu du souverain.

Mais les évènements marchent au pas de charge : l'Empereur entre à Paris le 20 mars. Pour Pamplona il n'est plus question de servir « le Génie qui s'occupe des plus vastes projets pour le bonheur du Monde ». Avec un flair remarquable, il estime le retour de Napoléon condamné à brève échéance. Le regard désormais tourné vers Lisbonne, il va s'efforcer par son attitude politique de conquérir les bonnes grâces de la Junte. Il n'attend pas un mois pour offrir sa démission de général au ministre de la guerre, maintenant le maréchal Davout, sous le prétexte qu'il désire quitter la France « afin de vaquer à des affaires très importantes pour lui et sa fille ». Notons que celle-ci est alors âgée de dix ans ! Sa proposition est acceptée. Les bureaux du ministère établissent un rapport favorable dans lequel il est noté que « le général paraît âgé et peu propre au service actif ; il s'exprime difficilement en français ». On ne laisse pas que d'être surpris par cette dernière appréciation quand on songe avec quelle abondance Pamplona n'a cessé de bombarder le ministère de ses épîtres depuis qu'il est en France et qu'il a traduit en portugais le règlement de manoeuvre français. Pour ce qui est de l'âge, le jugement étonne moins. On était général à trente ans dans l'armée française à l'époque. Pamplona devait faire figure de vieillard avec ses cinquante ans bien sonnés. Le 12 mai le maréchal Davout lui notifie que sa démission est agréée ; il n'oublie pas de le remercier des services qu'il a rendus à la France et à la personne de l'Empereur. Le général ne perd pas une seconde. En compagnie de son épouse et de sa fille, il traverse la Manche, parvient à Londres d'où il espère pouvoir regagner sa patrie. Mais les temps ne sont pas encore mûrs. La Junte n'a pas rapporté les condamnations qui le frappent. Se souvenant alors qu'il a proposé son épée aux Bourbons, il rallie Gand en Belgique, où séjourne la famille royale dans l'attente des évènements. Il se joint à la petite troupe de fidèles qui entourent les Princes auxquels il fait une cour assidue. Dans leur entourage, il retrouve une vieille connaissance : Clarke, l'ancien ministre de la guerre de Napoléon et de Louis XVIII. Le désastre de Waterloo comble tout ce petit monde d'aise. A peine le canon s'est-il tu que ces professionnels de l'exil reprennent la route de Paris. Sur le chemin du retour, durant une halte dans

la petite cité de Saint-Quentin, Clarke a un sérieux entretien avec Pamplona ; il lui assure que, touchés de sa fidélité, les Bourbons ne manqueront pas de l'employer à la première occasion.

Il faut battre le fer quand il est chaud, assure le proverbe ; c'est également l'avis du général qui dès sa rentrée dans la capitale s'empresse d'écrire au ministre de la guerre pour lui rappeler ses services. Le poste a encore changé de titulaire, c'est le maréchal de Gouvion Saint-Cyr qui en assume les fonctions ; il a commandé le 2^{ème} corps un moment pendant la campagne de Russie. Pamplona ne se fait pas faute de le lui rappeler et d'ajouter en bon courtisan qu'il exécutera les ordres du maréchal avec autant de zèle qu'à Polotsk. Bien souvent les chefs proposent mais les subordonnés disposent. Or le personnel du ministère de la guerre, demeuré fidèle à l'Empereur, considère d'un mauvais oeil ce transfuge de la cause impériale, de surcroît étranger. On ne cessera donc de lui mettre des bâtons dans les roues. Le 17 juillet 1815, dans un rapport au ministre, les bureaux soulignent une fois de plus l'âge avancé du général de Pamplona et sa difficulté à s'exprimer en français. Ils doivent finalement s'incliner devant la volonté royale. Le 8 août, Pamplona est nommé commandant militaire du département de Loir-et-Cher. Tout en remerciant le ministre de sa nomination, il ne manque pas de lui réclamer des indemnités pour réparer les dommages qu'a subis sa maison de Pantin par suite de son occupation par l'armée prussienne. Il n'achève pas non plus sans reprendre son antienne favorite : sa demande de promotion au grade de lieutenant-général (général de division).

A la fin du mois d'âout il gagne Blois, siège de son commandement. Ses fonctions revêtent une singulière importance : il est de ceux qui sont chargés de liquider l'armée de la Loire. C'est le nouveau nom que porte ce qui reste des héroïques combattants de Waterloo. Dans la voiture qui l'emporte au galop vers Blois à travers les plaines maussades de la Beauce, on imagine volontiers le général de Pamplona livré à ses réflexions. Quel chemin parcouru, quelles traverses affrontées depuis le jour où, tout jeune encore, il quittait son île natale perdue au milieu de l'Océan pour gagner les rives du Tage. Puis, après avoir traversé le monde civilisé pour recevoir le baptême du feu aux confins de l'Europe

et de l'Asie, dans ces steppes qui se déroulent sans fin au bord de la mer Noire, il se retrouve sur les cimes des Pyrénées combattant une armée affamée, en loques, chaussée de sabots mais à qui l'enthousiasme révolutionnaire tient lieu de règlement de manoeuvre. Dix ans plus tard ces mêmes soldats envahissent sa patrie, licencient l'armée à laquelle il appartient et l'entraînent quasi-prisonnier hors de son pays. Contraint de servir le maître de l'Europe, que ce soit dans les plaines brûlées du Léon et de l'Estremadure ou dans celles enneigées et glacées de la Russie, il voit finalement la guerre s'arrêter au milieu de l'écroulement des régimes politiques ; il demeure sans emploi, côtoyant la misère. Heureusement il sait tirer son épingle du jeu. Renié par Sa Majesté Très Fidèle, adopté par Sa Majesté Très Chrétienne ⁽²²⁾, le voici chargé de licencier ces troupes qui, pendant si longtemps, ont fait la loi à l'Europe et, il y a huit ans, liquidé l'armée de sa patrie. Etranges caprices du Destin !

Nous savons par les témoignages de ses supérieurs que le commandant du département de Loir-et-Cher s'acquitta de sa délicate mission avec tact et fermeté. Non seulement il sut empêcher les heurts susceptibles de se produire entre les troupes alliées qui occupaient le pays et l'armée de la Loire, mais il apaisa sans rigueurs inutiles l'irritation que manifestaient souvent les ex-soldats de l'Empereur, par exemple lors de l'affaire de Selles-sur-Cher. Dans cette petite bourgade située au sud de la Loire, cantonnait le 1^{er} régiment de chasseurs à cheval de l'ex-garde impériale, régiment fameux entre tous dont Napoléon portait l'uniforme vert et auquel appartenait l'escadron des Mamelucks. La troupe n'avait pas reçu de solde depuis deux mois. Elle parcourait le village en poussant des cris hostiles au gouvernement, jetant au fumier la cocarde blanche, pillant les magasins dont les propriétaires affichaient des sentiments royalistes. Sans prendre aucune sanction, Pamplona fit rassembler le régiment et demander aux cavaliers de rester disciplinés moyennant quoi on paierait ce qui leur était dû. Ils obéirent, mais quand leur chef demanda qu'ils crient « Vive le Roi », ces vieux grognards ne purent s'y résoudre. Ils répondirent : « Vive l'Empereur ! C'est lui que nous aimons toujours ».

A la fin de l'année 1815, les bureaux reprirent leur sourde lutte contre Pamplona. Règlements à l'appui, ils établirent que, vu son âge, il n'avait d'autre droit que celui d'être mis à la retraite. L'alerte fut chaude. Le général battit le rappel de ses amis en crédit. Heureusement le roi et les Princes n'avaient pas encore oublié celui qui s'était rallié à eux durant les Cent-Jours. Il fut nommé en Bourgogne commandant militaire du département de la Côte d'Or, à Dijon, de préférence à un émigré et à un chef d'état-major de la garde nationale de Paris. Le 17 février 1816 il reçut sa lettre de service et, le 1^{er} mars, prit son commandement sous les ordres du lieutenant-général de Damas. Profitant de ce que le vent de la faveur soufflait en poupe, il sollicita une fois de plus son élévation au grade de lieutenant-général, mais sans plus de succès qu'auparavant. Toutefois, pour consoler ce fidèle serviteur, le souverain lui conféra la croix de l'ordre militaire de Saint-Louis et le créa baron. Durant l'année 1816, Pamplona déploya un grand zèle au service de Louis XVIII. Il s'occupa activement des gardes nationales du département, en élimina les éléments «jacobins» et les réunit pour faire face aux troubles qui éclataient ça et là dans les départements de l'est de la France demeurés fidèles à l'Empereur et plus encore aux principes de la Révolution. Il ne semble pas qu'il ait pris une part quelconque à la «Terreur Blanche» qui sévissait alors dans le pays et se signalait par une répression impitoyable à l'égard de tout ce qui n'était pas royaliste. Le préfet de la Côte d'Or aussi bien que le général de Damas notent «ses manières conciliantes et sa fermeté qui lui ont acquis l'estime générale». Malheureusement le poste de commandant militaire de la Côte d'Or est supprimé par raison d'économie. Voilà l'infortuné à pied. Il rappelle en vain et comme d'habitude ses services passés et ceux qu'il vient de rendre dans son commandement «où il n'a cessé de se dévouer à la cause du roi en donnant de l'appui aux amis de la Monarchie légitime et en comprimant les esprits inquiets et les malveillans. Les regrets que les autorités et les hommes honnêtes lui témoignent à l'occasion de son prochain départ en font foi».

Le gouvernement reste sourd à sa demande d'avancement comme à l'attribution de nouvelles fonctions. Il est rappelé à Paris

le 18 mai 1817 et admis à faire valoir ses droits à la retraite qui se monte à une pension de 4.000 francs (23) par an.

*

*

*

Retiré dans sa maison de Pantin, aux environs de Paris, il désespère de pouvoir jamais retourner dans sa patrie. Le gouvernement de D. João VI reste hostile aux Portugais qui ont accompagné l'armée de Masséna en Portugal; les condamnations qui les frappent demeurent toujours en vigueur. Découragé, il sollicite et obtient la naturalisation française le 23 avril 1818. C'est ainsi qu'à notre connaissance, il est le seul Açoréen à être devenu Français, et il ne semble pas avoir renoncé à sa nouvelle nationalité quand, plus tard, il regagne son pays natal. Pour l'instant il consacre ses loisirs à l'occupation habituelle des généraux en retraite: la correction de l'Histoire. Ainsi publie-t-il en 1818, un *Aperçu nouveau sur la guerre de la Péninsule* pour démentir les assertions mensongères de quelques écrits espagnols. Le premier il fait état d'une armée «anglo-portugaise» alors que, jusque là, les écrivains n'avaient jamais mentionné que l'armée anglaise ou espagnole dans leurs récits des campagnes péninsulaires. Wellington avait cependant mis sur pied une armée portugaise dont les grandes unités, commandées par des chefs britanniques, s'étaient distinguées au cours de la lutte contre les Français. Marbot, ancien aide de camp de Masséna, le confirme dans ses *Mémoires* (24): «Quant aux Portugais, on ne leur a pas rendu justice pour la part qu'ils ont prise aux guerres de la Péninsule. Moins cruels, beaucoup plus disciplinés que les Espagnols et d'un courage plus calme, ils formaient dans l'armée de Wellington plusieurs brigades et divisions qui, dirigées par des officiers anglais, ne le cédaient en rien aux troupes britanniques, mais moins vantards que les Espagnols, ils ont peu parlé d'eux et de leurs exploits, et la renommée les a moins célébrés».

En 1820, un revirement s'opéra dans la politique portugaise, suivi de l'adoption de mesures libérales qui permirent aux exilés de revenir dans leur patrie et de s'y disculper des accusations portées contre eux. Non seulement le général de Pamplona y parvint aisément grâce au mémoire justificatif qu'il fit éditer, mais il devint député aux Cortès et ministre. C'est à ce titre qu'il écrivit au ministre de la guerre français une lettre si pleine de dignité que nous n'hésitons pas à la citer tout entière.

«Lisbonne 18 Novembre 1821.

à Son Excellence le comte de La Tour Maubourg,
Pair de France, Ministre de la Guerre.

Monseigneur,

J'ai l'honneur de faire part à Votre Excellence, qu'ayant fait partie des armées Françaises en qualité de Maréchal de Camp depuis 1808, par suite des circonstances politiques de l'occupation du Portugal, qui sont à la parfaite connaissance de V. Ex., j'ai eu l'honneur d'avoir été employé activement aux différentes armées Françaises en Espagne et en Russie et depuis la Restauration (ayant suivi le Roi à Gand) aux commandemens par le Roi des Départemens de Loir et Cher et de la Côte d'Or. Je me flatte que V. Ex. trouvera dans les Bureaux le dossier qui me concerne où Elle pourra se convaincre de la manière honorable dont je me suis acquitté de mes devoirs, puisque j'ai en mon pouvoir les lettres que vos prédécesseurs m'ont envoyées à plusieurs reprises pour me marquer l'approbation du Roi et la leur.

En 1818 j'ai obtenu ma retraite après avoir été successivement décoré de la Croix de la Légion d'Honneur, de celle de St. Louis et d'avoir été nommé baron par Sa Majesté Très Chrétienne.

V. Excellence n'ignore pas non plus que par suite de notre service en France, quelques-uns de mes compatriotes ainsi que moi, nous fûmes condamnés en Portugal et par contumace à la peine de mort et à la confiscation de nos biens. Toutes nos Tentatives pour obtenir la permission de purger notre contumace, après

la paix de 1814, furent infructueuses jusqu'en 1820, que j'ai reçu l'avis en France, où je continuais à vivre, que nous pouvions alors être admis par devant les tribunaux de notre patrie pour prouver notre innocence. Comme je n'avais rien de plus à coeur que de réhabiliter mon honneur, je n'ai pas hésité de demander au gouvernement François, des Passeports, que j'ai obtenus, pour venir de suite me présenter devant ces tribunaux, où j'ai eu le bonheur de montrer dans un tel jour la justice de ma cause, que par arrêt de la Cour de Justice, j'ai été déclaré innocent et réintégré dans mes biens, rangs et honneurs. S. M. Très Fidèle confirma cet Arrêt et m'a fait l'honneur non seulement de m'admettre à Sa Cour, mais aussi celui de me nommer Ministre et Secrétaire d'Etat de la Guerre, emploi que j'ai exercé jusqu'à l'époque récente de mon élection de Député aux Cortès; et comme d'après la Constitution les Députés ne puissent pas être Ministres du Roi, et qu'il ne soit pas loisible à qui que ce soit de refuser les fonctions de Député, Sa Majesté a Daigné me permettre de résigner le Ministère, en me conservant toutefois les honneurs de Ministre d'Etat.

Telle est, Monseigneur, ma position: elle me fixa dans ma patrie, à laquelle je ne puis pas refuser mes services. Ma reconnaissance envers la France sera éternelle, quelle que soit ma position à l'avenir; je regrette seulement de ne pas pouvoir l'exprimer aussi vivement que je la sens. Je prie V. Ex. de vouloir bien en porter l'expression la plus respectueuse aux pieds de Sa Majesté Très Chrétienne et de la Famille Royale, puisque j'ai l'honneur d'être connu personnellement des Princes et de S. A. R. Madame, à laquelle j'ai voué la plus respectueuse admiration.

Je joins la traduction d'un paragraphe du Mémoire Justificatif que j'ai fait imprimer le 2 avril de cette année, où j'ai tâché de faire connaître à mes compatriotes toute l'étendue de ma reconnaissance envers la France.

Permettez, Monseigneur, que je vous fasse ici la demande de ma démission d'après les dispositions de la Loi qui me donne le droit de l'obtenir, comme lieutenant-général, puisque j'avais servi plus de 14 ans comme brigadier des armées et Maréchal de Camp jusqu'au moment où j'ai obtenu ma retraite, comme V. Ex. pourra

s'en convaincre par mes Etats de service, qui sont dans vos Bureaux ; grâce dont je me crois également digne par les souvenirs que je me flatte d'avoir laissés à l'armée à Paris et dans les Provinces où j'ai eu l'honneur de commander par le Roi.

Agréez, Monseigneur, la haute considération avec laquelle je suis avec respect

de Votre Excellence

le très humble et très obéissant serviteur

Em. de Pamplona

Maréchal de Camp en retrait en France,
Ministre d'Etat et Député aux Cortès en Portugal.»

Six mois plus tard, le 3 mai 1822, le ministre lui répondait :

«Général, j'ai mis sous les yeux du Roi la lettre par laquelle vous témoignez l'intention de vous fixer au Portugal et demandez votre démission de Lieutenant-Gal.

Comme par le fait de votre admission à la retraite, vous vous trouvez dégagé de tout service militaire en France, S. M. a jugé qu'il n'y avait pas lieu d'accepter votre démission mais Elle a bien voulu vous accorder par ordonnance du 24 de ce mois le grade honorifique de Lieutenant-Général conformément à l'art. 15 de l'ordonnance du 18 septembre 1815.

Il m'est agréable d'avoir à vous transmettre cette marque de la satisfaction de S. M. pour vos bons services.

Vous trouverez ci-joint votre brevet.»

Telle fut l'ultime marque de satisfaction que Sa Majesté Très Chrétienne accorda à son fidèle serviteur.

On ne sait s'il la trouva dérisoire.

Nous ne suivrons pas les péripéties de la carrière politique du général de Pamplona au Portugal. Une plume plus autorisée que la nôtre dira comment il tomba victime des persécutions de D. Miguel et expira misérablement dans une casemate d'Elvas, en

RETRATO DO CONDE DE SUBSERRA

Existente no Palácio do Marquês de Rio Maior, em Lisboa.



1832, après avoir été emprisonné pendant quatre ans ; sa captivité ne fut adoucie que par la présence à ses côtés de son épouse qui tint volontairement à partager la réclusion de son mari.

Ce qui ne peut manquer de toucher un Français, c'est l'indéfectible attachement que ce fils de Terceira manifesta à la France dont il avait eu cependant parfois à se plaindre. Jamais il n'a mieux montré sa reconnaissance que dans les quelques lignes par lesquelles il termine son *Memoria Justificativa* : (25)

«Mas como exprimir as obrigações innumeraveis em que nos achamos constituidos para com a generosa Nação Francesa na qual achamos protecção, estima, subsistencia e consideração no tempo da perseguição e da desgraça a que estamos reduzidos? Recebe, illustre França, Patria das Sciencias e das Artes, centro da civilização Europea, modelo da polidez e da urbanidade, asylo certo dos infelices em todas as epocas das sua brilhante historia, recebe os puros votos, que formão por tua gloria e por tua felicidade, os corações reconhecidos dos Portuguezes, que as combinações politicas levarão ao teu seio, e que somente podião achar lenitivo a suas desditas na delicada e generosa hospitalidade, com que por ti forão recebidos. Nossa gratidão he a recompensa que podemos tributar-te, assim como he a unica, que tu ambicionas : esta, sem faltar-mos a nosso primeiro dever para com a Patria em que nascemos, será tão duravel, como a nossa existencia.»

NOTES

- (¹) — Livro 21 de Baptismos da Sé, folhas 195-Cotas I-A-5, col. a) n.º 21 da B. P. D. A. H. ; renseignement que nous devons à la courtoisie de M. le Directeur de la Biblioteca Pública de Angra et aimablement transmis par M. Silva junior de Ponta Delgada.
- (²) — Afin de ne pas renvoyer constamment le lecteur à des références en bas de page, nous précisons une fois pour toutes que la majeure partie de nos sources d'informations provient du dossier Pamplona n.º 1003, qui se trouve aux Archives Historiques du Ministère de la Guerre français, à Vincennes. Nous avons également eu recours aux cartons XL 10, 11 et 12 relatifs à la Légion portugaise que possèdent les dites Archives.
- (³) — Cf. *Mémoires* du général de Mortemart, tome I ; *Mémoires* de la duchesse d'Abrantès, tome VIII.
- (⁴) — Banha, *Apontamentos para a historia da Legião Portuguesa ao serviço de Napoleão*. Lisboa, Ed. Ferin, 1843.
- (⁵) — Dr. Bento da França, *Estudo historico baseado nos escriptos de José Garcez Pinto Madureira*. Lisboa, Parceria Pereira.
- (⁶) — Banha, *op. cit.*

- (7) — Archives Historiques du Ministère de la Guerre, Vincennes.
Légion portugaise : XL 10.
- (8) — Banha, *op. cit.*
- (9) — Archives Historiques du Ministère de la Guerre, Vincennes.
N.º XL 10.
- (10) — *Ibid.*
- (11) — En français dans le texte.
- (12) — *Memoria Justificativa de Manoel Ignacio Martins Pamplona*. Lisboa, Imp. Nacional, 1821.
- (13) — Environ 150.000 escudos de nos jours.
- (14) — Environ 665.000 à 735.000 escudos de nos jours.
- (15) — Grade équivalent à général de brigade.
- (16) — *Memória Justificativa, op. cit.*
- (17) — Pamplona, *Memoria Justificativa*, p. 65.
- (18) — Aux environs de Paris.
- (19) — Banha, *op. cit.*
- (20) — La garde impériale se répartissait en Vieille, Moyenne et Jeune Garde.
- (21) — Devant l'imminence du danger et pour s'assurer de la fidélité de l'armée, le roi avait renvoyé Dupont et rappelé l'ancien ministre de Napoléon, le général Clarke; duc de Feltre, qui s'était rallié aux Bourbons; il bénéficiait d'une plus grande sympathie auprès des troupes que son prédécesseur.
- (22) — Termes officiels de l'époque pour désigner respectivement le roi de Portugal et le roi de France.

(23) — Environ la valeur de 60.000 escudos d'aujourd'hui.

(24) — Général de Marbot, *Mémoires*, tome II, p. 485.

(25) — «Mais comment exprimer les obligations innombrables que nous avons contractées envers la généreuse Nation Française auprès de qui nous avons trouvé protection, estime, subsistance et considération dans un temps où le malheur et la proscription nous accablaient. Reçois illustre France, patrie des Sciences et des Arts, modèle de politesse et d'urbanité, asile assuré des persécutés à toutes les époques de ta brillante histoire, reçois le vœux sincères que forment pour ta gloire et ta félicité les cœurs reconnaissants des Portugais. Seule ta généreuse et délicate hospitalité a su adoucir leurs maux. Notre gratitude est la récompense que nous pouvons t'offrir comme elle est la seule que tu ambitionnes ; sans manquer aux premiers devoirs envers notre patrie, elle sera aussi durable que notre vie.»

A D D E N D U M

Ayant demandé aux Archives Historiques et Militaires russes de nous confirmer les états de service de Pamplona lors du siège d'Ismayl, nous venons d'en recevoir la réponse suivante :

«Rapport du maréchal Souvorov au comte Potemkine sur la prise de la forteresse d'Ismayl en date du 21-12-1790 :

«... en outre le général-major Arseniev distingue parmi les volontaires attachés à sa colonne... le major en 1^{er} Pamplona.»

«Annexe au rapport ci dessus : «Ont reçu une distinction à la suite de l'assaut de la forteresse d'Ismayl : le major en 1^{er} Pamplona.»

Ce rapport est publié dans le recueil SOUVOROV, tome II, Moscou 1951,

R. K.

Meine Azorenfahrt

von Prof. Dr. Wilhelm Giese

Mein Interesse für die Azoren begann im Jahre 1930, wo ich mich in die Literatur über diese Inseln vertiefte, deren Eigenart ja darin besteht, dass sie gewissermassen einen besonderen Erdteil zwischen Europa und Amerika darstellen und dass sie eine Etappe auf dem Wege der Verbreitung portugiesischer Sprache und Gesittung nach Amerika sind. In den folgenden Jahren trat ich in Schriftenaustausch mit den auf den Inseln lebenden Volkskundlern, 1936 mit dem Padre Ernesto Ferreira in Vila Franca do Campo auf São Miguel und 1937 mit dem bedeutenden Forscher Luís da Silva Ribeiro in Angra do Heroísmo auf der Insel Terceira. Im Jahre 1938 erschien dann mein erster Beitrag zur Volkskunde der Azoren in der Zeitschrift *Açoreana*. Damals entwickelte sich in mir der Wunsch, die Insel Terceira zu besuchen, um dort bei einem längeren Aufenthalt die Mundart und die Gegenstandskultur der Bauern und Fischer zu studieren und die Ergebnisse in einer Monographie darzustellen. Auch die Inseln São Miguel, Faial und Pico sollten besucht werden.

Die Zeitverhältnisse, vor allem der Ausbruch des zweiten Weltkrieges verhinderten dann das Vorhaben. Nach dem Krieg waren es zunächst die Notwendigkeiten des Tages und dann vordringliche Auslandsreisen und Studien, die die Azorenreise

zurücktreten liessen. Die Azoren waren jedoch keineswegs vergessen. Ich hatte mich gelegentlich mit ihnen in kleineren Veröffentlichungen beschäftigt, stand weiterhin in Kontakt mit Luís da Silva Ribeiro, der mir ein treuer Freund war, und im Jahre 1952 wurde ich zum Sócio honorário des Instituto Histórico da Ilha Terceira ernannt.

Schliesslich konnte ich im März 1959 einen Besuch der Azoren ermöglichen, freilich nun nicht in der ursprünglich geplanten Form, sondern in der Weise, dass ich mich mit einer Rundreise mit dem Dampfer Carvalho Araújo der Empresa Insulana de Navegação begnügte. Den Präsidenten des Instituto Histórico da Ilha Terceira, Herrn Dr. Teotónio Machado Pires, heute Gouverneur des Distrito de Angra, und seinen Vorgänger als Präsident des Instituto, den Oberstleutnant José Agostinho, Präsident der Sociedade Afonso Chaves und ein Vulkanologe und Klimatologe von internationalem Ruf, hatte ich von meiner Reise verständigt.

Der Dampfer, der mich vom 7. bis 24. März beherbergen sollte, bot bequeme Unterkunft sowie reichhaltige Küche, stilvolle Gesellschaftsräume, ausreichende Promenadendecks und aufmerksame Bedienung. Mit seinen beiden gewaltigen Ladeluken und den hohen Deckaufbauten, im Mittelschiff für die I.Klasse und im Achterschiff für die II.Klasse, erweist er sich von vornherein als gleichermaßen dem Personen — und dem Frachtverkehr dienend.

Wir fuhren mit zweitägiger Verspätung am 7. März nachmittags um 15 Uhr in Lissabon ab, Tejo abwärts, vorbei an der Torre de Belém, und erreichten bald das freie Meer. Die Fahrt nach Madeira stand unter dem Zeichen des bewegten Meeres der Frühlingsstürme, und wir erreichten die Insel Madeira erst am 9. gegen Abend. Steil ragt die Insel aus dem Meer empor, Machico und Santa Cruz lagen in der Abendsonne als wir vorbeiglitten. Erst um 19 Uhr konnten wir am Kai von Funchal festmachen, wo wir bis 1 Uhr liegen blieben. Infolge der vorgeschrittenen Tageszeit musste ich meinen Landgang auf einen Besuch der Stadt Funchal beschränken. Viele deutsche und englische Passagiere verliessen in Funchal das Schiff, um hier Erholung zu suchen.

Die erste der Azoreninseln, Santa Maria, erblickte ich am 11.,

wo wir von 16 Uhr bis in die Nacht auf der Reede lagen und Fässer mit Treibstoff für die kleinen Flugzeuge löschten, die den Verkehr zwischen den Inseln Santa Maria und São Miguel aufrecht erhalten. Landeinwärts auf einer Anhöhe liegt Vila do Porto.

Wir waren nun von Madeira aus, das seiner geographischen Lage und seiner klimatischen Verhältnisse wegen mit den Kanarischen Inseln zu Insel-Afrika zu rechnen ist, in eine mir völlig neue Welt gekommen, die Welt der atlantischen vulkanischen Inseln, deren klimatische Bedingungen von Insel zu Insel nicht unbeträchtliche Unterschiede aufweisen.

Am 12. März lag unser Schiff von 8 Uhr morgens bis 24 Uhr am Kai von Ponta Delgada. Ich hatte mir einen schönen Plan zurechtgelegt, wie ich diese Zeit am besten nutzen könnte. Es kam aber anders, denn ich hatte die Rechnung ohne meine Freunde auf den Azoren gemacht. Am Kai erwartete mich in seinem Wagen der bekannte portugiesische Dichter Armando Côrtes-Rodrigues, der von meinen Freunden in Angra von meinem Eintreffen verständigt worden war. Côrtes-Rodrigues, als Lyriker im Gefolge Fernando Pessoa's stehend, 67 Jahre alt, war Gymnasiallehrer und ist Direktor des Museums von Ponta Delgada. Er nahm sich meiner an, zeigte mir das Museum, die Stadt und ihre Kirchen, fuhr mich nach Ribeira Grande und Vila Franca do Campo, an deren Besuch mir besonders gelegen war, brachte mich in Kontakt mit führenden Persönlichkeiten der Insel São Miguel und sorgte für mich in jeder, nur denkbaren Weise. Er hatte sogar dafür gesorgt, dass auch die Presse von meinem Besuch orientiert war und mich auf der Insel willkommen hiess.

Zunächst wurde das Museum besucht, das in dem ehemaligen Kloster Santo André untergebracht ist, dessen Barockkirche weiter als Kirche dient. Die Barockkirchen der Azoren, meist im Inneren und auch im äusseren Zierrat stark rokok ausgestaltet, aussen schwarz und weiss gehalten, sind von grosser Schönheit, im Inneren reich geschmückt, oft mit goldstrotzenden Kapellen oder auch mit prächtigen Gittern, die den den Nonnen vorbehaltenen Teil der Kirche abgrenzen. Sie sind ausserhalb der Azoren noch wenig bekannt und ihr Studium ist eine Zukunftsaufgabe für die internationale Forschung.

Das Museum ist sehr reichhaltig und ausgezeichnet organisiert. Es besteht aus einer volkscundlichen Abteilung, einer Gemädegalerie von hohem Wert und einer interessanten Sammlung einheimischer Vögel. Die volkscundlichen Bestände sind so aufgestellt, dass sie einen guten Einblick in das Leben der Bauern und Fischer vermitteln. Jedem besonderen Berufszweig wie den Bauern, den Fischern, den Töpfern, aber auch der Wohnweise (einschliesslich der Weberei), dem Verkehrswesen und dem Festtag ist eine besondere Abteilung gewidmet, belebt durch Figuren in Tracht, die bei der Arbeit oder im Verkehr gezeigt werden. Ein wirklich lebensnahes Museum von grosser Anschaulichkeit! Herr Côrtes-Rodrigues überreichte mir eine Serie volkscundlicher Photokarten sowie eine Reihe wertvoller Schriften und Bücher, darunter das bereits seltene Büchlein des Padre E. Ferreira *Ao espelho da tradição*, das ich noch nicht besass.

Es folgt die Besichtigung der Igreja do Colégio und der Kirche São José. Mit der Igreja da Esperança lernte ich zum ersten Mal eine der Jesuitenkirchen der Azoren kennen, die mit ihrem kastenartigen Bau und den über einander liegenden Reihen von rechteckigen Fenstern von aussen einen kasernenartigen Eindruck machen. Reizvoll ist die Hauptkirche (Matriz) mit kunstvoller Fassade, schönem emanuelinischen Seitenportal und form schönem Inneren.

Nach einem Besuch im Verkehrsverein und im Stadthaus des Dichters im Stile des ausgehenden 19. Jahrhunderts, eingerichtet und angefüllt mit prächtigen Gemälden, meist Portraits grossen Formats, von azorianischen Malern dieses Jahrhunderts, und der Inaugenscheinnahme eines in der Nähe befindlichen Privatparks, der für mich aufschlussreich war als Musterbeispiel der Baumwelt von São Miguel, erfolgte die Abfahrt nach Ribeira Grande.

Diese Stadt verdient ihren Namen mit Recht. Sie ist sehr ausgedehnt. Auffällig ist, dass nicht wie sonst auf der Insel, und überhaupt auf den Azoren, die Häuser von aussen geweisst sind, sondern dass sie zum Teil einen farbigen Anstrich zeigen, rosa, hellblau usw. Als bemerkenswerte Bauten sind zu erwähnen eine Kirche mit ausladenden Barockformen am Äusseren, die auf den Azoren allein steht, und das Rathaus, das mit Turm und Frei-

terrasse, dem alten Rathaus in Ponta Delgada ähnelt. Ein grosser Torbogen im Rathaus gestattet es die Strasse hindurchzuführen. Am bemerkenswertesten sind aber die Häuser einer altertümlichen Strasse, die viele traditionelle Eigenheiten bewahrt haben. Die Rückfahrt nach Ponta Delgada führte am Flugplatz vorbei und gestattete einen bäuerlichen Pilgerzug zu beobachten. Die tiefe Religiösität der Männer und Frauen hinterliess einen starken Eindruck, sie gemahnte an die Volksreligiösität des Mittelalters.

Die Gattin des Dichters, eine geistreiche und elegante Dame in noch jugendlichen Jahren hatte mich zu Mittag eingeladen und nach einem Rundgang durch die zugehörigen Pflanzungen und Gartenanlagen betrat ich mit Herrn Côrtes-Rodrigues dessen Landhaus am Rande der Stadt, mit erlesenem Geschmack eingerichtet, mit schönen Tapeten und wertvollen Gemälden, stilvollen Möbeln, venezianischen Kronleuchtern und wundervollen blühenden Gewächsen, die mir unbekannt waren. Nach dem in angeregter Unterhaltung verlaufendem Mahl kredenzte die Dame des Hauses den Kaffee im Salon vor dem knisternden Kaminfeuer auf duftenden Hölzern, das man angenehm empfand, da das Wetter durchaus kein südeuropäisches war und der Himmel bedeckt blieb.

Das Wetter war auch der Grund, weshalb eine Fahrt nach Furnas nicht ratsam schien. Herr Côrtes-Rodrigues begleitete mich dann im Wagen nach Vila Franca do Campo, wo er mir auch das Haus zeigte, in dem der Padre E. Ferreira gewohnt hatte. Es ist erfreulich, dass die Stadt diesem um die Volkskunde des Ortes so verdienten Padre ein Denkmal gesetzt hat. Vila Franca ist nicht so eindrucksvoll wie Ribeira Grande, seine Kirchen und Häuser bieten kaum Besonderes. Die Stadt ist bekannt durch ihre Töpferei. Heute bestehen 16 Töpfereien. E. Ferreira hat die Vermutung ausgesprochen, dass die Töpferei von Vila Franca mit der von Estremós zusammenhängt. Der in Vila Franca gefertigte und *talha* genannte Krug findet jedoch im heutigen Portugal seine Parallelen, was die Form betrifft, nur in Faro und Loulé, also in Algarve.

Wieder in Ponta Delgada, nahm mich nach dem Besuch bei einem in volkskundlichen und mundartlichen Dingen erfahrenen Herrn, der auch meine einschlägigen Aufsätze kannte — leider

habe ich den Namen nicht behalten — wieder das gastliche Haus des Dichters und seiner Gattin auf, wo ich auch das Töchterchen kennen lernte. Nach dem Essen hörte ich einige der Schallplatten mit azoreanischer Volksmusik, die von dem Direktor des Lissaboner Konservatoriums aufgenommen und gesammelt worden sind. Es handelt sich um insgesamt 30 Platten. Dank des Entgegenkommens azoreanischer Stellen befinden sich Sätze dieser Platten heute in Hamburg und in Freiburg i. Br. Die Lieder, die ich hörte, passten zu den nordportugiesischen Liedern und hatten nichts gemein mit dem *fado*, der «triste canção do sul».

Als mich am späten Abend der Wagen des Dichters zum Schiff brachte und Herr Côrtes-Rodrigues sich von mir verabschiedete, lag ein reicher Tag hinter mir. Dass ich so viel sehen, feststellen und auch studieren konnte, verdanke ich zu einem grossen Teil der unermüdlichen Mithilfe des Dichters und Museumsdirektors sowie den Erholungspausen im Hause seiner liebenswürdigen Gattin, die mich auch mit einigen den Azoren eigentümlichen Früchten bekannt machte.

Einen erneuten Beweis altbewährter portugiesischer Gastfreundschaft bot mir der Aufenthalt auf der Insel Terceira vom 13. März, 14 Uhr bis zum Abend des 14. März. Das Schiff verliess die Reede erst weit nach Mitternacht, also bereits am 15. März.

Die Ankunft vor Angra erfolgte im strömenden Regen. Trotzdem hatten Herr Dr. Machado Pires und Herr Dr. Manuel Baptista de Lima, der Direktor der Biblioteca Pública und des Archivs sowie des Museums, es sich nicht nehmen lassen, mich an Bord abzuholen. Die Barkasse brachte uns zum Landeplatz, wo Herr J. Agostinho mich herzlich begrüßte. Alle drei Herren haben mich mit der grössten Liebenswürdigkeit aufgenommen und mich während meines Aufenthalts begleitet, wodurch es mir möglich war, ein einigermaßen umfassendes Bild von der Insel und ihrem wirtschaftlichen und kulturellen Leben zu gewinnen. Die geographischen und historischen Auskünfte des Dr. Machado Pires und die Erläuterungen des Vulkanologen und Klimatologen J. Agostinho waren mir überaus wertvoll. In Herrn M. B. de Lima lernte ich einen ausgezeichneten Kenner der Kunst der Insel kennen und durfte seine Leistungen als Organisator des Archivs, der

Bibliothek und des Museums bewundern. Alle drei Herren wetteiferten in kleinen Liebesdiensten.

Um dem wirklich unangenehmen Regen zu entgehen, fuhren wir zum Verkehrsamt, wo mir die Insel in Farblichtbildern vorgeführt wurde. Daran schloss sich die Besichtigung von Bibliothek, Archiv und Museum an, die in einem ehemaligen Adelspalast untergebracht sind. Die Bibliothek ist ziemlich reichhaltig, das Archiv, wohl geordnet und nach neuzeitlichen Gesichtspunkten untergebracht, birgt reiche dokumentarische Schätze, besonders auch aus den Pfarreien und Klöstern, deren Durchforschung viele Aufschlüsse über das kulturelle Leben, insbesondere des 16. und 17. Jahrhunderts, verspricht. Im Museum interessierte mich in Sonderheit die volkskundliche Sammlung mit vielen Geräten und verschiedenen Wagentypen. Auf den Azoren wie auf Madeira spielt das Fest des Espíritu Santo eine besondere Rolle. Es war ein guter Gedanke, einen Prozessionsaltar von diesem Fest im Museum aufzubauen, und zwar nach den Angaben eines alten Mannes, der sich der Ausstattung des Altars in seiner Jugendzeit noch gut erinnern konnte. Dank dem Entgegenkommen des Museums war es mir auch möglich die Frauenumhänge (*manto capote e capelo*), näher zu studieren, die als lebendige Tracht auf Terceira schon der Vergangenheit angehören. Andere Räume des Museums enthalten Möbel des 18. Jahrhunderts und Gemälde verschiedener Zeiten. Unter ihnen befindet sich ein ausgezeichnetes Portrait meines verblichenen Freundes, des grossen azoreanischen Volkskundlers Luís da Silva Ribeiro.

Ein Gang durch die Stadt führte zur Sé von 1570 und zur Igreja do Colégio, einer Jesuitenkirche wie die Igreja da Esperança in Ponta Delgada. Abends war ich Gast meiner drei Freunde in einem Restaurant in Angra.

Am nächsten Tag durchwanderte ich Teile der Stadt, besuchte die Sé und machte photographische Aufnahmen. Dann traf ich mich mit meinen Freunden, die mich zunächst auf den Vulkanberg des Monte Brasil führten, von wo aus man ein umfassendes Panorama über Stadt, Bucht und Insel gewinnt. Dann ging die Fahrt zum Castelo de São Sebastião. Nun wurden die alte Kirche São Sebastião von 1455, eine der ältesten der Insel und die Kirche

des Klarissen-Klosters São Gonçalo, mit schönen Gemälden und wundervollem Gitter, besichtigt. Es folgte eine Wanderung durch den ältesten Teil der Stadt Angra, der eine Reihe altertümlicher Häuser bietet, die die ursprünglich hier herrschende Bauweise noch gut erkennen lassen. Anschliessend erfolgte die Besichtigung der Igreja de São Francisco, einer ehemaligen Klosterkirche, ein breiter, lichter Bau. Hier befinden sich zahlreiche Gräber berühmter Persönlichkeiten der Insel und auch das von Paulo da Gama. Romantisch wirkt die malerische Rua do Santo Espírito. Auch einige Balkons mit Gittern aus sich schrägen, kreuzenden Latten konnte ich betrachten.

In angenehmem Gespräch mit meinen Freunden verbrachte ich die mittägliche Pause im Club am Rande der Stadt, wo auch ein schmackhaftes Mahl gereicht wurde.

Nach Tisch erfolgte eine Autorundfahrt um die Insel. Wir fuhren zunächst über Santa Bárbara zur Ponta da Serreta, dem westlichsten Punkt der Insel, und weiter über Raminho. Alle berührten Dörfer, es sind Strassendörfer, zeigen das für die Insel typische Bauernhaus mit über die Mauer vorragendem Backofen und schönem Kamin sowie die charakteristischen Maistrockengestelle aus Stangen. Die Weiterfahrt führte durch ein Stück des Inneren der Insel, die hier ihren vulkanischen Charakter offenbart und eine wahre Mondlandschaft zeigt. Die Siedlungen reichen auf der Insel bis 300 m hinauf. Es folgten Vila Nova und Lagens mit vielen neueren Bauten. Bei Lagens befinden sich der grosse amerikanische Flugplatz und der Passagierflugplatz.

Ausgesprochen städtischen Charakter zeigt die Stadt Vila da Praia da Vitória. Eine Strasse dieser Stadt ist auf die Bedürfnisse der Amerikaner zugeschnitten. Die älteren Häuser der lebhaften Stadt zeigen zum Teil schöne Balkone aus schrägem, sich kreuzenden Gitterwerk, bald in der Form kurzer Balkone vor jedem einzelnen Fenster, bald in der Form langer Balkone, die die ganze Fassade einnehmen. Beachtenswert ist das Rathaus, das, mit Turm und Freitreppe ausgestattet, durchaus denen von Ponta Delgada und Ribeira Grande entspricht. Das bedeutendste Baudenkmal der Stadt ist aber die Kirche, ein schöner Bau mit rokokor breiter Fassade mit zwei Türmen, mit einem wuchtigen Hauptportal mit

manuelinischen Elementen (das Laubgewinde des äusseren Bogens) und einem ausgesprochen manuelinischen Seitenportal.

Im Ort São Sebastião befindet sich eine alte Kirche aus der Frühzeit der Besiedlung der Insel. Man war gerade dabei, die Kirche zu renovieren und hierbei waren bedeutende Reste schöner mittelalterlicher Freskenmalereien an beiden inneren Längswänden ans Licht gekommen, die es nun gilt, sorgfältig zu konservieren.

Überwältigt von den vielen Eindrücken des Tages, aber auch von der Gastfreundschaft meiner gelehrten Freunde, ging ich am Abend an Bord. Hier hatten sich inzwischen (schon in Ponta Delgada) neue Passagiere eingefunden, eine Reihe amerikanischer Touristen, ein Geschichtsprofessor aus San Francisco, Cl. T. Silva, mit seiner Gattin, die bis Faial und dann von Faial bis nach Funchal meine Tischnachbarn waren, und ein junger Schweizer Geologe. Beide Gelehrten besuchten die Azoren studienhalber wie ich.

Am 15. März lagen wir von 7 bis 12 Uhr zum Entladen vor A Falga (Graciosa). Von unserem Liegeplatz aus waren die Inseln São Jorge, Faial und Pico deutlich zu erkennen. Das Wetter klärte gegen Mittag auf.

Vor Vila das Velas (São Jorge) lag der Carvalho Araújo am gleichen Tag von 14 bis 19 Uhr auf der Reede. Ich benutzte den Aufenthalt zu einer Besichtigung der anmutigen Stadt und einen Spaziergang auf der nach Nordwesten führenden Strasse, von der man einen schönen Blick auf den Pico do Topo auf der Insel Pico hat. In der Stadt besuchte ich die Hauptkirche sowie das Hospital mit Kirche. In den Randgebieten des Ortes ergab sich Gelegenheit ländliche Häuser und landwirtschaftliche Geräte zu studieren. Caes do Pico wurde in der Nacht angelaufen.

Am 16. März machte der Dampfer um 7.30 Uhr am Kai von Horta fest, um um 20 Uhr wieder abzulegen. Der Tag genügte, um die Stadt eingehend kennen zu lernen und die Dörfer der Insel zu besuchen. Das war aber nur möglich durch das Entgegenkommen des Gouverneurs des Distriktes Horta, des Herrn Dr. Pimentel, eines Mediziners, der von der Insel Flores stammt, eines ruhigen und ernsten, aufgeschlossenen Herrn, dessen Gast

zu sein mir eine besondere Ehre und ein Vergnügen war. Gern und dankbar gedenke ich der Unterredungen in seinem Hause und des gemeinsamen Mittagmahles im Club, in einem hypermodernem Gebäude mit schönen Räumen und einem Festsaal, in dem noch die Karnevals-Ausschmückung hing, die übrigens recht bescheiden war.

Der Gouverneur stellte mir nicht nur Wagen zur Verfügung zu Fahrten auf der Insel, sondern auch einen erfahrenen und geschickten Begleiter, den Padre Júlio da Rosa, einen Geistlichen, der, ohne Fachmann zu sein, ein lebhaftes Interesse für alles Volkskundliche besitzt und von ausgesprochen heiterem Wesen ist. Durch sein Verständnis für meine Absichten und seine Orts- und Menschenkenntnis sowie sein freundliches Wesen hat mir der Padre unschätzbare Dienste geleistet. Ich verdanke ihm auch einige volkskundliche Schriften.

Nach der ersten Unterredung mit dem Gouverneur fuhr ich, immer in Begleitung des Padre Júlio da Rosa, nach Flamengos, einer alten flämischen Siedlung, mit neuer Kirche. Hier ist die Viehwirtschaft entwickelt. Die Rinder sind offenbar flämischer Herkunft. Die Höhe nordöstlich von Horta zeigt Windmühlen holländischen Typs, bei denen das ganze hölzerne Mühlenhaus um eine vertikale Achse drehbar ist. Solche Mühlen lassen sich ausser in den Niederlanden und Belgien auch in Teilen Norddeutschlands nachweisen. Einige dieser Mühlen (zum Teil rekonstruiert) finden sich in der Umgebung von Hamburg (z. B. in Curslack). Von der östlichsten Spitze der Höhe, wo jetzt eine Marienstatue aufgestellt wird, hat man einen prächtigen Blick auf Stadt und Bucht von Horta sowie auf die Insel Pico.

In Espalha-Fatos, einem Ort mit beachtlicher Viehwirtschaft traf ich neben dem üblichen einstöckigen Haus auch solche mit Stall und Schuppen für landwirtschaftliche Geräte und Blutmühle (atafona) im Erdgeschoss und Küche (mit Backofen) und Wohnung im Obergeschoss, das auf äusserer Steintreppe erreicht wird. Dieser letztere Haustyp ist nordportugiesischen Ursprungs und geht auf das Römerhaus zurück, wie es heute noch als Weinbauernhaus in Mittelitalien anzutreffen ist. Hier konnten Atafona, Pflug und Wagen studiert werden. Über Cedros, wo die Kirche besich-

tigt wurde, ging es nach Ribeira Fundes. Ein heute verlassenes Haus ohne Verputz erwies sich hier als besonders altertümlich. Auch konnten Pflug, Joch und Wassergefässe aus Holz untersucht werden. In rascher Fahrt ging es über Porteira nach Horta zurück, wo ich Zeit hatte, die Stadt zu durchwandern und photographische Aufnahmen zu machen.

Auch in Horta fand ich einen Balkon mit Gitter aus schrägen gekreuzten Stäben (wie in Vila do Porto, Angra und Vila das Velas), aber auch ein bemerkenswertes Haus in der Hauptstrasse, bei dem die Balkone des ersten Obergeschosses aus kunstvoll geschnitzten Brettern bestanden, wobei viele kleine Öffnungen in die Bretter eingeschnitten waren.

Nach dem Essen mit dem Gouverneur und dem Padre, bei dem die Unterhaltung sich auch um die letzten vulkanischen Ereignisse auf der Insel und in ihrer Umgebung drehte, erfolgte die Besichtigung der Matriz (Hauptkirche) und ihrer Kunstschatze, eine Autofahrt durch die Stadt und ihre nähere Umgebung, mit Besuch der ehemaligen deutschen Kolonie, dann die Besichtigung der Igreja de São Francisco und ihres Kirchenschmucks.

Eine anschliessende Fahrt mit dem Padre in die Dörfer im Westen von Horta berücksichtigte zwar auch noch die kirchliche Kunst, stand aber im wesentlichen unter dem Zeichen der Hausforschung in Porteira und Granja. Hier treten, neben den eingeschossigen Bauernhäusern, als Stallungen oder Schuppen Gebäude verschiedener Grösse auf, mit steilem strohgedeckten Dach und Längsmauern von nur geringer Höhe. In einem Falle in Porteira handelt es sich sicherlich um ein ehemals als Wohnhaus dienendes Gebäude.

Bei der Weiterfahrt war das Schiff nur von wenigen Reisenden besetzt. Im Speisesaal der I Klasse waren wir nur zwei Passagiere. Die Fahrt sollte zur Insel Flôres gehen, da Côrvo zu dieser Jahreszeit von den Dampfern der Emprêsa Insulana nicht angefahren wird. Besonderer Umstände halber, ein Kranker musste von Côrvo abgeholt werden, fuhr das Schiff aber zunächst nach Côrvo, wo die harten und intelligenten Männer der Insel bei der Arbeit des Ausladens beobachtet und auch einige sprachliche Notizen gemacht werden konnten. Der Dampfer lag auf der Reede

vor Côrvo am 17. März von 8 bis 10 Uhr vormittags. Von 12 bis 16 Uhr lag das Schiff südlich von Santa Cruz das Flôres, im Schutz einer im Osten mächtig aufragenden Felswand. Der Gouverneur des Distriktes Horta hatte einen Vertrauensmann in Santa Cruz benachrichtigt, der mir behilflich sein sollte. Ich beabsichtigte, Santa Cruz anzusehen und dann mit einem Auto nach Lagens zu fahren, um dort das Schiff wieder zu erreichen. Das Meer war aber so aufgeregert, dass mir ein Ausbooten nicht gerade ratsam schien und auch die Schiffsbesatzung riet mir ab. So blieb ich an Bord. Von 16.30 bis 20 Uhr lag der Dampfer auf der Reede vor Lagens, bei wolkenreichem, bedeckten Himmel.

Auf der Fahrt nach Lissabon sind die Aufenthalte der Dampfer weit kürzer als auf der Hinfahrt, da eben auf den Azoren mehr Güter und Waren ausgeladen werden als eingeladen.

Am 18. März machte unser Dampfer um 10 Uhr am Kai von Horta fest und blieb dort bis 13 Uhr. Ich benutzte die Zeit zu einem Spaziergang durch die Stadt und einem Besuch beim Padre Júlio da Rosa, in dessen Hause ich auch einen der Frauenmäntel (*capote*) photographieren konnte, wie die Frauen von Horta ihn noch heute beim Kirchgang tragen. Ich hatte eine solche Aufnahme bereits am 16. versucht, musste aber fürchten, dass sie wenig instruktiv sei, da ich sie bei hereinbrechender Dunkelheit machen musste.

Beim Mittagessen übergab mir der Obersteward ein Präsent des Gouverneurs, des Herrn Dr. Pimentel, das dieser hatte an Bord bringen lassen: ein Exemplar des umfangreichen Werkes von M. Lima *Anais do Município da Horta* (1943). Das liebenswürdige Gedenken hat mich noch mehr beeindruckt als die wertvolle Gabe.

In Horta waren neue Passagiere zugestiegen (auch Auswanderer), aber auch solche, die den 16. und 17. März in Horta verbracht hatten. Einige dieser Passagiere versuchten am 17. März nach der Insel Pico überzusetzen; ihr Schiff musste aber infolge widriger See wieder umkehren.

Am Nachmittag lag der Dampfer vor Caes do Pico, das langgezogen am Ufer liegt und kaum zum Anlandgehen einlädt, und später auf der Reede von Vila das Velas.

Am 19. März lag dann unser Schiff von 7 bis 10 Uhr auf der Reede vor Santa Cruz de Graciosa, einem sehr interessanten Städtchen. Hier fand ich noch urtümliche Häuser ohne Verputz, neuere Häuser mit schönen Schornsteinen, Ziegeleien und fünf Windmühlen portugiesischen Typs, aber mit Flügeln holländischer Art auf dem vorragendem Kap. Die Kirche ist verhältnismässig einfach, aber doch ganz ansehnlich. Meine Aufmerksamkeit erregten die Fischerboote und ein grösseres Fischereifahrzeug, das an Land in Stand gesetzt wurde. Auch konnte ich Bauernwagen beobachten. Ein kürzerer Spaziergang landeinwärts ergab einen Eindruck von den landwirtschaftlichen Verhältnissen.

Noch am gleichen Tag lagen wir von 14 bis 21 Uhr vor Angra. Ein Angestellter der Bibliothek brachte mir den Neudruck einer alten Karte von Angra (der Karte von J. H. von Linschoten von 1595) an Bord und geleitete mich an Land, wo ich dann meinen Freund Herrn J. Agostinho, traf. Wir begaben uns in die Bibliothek zu Herrn Dr. M. B. de Lima. Beide Herren entführten mich dann im Auto nach dem Fischerdorf São Mateus, wo wir einer Fischversteigerung beiwohnen konnten. Die Wohnweise der Fischer sticht in ihrer Einfachheit ab von der der Bauern. Die Fischer tragen auch noch Tracht (bunte oder gelbe Hemde). Auch Walfang wird hier betrieben (wie auf Pico). Eine neue, moderne Hafenanlage ist geplant. Die Fischer gaben mir bereitwillig Auskunft über die Eigentumsverhältnisse an den Booten über Ertrag sowie die anteilmässige Versorgung der Witwen und Waisen. Diese Versorgung entspricht der in den nordportugiesischen Fischerorten üblichen. São Mateus besitzt eine schicke, weithin sichtbare Kirche. Während unseres Aufenthaltes wurden gerade die Vorbereitungen für eine Prozession getroffen, und die Musiker versammelten sich vor der Kirche.

Die Fahrt ging weiter nach dem grossen Dorf Terra Chã, wo vor allem Obstbaumzucht getrieben wird. Hier hat jeder sein gutes Auskommen, wenn auch wohl niemand reich wird. Der Gegensatz zwischen diesem Dorf und dem Fischerort São Mateus, auf verschiedener Wirtschaftsform beruhend, ist offensichtlich. Terra Chã zeigt gepflegte Häuser und Gärten. Früher war der

Export von Orangen nach England sehr bedeutend. Der Ort liegt auch landschaftlich hübsch. Im Norden des Ortes schliesst waldartiges Gelände an.

Nach der Rückkehr nach Angra und dem Besuch einer neuzeitlich eingerichteten Bar (Erfrischungsstube) galt es, mich von meinen Freunden zu verabschieden, die es sich auch diesmal nicht hatten nehmen lassen, mich zu betreuen.

Am folgenden Tag, dem 20. März, machte der Dampfer Carvalho Araújo um 8 Uhr morgens am Kai von Ponta Delgada fest und verblieb dort bis 15 Uhr. Ich durchstreifte jetzt die Stadt nach allen Richtungen und machte eine Reihe weiterer photographischer Aufnahmen. Kaum war ich gegen 11 Uhr an Bord zurückgekehrt, als mich Herr Côrtes-Rodrigues mit seinem Wagen zu einer Fahrt nach dem Dorf Arrifes abholte, einem sehr grossen Dorf in unmittelbarer Nähe von Ponta Delgada, dessen Bevölkerung der Weberei obliegt. Hier konnte ich verschiedene ländliche Häuser besuchen und die Weberinnen bei dem vorbereitenden Arbeiten und beim Weben beobachten. Ein Stück festen Leinengewebes erhielt ich von einer Weberfamilie zum Geschenk. Bei besonders alten, unverputzten Häusern aus dunklen Steinen sind die Umrandungen der Türen und Fenster geweisst. Meine Aufmerksamkeit erregten die Maistockengestelle aus fünf oder sechs hohen Stangen, die unten auf Steinen aufruhend und oben wie Zeltstangen zusammenlaufen. Unter einander sind die Stangen durch Querhölzer verbunden. Auch eine Windmühle konnte ich besichtigen, die den Mühlen von Santa Cruz da Graciosa entspricht. Die Mühlenflügel dieser Mühlen entsprechen nicht den portugiesischen (auch nicht den spanischen) Windmühlen, mit denen sie sonst im Bau übereinstimmen, wohl aber den Mühlenflügeln holländischer und norddeutscher Windmühlen. Ein besonderes Studium verdient die Mundart von Arrifes, die viele Eigentümlichkeiten aufweist. Die Kürze meines Aufenthaltes gestattete es natürlich nicht, mundartliche Aufnahmen zu machen.

Ein Mahl im gastlichen Hause des portugiesischen Dichters beschloss meinen Aufenthalt auf der Insel. Herr Côrtes-Rodrigues brachte mich ans Schiff und ich musste den Azoren Lebewohl sagen, wo ich so vieles mit eigenen Augen gesehen hatte, was mir

bislang nur aus der Literatur oder überhaupt nicht bekannt geworden war, und wo sich portugiesische Liebenswürdigkeit und Gastfreundschaft wieder einmal in so reichem Masse an mir bewahrheitet hatten.

Den 21. März verbrachte ich auf See, am 22. lagen wir von 8.40 bis 12 Uhr am Kai von Funchal auf Madeira, nachdem wir an Calheta, Ponta do Sol und Câmara dos Lobos vorbeigeglitten waren. Ich hatte bereits auf der Hinfahrt einen Chauffeur verständigt, der mich jetzt abholte, und ich fuhr bei prächtigem Wetter über Caniço nach Santa Cruz und weiter über Água de Pena nach dem malerisch in tiefer Bucht gelegenen Machico. Hier sah ich noch Frauen in Tracht vor der Kirche (es war ein Sonntag). In Machico (am Ortsrand) und bei Santa Cruz konnte ich strohgedeckte Stallgebäude und Schuppen, gleicher Art wie auf der Insel Faial, feststellen. Bei meiner Ankunft in Machico setzte Regen ein, der recht hinderlich war und mich auch auf der Rückfahrt längs der Ostküste, etwa bis Caniço begleitete. In Funchal machte ich noch photographische Aufnahmen hervorragender Gebäude und besuchte die Kirche Santa Clara, mit prächtiger Innenausstattung, darunter einem formschönen Gitter, das den den Nonnen vorbehaltenen Raum abtrennt. Nach kurzem Besuch des Parks des Dom Henrique war die Zeit zur Rückkehr auf das Schiff gekommen. In Funchal füllte sich das Schiff mit Passagieren.

Am 24. März, um 5 Uhr vormittags, ging unser Schiff in der Tejobucht im Strom vor Anker und um 9 Uhr begann die Ausschiffung am Kai. Ich war wieder auf den europäischen Kontinent zurückgekehrt.

Hamburg, den 17. Juni 1959.

Roteiro dos Açores

Pelo Prof. Dr. Wilhelm Giese

O meu interesse pelos Açores começou no ano de 1930, quando me aprofundi na literatura respeitante às ilhas, cuja particularidade consiste em formarem geográficamente um pequeno mundo independente entre a Europa e a América e constituírem uma etapa na via de expansão da língua e da civilização portuguesas para a América. No ano seguinte entrei em contacto epistolar com os etnólogos que então viviam nessas ilhas, em 1936 com o Padre Ernesto Ferreira, de Vila Franca do Campo, São Miguel, e em 1937 com o notável investigador, Luís da Silva Ribeiro, de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira. No ano de 1938 apareceu a minha primeira contribuição para a Etnografia dos Açores na revista *Açoreana*. Despertou então em mim o desejo de visitar a ilha Terceira, para aí estudar com bastante vagar a linguagem e a cultura peculiar dos camponeses e dos pescadores e apresentar os resultados desse estudo em uma monografia. As ilhas de São Miguel, Faial e Pico deviam também ser visitadas.

Circunstâncias de ocasião, em especial o rebentar da segunda guerra mundial, prejudicaram o meu intento. Após a guerra as necessidades do momento, em primeiro lugar, e logo a seguir via-

gens prementes ao estrangeiro, e vários estudos, obrigaram-me a deixar para trás a viagem aos Açores. Mas os Açores não estavam esquecidos. Tinha-me de vez em quando ocupado com artigos de menor monta a respeito das ilhas, estava sempre em contacto com Luís da Silva Ribeiro, que era um amigo dedicado, e no ano de 1952 fui eleito Sócio honorário do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Finalmente em Março de 1959 foi-me possível fazer uma visita aos Açores, não exactamente segundo o plano que primeiro concebera, mas tendo de contentar-me com uma viagem redonda do vapor «Carvalho Araujo», da Empresa Insulana de Navegação. O Presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Senhor Dr. Teotónio Machado Pires, actual Governador do Distrito de Angra, e o seu antecessor, como Presidente do Instituto, o tenente-coronel José Agostinho, Presidente da Sociedade Afonso Chaves, vulcanólogo e climatologista de nome mundial, tinham sido inteirados da minha viagem.

O vapor, que me havia de albergar de 7 a 24 de Março, oferecia instalação cómoda, comida substancial, salas de convívio sossegadas, amplos deques e serviço esmerado. Com os seus espaçosos porões e as altas supraestruturas, a meia nau para a 1ª classe e a ré para a 2ª classe, mostra-se logo à primeira vista igualmente adequado ao transporte de passageiros e de carga.

Partimos de Lisboa, com um atrazo de dois dias, pelas 15 horas do dia 7 de Março, descendo o Tejo e passando perto da Torre de Belém, até nos encontrarmos dentro em pouco em mar largo. A viagem para a Madeira foi assinalada pelo mar turbulento próprio do tempo do equinócio e só chegamos à ilha pela tarde do dia 9. A Madeira ergue-se abruptamente das ondas e o Sol da tarde iluminava Machico e Santa Cruz quando iam singrando pela costa. Só às 19 horas é que pudemos atracar ao cais do Funchal, onde devíamos permanecer até à 1 hora. Em consequência do adiantado da hora tive de limitar a minha descida em terra a uma visita à cidade do Funchal. Muitos passageiros alemães e ingleses desembarcaram no Funchal para ali passarem uma temporada de repouso.

Avistei a primeira ilha dos Açores, Santa Maria, no dia 11 e

tivemos de permanecer na baía desde as 16 horas até pela noite dentro, a descarregar bidões de combustível para os pequenos aviões que mantêm o serviço regular entre as ilhas de Santa Maria e São Miguel. Um pouco mais para dentro da costa, sobre a lomba, ergue-se Vila do Porto.

Estávamos agora longe da Madeira, que pela sua situação geográfica e pelas suas condições climáticas é de considerar, assim como as Canárias, como África insular, e éramos chegados a um mundo inteiramente novo, o mundo das ilhas vulcânicas atlânticas, cujas condições climáticas apresentam de ilha para ilha diferenças que não são de desprezar.

No dia 12 de Março estive o nosso navio atracado desde as 8 horas da manhã até às 24, ao molhe de Ponta Delgada. Eu tinha preparado um belo plano para aproveitar este tempo o melhor possível. As coisas porém passaram-se de maneira diferente, pois eu tinha deitado as minhas contas sem tomar em consideração a amabilidade dos meus amigos dos Açores. No cais esperava-me no seu carro o conhecido poeta português, o Doutor Armando Côrtes-Rodrigues, que tinha sido inteirado da minha chegada pelos meus amigos de Angra. Côrtes-Rodrigues, lírico da intimidade de Fernando Pessoa, com 67 anos de idade, professor do liceu e director do Museu de Ponta Delgada, apoderou-se de mim, mostrou-me o Museu, a cidade e as suas igrejas, levou-me à Ribeira Grande e a Vila Franca do Campo, as quais mais me interessava visitar, e pôs-me em contacto com pessoas do maior destaque na vida cultural da ilha de São Miguel, ocupando-se de mim da melhor maneira que pudesse imaginar-se. Tinha até tratado de informar a Imprensa da minha visita para que a minha pessoa tivesse um acolhimento propício.

Primeiro do que tudo visitei o Museu, que está instalado no antigo convento de Santo André, cuja igreja barroca ainda está aberta ao culto. As igrejas barrocas dos Açores, na sua maioria marcadamente sobrecarregadas de rocóco, tanto na ornamentação interior como na exterior, com as paredes exteriores brancas emolduradas de negro, são de grande beleza, ricamente adornadas interiormente, muitas vezes com capelas douradas ou também com grades magníficas que separam da igreja a parte

reservada às freiras. Elas são ainda pouco conhecidas fóra dos Açores e o seu estudo oferece-se como tema de interesse para futura investigação internacional.

O Museu é muito rico e está excelentemente organizado. Nele se enquadra uma secção etnográfica, uma galeria de pintura, de alto valor, e uma interessante colecção de aves indígenas. A colecção etnográfica está disposta de maneira a permitir uma vista de conjunto da vida dos camponeses e dos pescadores. A cada ocupação, como a dos camponeses, a dos pescadores, a dos oleiros, e ainda à habitação (incluindo a tecelagem), aos meios de transporte e ao dia de festa, está atribuída uma particular divisão, animada por figuras em trajes próprios, que são apresentadas no trabalho ou na labuta. Um Museu realmente cheio de vida, de grande distinção. O Doutor Côrtes-Rodrigues ofereceu-me uma colecção de postais ilustrados folclóricos, assim como uma série de valiosos escritos e livros, entre eles o livrinho já raro do Padre E. Ferreira, *Ao Espelho da Tradição*, que eu ainda não possuía.

Seguiu-se uma visita à igreja do Colégio e à igreja de São José. Com a torre do Convento das Claristas travei eu pela primeira vez conhecimento com este tipo de conventos nos Açores, o qual com a sua estrutura em geito de caixote e as filas de janelas rectangulares, sobrepostas umas às outras, dava de fóra a impressão de um quartel. Encantadora é a Matriz com sua fachada artística, belo portal lateral manuelino e interior de belas proporções.

Depois de uma visita ao grémio do comércio e à casa solarenga do Poeta, arranjada ao gosto do século XIX e cheia de magníficos quadros, principalmente retratos em formato grande, da autoria de pintores açorianos do século actual, e depois ainda de uma vista de olhos por um dos parques particulares existente nas proximidades, que para mim foi revelador da riqueza arborícola de São Miguel, seguiu-se a partida para a Ribeira Grande.

Esta vila merece com razão o nome que tem. Ela é muito vasta. É singular que, não só, como aliás acontece geralmente nesta ilha e nas outras dos Açores, as casas são exteriormente

caíadas de branco, mas aqui várias casas apresentam-se caiadas de outra côr, côr de rosa, azul claro, etc.. Como edifícios dignos de atenção devem assinalar-se, uma igreja com ornatos barrocos salientes, no exterior, a qual é única nos Açores, e a Câmara Municipal, que com a sua torre e escadaria se assemelha à de Ponta Delgada. Uma porta com um grande arco na Câmara Municipal dá passagem à rua. Mais notáveis são porém as casas de uma rua muito antiga, que têm conservado muitas das características tradicionais. O regresso a Ponta Delgada trouxe-nos pelo aeroporto e permitiu-nos observar um grupo de romeiros das freguesias rurais. A profunda religiosidade dos homens e mulheres causava forte impressão e fazia lembrar a religiosidade popular na Idade Média.

A esposa do Poeta, uma dama espirituosa e elegante, ainda bastante jovem, tinha-me convidado para o almoço e depois de uma volta pelos plantios e jardins da residência, saí com o Doutor Côrtes-Rodrigues para a casa de campo nos arredores da cidade, primorosamente adornada com belos tapetes e valiosos quadros, móveis artísticos, lustres venezianos e plantas floridas, maravilhosas, as quais eram para mim inteiramente desconhecidas. Depois do almoço, que decorreu em animada conversa, a dona da casa ofereceu-nos o café no salão onde crepitava no fogão um lume de achas de madeira aromática, o que se tornava bastante agradável, pois o tempo não era o que se podia esperar dum clima sul-europeu e o ceu permanecia totalmente encoberto.

O tempo foi também motivo de não ser aconselhável um passeio às Furnas. O Doutor Côrtes-Rodrigues acompanhou-me então de carro a vila Franca do Campo, onde me mostrou a casa onde habitara o Padre Ernesto Ferreira. Dá satisfação ver que a vila ergueu um monumento a este Padre por motivo de se ter ocupado do folclore local. Vila Franca não impressiona tanto como a Ribeira Grande e as suas igrejas e casas pouco oferecem de notável. A vila é conhecida pela sua olaria. Existem ali hoje dezasseis olarias. E. Ferreira exprimiu a suposição de que a olaria de Vila Franca esteja ligada à de Estremós. O cantaro fabricado em Vila Franca e que se chama *talha*, encontra hoje

paralelo, em Portugal, apenas em Faro e Loulé, portanto no Algarve.

De regresso a Ponta Delgada, após a visita a um cavalheiro versado em assuntos de folclore e de linguagem popular, que conhecia os meus artigos sobre os mesmos assuntos, mas cujo nome infelizmente não retive na memória, acolheu-me de novo o lar requintado do Poeta e de sua Esposa. Depois do jantar ouvi alguns discos de música popular açoriana, recolhida e gravada pelo Professor Santos do Conservatório Nacional de Lisboa. São ao todo trinta discos. Graças à amabilidade de entidades açorianas, encontram-se hoje colecções destes discos em Hamburgo e em Friburgo (Breisgau). As canções, que ouvi, aparentam-se às canções do norte de Portugal e nada têm de comum com o *fado*, a «triste canção do sul».

Quando, já noite adiantada, o carro do Poeta me levou a bordo e o Senhor Côrtes-Rodrigues se despediu de mim, deixei para trás um dia rico. O muito que pude ver, constatar e até aprender, devo-o em grande parte ao incansável concurso do Poeta e Director do Museu, assim como às paragens repousantes em casa da sua amável Esposa, que também me deu a conhecer alguns dos frutos próprios das ilhas dos Açores.

Uma renovada prova da tradicional hospitalidade portuguesa ofereceu-se-me com a paragem na ilha Terceira desde as 14 horas do dia 13 de Março até à noite do dia 14. Na realidade até ao dia 15 pois o navio deixou o porto de Angra só depois da meia-noite.

A chegada a Angra deu-se no meio de chuva torrencial. Apesar disso não deixaram de vir a bordo esperar-me o Senhor Dr. Machado Pires e o Senhor Dr. Manuel Baptista de Lima, Director da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital, assim como do Museu. Um barco trouxe-nos para o cais onde cordialmente me saudou o Senhor J. Agostinho. Estes três senhores acolheram-me com a maior amabilidade e acompanharam-me durante a minha estada na ilha, o que me tornou possível obter uma razoável impressão de conjunto da ilha e da sua vida económica e cultural. Os esclarecimentos geográficos e históricos do Dr. Machado Pires e os comentários do vulcanólogo e climatologista J. Agostinho foram-me sumamente valiosos. No Sr. Dr. M. B. de Lima encontrei

um assinalado conhecedor da arte da ilha e pude admirar o seu trabalho como organizador do Arquivo, da Biblioteca e do Museu. Todos três rivalizaram em cumular-me de atenções.

Para escapar à chuva desagradável, levaram-me ao *Bureau* de Turismo, onde a ilha me foi apresentada em imagens coloridas. Seguiu-se depois a visita à Biblioteca, ao Arquivo e ao Museu, que estão instalados num antigo solar. A Biblioteca é razoavelmente rica, o Arquivo, bem ordenado e instalado segundo moldes modernos, contem ricos tesouros documentários, provenientes da Capitania Geral dos Açores, do Bispado e dos conventos, cujo exame promete abundantes esclarecimentos sobre a vida cultural, especialmente dos séculos XVI e XVII. No Museu interessou-me principalmente a colecção etnográfica com muitos utensílios e vários tipos de carros. Nos Açores, como na Madeira, a Festa do Espírito Santo tem notável relevo. Foi pois uma boa ideia armar um trono desta festa no Museu, segundo as indicações de um homem de idade que ainda se recordava muito bem dos pormenores do trono no seu tempo de rapaz. Graças ás facilidades obtidas no Museu, foi-me também possível examinar de perto os trajes femininos (*manto, capote-e-capelo*), que na Terceira já hoje se contam como vestuário do passado. Outras salas do Museu contem móveis do século XVIII e quadros de várias épocas. Entre estes conta-se um excelente retrato do meu falecido amigo, o grande etnógrafo açoriano, Luís da Silva Ribeiro.

Um passeio pela cidade levou-nos à Sé, que data de 1570, e à do Colégio, um templo dos jesuitas. À tarde convidaram-me os meus amigos para jantar com eles num restaurante.

No dia seguinte vagueei por várias partes da cidade, visitei a Sé e tirei fotografias. Depois encontrei-me com os meus amigos que me levaram à montanha vulcânica, o Monte Brasil, donde se disfruta um amplo panorama sobre a cidade, a baía e o resto da ilha. Passámos depois pelo castelo de São Sebastião e visitámos a igreja do convento das claristas, de São Gonçalo, com belos painéis e uma preciosa grade. Seguiu-se uma volta pela parte mais antiga da cidade de Angra, que apresenta uma série de casas caracterizadamente antigas, que mostram bem o tipo de construção que dominava aqui originariamente. Depois fomos à

igreja de São Francisco, pertencente a um antigo convento, templo vasto e bem iluminado. Aqui se encontram numerosas sepulturas de pessoas notáveis da ilha e também a de Paulo da Gama. Tem sabor romântico a pitoresca rua de Santo Espírito. Pude ainda observar algumas varandas com grades formadas por ripas entrecruzadas obliquamente (ralos).

Em agradável conversa com os meus amigos passei o descanso do meio dia num clube na orla da cidade, onde foi servido um saboroso almoço.

Depois disso seguiu-se passeio de automóvel em volta da ilha. Fomos primeiramente por Santa Bárbara até à ponta da Serreta, extremo ocidental da ilha, e depois até ao Raminho. Todas as aldeias percorridas, que se estendem ao longo da estrada, apresentam a casa rural típica da ilha, com o forno de cozer pão saliente para fora da parede da casa, a bonita chaminé e as características armações sobre varas para secar o milho (burras). O itinerário prosseguiu por uma parte do interior da ilha, que aqui patenteia bem a sua natureza vulcânica e aparenta uma verdadeira paisagem lunar. As habitações atingem na ilha a máxima altitude de 300 metros. Seguiram-se depois a Vila Nova e as Lajes com muitas construções modernas. Nas Lajes encontram-se, o grande aeródromo utilizado pelos americanos e o aeroporto civil.

Marcado carácter urbano apresenta a vila da Praia da Vitória. Uma rua da vila está talhada para satisfazer às exigências dos americanos. As casas mais antigas da vila apresentam, em parte, bonitas varandas com gradeamentos obliquamente entrecruzados, uns formando uma varanda separada para cada janela, outros abrangendo toda a fachada numa extensa varanda. Digno de atenção é o edificio da Câmara Municipal, que provido de torre e escadaria exterior, corresponde inteiramente aos das câmaras municipais de Ponta Delgada e da Ribeira Grande. Mas o mais notável monumento architectónico da vila é, porém, a igreja Matriz, um belo edificio, com ampla fachada rococó e duas torres, e com uma muito adornada portada principal, onde há elementos manuelinos (no festão do arco exterior), e uma portada lateral pronunciadamente manuelina.

Na freguesia de São Sebastião encontra-se uma igreja antiga, do primeiro tempo do povoamento da ilha. Estava-se justamente tratando de restaurar a igreja, onde se descobriram interessantes restos de belos frescos medievais ao longo das duas paredes laterais, os quais vale agora bem a pena conservar cuidadosamente.

Subjugado pelas múltiplas impressões do dia, e também pela amável obsequiosidade dos meus eruditos amigos, fui à noite para bordo. Aqui no entretanto (e já desde Ponta Delgada) achavam-se novos passageiros, uma série de turistas americanos, um professor de história de São Francisco, Cl. T. Silva, com a sua esposa, que até ao Faial e depois para o Funchal, foram meus companheiros de mesa, assim como um jovem geólogo suíço. O professor e o geólogo vinham aos Açores em visita de estudo, tal como eu.

No dia 15 de Março estivemos fundeados na Folga (Graciosa), para descarga, desde as 7 até às 12 horas. Do fundeadouro viam-se distintamente as ilhas de São Jorge, Faial e Pico e também a ilha Terceira. O tempo clareou para o fim da tarde.

No porto da baía das Velas (São Jorge) demorou-se o Carvalho Araujo no mesmo dia das 14 até às 19 horas. Aproveitei a demora para uma vista de olhos pela agradável vila e um passeio pela estrada que se dirige para noroeste, da qual se disfruta uma bela vista da grande montanha do Pico na ilha do Pico. Nas Velas visitei a Matriz assim como o hospital e a sua igreja. Nas cercanias da vila houve oportunidade de estudar casas rústicas e alfaias agrícolas. Já de noite passámos pelo Cais do Pico.

No dia 16 de Março atracou o vapor ao molhe da Horta pelas 7h 30m, para às 20 horas se pôr novamente em marcha. O dia chegou para conhecer com detalhe a cidade e visitar as aldeias da ilha. Isso porém só foi possível por amável intervenção do Governador do Distrito da Horta, Sr. Dr. Pimentel, médico nascido na ilha das Flores, um cavalheiro calmo, sério e franco, de quem foi especial honra e prazer ser hóspede. Conservo grata recordação do acolhimento que tive na sua casa e do jantar que tivemos no clube, edificio ultramoderno com belas salas e um salão de festas, que ainda conservava a ornamentação do Carnaval, a qual aliás era bastante discreta.

O Governador não só me pôs carro às ordens para as voltas pela ilha, mas ainda me arranjou um companheiro hábil e entendido, o Padre Júlio da Rosa, um clérigo que, sem ser um especialista, possui um vivo interesse por tudo o que diz respeito a folclore e um feitio pronunciadamente jovial. Com a sua compreensão dos meus intúitos, a sua experiência dos lugares e das pessoas, e ainda pelo seu feitio agradável, o Padre prestou-me serviços inestimáveis. Tenho ainda a agradecer-lhe alguns escritos etnográficos.

Depois da primeira conversa com o Governador, parti, sempre na companhia do Padre Júlio da Rosa, para os Flamengos, um lugar de antiga colonização flamenga, com uma igreja moderna. Aqui está desenvolvida a criação de gado. As vacas são indubitavelmente de raça flamenga. A lomba a nordeste da Horta (Lomba da Espalamaca) mostra moinhos de vento de tipo holandês, nos quais toda a estrutura, de madeira, gira em torno de um eixo vertical. Moinhos desses existiam não só na Holanda e na Bélgica, mas ainda em certas partes da Alemanha do Norte. Hoje já são raros. Alguns destes moinhos (parcialmente reconstruídos) encontram-se nos arredores de Hamburgo (por exemplo em Curslack). Do extremo oriental desta lomba, onde recentemente foi colocada uma imagem da Virgem, disfruta-se um panorama magnífico sobre a cidade e a baía da Horta, assim como da ilha do Pico.

Em Espalhafatos, lugar onde é acentuada a criação de gado, encontrei eu a par da comum casa só com pavimento térreo também outras com estábulos e arrumações para as alfaias agrícolas, na loja térrea, e a cozinha (com o forno) e a habitação no pavimento de sobrado, que é servido por uma escada exterior, de pedra. Este último tipo de casa é de origem do Norte de Portugal, e remonta ao tipo de casa do tempo dos Romanos, como ainda hoje se encontra na Itália Central servindo de casa de vinhateiros. Aqui puderam ser estudados atafona, arado e carro agrícola. Pelos Cedros, onde se visitou a igreja, seguiu-se para a Ribeira Funda. Uma casa hoje abandonada, de paredes sem reboco, evidenciou-se aqui pela sua antiguidade. Aqui também puderam examinar-se arados, cangas e vasilhas de madeira para

água (*potes*). Daqui seguiu-se pela Portela já um tanto à pressa, de volta à Horta, onde ainda tive tempo de dar uma volta pela cidade e tirar fotografias.

Tambem na Horta deparei com uma varanda com grade de ripas oblliquamente entrecruzadas (como em Vila do Porto, em Angra e na vila das Velas), assim como com uma casa muito interessante na rua principal, cujas varandas do primeiro andar eram feitas de tábuas artisticamente recortadas e nessas tábuas tinham sido abertos numerosos pequenos furos.

Depois de almoçar com o Governador e o Padre, ocasião em que a conversa recaíu tambem em pormenores da última erupção vulcânica, na ilha e nas suas proximidades, seguiu-se a visita à Matriz e ao seu tesouro artístico, um passeio de automóvel pela cidade, uma visita à antiga colónia alemã e depois uma vista de olhos pela igreja de São Francisco e os seus paramentos.

Uma volta adicional com o Padre pelas freguesias do lado de leste, também com vista à arte religiosa, derivou porém, na realidade, para uma investigação sobre habitação na Portela e na Granja. Aqui aparecem, a par de casas rústicas só com pavimento térreo, edificações de vária grandeza servindo de estábulos ou de casas de arrumação, com tectos de palha muito inclinados e paredes laterais de pequena altura. Em um caso, na Portela, trata-se seguramente de uma construção que serviu outrora de casa de habitação.

No prosseguimento da viagem levava o navio apenas diminuto número de passageiros. Na sala de jantar da 1.^a classe estávamos apenas dois. A viagem devia levar-nos directamente à ilha das Flores, porque nesta época do ano não tocam os vapores da Empresa Insulana na ilha do Corvo. Mas por circunstâncias especiais, devido a ter de ser transportado um doente para fóra da ilha do Corvo, o navio dirigiu-se primeiramente para o Corvo, onde puderam ser observados no trabalho de descarga os robustos e inteligentes homens da ilha, assim como puderam fazer-se algumas anotações linguísticas. O vapor permaneceu no porto do Corvo no dia 17 de Março desde as 8 até às 10 horas. Das 12 até às 16 horas estive o navio ao sul de Santa Cruz das Flores, ao abrigo de um rochedo escarpado que avança pelo mar dentro

para o lado de leste. O Governador do distrito da Horta tinha passado notícia a um homem da sua confiança para me prestar auxílio. Eu tinha planeado ver a vila de Santa Cruz e seguir depois de automóvel para as Lajes para lá tomar de novo o navio, mas o mar estava tão revolto que não me pareceu aconselhável desembarcar e a gente de bordo também me dissuadiu disso. Por isso fiquei a bordo. Das 16.30 até às 20 horas estive o vapor fundeado no porto das Lajes com um céu inteiramente forrado de nuvens grossas.

Na viagem de regresso a Lisboa as demoras do vapor são muito mais curtas, nos diferentes portos, do que na ida, porque é maior a quantidade de artigos e mercadorias que vêm para os Açores, do que aquilo que sai para fóra.

No dia 18 de Março atracou o nosso vapor às 10 horas ao cais da Horta e ali ficou até às 13 horas. Aproveitei o tempo para uma volta pela cidade e uma visita ao Padre Júlio da Rosa, em casa de quem pude fotografar um «capote», dos usados pelas mulheres da Horta, ainda hoje, quando vão à igreja. Eu já tinha procurado tirar uma fotografia dessas no dia 16, mas tive justo receio de que ela fosse pouco elucidativa, porque tive de a fazer já ao cair do escuro.

Ao almoço no vapor veio o chefe dos criados trazer-me um presente do Governador, Senhor Dr. Pimentel, que ele tinha mandado para bordo: um exemplar da volumosa obra de M. Lima, *Anais do Município da Horta* (1943). A amabilidade ainda me captivou mais do que a preciosa dádiva.

Na Horta entraram mais passageiros (alguns deles emigrantes), incluindo os que tinham interrompido a viagem e ficado na Horta nos dias 16 e 17. Alguns destes passageiros tentaram no dia 17 ir à ilha do Pico, mas o barco teve de voltar para trás por causa do mar contrário,

À tarde parou primeiro o vapor no Cais do Pico, que se estende ao longo da costa e não convida a desembarcar, e depois na baía da vila das Velas.

A 19 de Março permaneceu o nosso navio desde as 7 até às 10 horas no porto de Santa Cruz da Graciosa, uma vilazinha muito interessante. Aqui encontrei ainda casas primitivas, sem

reboco, casas mais modernas com belas chaminés, fábricas de tijolos e cinco moinhos de vento de tipo português, mas com velas à moda holandesa, numa ponta saliente para o mar. A igreja é de linhas simples, mas de excelente aparência. Chamaram ainda a minha atenção os barcos de pesca e uma embarcação maior, também de pesca, que estava varada. Pude ainda examinar carros agrícolas. Um curto passeio pela terra dentro forneceu uma impressão das condições da vida rural.

Ainda no mesmo dia estivemos ancorados das 14 até às 21 horas na baía de Angra. Um empregado da Biblioteca trouxe-me uma reimpressão de uma carta antiga de Angra (a carta de J. H. van Linschoten, de 1595) a bordo e acompanhou-me no desembarque, onde encontrei o meu amigo, Sr. J. Agostinho. Dirigimo-nos então para a Biblioteca onde nos esperava o Sr. Dr. M. B. de Lima. Os dois cavalheiros levaram-me de automóvel até à aldeia de pescadores, em São Mateus, onde pudemos assistir a uma arrematação de peixe. O tipo de habitação dos pescadores excede em simplicidade o dos camponeses. Os pescadores usam também traje próprio (camisas de côres variadas ou amarelas). Aqui também se exerce a pesca da baleia (como no Pico). Está projectado um novo porto, em linhas modernas. Os pescadores deram-me prontamente informações a respeito do regimen de propriedade dos botes, repartição dos lucros e ainda sobre a participação nestes das viúvas e orfãos. Estas provisões correspondem às que estão em uso nos lugares de pesca no Norte de Portugal. São Mateus possui uma bonita igreja que se avista bem de longe. Durante a nossa estada ali, estavam-se fazendo os preparativos para a saída de uma procissão e os músicos estavam reunidos em frente da igreja.

Continuou depois a volta até à freguesia da Terra Chã, onde principalmente se cultivam árvores de fruto. Aqui cada um tem o bastante para viver bem, embora ninguém enriqueça. O contraste entre esta freguesia e a dos pescadores de São Mateus, baseado em condições económicas, é flagrante. A Terra Chã tem casas e quintais, bem cuidados. Em tempos idos era importante a exportação de laranja daqui para a Inglaterra. Até como paisagem o

lugar é bem bonito. Pelo lado do norte está esta freguesia cercada de arvoredo.

Depois do regresso a Angra e da passagem por um café, recentemente estabelecido (especialidade em gelados), tive de despedir-me dos meus amigos, que também desta vez não tinham deixado de prestar-me todas as atenções.

No dia seguinte, 20 de Março, atracou o vapor Carvalho Araujo pelas 8 horas ao molhe de Ponta Delgada e ali se conservou até às 15 horas. Percorri então a cidade em todos os sentidos e tirei mais uma série de fotografias. Mal tinha chegado a bordo, pelas 11 horas, quando me apareceu o Doutor Côrtes-Rodrigues com o seu carro a vir buscar-me para uma volta até à freguesia dos Arrifes, uma povoação muito grande na imediata proximidade de Ponta Delgada, cuja população feminina se dedica à tecelagem. Aqui pude visitar várias casas rurais e observar as tecedeiras nos trabalhos preparatórios e na tecelagem. De uma das famílias de tecedeiras recebi como presente um pedaço de linho muito resistente. Algumas casas bastante antigas e sem reboco, todas de pedra negra, tem as molduras das portas e das janelas caídas de branco. Despertaram a minha atenção as armações para a secagem das maçarocas de milho, formadas por cinco ou seis varas apoiadas em baixo em pedras e reunidas em cima como as varas de uma tenda. As varas são ligadas umas às outras transversalmente por tiras de madeira. Pude ainda ver um moinho de vento que corresponde aos de Santa Cruz da Graciosa. As velas destes moinhos não condizem com as dos moinhos portugueses (nem também os espanhóis), com os quais eles se parecem inteiramente na construção, mas as velas são as dos moinhos holandeses ou do Norte da Alemanha. A fala dos Arrifes merece um estudo especial, pois apresenta muitas particularidades características. A minha curta paragem ali não permitiu, como é natural, tomar notas de natureza linguística.

O almoço na hospitaleira casa do Poeta terminou a minha visita à ilha. O Doutor Côrtes-Rodrigues levou-me a bordo do navio e tive de dizer adeus aos Açores, onde tanto vi com os meus próprios olhos daquilo que até então apenas conhecia de leitura, ou que me era totalmente desconhecido, e onde a amabi-

lidade e a hospitalidade portuguesas mais uma vez me tinham sido comprovadas em medida tão elevada.

O dia 21 de Março passamo-lo no mar e no dia 22 estivemos atracados desde as 8.40 até às 12 horas no molhe do Funchal, na Madeira, depois de termos costeado a ilha pela Calheta, Ponta do Sol e Câmara de Lobos. Na viagem de ida eu tinha-me apalavrado com um motorista que me foi buscar e me levou, com um tempo magnífico, pelo Caniço até Santa Cruz e de lá por Água de Pena até à pitoresca vila de Machico, à beira de uma profunda baía. Aqui vi ainda mulheres com traje domingueiro (era realmente um Domingo). No Machico (na orla da vila), e em Santa Cruz, pude constatar a existência de estábulos e casas de arrumação, cobertas de palha, de feitio igual ao da ilha do Faial. À minha chegada a Machico começou a chover, o que foi bastante desagradável tendo-me a chuva acompanhado no regresso pela costa de leste até cerca do Caniço. No Funchal tirei ainda algumas fotografias de edifícios mais salientes e visitei a Igreja de Santa Clara, de magnífico arranjo interior, em que sobressaía uma bela grade de separação com a parte reservada às freiras. Depois de uma curta visita ao jardim de Dom Henrique, chegou a hora de voltar para bordo. No Funchal encheu-se o navio de passageiros.

No dia 24 de Março, pelas 5 horas da manhã, ancorou o navio no rio, na baía do Tejo, e às 9 horas começou o desembarque no cais. Eu estava de volta ao continente europeu.

Hamburgo, 17 de Junho de 1959.

VIDA DO INSTITUTO

PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 1963.

No dia vinte e oito de Janeiro de mil novecentos e sessenta e três, no Salão Nobre do Paço da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, realizou-se a primeira Sessão Ordinária dos Sócios Efectivos do Instituto Histórico da Ilha Terceira, convocada de harmonia com o estabelecido no artigo 2.º do Regulamento do Instituto e para os efeitos do disposto nos artigos 1.º e 3.º do referido Regulamento.

Estiveram presentes os Sócios Efectivos, Senhores: Dr. Francisco Lourenço Valadão Jr., Presidente, Substituto; Francisco Coelho Maduro Dias, Tesoureiro, João Dias Afonso, Henrique Borba e Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, Secretário.

Dignaram-se também assistir Sua Ex.^a o Governador do Distrito e Sócio Efectivo deste Instituto, Sr. Dr. Teotónio Machado Pires, e o Ex.^{mo} Presidente Substituto, em exercício, da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Senhor Eng.º António Francisco de Resendes.

Aberta a Sessão, pelas 21 horas, foi lida e aprovada a acta da reunião anterior.

Seguidamente usou da palavra o Ex.^{mo} Presidente Substituto do Instituto que disse encontrar-se em exercício em virtude do

Ex.^{mo} Presidente, Senhor Tenente Coronel José Agostinho, lhe haver comunicado encontrar-se impossibilitado por motivo de doença de presidir aos trabalhos desta reunião e que, de harmonia com a agenda dos referidos trabalhos, se ia proceder à apresentação do Relatório das actividades do Instituto e Conta de Gerência do ano findo, de harmonia com o disposto no artigo 3.º do referido Regulamento.

Lido o referido Relatório pelo Secretário da Mesa e examinadas as contas, foram estas e aquele aprovados com um voto unânime de congratulação pela actividade da Mesa no ano de 1962.

Foi em seguida aprovado com unânime aplauso de todos os presentes um voto de congratulação pela recente e inesquecível visita a estas Ilhas de Sua Ex.^a o Presidente da República, acontecimento deveras memorável que calou fundo no coração de todos os Açoreanos, sendo de notar que a recepção nesta Ilha e nesta cidade se revestiu de particular brilhantismo, tendo na mesma colaborado, de forma especial, em virtude das funções que actualmente exercem, dois dos Sócios Efectivos deste Instituto Histórico, isto é, os Ex.^{mas} Senhores Dr. Teotónio Machado Pires, como Governador deste Distrito e Dr. Manuel Baptista de Lima, como Presidente da Câmara Municipal de Angra.

Foi aprovado um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Major Miguel Cristovam de Araujo, Sócio Efectivo e Fundador que grande colaboração deu ao Instituto Histórico, tendo deixado para publicar até alguns trabalhos de investigação que serão editados num dos próximos números do Boletim.

Concordou o Instituto com o Parecer da Mesa no sentido de se editarem no corrente ano os volumes XVIII e XIX desta colectividade a fim de evitar mais atrazo na edição desta publicação.

Foi deliberado por unanimidade comemorar o centenário do ilustre cientista e historiador que foi o Dr. Alfredo da Silva Sampaio, ficando a direcção encarregada de elaborar o respectivo programa.

Foi finalmente deliberado continuar as deligências tidas por convenientes junto da Ex.^{ma} Fundação Calouste Gulbenkian no

sentido de ser concedida a este Instituto a verba julgada indispensável à publicação da *Fénix Angrense*, trabalho a levar a efeito pelo Secretário da Mesa, Dr. Baptista de Lima.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, quando eram vinte e duas horas.

ass.) *Francisco Lourenço Valadão Jr.*
Manuel Coelho Baptista de Lima.

SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 1963.

No dia vinte e nove de Maio de mil novecentos e sessenta e três, nesta cidade de Angra do Heroísmo, no salão nobre do Paço da Junta Geral do Distrito Autónomo, realizou-se a segunda reunião ordinária dos sócios efectivos do Instituto Histórico da Ilha Terceira, convocada nos termos do artigo segundo do Regulamento.

Estiveram presentes: o Ex.^{mo} Sr. Dr. Agnelo Ornelas do Rego, Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo e Presidente honorário do Instituto Histórico; Tenente-Coronel José Agostinho, Presidente do Instituto; Dr. Francisco Lourenço Valadão Jr., Arquitecto Fernando de Sousa, Francisco Coelho Maduro Dias, Henrique Vieira de Borba, João Dias Afonso, Cónego Dr. José Enes Pereira Cardoso, Dr. José Leal Armas, Dr. Rafael Valadão dos Santos e Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima (secretário).

1. Aberta a sessão, pelas 20h30, o Presidente agradeceu a presença do Ex.^{mo} Presidente da Junta Geral do Distrito, passando a ler-se a acta da reunião anterior, a qual foi aprovada sem discussão.

2. Antes de se iniciarem os trabalhos o Presidente propôs e foi aprovado um voto de sentimento pelo falecimento do Professor Doutor José Caeiro da Mata, Presidente da Academia de História e Presidente da Comissão Executiva do 5.º centenário da morte do Infante D. Henrique.

3. Os sócios presentes exprimiram unânime regosijo pela

realização no Museu Regional, em 3 de Outubro de 1962 de uma Exposição de Arte Contemporânea, patrocinada pela Fundação Calouste Gulbenkian.

4. O Presidente deu conhecimento de vários assuntos de expediente e de consultas feitas à presidência, assim como da publicação recente, em Torres Novas, do primeiro número da revista «Nova Augusta», da qual é director o sócio correspondente do Instituto, Dr. Alberto Borges dos Santos. Nesse número encontram-se artigos respeitantes a esta ilha, assinados por sócios do Instituto, e que mereceram referências elogiosas na Imprensa. Foi assinalado, com aplauso, o esforço do Dr. Alberto Borges dos Santos para suscitar e manter vivo no continente o interesse pela cultura açoreana.

5. Foi aprovado que sejam mantidos na categoria de sócios efectivos do Instituto os senhores Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral e Tenente-Coronel Frederico Lopes Júnior, ausentes no continente, em vista de tal ausência, embora prolongada, não ter carácter definitivo.

6. Pelo Presidente foi dado conhecimento do andamento da impressão do volume XVIII do Boletim, relativo a 1960, ainda em atraso por motivos que foram considerados justificados.

7. Foi também dado conhecimento de uma proposta da Liga de Protecção à Natureza para que a memória do Professor Dr. Ruy Telles Palhinha, que foi sócio honorário do Instituto, e cuja notável obra de botânico se estendeu até aos Açores, trazendo novas luzes sobre a Flora das Ilhas, seja perpetuada nesta sua terra natal. Foi unânimemente aprovado que se diligencie concretizar esse desejo da Liga de Protecção à Natureza com o concurso dos corpos administrativos locais, sugerindo-se que seja para tal efeito erigido um busto ou baixo relevo do Professor Ruy Palhinha no Jardim Público da cidade de Angra do Heroísmo, o que se comunicará aos Ex.^{mos} Presidentes da Junta Geral e das duas Câmaras Municipais da Ilha, assim como à Liga de Protecção à Natureza.

8. Pelo Presidente foi dado conhecimento da projectada visita de estudo a esta Ilha do Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, 1.º assistente da Faculdade de Letras de Lisboa e sócio corres-

pondente do Instituto, no intuito de obter in-loco elementos para a continuação da sua notável obra sobre Don António Prior do Crato. Foi deliberado que o Instituto empregue todos os esforços para que ao Doutor Veríssimo Serrão sejam dadas as necessárias facilidades para que a sua visita possa efectuar-se com o máximo de proveito.

9. Foi tomado conhecimento de um pedido do Centro de Estudos Portugueses em Brasília sobre a criação de uma «colónia» açoriana no estado brasileiro do Rio Grande do Sul, a qual seria administrada com fundos que sairiam dos orçamentos dos corpos administrativos açorianos. Aceite a sugestão com a simpatia que merece ao Instituto tudo quanto possa contribuir para estreitar as relações do País com o Brasil, foi no entanto esclarecido que tal modo de fomentar a manutenção de um núcleo açoriano, bem característico, em território brasileiro, está fora da alçada dos organismos oficiais existentes no Arquipélago.

10. Foi aprovado que se transmita ao Instituto Açoriano de Cultura o alto apreço que o Instituto Histórico manifesta pelo êxito da II Semana de Estudos realizada em Abril último e se ponha em relêvo perante a Fundação Calouste Gulbenkian a participação do Instituto na gratidão dos meios culturais açorianos pela valiosa contribuição moral e material dada pela referida Fundação para a realização desse notável empreendimento de tão frutuozos resultados.

11. Foi tomado conhecimento de uma exposição do Rev. Cónego Dr. José Enes Pereira Cardoso, secretário da II Semana de Estudos, relativo ao modo de concretizar uma resolução tomada na referida Semana de Estudos sobre a criação de um Secretariado Permanente destinado a assegurar uma preparação a longo prazo da III Semana de Estudos. Foram unanimemente aprovadas na generalidade as providências propostas na referida exposição, deliberando-se que à Junta Geral do Distrito Autónomo seja transmitida esta aprovação, com o pedido de que este Corpo Administrativo considere a possibilidade de, por acordo com as Juntas Gerais dos Distritos de Ponta Delgada e da Horta, contribuir materialmente para assegurar a criação e manutenção do referido Secretariado.

E não havendo mais nada a tratar, encerrou-se a sessão pelas 22 horas.

ass.) *José Agostinho*
Manuel Coelho Baptista de Lima.

PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDI-
NÁRIA DO ANO DE 1963.

No dia vinte e cinco de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, nesta cidade de Angra do Heroísmo, realizou-se a primeira reunião extraordinária dos sócios efectivos do Instituto Histórico da Ilha Terceira, convocada nos termos do § primeiro do artigo sexto dos Estatutos para os fins adiante designados.

Estiveram presentes: Sua Ex.^a o Governador do Distrito Autónomo, Dr. Teotónio Machado Pires, sócio efectivo do Instituto; Ex.^{mo} Senhor Dr. Agnelo Ornelas do Rego, Presidente da Junta Geral e Presidente honorário do Instituto; Tenente-Coronel José Agostinho, Presidente do Instituto; e os sócios efectivos, Senhores Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior, Francisco Coelho Maduro Dias, João Dias Afonso, Cónego Dr. José Enes Pereira Cardoso, Dona Maria Francisca Bettencourt, Dr. Rafael Valadão dos Santos e Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, Secretário.

1. Aberta a sessão pelas 20 horas, foi lida e aprovada a acta da reunião anterior.

2. Antes de se entrar na discussão dos assuntos para que a reunião foi convocada, o Presidente propôs e foi aprovado que se lançasse na acta um voto de sentimento pela morte trágica do Presidente dos Estados Unidos da América, John Fitzgerald Kennedy, assassinado no dia 22 e que se enviasse na mesma ocasião um telegrama de condolências ao Senhor General E. B. Le Bailly, Comandante das Forças Americanas nos Açores.

3. Foi tomado conhecimento, com profundo pesar, do falecimento em 14 de Julho do sócio efectivo do Instituto, Major Luís Ferreira Machado Drumond, lançando-se na acta um voto

de sentimento por tal motivo. O Presidente havia oportunamente transmitido à Família do falecido as condolências do Instituto.

4. Foi lançado na acta um voto de congratulação pelo êxito da viagem de Sua Ex.^a o Presidente da República às Províncias de Angola e São Tomé e Príncipe.

5. Foi igualmente lançado um voto de congratulação pelo regresso a esta ilha das duas companhias mobilizadas para serviço no Ultramar, do Batalhão Independente de Infantaria n.º 17, que briosamente cumpriram o seu dever, e que se solicitasse do Ex.^{mo} Comandante do Batalhão que sejam comunicados ao Instituto os nomes dos militares dessas companhias que em Angola perderam a vida pela Pátria, para serem publicados oportunamente no Boletim do Instituto.

6. Os sócios presentes tomaram conhecimento com justificado júbilo da eleição para sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa, do Prof. Dr. Vitorino Nemésio, sócio honorário do Instituto, que vai ocupar a cadeira de Júlio Dantas, tendo o Presidente do Instituto enviado telegrama de felicitações ao illustre Académico, logo a seguir à eleição.

7. Tendo o Presidente dado conhecimento de estar pronta a edição do Livro VI das «Saudades da Terra», de Gaspar Frutuoso, que brevemente começará a ser distribuída, foi aprovado um voto de congratulação por tal motivo enviando-se felicitações ao Instituto Cultural de Ponta Delgada e ao Dr. João Bernardo de Oliveira Rodrigues, sócio honorário do Instituto, que preparou a edição com base no manuscrito original.

8. Passando-se aos assuntos para que foi convocada a reunião, foi deliberado dar ao Presidente do Instituto os poderes necessários para votar, em nome do Instituto, na eleição de procuradores efectivos e substitutos à Junta Geral do Distrito Autónomo, a realizar no dia 4 de Dezembro de 1963.

9. Conforme o texto da convocação tomaram conhecimento os sócios presentes das dificuldades que têm determinado a demora na publicação do volume XVIII do Boletim, ocasionadas principalmente pela morosidade do trabalho na tipografia encarregada da impressão, justificada pela grande acumulação de trabalho na mesma e escassês de tipógrafos. Pediu o Presidente que se

estude a possibilidade de fazer face a esta e outras dificuldades, afim de que seja apressada a publicação dos volumes em atraso, para os quais há trabalhos já prontos, que o Presidente enumerou.

IO. Antes de encerrada a reunião, usou da palavra o Dr. Baptista de Lima, que se ocupou das actividades do Dr. Alberto Machado da Rosa, natural desta ilha, onde fez os seus estudos secundários, e que, quer no País, quer principalmente no Brasil e nos Estados Unidos da América, como Professor da Universidade de Madison, no Estado de Wisconsin, tem tido papel de relevo na difusão da cultura portuguesa. Propôs o Dr. Baptista de Lima que o Dr. Alberto Machado da Rosa fosse eleito sócio correspondente do Instituto Histórico, tendo os sócios presentes admitido unanimemente que a proposta fosse aceite e igualmente por unanimidade aprovada a eleição.

II. Foram eleitos sócios contribuintes os Senhores Francisco Caetano Ferreira, residente em Angra do Heroísmo e Francisco Joaquim Martins Bettencourt, residente em Lisboa.

E não havendo mais nada a tratar, encerrou-se a sessão pelas 21 h. 15 m.

ass.) *José Agostinho*

Manuel Coelho Baptista de Lima

REUNIÃO PARA ELEIÇÃO DA MESA PARA O BIÊNIO DE 1964-1965.

No dia um de Dezembro de mil novecentos e sessenta e três nesta cidade de Angra do Heroísmo, no Salão nobre da Junta Geral do Distrito Autónomo, realizou-se a reunião dos sócios efectivos do Instituto para a eleição dos sócios que hão-de compor a Mesa no biénio de 1964-1965, e dos respectivos substitutos, conforme preceitua o parágrafo terceiro do artigo nono dos Estatutos.

Estiveram presentes: Sua Ex.^a o Governador do Distrito, Dr. Teotónio Machado Pires, sócio efectivo do Instituto; o Ex.^{mo}

Senhor Dr. Agnelo Ornelas do Rego, Presidente da Junta Geral e Presidente honorário do Instituto ; tenente-coronel José Agostinho, Presidente do Instituto ; e os sócios efectivos, Senhores : Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior, Architecto Fernando de Sousa, Francisco Coelho Maduro Dias, Henrique Vieira de Borba, Padre Inocêncio Enes, João Dias Afonso, Dr. Rafael Valadão dos Santos e Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, Secretário. Faltaram, por estarem ausentes da ilha os sócios Senhores : Tenente-Coronel Frederico Lopes Jr., Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral, Cónego Dr. José Enes Pereira Cardoso e Dr. José Leal Arinas.

Aberta a sessão pelas 20 horas, foi lida e aprovada a acta da reunião anterior e procedeu-se à eleição, conforme as normas prescritas no Regulamento do Instituto, ficando eleitos os seguintes sócios para os cargos que vão indicados : — Mesa, efectivos : — Presidente, Tenente-Coronel José Agostinho, Secretário, Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, — Tesoureiro, Francisco Coelho Maduro Dias. Substitutos : — Presidente : Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior, — Secretário : João Dias Afonso, — Tesoureiro Dr. Rafael Valadão dos Santos.

Após a eleição o Presidente agradeceu a prova de confiança dada pelos sócios presentes à Mesa e sócios substitutos reeleitos, e felicitou o sócio Sr. João Dias Afonso pela sua eleição para secretário substituto. Agradeceu também a presença de Sua Ex.^a o Governador e do Ex.^{mo} Senhor Presidente da Junta Geral do Distrito.

E não havendo mais nada a tratar, encerrou-se a sessão pelas 20 h. 20 minutos.

ass.) *José Agostinho.*

Manuel Coelho Baptista de Lima.

1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO
DE 1964.

No dia dez de Março de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Angra do Heroísmo, no Salão nobre do Paço da Junta Geral do Distrito Autónomo, realizou-se a primeira reunião ordinária dos sócios efectivos do Instituto Histórico da Ilha Terceira, convocada nos termos do artigo segundo do Regulamento.

Estiveram presentes : Sua Ex.^a o Governador do Distrito, Dr. Teotónio Machado Pires, sócio efectivo do Instituto, Engenheiro António Francisco de Resendes, Presidente substituto, da Junta Geral do Distrito Autónomo, em exercício, e os sócios, tenente-coronel José Agostinho, presidente do Instituto, Francisco Coelho Maduro Dias, Henrique Vieira de Borba, Monsenhor Inocêncio Enes, João Dias Afonso, Dona Maria Francisca Bettencourt e Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, secretário.

Aberta a sessão, pelas 20 horas, foi lida e aprovada a acta da reunião anterior. Seguidamente pelo Presidente foi comunicado que esta primeira reunião não pode realizar-se no mês de Janeiro, por motivo de não estar ainda superiormente sancionada a eleição da mesma para o biénio de 1964-1965, a qual, embora datada de 22 do referido mês, só mais tarde veio a ser recebida.

Por proposta do Presidente foi lançado na acta um voto de sentimento pelo falecimento, em Ponta Delgada, em Dezembro passado, do Dr. Humberto de Bettencourt, professor, poeta e homem de letras, que foi o primeiro Presidente do Instituto Cultural de Ponta Delgada.

Dado conhecimento pelo Presidente de vários expedientes correntes, relativo ao período decorrido desde a última reunião, foi lido, discutido e aprovada o relatório da actividade do Instituto no ano de 1963, sendo aprovada a proposta da Mesa para que o próximo volume do Boletim, a publicar imediatamente, abranja os anos de 1961 e 1962, e que o seguinte, a publicar logo a seguir, inclua os anos de 1963 e 1964. Foi consignada com relevo a continuação das obras de restauro da Fortaleza de São João Baptista, levadas a cabo pela Direcção-Geral dos Edifícios e

Monumentos Nacionais, para o que tem contribuído a intervenção constante do Dr. Baptista de Lima, delegado da 6.^a secção da Junta Nacional de Educação. Foi ainda mencionado, pelo seu valor artístico e histórico, o retrato do Infante D, Henrique, pintado pelo artista Maduro Dias, sócio do Instituto, retrato que figurará na galeria de retratos do Palácio do Governo Civil.

Foram apresentadas as contas da gerência de 1963, que acusam um saldo positivo de 35.252\$70, que passa para a gerência de 1964. Foram aprovadas.

Foi lido o plano de actividade para o ano de 1964, que foi aprovado e contém sugestões acerca de assuntos que parecem dever merecer imediata atenção. Figura em primeiro lugar o dever de fixar, para os vindouros, o modo, tão consentaneo com a galhardia e patriotismo dos Açorianos, como os militares do Distrito de Angra do Heroísmo tem sabido cumprir o seu dever na defesa do Património Ultramarino da Nação, gravando os nomes daqueles que nessa gloriosa missão deram a vida pela Pátria, e dos que, pelos galardões e louvores que alcançaram, merecem ser lembrados.

Em segundo lugar parece justo e oportuno registar o modo como as populações da Ilha de São Jorge fizeram face aos acontecimentos calamitosos resultantes da crise sísmica que assolou aquela ilha e a abnegação com que foram amparados e socorridos pelos próprios conterrâneos, pelos habitantes das outras ilhas, nomeadamente da Terceira, e da assistência prontamente recebida das autoridades e do Governo da Nação, assim como dos nacionais e estrangeiros que, em várias capacidades e por vários modos, contribuíram para lhes minorar os incómodos e sofrimentos. E sugere-se ainda que seja esta oportunidade aproveitada para fazer sair do esquecimento actos de comparável abnegação e caridade aqui manifestados há noventa e sete anos, quando ocorreu a erupção submarina por fora da Serreta, os quais constam de documentos conservados no Arquivo Distrital.

Foi considerado ainda oportuno pedir a atenção dos sócios do Instituto para a urgência de investigar e relatar tradições locais, que se vão perdendo, em face da revolução que a vida vai

sofrendo nos nossos dias, e bem assim usos e costumes que pela mesma razão vão sossobrando.

Pelo Presidente foi em seguida posta novamente em relevo a atenção que o Instituto tem merecido à Junta Geral do Distrito, nomeadamente ao seu Presidente, Ex.^{mo} Senhor Dr. Agnelo Ornelas do Rego, não lhe faltando com claras provas de apreço e atribuindo-lhe os indispensáveis meios materiais para assegurar as suas actividades, o que foi unanimemente reconhecido pelos sócios presentes.

Antes de encerrar a sessão o Presidente comunicou ter recebido em 21 de Dezembro um officio do Ex.^{mo} Secretário Permanente das Semanas de Estudos, o sócio do Instituto, muito Rev. Cónego Dr. José Enes, comunicando a realização da III Semana de Estudos na cidade da Horta nos dias 18 a 25 de Março corrente e transmitindo o respectivo programa, já do conhecimento dos sócios, pois todos foram individualmente convidados para tomarem parte na Semana de Estudos. Foi emitido o voto de que esta Semana de Estudos seja, como as anteriores, coroada do melhor êxito.

E, não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão pelas 21 horas e vinte minutos, tendo o Presidente agradecido antes a comparência do Ex.^{mo} Senhor Dr. Teotónio Machado Pires, Governador do Distrito e do Ex.^{mo} Senhor Engenheiro António Francisco de Resendes, Presidente em exercício, da Junta Geral do Distrito.

ass.) *José Agostinho.*

Manuel Coelho Baptista de Lima.

REUNIAO EXTRAORDINÁRIA DE
17 DE NOVEMBRO DE 1964.

No dia dezassete de Novembro do ano de mil novecentos e sessenta e quatro nesta cidade de Angra do Heroísmo e Sãlão Nobre da Junta Geral do Distrito, em segunda convocação, por

não ter comparecido a maioria dos sócios efectivos à hora designada na primeira convocação, realizou-se uma reunião extraordinária dos mesmos sócios, convocada pelo Presidente, nos termos do § primeiro do artigo sexto dos Estatutos.

Estiveram presentes: o Ex.^{mo} Senhor Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo e Presidente honorário do Instituto, Dr. Agnelo Ornelas do Rego e os seguintes sócios efectivos: Tenente-coronel José Agostinho, Presidente, Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior, Presidente substituto, Francisco Coelho Maduro Dias, Henrique Vieira de Borba, João Dias Afonso, Dr. José Leal Armas, Dona Maria Francisca Bettencourt, Dr. Rafael Valadão dos Santos e Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, Secretário.

Aberta a sessão pelas 20 horas, foi lida e aprovada a acta da anterior reunião. Seguidamente o Presidente, depois de ter agradecido ao Ex.^{mo} Presidente da Junta Geral a sua presença e o interesse que ainda por outros modos tem manifestado pelas actividades do Instituto, disse ter convocado esta reunião, para, conforme consta da respectiva convocação, se tratar dos seguintes assuntos: a) apreciação de medidas tomadas sobre publicação do Boletim; b) colaboração com o Instituto Açoriano de Cultura na realização da IV Semana de Estudos.

Antes disso, porém, o Presidente explicou as razões pelas quais não se tornou possível realizar a reunião ordinária prescrita pelo Regulamento para ter lugar no mês de Maio. Foi aceite por unanimidade a explicação do Presidente. Pelo Sr. Dr. Baptista de Lima foi também comunicado, antes da Ordem da Noite, ter encontrado na sua recente visita ao Museu Britânico, em Londres, uma carta da Ilha Terceira, possivelmente da 2.^a metade do século XVI, da qual mostrou uma reprodução fotográfica que foi muito apreciada pelos sócios presentes.

Passando-se ao assunto designado na alínea a) da convocatória, o Presidente informou que a impressão do volume 19-20 do Boletim, respeitante aos anos de 1961-1962, tem estado a ser feita com certa lentidão afim de dar tempo a que seja obtido o tipo de imprensa necessário para a composição da parte do tra-

balho da Dr.^a D. Elsa Mendonça referente à linguística da Ilha de São Jorge.

Informou ainda o Presidente que, não lhe sendo possível, por os seus incómodos de saúde lhe restringirem bastante as suas possibilidades de trabalho, ocupar-se da revisão do Boletim, tinha resolvido, de harmonia com deliberação tomada na reunião do Instituto de 1 de Junho de 1953, e, depois de ouvidos os outros membros da Mesa e consultado o Ex.^{ma} Senhor Presidente da Junta Geral sobre a possibilidade de fazer face ao aumento de despesa que esta medida envolve, confiar a revisão a pessoa da sua confiança mediante a remuneração mensal de 600\$00, já estabelecida quando tal medida foi também posta em execução em 1953. Esta resolução do Presidente foi unanimemente aprovada sem discussão.

Sobre o assunto da alínea b) comunicou o Presidente ter recebido em 2 de Outubro uma carta do Rev. Senhor Cónego, Dr. José Enes Pereira Cardoso, enviando o relatório e contas da III Semana de Estudos, realizada em Abril último, na Horta, e comunicando que se ausentava para Roma, por espaço de dois anos, afim de preparar o seu Doutouramento em Filosofia, e, que findo esse tempo, iria fixar residência em Lisboa, como Professor da Universidade Católica. Mais informou o Sr. Dr. José Enes que por tal motivo deixava o cargo de Secretário das Semanas de Estudos, cargo este em que o Prelado da Diocese investira o Rev. Cónego Dr. Artur da Cunha Oliveira, Professor do Seminário Episcopal e Director do Jornal «A União». Agradecia ainda o Sr. Dr. José Enes a colaboração recebida do Instituto Histórico durante o exercício do cargo que deixa agora.

Tomando conhecimento do que fica exposto, os sócios presentes tomaram unanimemente as seguintes deliberações:

1.º Que se manifeste ao Rev. Sr. Cónego José Enes o pesar causado pelo afastamento das funções de Secretário das Semanas de Estudos, às quais imprimiu notável relevo, prestando um alto serviço aos Açores;

2.º Que igualmente seja significado a Sua Rev.^{ma} o reconhecimento do Instituto pela valiosa colaboração que prestou a esta agremiação como Sócio efectivo. Nos termos do § 1.º do art.º 4.º

e art.º 7.º dos Estatutos é atribuída ao Rev. Dr. José Enes a categoria de sócio correspondente, pelo facto de deixar definitivamente de residir na Ilha Terceira.

3.º Que seja transmitido ao Rev. Senhor Cónego Dr. Artur da Cunha Oliveira um voto de congratulação pela sua escolha para Secretário das Semanas de Estudos, significando-se-lhe a colaboração que o Instituto terá prazer em prestar-lhe no exercício de tão altas e espinhosas funções.

Ainda sobre o assunto da alínea b) foi lido pelo Presidente um extenso officio, recebido no dia 9 do corrente do Ex.º Presidente do Instituto Açoriano de Cultura, Monsenhor José Machado Lourenço, expondo as condições em que está presentemente desenvolvendo a sua actividade o Secretariado Permanente das Semanas de Estudos e solicitando que o Instituto Histórico da Ilha Terceira designe um delegado para, em conjunto com delegados de outras agremiações culturais do Arquipélago, se pronunciar sobre o plano delineado pelo Instituto Açoriano de Cultura para dotar o Secretariado Permanente de um estatuto e, na hipótese de ser impossível estudar e aprovar tal estatuto, adoptar uma solução adequada para a realização de IV Semana de Estudos.

Depois de discutido o assunto, tendo usado da palavra a maioria dos Sócios presentes e o Ex.º Presidente honorário, foi deliberado:

1) Que se manifeste ao Instituto Açoriano de Cultura justo aplauso pelo facto de manter as Semanas de Estudos sob a sua iniciativa, que de direito lhe pertence e lhe confere autoridade para conduzir a sua orientação, embora ouvindo as sugestões das outras agremiações culturais designadas no seu officio ;

2) Que se julga muito necessário o estabelecimento de um estatuto do Secretariado Permanente, como meio eficaz de fortalecer a sua actuação ;

3) Que, na impossibilidade de se estudar e aprovar tal Estatuto antes da IV Semana de Estudos, o Instituto Histórico dê a sua cooperação ao Instituto Açoriano de Cultura, conforme é solicitado, no sentido de se adoptar uma solução adequada a

respeito da realização da IV Semana de Estudos, nomeando para tal efeito como seu delegado o Presidente do Instituto.

E, não havendo mais nada a tratar foi encerrada a sessão pelas 20 horas 50 minutos.

ass.) *José Agostinho*
Manuel Coelho Baptista de Lima.

Publicações Recebidas

Por oferta e por troca com o «Boletim» do Instituto, receberam-se e muito se agradecem as seguintes publicações :

No ano de 1963 :

- Arquivo do Distrito de Aveiro N.º 108 — 1961 ; N.ºs 109 a 111 — 1962 ; N.º 112 — 1962.
- Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto — Vol. XXV — Fasc. 1/2 — 1962 ; Vol. XXV — Fasc. 3/4 — 1962.
- Estudos de Castelo Branco — N.º 7 — 1963 ; N.º 8 — 1963 ; N.º 9 — 1963 ; N.º 10 — 1963.
- Lares — Ano XXVIII — Fasc. I/II — 1962 ; — Ano XXVIII — Fasc. III/IV — 1962 ; — Ano XXIX — Fasc. I/II — 1963.
- Agronomia Lusitana — Vol. XXIII — N.º 3 — 1961.
- Boletim de Trabalhos Históricos — Guimarães — Vol. XXI — N.ºs 1-4 — 1959 a 1961.
- Índice Cultural Espanhol — N.ºs 203 — 1962 ; N.º 204 — 1963 ; N.ºs 205, 206, 207, 208, 209, 210 — 1963.
- Revista de Guimarães — Sociedade Martins Sarmiento — Vol. LXXII — N.ºs 3-4 — 1962 — Vol. LXXIII — N.ºs 1-2 — 1963.

- Actas — Congresso Internacional de História dos Descobrimen-
tos — Vol. IV — 4/6 — 1961.
- Historical Abstracts — 1775-1945 — Vol. 7 — 1961.
- H. A. Bulletin — N.º 7 — 2/3 — 1961 ; N.º 8 — 4 — 1962 ; N.º 9 —
1 — 1963 ; N.º 9 — 2/3 — 1963.
- Revista da Faculdade de Ciências — Vol. X — Fasc. 1 — 1962 ;
Vol. XI — Fasc. 1 — 1963.
- Publicações que permutam com a revista da Faculdade de Ciên-
cias da Universidade de Lisboa — 1961.
- Asia — Publishing House — London.
- Geology of the Mammoth Cave National Park Area — 1962.
- A Crítica Funcional, Parte I — N.º 1 — 1962 — Araraquara.
- El Museo Canário — ANO XXI — N.ºs 75/76 — 1960.
- Boletim Pecuário — N.º 1 — Ano XXX — 1962 ; N.º 2 — Ano XXX
— 1962.
- Annual Report — For the Year — 1961 — 1962 — 1963.
- Revista Portuguesa de Filologia — Vol. XII — Tomo I — 1962/1963.
- Arquivo de Beja — Vol. XVIII — XIX — 1961/1962.
- Trabalhos de Antropologia e Etnografia — Vol. XIX — Fasc. 1 —
1963.
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — N.ºs 7/12 — 1962.
- Anales Del Instituto de Linguística Mendoza — Tomo VIII — 1962.
- XXVI Congresso Luso-espanhol — Associação Portuguesa para o
Progresso das Ciências — Tomo II — 1962.
- Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa — N.ºs 57/58 — 1962.
- Revista de Dialectología y Tradiciones Populares — Tomo XVIII
— Cadernos 3 e 4 — 1962.
- Síntese Política Económica-Social — N.º 15 — 1962 ; N.º 16 —
1962 ; N.º 17 — 1963 ; N.º 18 — 1963.
- O Capitalismo Monárquico Português — Vol. I — 1963.
- Actividades Portuguesas — II Série — 1.º Número — 1963.
- O Instituto — Vol. 123.º — 1961.
- Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos — N.º 10
— 1963.
- Revista de História — São Paulo — Vol. XXV — N.º 52 — 1962 ;
Vol. XXVI — N.º 53 — 1963.
- Das Artes e da História da Madeira — N.º 33 — 1963.

- O Instituto — Número Comemorativo do V Centenário da Morte do Infante Dom Henrique — 1961.
- Etnografiska Museet — Goteborg — Arstryck — 1959-1962.
- Alguns Retábulos e Paineis de Igrejas e Capelas do Porto—XXXII — 1963.
- Estatuto Orgânico — Universidade de Santo Domingo — Vol. CXXV.
- Revista Genealógica Latina — Vol. XIV/XV — 1952-1963.
- Insulana — Orgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada — Vol. XVII — 1961.
- Mater Resources of Eastern Kentucky — Progress Report — Série X — 1963.
- The Effect of Oilfield Brines on the Potable Ground Water in the Upper Big Pitman Creek Basin, Kentucky — Série X — 1963.
- Livro Sexto das Saudades da Terra — 1963.
- A Cidade de Évora — N.ºs 45-46 — 1962-1963.
- Cinco Séculos de Cartografia das Ilhas de Cabo Verde — Junta de Investigações do Ultramar — Vol. I — 1961.
- Os Almanques Portugueses de Madrid — Junta de Investigações do Ultramar — Vol. II — 1961.
- A Evolução da Ciência Náutica durante os séculos XV-XVI na Cartografia Portuguesa da Época — Junta de Investigações do Ultramar — Vol. III — 1961.
- D. Luís da Cunha e a Carta da África Meridional de Bourguignon D'Anville (1925) — Junta de Investigações do Ultramar — Vol. IV — 1962.
- Méthodes de Navigation et Cartographie Nautique dans L'Océan Indien avant le XVI^e Siècle — Junta de Investigações do Ultramar — Vol. V. — 1963.
- Dónde está el agua? . . . Dónde está el buey? (Separata da Revista de la Dialectología y tradiciones Populares — Tomo XIX, 1963 — Cuadernos 1.º, 2.º y 3.º) — Madrid — 1963.

No ano de 1964 :

- Boletim do Núcleo Cultural da Horta — Vol. 3 — N.º 1 — 1962.
 Desenvolvimento do Botão Floral do Algodoeiro em Função do
 Tempo, por A. Quintanilha, L. Salazar d'Eça e A. Cabral—1962.
 Michurinismo e Mendelismo, por A. Quintanilha — 1960.
 Annual Report — Havard University Library — 1963.
 Panorama Económico dos Descobrimentos Henriquinos, por
 Amaro D. Guerreiro — 1961.
 Síntese Política Económico-Social — N.º 19 — 1963.
 Botânica na Aldeia — Colecção Educativa — N.º 16 — 1962.
 Boletim Pecuário — N.º 1 — 1963 — Ano XXXI ; N.º 2 — 1963 —
 Ano XXXI.
 A Quinta das Bicas, Os seus azulejos e o Doutor João Cabral de
 Melo, por J. M. Corte-Real e Amaral — Fundação Gulbenkian
 — 1963.
 O Concelho de Santo Tirso — Vol. VII — N.º 3 — 1963.
 Revista de Guimarães — Sociedade Martins Sarmento — Vol.
 LXXIII — N.ºs 3-4 — 1963 ; Vol. LXXIV — N.ºs 1-2 — 1964
 Boletim da Junta Geral de Ponta Delgada — N.ºs 2, 3 e 4 — 1963
 Proposta das Bases do Orçamento Ordinário para 1964, da Junta
 Geral de Ponta Delgada — 1963.
 Bases do Orçamento Ordinário da Junta Geral de Ponta Delgada
 para 1964 — Dezembro de 1963.
 Reprints — Catalogue — 1964.
 O Instituto — Vol. 124.º — 1962-1963.
 American and Foreign PERIODICALS — Catalogue — Vol. 110
 — 1964.
 Sintesis de la Prehistoria de Gran Canaria, por Sebastian Jimenez
 Sanchez — 1963.
 Mort aux Bourgeois ! Épisodes de la Grande Tragédie Russe — E.
 Piccard — Livre I — 1917/21 — Tome I.
 Université rouge — Épisodes de la Grande Tragédie Russe —
 E. Piccard — Livre II — 1921/1925.
 Les Koulaks — Épisodes de la Grande Tragédie Russe — E.
 Piccard — Livre III — 1925/1930 — Tome III.

- Les Nuisseurs — Episodes de la Grande Tragédie Russe — E. Piccard — Livre IV — 1930/1933 — Tome IV.
- La fin d'une révolution — Épisodés de la Grande Tragédie Russe — E. Piccard — Livre V — 1933/1942 — Tome V.
- O Livro de Marinharia de André Pires, por Luiz Mendonça de Albuquerque — Junta de Investigações do Ultramar — Vol. 1 — 1963.
- Considerações sobre o ambiente educacional Açoriano — A. Arruda — Ponta Delgada — 1964.
- El Museo de Pontevedra — Vol. XII — 1958 ; Vol. XIII — 1959.
- Trabalhos de Antropologia e Etnografia — Vol. XIX — Fasc. 2 — 1963.
- Livro da I Semana de Estudos dos Açores — Abril de 1961.
- El Museu Canario — N.ºs 77/84 — ANOS XXII/XXIII — 1961/1962.
- H. A. Bulletin — Vol. 9 — N.º 4 — 1963 ; Vol. 9 — Index — 1964 ; Vol. 10 — N.º 1 — 1964.
- Historical Abstracts — 1775/1945 — Vol. 8 — 1962.
- Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto — Vol. XXVI — Fasc. 1/2/3/4 — 1963.
- Monumenta Henricina — Vol. IV (1431-1434) — 1962 ; Vol. V (1434-1436) — 1963.
- Arquivo Histórico da Madeira — Vol. XIII — 1962/1963.
- Les Bateaux du Douro — Museu de Etnografia e História—Porto.
- Duas Cartas Topográficas de Graça Falcão (1894-1897) e a Expansão do Islamismo no Rio Farim, por António Carreira — Vol. VI — 1963.
- Lares — Ano XXIX — Fasc. III/IV — 1963.
- Boletim de Trabalhos Históricos — Guimarães — Vol. XXII — N.ºs 1-4 — 1962.
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — N.ºs 7-9 e 10-12 1963 ; N.ºs 1-3 — 1964.
- Revista da Faculdade de Ciências — Lisboa — Vol. X — Fasc. 2 — 1962 ; Vol. XI — Fasc. 2 — 1963 ; Vol. XII — Fasc. 1 — 1964.
- Revista de Dialectologia y Tradiciones Populares — Tomo XIX — Cuadernos 1, 2 e 3 — 1963 ; Tomo XIX — Cuaderno 4 — 1963 ; Tomo XX — Cuadernos 1, 2 e 3 — 1964.

- Bulletin — Johnson Reprint — Vol. 1 — N.º 2 — 1964.
- Arquivo de Beja — Vol. XX-XXI — 1963/1964.
- Insulana — Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada — Vol. XVIII — 1962.
- Apontamentos para um dicionário de Artistas e Artífices, por A. de Magalhães Basto — Câmara Municipal do Porto — Vol. XXXIII — 1964.
- Asia — Books — 1964.
- Revista Portuguesa de História — Tomo VII — 1957 ; Tomo X — 1962.
- Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos — N.º 11 — 1964.
- Revista de Etnografia — Junta Distrital do Porto — Vol. I — Tomo II — 1963 ; Vol. II — Tomos I-II — 1964 ; Vol. III Tomo I — 1964.
- Agronomia Lusitana — Vol. 23 — N.º 4 — 1961 ; Vol. 24 — N.ºs 1-2-3 — 1962.
- Estudos de Castelo Branco — N.ºs 11-12-13-14 — 1964.
- Arquivo do Distrito de Aveiro — N.ºs 114-115-116 — 1963 ; N.ºs 117 e 118 — 1964.
- Revista de História — São Paulo — Vol. XXVI — N.º 54 — 1963 ; Vol. XXVII — N.º 56 — 1963 ; Vol. XXVIII — N.º 57 — 1964.
- Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados da Câmara de Angra do Heroísmo — Gerências de 1960 e 1961.
- Portugal Maior — Ano I — 3.º Número — 1964.
- Índice Cultural Espanhol — N.ºs 211, 212/213, 214 e 215 — 1963 ; N.ºs 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224/225 e 226 — 1964.

ÍNDICE

Autores

Forjaz (Dr. Cândido Pamplona)

- A «Chronica da Terceira» e o seu redactor Simão José da Luz Soriano — Um enigma bibliográfico..... 145

Giese (Prof. Dr. Wilhelm)

- Mine Azorenfahrt — Roteiro dos Açores..... 205

Kann (Roger)

- Un açoréen Français : le général de Pamplona..... 175

Silveira (Dr. Martim Afonso Jardim Cunha da)

- Do contributo flamengo nos Açores..... 5

Assuntos

Artigos

Do contributo flamengo nos Açores, pelo Dr. Martim Afonso Jardim Cunha da Silveira.....	5
A «Chronica da Terceira» e o seu redactor Simão José da Luz Soriano — Um enigma bibliográfico, pelo Dr. Cândido Pamplona Forjaz	145
Un açoréen français : le général de Pamplona par Roger Kann	175
Meine Azorenfahrt — Roteiro dos Açores, pelo Prof. Dr. Wilhelm Giese.....	205-220

Vida do Instituto

Actas das reuniões havidas nos anos de 1963 e 1964	235
--	-----

Publicações recebidas	251
------------------------------------	-----

Este volume, que é o vigésimo primeiro e vigésimo segundo números do «Boletim» do Instituto Histórico da Ilha Terceira, acabou de se imprimir na oficina da Tipografia Andrade aos vinte e um de Março de 1969.